REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 31 SÁBADO, 19 DE MARÇO DE 2016

BRASÍLIA - DF

## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)**
Presidente

**Senador Jorge Viana (PT-AC)**
1º Vice-Presidente

**Senador Romero Jucá (PMDB-RR)**
2º Vice-Presidente

**Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**
1º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PDT-MG)**
2º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**
3º Secretário

**Senadora Ângela Portela (PT-RR)**
4ª Secretária

---

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Ilana Trombka**
Diretora-Geral do Senado Federal

**Rogério de Castro Pastori**
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

**Florian Augusto Coutinho Madruga**
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

**Roberta Lys de Moura Rochael**
Coordenadora de Elaboração de Diários

**José Farias Maranhão**
Coordenador Industrial

**Deraldo Ruas Guimarães**
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Quésia de Farias Cunha**
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

**1 – 33ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE MARÇO DE 2016**
**1.1 – ATA** ..... 5
1.1.1 – ABERTURA ..... 5
1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE ..... 5
**1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2)** ..... 5
**1.1.2.2 – Oradores**
SENADOR *JOSÉ MEDEIROS* - Reflexões sobre a crise política do País; e outros assuntos. ..... 5
SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* - Críticas à gestão do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal; e outros assuntos. ..... 17
SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* - Registro de carta aberta do ex-Presidente Lula acerca da atuação do Poder Judiciário na Operação Lava Jato; e outros assuntos. ..... 31
SENADOR *LINDBERGH FARIAS* - Críticas à suposta politização do Judiciário brasileiro; e outros assuntos. ..... 40
SENADOR *HÉLIO JOSÉ* - Indignação com supostas especulações acerca do posicionamento de S. Exª sobre o processo de impeachment da Presidente da República; e outros assuntos. ..... 43
SENADOR *RONALDO CAIADO*, como Líder - Críticas ao Governo do PT e apelo aos brasileiros para que acompanhem as votações do processo de *impeachment* ..... 47
1.1.3 – ENCERRAMENTO ..... 51
**1.2 – PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS**
1.2.1 – EXPEDIENTE ..... 52
**1.2.1.1 – Discurso encaminhado à publicação**
SENADOR *CÁSSIO CUNHA LIMA* - Registro de discurso do Presidente da 3ª Turma do STJ, João Otávio de Noronha, em que se manifestou contrariamente às declarações do ex-Presidente Lula; e outro assunto. ..... 52
**1.2.1.2 – Realização de sessão**
Realização de sessão especial segunda-feira próxima, às 11 horas, destinada a comemorar o Dia Nacional do DeMolay e os 12 anos do Supremo Conselho da Ordem DeMolay, nos termos dos Requerimentos nºs 83 e 110, de 2016, do Senador Valdir Raupp e outros Senadores. ..... 57
**1.2.1.3 – Término de prazos**
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 10/2016. ..... 57
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 76/2016 ..... 57
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 224/2014 ..... 57
1.2.2 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL ..... 58
**1.2.2.1 – Comunicações**
Da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC/PHS na Câmara dos Deputados, de indicação de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 707/2016 **(Ofício nº 15/2016).** *Serão feitas as substituições solicitadas*. ..... 58
Da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC/PHS na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 714/2016 **(Ofício nº 18/2016).** *Serão feitas as substituições solicitadas*. ..... 59
Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 713/2016 **(Ofício nº 20/2016).** *Serão feitas as substituições solicitadas* ..... 60
Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 714/2016 **(Ofício nº 21/2016).** *Serão feitas as substituições solicitadas* ..... 61

**1.2.2.2 – Pareceres**

Nº 5/2016-CN, da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 709/2015 **(conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 5/2016)** ..... 62

Nº 6/2016-CN, da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 710/2016 ..... 161

**2 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA** ..... 171

**3 – RETIFICAÇÕES**

Diário do Senado Federal nº 23, de 9 de março de 2016 ..... 172

**SENADO FEDERAL**

**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL** ..... 173

**5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL** ..... 176

**6 – LIDERANÇAS** ..... 177

**7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** ..... 180

**8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** ..... 199

**9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES** ..... 209

**10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS** ..... 257

**CONGRESSO NACIONAL**

**11 – COMISSÕES MISTAS** ..... 281

**12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS** ..... 295

# 33ª Sessão, Não Deliberativa, em 18 de Março de 2016

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência da Srª. Vanessa Grazziotin, dos Srs. José Medeiros, Hélio José e Wellington Fagundes.*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas e 10 minutos e encerra-se às 13 horas e 36 minutos.)*

### ATA

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no Diário do Senado Federal. **(Vide item 1.2 do sumário)**

Cumprimentando todos os que assistem ou participam ouvindo as sessões do Senado Federal, quero dar bom dia a todos e desejar uma boa sexta-feira, um bom final de semana.

Daremos continuidade aos debates que estamos travando, num momento importante do País, porque muito delicado, chamando os oradores inscritos conforme a ordem estabelecida.

O primeiro orador inscrito seria o Senador Ronaldo Caiado, mas S. Exª não se encontra em plenário. Então, convido o Senador José Medeiros para fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Pois não, com a palavra o Senador José Medeiros.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado, também pelas redes sociais, e aqueles que nos acompanham aqui na Casa, esta semana foi atípica. Aliás, faz alguns dias que este País já vive de forma atípica na política e de forma atípica também na economia, porque, em dados momentos que era de se esperar que a bolsa, por exemplo, caísse, ela subiu; em dados momentos que se esperava que o dólar subisse, ele caiu. Isso tudo aconteceu justamente pela expectativa; o mercado vive da expectativa. Cada vez que o noticiário político anunciava algum fato relevante, o mercado ficava alvoroçado.

A nossa preocupação está no grau máximo – a preocupação de todos. A oposição tem feito vigília aqui nesta Casa, assim como o povo tem feito fora dela. Temos visto, desde o domingo, o povo nas ruas. Muita gente falava que as ruas tinham adormecido, mas as pessoas vieram. E vieram, desta vez, diferentes. Nas outras passeatas, as pessoas até iam para as ruas, mas iam meio que festivamente, mostrando que estavam atentos ao cenário político, levando as famílias, tirando *selfies*, dando tchau, e o Planalto achou que estivesse tudo bem, o Governo achou que estivesse tudo bem. "Não, tudo bem, eles só estão indo para a rua". Não, já era um recado de que algo não estava bem.

Desta vez, as ruas vieram, mas vieram mostrando indignação, da seguinte forma: "Olha, nós não suportamos mais, mudem o rumo dessa nau." O recado está sendo dado. Foi domingo, e o Governo, além de não dar ouvidos, cometeu um erro tremendo, resolveu brincar com fogo, resolveu transformar em Ministro o ex-Presidente Lula. Ora, é a mesma coisa de falar de corda em casa de enforcado, porque, no próprio domingo, as pessoas já levantavam cartazes e o alvo era o PT, o ex-Presidente Lula e a Presidente Dilma. E, na terça-feira, Senador Cristovam, o Governo disse: "Não, vamos nomear o Ministro."

E com o agravante: esse Ministro não estava vindo com a função propriamente de Ministro; ele estava vindo, para fugir de uma investigação, como ficou claro, e todo mundo suspeitava disso, mas depois ficou sobejamente provado nas gravações.

Em uma delas, cito aqui, o ex-Ministro conversava com o sociólogo Alberto Carlos, se não me engano – não sei se é sociólogo, mas, enfim, com um intelectual de São Paulo –, e ele dizia: "A sua saída é o Ministério. Você não tem outra saída, porque, se você cair na mão do Moro, não há advogado que tire."

E aqui quero fazer uns parênteses: não é que o Moro é arbitrário; não é que o Judiciário é arbitrário; é que está mudando uma coisa, e muitos advogados não entenderam. Eu vi que vários advogados até fizeram um manifesto, e eles estão alvoraçados, Senador Cristovam, porque tem havido uma coisa aqui no Brasil. Anti-

gamente todo mundo dizia: "Olha, são as brechas da lei." Não é isso, é que, às vezes, por falta de cuidado com o processo, ficavam algumas lacunas, e os advogados passaram a trabalhar praticamente nas nulidades, trabalhando só processualmente, sem enfrentar o mérito.

Então, não importava qual crime o sujeito tivesse praticado, eles trabalhavam na nulidade do processo, ficavam só monitorando o processo. No momento em que havia a nulidade, eles vinham... Isso aconteceu até com operações importantes, como a Satiagraha e tantas outras, aquela do Daniel Dantas.

Mas agora aconteceu uma evolução muito forte...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Medeiros.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – ... tanto nos quadros da Polícia, e eu sou testemunha disso...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Medeiros.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Sim.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª me permite...?

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Só me deixe concluir, Senadora.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Mas, nesse andar da carruagem, de algumas décadas para cá, o aparelho policial se capacitou. E hoje é difícil você encontrar até na Polícia Militar gente que não tenha ou começado ou concluído um curso superior. Os organismos policiais evoluíram muito, instruíram-se mais e passaram a ter mais informações e mais cuidado com os direitos, inclusive.

Isso melhorou, isso não piorou. Há muita gente dizendo que estamos vivendo em um Estado policialesco. Erros podem ocorrer, mas aqui ou acolá, não tanto como antigamente. Antigamente era pior, porque as operações iam...

E é isso que está incomodando. Por isso que eles dizem: "Olha, se cair na mão do Moro..." Eu não estou dizendo que o Moro não erre, mas os dados têm mostrado que tem errado menos que a média. Tanto é que boa parte – boa parte não... De todas as suas decisões, 3,8% foram reformadas nas instâncias superiores.

Concedo um aparte à Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço, Senador Medeiros.

E já peço desculpas, ontem, V. Exª havia me pedido um aparte, e acabei não o concedendo, mas agradeço muito o aparte, e peço desculpas também de fazer esse aparte da mesa. Mas num dia de sexta-feira é possível – não é, Senador Cristovam? – num dia de sexta-feira é possível.

Senador Medeiros, quero concordar quando V. Exª destaca o avanço que nós estamos tendo no País em relação às instituições, sobretudo as instituições de investigação. Eu creio que a gente tem que aprender a conviver com esse aspecto, porque é uma parte importante – não vejo como única –, mas é uma parte importante na luta do combate à corrupção.

Fico feliz de V. Exª me dar essa oportunidade, porque muita gente tenta dividir. Aliás, tudo está dividido: o Brasil hoje tem um lado e tem outro lado. Não é assim!

Então, questionam e tentar incutir na cabeça das pessoas que quem é contra o *impeachment* é contra a Lava Jato. Não é verdade! Da Lava Jato temos alguns reparos, eu, pessoalmente, tenho alguns reparos, e um deles, Senador Medeiros, diz respeito a quando a lei não é observada, a quando a Constituição não é observada.

Veja, o pedido de prisão preventiva do Presidente Lula gerou críticas de todos os lados, tamanha a desnecessidade e o exagero daquela ação – inclusive, do Senador Cristovam, que esta aqui. A própria condução coercitiva do ex-Presidente Lula não está explicada. Então, nós criticamos apenas isso.

E V. Exª, Senador, antes de ser um Senador, é um policial federal, uma carreira bonita, uma carreira importante para o País; e eu, antes de ser Senadora, sou farmacêutica. Mas veja V. Exª lembrou Satiagraha. Satiagraha era dirigida por quem dentro da Polícia Federal? Qual o delegado que presidia o inquérito? Delegado Protógenes.

O Delegado Protógenes foi eleito, posteriormente, Deputado Federal pelo meu Partido no Estado de São Paulo. O que aconteceu? A Satiagraha, para quem não lembra, era uma grande operação, Senador Lindbergh, uma grande operação voltada principalmente para as empresas de Daniel Dantas, com esquemas de corrupção muito parecidos com o que estamos vendo hoje.

E o Delegado Protógenes respondeu a processo administrativo, respondeu tudo. E sabe o que aconteceu com ele? Ele perdeu o emprego – ele perdeu o emprego! –, ele perdeu o mandato. Isso, porque vazaram informações – porque vazaram informações! Vazaram! Essa é uma das maiores injustiças que eu já vi na minha vida: porque vazaram informações.

Então, é bom a gente ficar relembrando essas coisas que aconteceram, não na década passada, mas agora, ontem, antes de ontem, e está muito vivo em nossas memórias. Mas, no mais, Senador Medeiros, eu acho que é isso. A gente vive um momento muito conturbado, e, por isso mesmo, quando o momento é muito de-

licado, a violência está crescente na rua – eu me preocupo muito com isso –, é que a gente tem que ter muita cautela, muita paciência e muito diálogo.

Eu vejo que muitos falam em diálogo, mas não querem diálogo. O que querem, repito, é sair da crise. E sair da crise parece que é uma coisa de uma varinha mágica, é tirar a Presidente do poder, e acabou-se.

Desculpe, eu agradeço o aparte que V. Exª me concedeu.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, permite-me, só para fazer uma referência? Senadora Vanessa...

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Depois eu.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora Vanessa, estou totalmente de acordo com a senhora quanto ao fato de que fazer críticas ao comportamento do Juiz Moro e de outros não quer dizer que se é contra à Lava Jato. Da mesma forma, ir às ruas se manifestar contra o Governo e defender o *impeachment* não quer dizer que se é golpista. Mas tinha havido esse discurso, ou seja, o um santo de um lado e os pecadores de outro. A coisa é mais complicada, e a gente não está trazendo essa complicação aqui para dentro. Os limites, por exemplo, do Juiz Moro e da Lava Jato têm que se discutir, sim, quais são os limites legais. Mas tem que se discutir o que é que está por debaixo de tudo isso. Na época que o Protógenes divulgava aquelas fitas contra um banqueiro, se eu não me engano, muitos dos que hoje criticam o Moro defenderam o Protógenes – muitos, muitos, muitos! Havia um procurador, de que eu não lembro o nome, da República que saía, convocava a imprensa, para dizer o que ele estava apurando, e o PT e outros partidos progressistas apoiavam e elogiavam. Como era o nome dele? Francisco. José Francisco.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – José Francisco Alves, se eu não me engano.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – José Francisco Alves?

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Isso.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Todo mundo apoiava. Essa falta de coerência de um lado e do outro é que é lamentável. Eu estava até falando para o Senador Lindbergh um desses dias: se o Presidente Lula, agora, como Ministro da Casa Civil, colocar uma política fiscal austera, como ele fez no começo do Governo dele, é capaz de o Senador Lindbergh apoiar, porque ele acha que austeridade leva à recessão; e é capaz de o PSDB ficar contra, apesar de vir defendendo isso. Essa mudança de posição, conforme quem está no poder, é que está levando à crise. Mas, Senador, como estamos na segunda, a gente pode conversar. O que realmente me preocupa é como a gente está mudando, não só nós, de lado: o povo mudou de lado. E se nós não entendermos isso, nós que nos consideramos progressistas vamos ficar cada vez mais isolados. Senador Lindbergh, hoje de manhã, vi na televisão pessoas acampadas na Avenida Paulista, em frente à Fiesp. Eu me lembrei de que, pouco tempo atrás, era no ABC, em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos. E a gente vai dizer: "Mas agora são pagos."

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Já existe uma diferença aí fundamental: Fiesp e sindicato dos metalúrgicos.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas não é isso que estou dizendo?

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Onde é que nós erramos? O que não podemos é dizer: "O povo está ali por causa de sanduíche!" Ou dizer: "São coxinhas!" Nós erramos em alguma coisa. E mais grave ainda era na frente dos metalúrgicos, no ABC, gritando "Lula lá!"; agora, é em frente à Fiesp, na Avenida Paulista, gritando: "Lula preso!" Lula lá na cadeia. Ou seja, eu não vou discutir se é justo ou não. Mas as lideranças nacionais que estavam no ABC, com os metalúrgicos gritando "Lula lá!" – eu fazia parte desses – não estavam erradas. Nós erramos. Nós perdemos. Digo de outra maneira. Nós perdemos tanto a legitimidade que o debate é aqui todo em cima da legalidade. E não está errado, mas é limitado. Quando a gente diz: "O juiz Moro não poderia ter soltado aquelas gravações!", nós estamos discutindo a legalidade. Mas o povo está com a legitimidade, querendo saber o que acontece. Nós não estamos sabendo casar os dois. Nós estamos do lado da legalidade. E é correto, mas não basta. A esquerda tem de estar ao lado da legalidade, que existe, e da legitimidade, que o povo quer. Hoje, vocês estão defendendo a legalidade, sem trazer o discurso da legitimidade, que é o que o povo quer. E isso é um suicídio político. Quando a Presidente Dilma nomeia o ex-Presidente Lula, é toda a legalidade que ela tem, tanto a legalidade de nomear – eu até estranho que um juiz possa interromper isso; quero dizer que eu estranho, não entendo direito, mas estranho. Ela tem a legalidade. Inclusive, se for verdade que ela queria proteger o Lula, ela tem direito, do ponto de vista legal, mas não é legítimo. E ela não levou em conta aquilo que o povo quer, que é o que dá legitimidade. O povo não queria essa nomeação. E povo é uma palavra muito abstrata, porque alguns podem dizer: "Não era o povo. Era uma parcela do povo, porque só havia 4 milhões, e são 200 milhões." De qualquer maneira, há o espírito nacional, o que imagina a Nação. O que se chama por imaginário popular, que é o que dá legitimidade. Às vezes, erra-

damente, do ponto de vista histórico. Não dá certo. Lembre-se, Senador Lindbergh, que a ideia de defender legalidade sempre foi dos conservadores. Os conservadores que defendem a legalidade; nós defendíamos a legitimidade. Quando vem a ideia das cotas, quantos disseram: "É ilegal, porque o direito não é igual; temos que ter direito igual; é vestibular"? Nós defendemos as cotas, quebrando, naquele momento, a legalidade, porque era legítimo abrir vagas para mudar a cor da cara da elite brasileira. O que a gente fez? A gente mudou a lei. Criou-se a lei das cotas. Mudou-se a lei...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas não é uma quebra de legalidade, Senador Cristovam.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Era ilegal naquele momento.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não era.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Tanto que fizemos...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É constitucional, porque todos são iguais perante a lei...

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Constitucional. Espere aí!

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... e têm que ter os mesmos direitos.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso. Constitucional.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Às vezes, a igualdade nós buscamos na diferença.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso. Era constitucional, mas não estava na lei. Foi preciso fazer uma lei – foi preciso fazer uma lei! Fui Reitor e tentei fazer isso, mas não foi possível no primeiro momento, porque entravam com *habeas corpus*, entravam com mandado de segurança, entravam com ação popular e se impedia essa mudança, em nome da lei, da legalidade. Mas havia uma legitimidade que se queria. Foi preciso casar os dois. Não ficamos presos à lei como ela é. Mudamos a lei para não sermos ilegais. Este é o desafio desta Casa: não ser ilegal e ficar legítimo – não ser ilegal e ficar legítimo! Pode ser ilegal vazar gravações – vamos supor que seja –, mas não é legítimo esconder o que está ali dentro. Viu o problema? Não é legítimo esconder diálogos entre pessoas suspeitas de alguma coisa. Não é legítimo, mas talvez seja legal. Como casar esses dois? A gente não está discutindo esse ponto aqui. Mas eu vou deixar para falar isso na minha vez, Senador Medeiros. Desculpe ter tomado...

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Por favor.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... o seu tempo.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Com a palavra o Senador Lindbergh.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Medeiros, bom dia. Estivemos aqui ontem num debate e continuamos no dia de hoje. Hoje é um dia importante para nós, porque vamos fazer mobilizações em todo o País, em todas as capitais brasileiras, mobilizações democráticas.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Quero elogiar a postura do Governo paulista, porque estava marcada a passeata para o dia de hoje, e ele pediu às pessoas que estavam na Paulista que se retirassem dali, porque havia uma passeata marcada. Elas não saíram, e ele está retirando as pessoas.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Temos essa preocupação, porque a nossa passeata estava marcada, inclusive com a presença do nosso ex-Presidente e hoje Ministro Luiz Inácio Lula da Silva ali, na Paulista. Então, já estava reservada anteriormente essa data para nós. Eu ouvi V. Exª falando do cientista político Alberto Carlos Almeida, que falava algo como: "Presidente Lula, o senhor virar Ministro é a única saída", em relação ao Moro. V. Exª citou isso, mas não leu a transcrição até o final, porque, nessa transcrição do debate com Alberto Carlos Almeida, Lula diz algo como: "Não, eu não quero assumir por causa da questão do foro. Não vou virar Ministro por isso". Nessa conversa que V. Exª citou, está Lula dizendo isso. Então, eu pergunto a V. Exª: V. Exª não acha o STF isento, independente? V. Exª acha que o STF vai dar uma proteção ao ex-Presidente Lula? É claro que não, Senador. Na verdade, quem perde com isso é o Presidente Lula, porque ele perde a capacidade de recorrer nas instâncias. Eu estive com ele nesse período, Senador Cristovam. Ele passou uma semana para se decidir. O que atrasou a decisão foi essa questão, sim. Ele virou Ministro por uma questão que ele entendeu ser um apelo da Presidenta Dilma. De fato, reconhecemos que é uma crise política seriíssima a que nós vivemos, e ele dá um fôlego ao Governo, porque tem capacidade de articulação maior...

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... com lideranças aqui do PMDB, do PR, de vários outros partidos. Então, ele assumiu por isso. Agora, eu aqui tenho cobrado, porque a questão da legalidade não é uma questão menor. Eu tenho cobrado daqui. Eu acho que este é um momento que vai ficar marcado,

Senador Medeiros, na história do País. Daqui a 30 anos, vamos estar visitando esses momentos. Eu acho que o papel de cada um, neste momento, é fundamental. Nós não entendemos... Em relação ao Presidente Lula, Senador Cristovam, eu acho que é uma caçada, cheia de ilegalidades. Aquela condução coercitiva, não me canso de repetir, foi um absurdo, foi um espetáculo! Sabemos que ele não foi intimado. A legislação, no art. 260 do Código de Processo Penal, diz que a pessoa tem que ser intimada e se negar a depor por duas vezes. O Presidente Lula não foi intimado. Aquilo foi um espetáculo. Fizeram para ele as mesmas perguntas que tinham feito em outros depoimentos. Não havia nada de novo ali que justificasse uma condução coercitiva daquela. E não só isso: depois, aquele promotor de São Paulo, Cassio Conserino, pediu a prisão preventiva dele. Até os líderes do PSDB aqui discordaram da fragilidade. Aí, houve o fato de ontem, que o Brasil aplaudiu, saiu em todo canto... Como? Pessoal, veja bem: isso é uma interferência política do Juiz Sergio Moro, porque, no dia em que Lula foi nomeado Ministro, ele fez um ato para causar impacto na opinião pública, para incendiar as ruas. Ele está convocando para incendiar as ruas! Será que não vemos isso? Em um momento decisivo dessa luta política que estamos vivendo, nós vamos aplaudi-lo – "Moro! Moro! Moro!" –, porque a opinião pública está fazendo isso? Se os senhores não tiverem uma posição clara, isso vai ficar registrado na história dos senhores. Aí eu trago aqui – ainda bem – uma voz sensata no dia de hoje que é o editorial da *Folha de S.Paulo*. É um editorial que marca, porque é um momento de tanta covardia, de tanta gente que não se posiciona neste momento, que acho que esse editorial coloca os pingos nos "i"s aqui também. Acho que é um editorial histórico da *Folha de S.Paulo*. Ele diz o seguinte – é muito importante, por isso vou ler aqui e devolvo a V. Exª:

> Em momentos de crispação nas ruas como estes que o Brasil conhece, nada mais importante que dispor de instituições sólidas e equilibradas, capazes de moderar o natural ímpeto das manifestações e oferecer respostas seguras dentro de um quadro de legalidade.
> Preocupam, por isso, os sinais de excesso que nos últimos dias partem do Judiciário, precisamente o Poder do qual se esperam as atitudes mais serenas e ponderadas.
> Não se trata de relativizar o peso das notícias acerca da Operação Lava Jato, ou de minimizar o efeito político e jurídico das gravações telefônicas divulgadas nesta semana.
> O imperioso combate à corrupção, entretanto, não pode avançar à revelia das garantias individuais e das leis em vigor no país. Tal lembrança deveria ser desnecessária num Estado democrático de Direito, mas ela se torna relevante diante de recentes atitudes do juiz federal Sergio Moro, em geral cioso de seus deveres e limites.
> Talvez contaminado pela popularidade adquirida entre os que protestam contra o governo da presidente Dilma Rousseff [...], Moro despiu-se da toga e fez o povo brasileiro saber que se sentia "tocado pelo apoio às investigações".
> Ocorre que as investigações não são conduzidas pelo magistrado. A este compete julgar os fatos que lhe forem apresentados, manifestando-se nos autos com a imparcialidade que o cargo exige.
> Demonstrando temerária incursão pelo cálculo político, resolveu assumir de vez o protagonismo na crise ao levantar o sigilo de conversas telefônicas de Lula [...] bem no momento em que o ex-presidente se preparava para assumir a Casa Civil [coisa que eu tenho falado desde ontem, aqui].
> Por repulsiva que seja a estratégia petista de esconder o ex-presidente na Esplanada, não cabe a um magistrado ignorar ritos legais a fim de interromper o que sem dúvida representa um mal maior. Pois foi o que fez Moro ao franquear a todos o acesso às interceptações e transcrições que, como regra, devem ser preservadas sob sigilo.
> Ao justificar a decisão, Moro argumenta de maneira contraditória. Sustenta que o caso, por envolver autoridades com foro privilegiado, deve ser remetido ao Supremo Tribunal Federal, mas tira da corte a possibilidade de deliberar sobre o sigilo das interceptações.
> Pior, a lei [a lei, a lei, Senador Medeiros] que regula o tema é clara: "A gravação que não interessar à prova será inutilizada". Quem ouviu as conversas de Lula pôde perceber que muitas delas eram absolutamente irrelevantes para qualquer acusação criminal. Por que, então, foram divulgadas?
> Ademais, a conversa entre Lula e Dilma ocorreu depois que o próprio Moro havia mandado ser interrompida a escuta. Acerca disso o juiz a princípio não se pronuncia.
> É sem dúvida importante que a população saiba o que se passa nas sombras do poder. Daí não decorre, obviamente, que os juízes possam dar de ombros para as leis. Mais do que nunca, o exemplo deve partir do Poder Judiciário – sua eventual desmoralização é o pior que pode acontecer.

Está aqui, está aqui. Eu só...

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Medeiros, mais uma vez, eu vou abusar. Tivemos, aqui, um debate sexta-feira passada que foi desta maneira, lembra? Foi com o Sena-

dor Donizeti. Então, acho que podemos fazer assim.Eu assino embaixo disso, assino embaixo satisfeito. Agora, deixe-me só dizer.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas V. Exª assina hoje, porque, sinceramente, eu estou por esperar um pronunciamento de V. Exª, que sabe da minha admiração que tenho por V. Exª.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, não, não. Pronunciamento eu não fiz.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas eu estou por esperar um pronunciamento de V. Exª nesses termos.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Pronunciamento eu não fiz...

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Em defesa da legalidade, até agora, não vi, nem de muita gente boa aqui dentro.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mais de uma vez aqui, eu disse, quando houve o debate: os dois lados estão certos ou os dois lados estão errados. Eu disse aqui que V. Exª estava do lado certo de reclamar, mas os outros estavam do lado certo de querer saber. Então, deixe eu dizer: eu me preocupo muito com o que vão dizer de mim daqui a 30 anos. Até aqui, ninguém vai dizer que apoiei fatos ilegais, mas eu quero que fique que eu lutei pela legitimidade de nós acabarmos com a corrupção neste País. E temo que V. Exª fique com a imagem positiva da legalidade, mas passe a ideia de que foi tolerante com a corrupção. Eu temo isso, o que não é justo para V. Exª. Da mesma maneira que eu não fiz um discurso sobre a legalidade, embora aqui eu tenha falado sobre condução coercitiva do Lula... Eu falei aqui, eu fui contra. Eu não fui contra explicitamente, porque eu não sei das leis, mas eu disse que não vejo razão para levar coercitivamente. E disse mais: eu não estou falando isso por causa do Presidente Lula, que é ex-Presidente, estou falando dos 117 outros que foram levados. Eu falei aqui. Então, nós temos que ter muito cuidado. E eu fico feliz de ver um Senador trazer essa preocupação com a história, isso é muito importante, porque vão cobrar, mas ficar só do lado da legalidade, quando o povo quer a legitimidade de limpar a corrupção, que houve, tem havido... Destruíram a Petrobras, a Eletrobras está em dificuldade, o BNDES está sob suspeição. A luta por isso tem que ser feita com força, e, daqui a 30 anos, vão cobrar quem entrou ou não nessa luta. Agora, essa luta tem que ser feita dentro da legalidade, até mudarmos a lei, porque eu acho que podemos mudar as leis. Alguém, inclusive, pode, um dia, colocar aqui a seguinte lei...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado. Alguém pode até colocar uma lei: telefone de Parlamentar é aberto para todo mundo ver. Pode-se até fazer isso, o que tecnicamente não deve ser difícil de ser providenciado. Da mesma maneira que eu defendo que filho de político deva estudar em escola pública, pode-se defender isso. Aliás, eu defendo aqui que nenhum de nós deve ter sigilo bancário nem fiscal, como em muitos países do mundo. Eu acho que é na França – não estou muito certo – em que não há sigilo fiscal para ninguém, todo o vizinho sabe quanto foi o imposto de renda do outro, é exagero. Mas político? Quer entrar na política? Então, abra mão dos seus sigilos. Eu nunca defendi que se abrisse mão de sigilo telefônico, mas, de repente, pode até ser que alguém defenda essa ideia aqui. Aí não há mais como contestar atos como os que foram feitos de divulgar aqueles diálogos. E eu também achei irrelevantes, na maior parte deles, os diálogos que foram distribuídos, com coisas que dizem respeito apenas à vida, de fato, privada. Agora, voltando, Senador, foi ótimo ter trazido aqui isso dos 30 anos. O que é que vão dizer de nós? Uma coisa eu sei que vão dizer de nós – até hoje, pode ser que consigamos mudar na próxima semana –: vão dizer de nós que nós ficamos irrelevantes. Isso, sim, me preocupa. E eu venho dizendo isso há anos aqui. O processo político foi judicializado de tal maneira que nós somos irrelevantes. As leis hoje são definidas pelo próprio Supremo ao interpretar as maneiras que nós escrevemos e que não são claras ou até coisas que nós não escrevemos ainda que, por conta dos calendários eleitorais, o Supremo sai na frente legislando, o que não é o papel dele. Isto vão dizer de nós, o que me preocupa também: "Aquele Congresso era irrelevante". O povo ficou na rua falando umas coisas, e nós aqui dentro, falando outras, sem fazer as leis conforme elas devem ser para dar atendimento à legitimidade que vem da voz do povo. Deveríamos escrever ali em cima como uma provocação do Lindbergh: "Pensem o que vão dizer de vocês em 2046". Deveria estar escrito ali. Pensem o que vão dizer de vocês daqui a 30 anos, Senador? Inspirado no senhor, deveríamos escrever ali: "Pensem o que vão dizer de vocês daqui a 30 anos". Todo dia quando chegássemos, veríamos ali escrito. É importante. Eu me preocupo com isso, mas, nessa minha preocupação, eu não fico apenas como defensor da legalidade. Vou repetir: apenas. Eu quero ser defensor da legalidade, mas eu quero trazer aqui para dentro a legitimidade que vem da aspiração popular. E, por isso, eu quero apresentar leis que aproximem o legal do legítimo. Ficar só no legal é coisa de conservador; ficar só no legítimo é coisa de populista. Eu não quero ser um, nem outro.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito bem, Senador. Senador Medeiros, desculpe-me, mas como estamos na sexta-feira... Eu concordo com o Senador Cristovam. Senador Cristovam, eu falo em 30 anos, porque, de fato, eu sinto que a vivemos um momento que vai ficar marcado na nossa história. Vamos ter um desfecho, em dois meses, da questão do *impeachment*. Eu espero que o desfecho não seja o desfecho da aprovação do *impeachment*, porque, como eu venho repetindo aqui, não há base jurídica para se tirar uma Presidenta que foi eleita democraticamente em cima de argumentos de pedaladas fiscais – mais tarde, eu vou entrar nisso aqui. Agora, quanto ao combate à corrupção, Senador Cristovam, deixe-me falar: eu acho que há que se investigar todos. O que estamos cobrando aqui também há muito tempo...

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... é haver certo grau de seletividade nessas investigações. É como se elas fossem dirigidas ao PT. Há vários nomes da oposição que foram citados uma, duas, três vezes, e eles não faziam nada, não abriam inquérito. Esse é o primeiro ponto. Segundo, uma coisa tem que ficar registrada na história. E V. Exª, que conhece a história recente e viveu todos os fatos recentes, sabe disso. Senador Cristovam, antes do governo do Presidente Lula, para ser sério, não existia investigação neste País. Eu tenho falado isso aqui, e as pessoas... Sabe quantas operações da Polícia Federal houve em oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso? Quarenta e oito. Era uma média de seis por ano. As pessoas não se lembram de como era. A figura do engavetador do Geraldo Brindeiro era uma figura real. Foi o Lula que começou a nomear sempre o Procurador mais votado e deu uma autonomia grande ao Ministério Público com isso, porque, quando se indica o Procurador-Geral...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O Geraldo Brindeiro foi o sétimo colocado. Eu falei isso aqui ontem e tenho repetido isso sempre. Foi o sétimo colocado de uma lista. Então, nós não tínhamos investigações. A Polícia Federal e o Ministério Público foram outros depois do começo do Governo Lula, depois do começo do Governo do PT. Instrumento de delação premiada veio de onde? Veio do Palácio do Planalto, veio da Presidenta Dilma, só que a legislação de delação premiada é diferente do que eles estão fazendo hoje. Delação premiada é um ato voluntário. O que está acontecendo, e a gente está se calando, quando eu falo da legalidade... Eu volto a repetir: para mim há um embrião do Estado de exceção dentro do Estado democrático de direito. O que está acontecendo hoje é o seguinte: você prende a pessoa, preventivamente, por 10, 11 meses – o instituto do *habeas corpus*, na ditadura, não foi tão desmoralizado como está sendo hoje –, é uma tortura, e ela acaba delatando. Inclusive, há vários ladrões delatores saindo cheios de dinheiro, porque delataram e vivem sua vida. E, às vezes, sem provas. Basta delatar alguém. Então, sinceramente, acho que é um momento de muita gravidade. Eu vi, ontem, o Presidente Eduardo Cunha todo animado com a instalação da Comissão do *Impeachment*. Eles nomearam um Relator próximo do Eduardo Cunha. Eu não tenho dúvida. Eu espero que isso não aconteça, mas, se acontecer a aprovação do *impeachment*, com essas ações de exceção do Juiz Sérgio Moro, com essa caçada contra o Presidente Lula, eu não tenho dúvida, Senador Cristovam, de dizer que os livros de história lá na frente vão encarar este momento com um momento excepcional da nossa vida política. E a nossa tese do golpe – tenho certeza – vai ficar registrada nos livros de história e vai ser uma profunda ferida na nossa democracia, no nosso Estado democrático de direito. Por isso, tenho feito questão de marcar minha posição aqui todos os dias, Senador Cristovam. Eu falo de verdade. Eu estou pouco preocupado se há uma maioria contra. Eu estou preocupado com o que considero uma verdade.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E se, no processo de *impeachment*, houver comprovação, provas de que a Presidente Dilma cometeu crime? O senhor votará contra o *impeachmen*t?

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, se tiver prova... Só que hoje não tem.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ah, não, não. Mas não houve ainda o *impeachment*. O *impeachment* não está aqui.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não. O pedido está feito.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, o pedido.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E sabe o que diz o pedido?

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O pedido pode se fazer a qualquer momento

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não. Então, tem que ser um outro pedido.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Aliás, eu até defendo – há um projeto meu aqui – o *recall*. Eu acho que todo mundo, dois anos depois do mandato, deveria passar por uma eleição, para ver se continua.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Na Venezuela é assim. Você sabe que na Venezuela há o instrumento do referendo revogatório.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso. Isso.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Apesar de dizerem que Chávez é ditadura, foi Chávez quem fez isso.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, vamos supor que o *impeachment* é um referendo revogatório. Agora, tem de provar que houve crime. Eu sempre disse aqui: não é golpe pedir *impeachment*. Golpe é dar *impeachment* sem prova, de acordo com a Constituição.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Concordo com...

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – O PT pedia *impeachment* até do Vicente Matheus.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O PT pedia de todo mundo. Ele tinha o direito de pedir. Tarso Genro fez um artigo na *Folha* pedindo o *impeachment* do Fernando Henrique. Tinha direito disso. Agora, não pode se fazer o *impeachment*? Então, o que eu vou querer que fique com o meu nome na história, na hora em que chegar aqui – se chegar, porque pode ser que não passe da Câmara... Se chegar aqui o *impeachment*, eu vou votar, se houver provas, conforme a Constituição pede, e quero que meu nome fique como votando pelo *impeachment*. Se não houver prova, só pela incompetência da Presidente, que eu há anos digo aqui que é grande, eu vou lamentar muito e votarei contra o *impeachment*.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Parabenizo V. Exª.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Claro. O Brasil vai aguentar mais anos terríveis, mas não feriu a lei. Mas se chegarem provas, eu também vou votar triste a favor do *impeachment*.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas V. Exª está certo. A questão são as provas.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu gostaria muito que a gente não precisasse de *impeachment*, como eu demorei muito – o senhor logo no começo apoiou o *impeachment* do Collor –, eu demorei muito a entrar naquilo, porque eu sentia, como professor, o lado pedagógico de tirar um Presidente no meio. É ruim para a formação democrática de um povo. O povo precisa saber que, ao votar, vai ter que aguentar quatro anos, mesmo ruim. Vote bem. Pense bem. Agora, se cometeu o crime, não. Aí, não tem jeito. Então, eu creio que 30 anos atrás o senhor pensou bem.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Talvez não pela juventude, como ficaria na história. E acho que não ficou mal na história por ter pintado a cara de verde amarelo e ter ido para rua liderando os jovens. Não ficou mal.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Mas está ficando agora.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É dos jovens. Não ficou mal.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Você veja que a discussão do crime de responsabilidade prevê atos objetivos de Presidente. No caso do Collor, as pessoas pensam que foi o Fiat Elba. Não. O que pegaram foram contas de empresas fantasmas administradas por PC Farias. Dessas empresas fantasmas, havia depósitos da esposa do Collor, da mãe, pagamentos de despesa pessoal, reforma do jardim da Casa da Dinda. Era isso. E contra a Presidente Dilma?

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Vamos ver.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Todo mundo pode dizer "está fazendo um péssimo Governo". Tudo bem. Há várias opiniões sobre isso. Mas ela é uma mulher honrada. Cadê o dinheiro na conta? Cadê a conta no exterior?

E eu parabenizo V. Exª, porque eu acho que o critério de nós todos Parlamentares deve ser o seguinte: de fato, analisar em cima de questões concretas. Há crime? Não há crime? Então, parabenizo V. Exª. É assim que deve ser o posicionamento nosso neste momento.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Tem de ser. A diferença é que vocês em geral acham que, abriu o processo, é golpe. Não. Abriu o processo, está previsto no artigo da Constituição. Agora, a condenação, dizemos assim, é outro artigo, e tem que seguir esse outro artigo também. Não pode ser só um artigo que permite a abertura; tem que ser o artigo que define como é que se faz o *impeachment*. A verdade é que, em qualquer das alternativas, vou estar triste, porque o ideal é que, em política bem feita, com Constituição, não se precise nem votar *impeachment*. Eu creio que nos Estados Unidos houve uma vez ou duas em toda a história; a gente já está na segunda em quatro presidentes. Vai ser muito ruim para a juventude.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Segunda, não, teve o Getúlio também. Na verdade, a Lei do *Impeachment* surgiu em 1950.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sim.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E tentaram dar o *impeachment* em Getúlio.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas não houve.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Pouco antes do suicídio. Ele ganhou, depois se suicidou.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sim, mas chegou a haver o julgamento?

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Chegou, e ele ganhou.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu confesso que eu não lembrava disso.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É verdade.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não lembrava. Pois bem, é uma pena que a gente tenha que fazer votação, mas, se for preciso, tem que fazer. É uma pena votar pelo *impeachment*, mas, se for preciso, tem que votar. E vamos ficar na história. Aí os que vão analisar é que digam. Eu me preocupo muito com isso e vou insistir: a gente deveria mesmo pensar. Não estou fazendo isso só de brincadeira, devia ter escrito ali: lembrem-se o que vão dizer de vocês os livros de história, daqui a 20, 30, 40 anos e para sempre. Vale a pena! Deveríamos propor uma coisa formal nesse sentido.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Senadora Vanessa, só peço mais um tempinho, porque eu falei só por três minutos.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Desculpa, viu, Senador Medeiros.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Não, é só para garantir ali; senão, ela me corta.

Mas, Senador Lindbergh, só colocando aqui, eu quero louvar mais uma vez, viu, Senador Cristovam. Eu disse ontem que, se ele deixar de ser Senador, com certeza, já está garantido como um advogado para fazer sustentação oral, porque é muito competente. O Senador Lindbergh, após o discurso dele, faz parecer o seguinte: primeiro, o Brasil começou a existir depois do Governo do PT; segundo, o Presidente Lula, o ex-Presidente Lula nada cometeu e em nada errou. E ele faz parecer que quase convence. Tem que ser louvada a capacidade do Senador Lindbergh.

Mas, vamos lá! É sobre a legalidade. Quando o PT, competentemente, coloca o Senador Lindbergh aqui, por exemplo, o faz com muita inteligência, porque o Senador Lindbergh se prende às filigranas e aos detalhes legais e faz parecer, de repente, que toda essa operação está ilegal. E eu digo o seguinte: veja bem, a Lei do Sigilo não é uma lei em si mesma; existe uma coisa acima dela que norteia tudo. Aliás, acima de todo o arcabouço jurídico nacional, existe um negócio, existe um guarda-chuva chamado Constituição, e qualquer coisa que esteja fora desse guarda-chuva está se molhando.

A Constituição diz o seguinte, lá no art. 5º, LX:

> Art. 5º .....
>
> LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou se o interesse social o exigirem.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Na verdade, o que o interesse social exige, nesse caso, é a publicidade, porque não havia nada da intimidade do ex-Presidente Lula, muito menos da Presidente, ali naquele caso. A regra, na verdade, é a publicidade. Aliás, existia um jurista norte-americano que dizia o seguinte: em matéria de poder, não existe melhor detergente do que a luz do sol.

Mas, deixando as filigranas e os detalhes legais de lado – até porque, essas questões, o PT faz, inteligentemente, com uma estratégia de trazer para o campo da tecnicidade do campo processual, porque é difícil demais enfrentar o mérito –, eu tenho dito, e perdoem-me a analogia, que a situação, neste momento, é quase como uma falta batida por Rogério Ceni: é no ângulo, é sem defesa. Então, tem que se partir para o lado processual, mesmo, e tem que se arrumar um advogado competente – e fez muito bem.

No entanto, existem algumas coisas que estão muito claras e patentes. Uma delas é o mito da Presidente Dilma. Nós já tínhamos o mito. Aliás, o PT teve muita sorte, pois houve dois mitos: o mito Lula e o mito Dilma. O mito Lula desmoronou e eu não preciso fazer força para fazer isso, porque a população está nas ruas, as pessoas estão nas ruas, e isso já está claro. Mas existe o mito que ainda está construído: o mito número um da Presidente Dilma, o mito da honestidade.

Vejamos bem: a Presidente Dilma foi chefe do Conselho Administrativo da Petrobras. Ela foi Chefe da Casa Civil.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Ela é Presidente da República. E, aí, vamos lá. Quando era chefe do Conselho da Petrobras, nós tivemos Pasadena, nós tivemos toda essa coisa que aconteceu na Petrobras, e a Presidente Dilma estava lá. Ou a Presidente Dilma é extremamente incompetente ou ela sabia de tudo.

Ficou muito claro naquele momento que a Venina... Alguém aqui se lembra da Venina? Venina era uma funcionária da Petrobras, uma técnica extremamente competente, segundo dizem. Essa senhora, num determinado momento, pegou no rabo dessa jararaca, que estava lá dentro da Petrobras. Ela descobriu o fio da meada de tudo isso aconteceu agora e mandou um memorando aos seus superiores.

De repente, abre-se um processo administrativo contra essa mulher. Alguém teve uma ideia maravilhosa: "Não. Vamos fazer o seguinte. Vamos mandá-la para Singapura!". Mandaram-na para Singapura. Sabem para quê? Para estudar. Ela ficou pra lá. Ela abriu a boca e contou tudo: falou sobre o Paulo Roberto Costa e todo mundo.

Lembro-me da entrevista da então Presidente da Petrobras Graça Foster. Nunca vi tanta desfaçatez numa entrevista. Ela disse o seguinte: "Olha, eu fiquei sabendo e falei pra fulano: 'Olha a Venina se ressente.'"

Bem, esse foi um enredo, mas isso tudo sob as vistas ou não vistas da ex-Presidente Dilma. Então, aí, é o seguinte: ou ela não tinha capacidade gerencial, porque era outro mito. A mãe do PAC foi eleita, porque, entre outras coisas, era extremamente uma gerentona. Nesse caso, ou ela sabia, ou ela foi incompetente, caindo por terra o mito da capacidade gerencial. Aí, fica em dúvida: ou o mito da honestidade, ou o mito da capacidade gerencial.

Na Presidência da República, Senador Cristovam, tudo isso que está sendo provado sobre a Lava Jato, que foi para a campanha, não foi o Senador Lindbergh o beneficiário. Não! O projeto principal do PT era o do Presidente Lula.

Agora, nas delações, por exemplo, do Senador Delcídio do Amaral, a Presidente Dilma comete o que eles chamam de "cegueira voluntária". Ao falar sobre alguns montantes, sobre o João Santana, falou: "Não sei. Isso é problema do Lula". O então Senador Delcídio disse: "Presidente, é a sua campanha!". É assim: "porque eu não vi, não sou culpado". Não! Estão confundindo CPF com CNPJ. A candidata Dilma, se houve crime em sua campanha, é responsável sim!

"Ah, Eu não peguei nenhum centavo. Não pus nenhum centavo no bolso!". Até acho que não, mas você tem a responsabilidade objetiva. É igual àquela história do avião *Legacy*, que bateu no avião do Gol. Que culpa tinha a empresa Gol de o avião ter atropelado? Mas ela tem de indenizar todos os passageiros. Sabe por quê? Porque há um negócio chamado responsabilidade objetiva. Eu sou candidato, é minha campanha. Se aconteceu um crime dentro da campanha, eu sou o responsável. Não há como.

O senhor é dono de uma empresa, um funcionário seu atropela e mata uma pessoa: responsabilidade objetiva, terá que indenizar aquilo lá, é sua empresa, o senhor tem essa responsabilidade. O que o seu CPF tem nisso? Nada, mas, como empresário, você é responsável por aquilo. São mitos que foram construídos. De repente, diz-se: "Olhe, a Presidente Dilma é uma mulher honesta e deve ficar no Governo, porque não há nada contra ela." Não, estamos falando de Governo, não se pode confundir uma coisa com outra.

O mito da capacidade gerencial – e, nesse caso, não preciso falar nada. Ontem, só de haver esse rebuliço todo, a bolsa subiu seis pontos, o dólar descambou. Em todos os momentos em que houve alguma chance de esse *impeachment* reviver, o mercado se alvoroçou, porque estão desesperados, e não é por nada, não é por causa da política econômica do Governo da Presidente Dilma, é pela falta dela. Não existe um rumo, a verdade é essa!

V. Exª, Senador Cristovam – e não é confete –, quantas vezes subiu aqui dizendo: "Precisamos de um rumo, precisamos de uma saída." E, como se avolumou essa avalanche de denúncias, essa avalanche de fatos que atropelam cada momento, imagino o quão difícil é para o Senador Lindbergh, para a Senadora Vanessa, para a Senadora Gleisi, para a zaga do Governo aqui ter que defender isso aqui tudo. É terrível! É que são habilidosos, têm muitos anos de tribuna, mas não é fácil, porque, a cada momento, se atropela um fato em cima do outro. Ainda estão controlando e defendendo um e já têm que ter defesa para o outro, é muita coisa. E não há como dizer que não aconteceu: só de dinheiro, de fato, que já voltou para os cofres da União o Ministério Público já trouxe mais de R$2 bilhões.

Por isso que digo que nós da oposição, do outro lado – obviamente o PT tem toda legitimidade para fazer defesa –, temos que fazer o contraponto: um, protegendo o Judiciário; dois, protegendo o Ministério Público; três, protegendo a Polícia Federal. E digo isso porque o atual Ministro que acaba de entrar no Ministério da Justiça foi por demais infeliz, mas de uma infelicidade, e creio que não vai bater de novo este recorde: atacou a Polícia Federal no seu discurso de posse e, de forma transversa, deixou claro o desprezo por essa instituição.

Vamos falar um pouquinho da Polícia Federal, Senador Lindbergh. V. Exª, com a habilidade que tem, disse que foi só após o Governo do PT que a Polícia Federal e o Ministério Público começaram a investigar. Eu fiz agora há pouco um retrospecto histórico disso e digo uma coisa: em 1994, Itamar Franco colocou mais de 5 mil policiais federais neste País – quatro mil e pouco só na Polícia Rodoviária Federal, mais outros concursos da polícia.

Acontece que isso tem uma maturação, Senador Cristovam. Um professor universitário não entra na faculdade e, no outro dia, apresenta uma pesquisa que vai ganhar o Prêmio Nobel. Não acontece isso. Ele vai maturando. Ele começa a fazer a pesquisa, começa a conversar com outros, ambienta-se na comunidade acadêmica e, aí, começa a produzir cientificamente. Há um período de maturação. Até que alguém que entra no concurso passe a dar a tônica na sua corporação demora.

E eu faço um marco legal; eu digo que quem fez, na verdade, uma revolução no Ministério Público, na Polícia Federal, chama-se Itamar Franco. Esse tanto de jovens que entraram – boa parte deles com curso superior –, com muita energia, revolucionaram a Polícia Federal, revolucionaram a Polícia Rodoviária Federal, revolucionaram o Ministério Público, e o Judiciário brasileiro evoluiu muito. É uma nova gente; foi um Brasil subterrâneo que começou a surgir.

E os frutos estão saindo agora, tanto é que a velha guarda dos advogados está atordoada, porque eles estavam acostumados a trabalhar nas filigranas das leis e dos regulamentos, nas brechas da lei. Estavam acostumados a fazer advocacia processual. E agora não; eles estão tendo que enfrentar o mérito. E, quando o cientista Alberto disse para o Lula: "Olhe, lá é pedreira", é justamente por isto, porque as cortes não estão conseguindo reformar o que se está fazendo aqui. Então essa Polícia Federal tem que ser protegida.

Infelizmente, o Ministro entrou e fez pior do que o Ministro José Eduardo Cardozo. O Thomaz Bastos era um advogado do Lula, mas ele tinha postura de Ministro da Justiça. Pelo menos na frente das câmeras, ele tinha uma fleuma. Ele preservava as instituições. O Ministro José Eduardo Cardozo menos um pouco, deu umas deslizadas: logo de cara, recebeu os advogados das empresas da Lava Jato. Estava fazendo daquilo ali um puxadinho para combinar estratégia. Foi pego, ele mudou a estratégia, mas manteve uma fleuma. Agora, o Ministro que entrou ontem já entrou esculhambando tudo. E é uma pena que a Presidente Dilma...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – ... esteja indo na mesma linha; ela está começando a fazer uma defesa.

Eu acho que a defesa temos que deixar nas mãos hábeis dos advogados. Vamos deixar cada coisa no seu fórum, porque processo se discute no fórum adequado, processo se discute nos autos. Eu vejo que está começando a se demonizar muito no afã de combater o Moro – e não tenho compromisso com erro, se o Moro errou, há as instâncias para coibirem seus erros –, mas, agora, nós temos que preservar as instituições, o Judiciário.

Ontem eu vi o Judiciário muito, mas muito revoltado, porque eu ouvi alguns Senadores dizerem aqui: "O Presidente Lula fala daquele jeito, ele xingou daquela forma, porque é um homem do povo e ele se comunica com o povo." Não, o povo não se comunica desse jeito, Senador Cristovam. Eu sou um homem que veio da roça, e, lá em casa, quem falava um palavrão ganhava a palmatória.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Meu pai era um homem analfabeto, um homem simples, do povo. Eu nunca vi meu pai falar um palavrão. Nunca vi. Então, o ex-Presidente Lula se referir, com palavras extremamente desabonadoras, a membros do Judiciário, ao Judiciário brasileiro, ao Ministério Público mostra, talvez, algo pior, mostra qual é a essência de pensamento dele, mostra a cabeça. Essas gravações todas têm mostrado como é a cabeça do ex-Presidente Lula: é de relativizar tudo. A cabeça do Presidente Lula se resume à fala do Ministro Mercadante de que, na política, tudo pode, e não pode, de que, na política, o poder é absoluto, não é! Existe um negócio chamado democracia, e, na democracia, todo poder emana do povo.

Com essa revolta, eu tenho dito, o PT tem que ter cuidado para que, no seu discurso de se manter no poder, não esteja lutando contra o povo. O povo que colocou o PT no poder está dizendo agora: "Não, saia!" Há um vídeo emblemático rodando nas redes sociais do ex-Presidente Lula em que ele disse: "Eu quero chegar a um dia em que o povo possa colocar e possa tirar, porque todo poder é do povo." É emblemática a fala dele e serve para esse momento. Na verdade, é o povo que está na rua. Esse povo que colocou o PT no poder está dizendo: "Olhe, chega. Nós queremos vocês fora."

E, aí, para já encerrar, eu digo que talvez o PT devesse consultá-lo, contratá-lo, Senador Cristovam, para fazer uma consultoria, porque V. Exª chama à reflexão. V. Exª tem dito que...

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Cuidado com esse negócio de consultoria.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – V. Exª tem chamado aqui à reflexão e tem dito mais: tem conclamado as pessoas a pensar. Eu tenho dito: no afã de se livrar, o PT tem só se afundado, porque ataca para todo lado, mas o momento não é de atacar. Bom, se a estratégia de defesa for o ataque, estão fazendo corretamente, mas estou percebendo que, nessa estratégia de defesa, está colocando contra si toda a população brasileira, porque, no momento em que começou a chamar as pessoas de golpista, as pessoas foram se enrai-

vecendo. E aquela passeata, que antes era uma passeata de mostrar o descontentamento, passou a ser uma passeata de indignação.

Ontem eu fui ali na frente do Senado, não havia mais de 5 mil pessoas. Eu já comecei a ver raiva. E aí vem o discurso de dizer: "Não, a oposição está plantando discurso de ódio." Meu Deus do céu! Minha cidade tem apenas 200 mil habitantes, Senador Cristovam. O pessoal do MST, quando o Lula conclamou, foi para dentro de uma empresa lá, invadiu, fez o diabo, invadiu empresas de TV, só para citar alguma coisa; os discursos de Stedile, meu Deus do céu, o que é que aquilo? É ódio puro!

E o ex-Presidente Lula é o maior responsável por tudo isso. Sabe por quê? Eu disse ontem: o ex-Presidente Lula é um ator, é um comunicador nato. E ele fez o seguinte: ele criou um perfil, o perfil do herói, mas todo herói tem que ter um vilão. E ele criou um vilão imaginário. Ele criou o eles. Quem são eles? Não sei. Outra hora eram as elites, mas que elites? Ele sempre conversou muito bem. Ele até contava, dizia o seguinte, que ele se sentava à mesa com Mario Amato.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Ele não tinha dificuldade de conversar com ninguém. Então, esse ódio todo era retórica, tanto é que está provado aí.

Eu tenho dito: parece aquele livro do Aluísio Azevedo, *O Mulato*, que diz que o mulato chegou de Coimbra – era um rapaz muito bonito, dançava valsa muito bem –, mas as madames não podiam dançar com ele; então, em público, elas o enxotavam, mas, no privado, diz que chamavam para a alcova. Essa foi a relação do ex-Presidente Lula com as elites.

Então, assim, é uma crônica, ele criou esse perfil de nós contra eles, e agora reclama de dizer que o País está dividido. Eu digo: o País neste momento não está dividido. Ele está mais ou menos assim: 94% de um lado e 6% do outro.

Muito obrigado, Srª Presidente.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Só um minutinho.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Com muita honra.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª é o próximo.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu sei, mas é que é em função do debate com o Senador Lindbergh.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas V. Exª pode inaugurar um debate na tribuna.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Conheço V. Exª. (*Risos.*) Senadora, só para dizer: eu não me lembrava de o Getúlio Vargas ter sido submetido a um processo de i*mpeachment*. Eu não me lembrava disso. E achava estranho, estranho. É que não chegou a haver, o processo não passou na Câmara. Foi derrotado na Câmara. Então, não chegou a julgamento, que é aqui, no Senado. Agora, uma coisa que me preocupa muito do ponto de vista das consequências políticas é se não passar na Câmara, mas a Presidente só tiver para o seu lado, se não me engano, 172 votos e mais de trezentos e tantos contra. Aí o *impeachment* não passa. E não passa, não passa. Acabou. Não se vai falar mais de *impeachment*, e trabalhemos 2018 com candidatos. Mas o Governo dela vai ficar muito, muito fragilizado, mais ainda do que hoje. No caso do Getúlio...

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... e há uma matéria hoje na *Folha*, ele ganhou por uma margem muito grande para que o processo dele não viesse para cá. Estou muito assustado com que não passe por uma margem muito pequena. E vou voltar a dizer, porque a população hoje não sabe que é preciso dois terços dos votos. Não é isso? Então, ela pode ter menos da metade, e o processo não passar. Mas foi isso. No caso do Getúlio, não chegou a haver. Só o Collor que teve um processo de *impeachment*.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas houve o pedido e a votação na Câmara.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O pedido e a votação.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Só que Getúlio ganhou.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É. Não passou.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Foi isso que eu tinha falado.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O julgamento não houve.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O julgamento no Senado. Na Câmara, o pedido de *impeachment* foi votado.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O pedido foi votado.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E ele ganhou. O Getúlio ganhou.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Foi na comissão ou no plenário?

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – No plenário.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Concluindo, Senador.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Muito obrigado. Senador, neste caso, nós teríamos de contar com a grandeza da Presidente Dilma, se ganhasse por um voto, de renunciar, mas ela já disse que não vai fazer isso.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Olhe só! Eu acho, Senador Cristovam...

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A grandeza é, se ganhar o *impeachment,* nós...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Cristovam, enquanto V. Exª se dirige para o seu pronunciamento, quero dizer o seguinte: eu até vejo, na oposição, Senador Cristovam, que nós inauguraremos um outro tempo, independentemente do resultado.

Eu tenho sentido isto na oposição: a abertura para o diálogo, porque o que a oposição pede é o julgamento. O julgamento sendo procedido e se, porventura, ela ganhar, eu tenho certeza de que a oposição será a primeira a sentar com o Governo, a dialogar com o Governo para ver como podemos enfrentar finalmente a crise econômica do País.

Senador Cristovam com a palavra.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Estou de acordo com a senhora (*Fora do microfone.*) Se o Governo disser: "Caramba, preciso conversar com os outros." Eu temo que, mesmo sendo 173 votos a favor dela e 350 – vamos dizer – contra, o PT escolha uma imensa festa neste País e diga: "Agora, somos os donos. Tirem o *impeachment* da pauta. Agora, nós somos os donos do poder." Eu tenho isso pela arrogância repetida, sistemática, apesar de todos os indicadores de que as coisas não iam bem.

Senadora, ontem, creio que a senhora ficou aqui por sete, oito horas, sem nem ao menos almoçar – eu fui almoçar, devo dizer. Nós todos ficamos aqui debatendo os aspectos da legalidade dos atos do Juiz Moro. Não discutimos aqui a legitimidade do que o povo quer e como casar os dois, porque não basta ver o povo nas ruas e dizer: "Faz-se como o povo quer, independentemente das leis." E também não é: "As leis dizem. Então, não importa o que o povo diz." Não! Aqui, o nosso papel é casar os dois, mas está ficando difícil.

Confesso, Senadora, que, às vezes, eu me pergunto se não estou fazendo política em um tempo diferente daquele para o qual fui preparado, porque estamos num Fla-Flu.

Depois do meu diálogo com o Senador Lindbergh, recebi diversos comentários dizendo: "Ou se está de um lado, ou se está de outro. Não adianta refletir, porque isso é sinônimo de estar em cima do muro." Quando refletir, pensar é estar em cima do muro, acho que isso não é muito o meu tempo de fazer política. Recebi comentários sobre isso. Não, eu não... Tenho cacoete de professor, talvez, ou alguma outra deformação genética que me faz refletir e que não me deixa cair facilmente. Até no futebol, Senador Cássio, quando joga um time de Pernambuco, eu torço pelo time de Pernambuco, independentemente de ser Náutico. Os outros não conseguem esse gesto. Eu vou pela racionalidade do meu Estado, e não só pela paixão do meu time. Aqui, é o Brasil que eu ponho em primeiro lugar e, depois, o meu Partido – desculpem-me os companheiros do Partido. Primeiro, eu ponho o Brasil!

Aí penso na história que o Senador Lindbergh trouxe aqui. Lamentavelmente, nós não estamos fazendo esse dever de casa, que é a nossa obrigação, por uma razão muito simples: nós, Parlamentares do Parlamento brasileiro – lamento isto há anos aqui e até recolhi alguns discursos em que eu falava sobre o assunto –, primeiro, ficamos impotentes, depois ficamos inoperantes e depois ficamos irrelevantes. A Justiça assumiu o controle. Aí alguns dizem: "Ela deu um golpe." Não deu um golpe! Ela ocupou o espaço de que a sociedade precisa.

Nós fomos incapazes de definir regras que impedissem um partido no poder de destruir a Petrobras. Nós não definimos regras que impedissem que a Petrobras e outras estatais fossem aparelhadas por partido. Nós não mudamos as regras em tempo, infelizmente, recentemente, sobre financiamento de campanha. E aí veio a corrupção. Querem o que agora? Que a Justiça feche os olhos? Que a polícia não prenda? Nós não fizemos o dever de casa certo, na hora devida, para casar a legitimidade da honestidade com a legalidade das regras que impedem a corrupção e – depois, se não impediu – que prendem os corruptos. A Justiça ocupou; ficamos irrelevantes. E uma prova é como nós debatemos aqui o tempo todo se é legal ou não é legal levar o Presidente Lula para o aeroporto. Eu, pessoalmente, acho que não havia necessidade disso. Ele estava ali, sabe o endereço. Nem ele nem os outros 116, porque também só o Lula não ser levado coagidamente está errado; todos são iguais perante a lei. Não era necessário. Mas eu não sou um jurista, que se debruça sobre as leis e analisa. O que eu quero discutir aqui, Senador – e alguns dizem que, além do cacoete de querer refletir, eu tenho o

defeito de me antecipar e, aí, fico falando sozinho, e quando a coisa acontece, se acontece, ninguém lembra quem falou –, é que quero dar um passo adiante, porque o Brasil vai continuar. Depois de hoje, com a passeata do PT, depois da próxima semana, depois do julgamento da Presidente Dilma, ela ganhando ou perdendo, o Brasil continua. E aí eu gostaria muito que nós refletíssemos em que nós erramos. E o "nós", Senador Cássio, tem gradação: em primeiro lugar, "nós" é o PT, que faz parte do Brasil. Eu começo com "nós brasileiros". Errou o PT. "Nós" é o Governo, de 13 anos já – 13% de um século, 10% da República foram do Governo Dilma-Lula. "Nós" somos também os que são oposição, porque, se ou por omissão ficamos quietos ou por incompetência não impedimos, também somos culpados. Em que nós erramos? E aí eu ponho aqueles que pensam progressistamente, porque se consideram de esquerda – independentemente da sigla, porque esse negócio de esquerda, hoje, não tem a ver com sigla, não. Em que nós erramos?

O centro das manifestações do povo – e é povo, não venham dizer que porque tem uma cor e não a outra, porque usa uma roupa e não outra não é povo... O povo, Senador Cássio, se mudou do ABC para a Avenida Paulista; da frente do Sindicato dos Metalúrgicos para a frente da Fiesp. De gritar Lula lá no poder para gritar Lula lá preso.

Onde é que nós erramos? Não vamos discutir se tem erro aí do Juiz Moro ou não – acho que, se tiver, é pequenininho. Onde é que nós erramos, que perdemos o contato com as ruas? É porque nós perdemos a sintonia com a legitimidade do que o povo quer. O primeiro momento, a meu ver, da perda, Senador Lindbergh, foi quando o PT chegou ao poder. Devia chegar junto com o PSDB, porque era o Partido Social Democrata, e não chegou porque os dois são de São Paulo, basicamente, e puseram os aspectos eleitorais na frente dos políticos, e puseram São Paulo na frente do Brasil – os dois.

Onde é que o PT errou quando chegou ao Governo? Porque perdeu o vigor transformador. O PT preferiu medidas boas, generosas, mas paliativas. Volto a insistir: boas, generosas, mas paliativas. Ficamos, por exemplo, com as cotas, e eu fui dos pioneiros na defesa de cotas. Estava na propaganda da Dilma: colocamos o filho de um pedreiro na escola. Positivo, mas paliativo. Transformação seria dizer: nós fizemos as mudanças na educação e agora os filhos de todos os pedreiros disputam o vestibular em condições de igualdade com os filhos dos patrões. Aí seria transformação. Ou seja, não se abriu uma brecha na porta para se entrar: se deu igualdade de condições na disputa para entrar. Essa é a transformação!

Paliativo – aumentou o programa Bolsa Escola, criado no Brasil pelo Fernando Henrique Cardozo, a partir da minha experiência aqui como Governador. Mas a transformação, Senadora Vanessa, não seria aumentar o Bolsa Escola, que é uma coisa positiva e generosa. Veja que não estou chamando de populista, estou chamando de generosa. A transformação seria dizer: agora, nenhum brasileiro precisa mais de bolsa. Todos são capazes, com a produtividade que têm, do salário necessário para uma boa sobrevivência, com dignidade.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Quando possível, me concede um aparte?

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Com o maior prazer, Senador.

Não fizemos esse trabalho – e olhe que eu pus "nós". Eu me incluí agora, porque ajudei o Governo a chegar lá, fui Ministro no primeiro ano.

Eu tentei, aliás, fazer isso com a ideia de federalização, adotando 29 cidades. Um programa chamado Escola Ideal, parado na primeira semana em que o Ministro Tarso Genro me substituiu – 29 cidades minúsculas. Era o que o dinheiro do MEC permitia, porque o Lula – e nisso eu era a favor – foi austero, não deu dinheiro para fazer mais. Mas eu estava de acordo com ele, porque, se a inflação voltasse, quebraria tudo. Que fizéssemos devagar, mas com estabilidade monetária.

E, para falar mais em vigor transformador, não fizemos as reformas que impedissem a corrupção. Porque uma coisa é você ser honesto e dizer: no meu governo, não há ladrão. Outra coisa é ser transformador e dizer: a partir de agora, eu criei regras tais que, mesmo que o ladrão assuma, ele não consegue roubar. Isso é transformação. Isso é revolução. Não basta você dizer que no seu governo não há desonesto, não há ladrão, e, passado o seu governo, começa a se encher de ladrão. Você não fez a transformação. A transformação são regras que impedem que corruptos cheguem ao poder, como a Lei da Ficha Limpa – ela ajuda –, ou que, mesmo que eles cheguem, fazem com que não consigam roubar. Não fizemos as transformações, não fizemos as reformas de que este Brasil precisa. Aí foi o primeiro erro.

O segundo erro foi ter caído nas malhas da mesmíssima política. Passou-se a fazer política da mesma maneira: com arranjos espúrios, com alianças promíscuas, com financiamento de campanha indecente. Caiu-se na mesmice. Este foi o segundo erro que levou as pessoas a saírem do ABC para a Avenida Paulista; do sindicato dos metalúrgicos para a Fiesp; do Lula salvador da Pátria para o Lula vestido de prisioneiro. A mesmíssima política, não mostramos diferença.

A Presidente Dilma caiu na mesmice quando disse: o problema é o *impeachment*, o problema secundário será o vírus da zika, será o saneamento. Não colocou em primeiro lugar as transformações de que o Brasil preci-

sa. Ela poderia ter mandado para cá um conjunto de projetos de lei, dizendo: perdi, não é tempo de reformas, vou esperar outro momento. Ou até dizer: não é mais tempo de eu continuar no Governo porque o Congresso não deixa as reformas avançarem.

Ela preferiu esquecer as reformas, concentrar-se totalmente na salvação do mandato, e não na justificativa de para que o mandato. Um mandato é para transformar o Brasil, não é apenas para ter um mandato. Este foi o segundo erro: a mesmice.

O terceiro foi a arrogância: nós contra os outros. A história do Brasil começou em 2003, e não em 1500. Um erro isto: não reconhecer o passado nas suas qualidades e achar que todas as coisas boas começaram agora. E não reconhecer o passado nos seus erros, maldades, perversões deste País e tentar corrigi-los. Um erro a arrogância, a divisão entre nós e os outros. Vejam bem, o engraçado é que o "nós" passou a ser o próprio PT e os aliados, independente de ser ou não. Maluf passou a ser "nós" naquele momento, no Governo. E outros passaram a ser "nós".

Um desses dias alguém me disse – e vou dizer mais, Senadora Vanessa, um ex-ministro do Lula, não vou dar o nome –, quando eu perguntei onde erramos, Senador Lindbergh, essa pergunta que eu faço todos os dias, ele disse: "Tem uma foto de onde erramos." Eu disse: "Qual foto?" Ele disse: "A foto do Lula no jardim da mansão do Maluf para conseguir ganhar uma eleição." Ele acha que aquela foto foi o emblema do erro.

De certa maneira, no sentido da mesmice e da perda do vigor transformador, esses dois pontos que eu coloco como fundamentais...

**A Srª Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª, em um momento oportuno, concede-me um aparte?

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O Senador Cássio pediu, mas depois...

**A Srª Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeitamente.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas terei todo o tempo.

E também o terceiro, da arrogância. Ou seja, o povo entende, o que o Lula fizer o povo entende. Esses foram os três erros.

O quarto – e não vou colocar nenhum mais, vou ficar no quarto – é não ouvir as ruas. Não ouve as ruas. E a gente pode dizer isso com a maior clareza quando chama todos os manifestantes de golpistas. É não ouvir as ruas. É não olhar as ruas. Não faz sentido dizer uma coisa desta. E terminou, como o senhor mesmo disse, Senador Medeiros, insuflando mais ainda. Foi um erro chamar de golpistas todos os manifestantes. Tinha que dizer: "Olha, no meio dos manifestantes de boa índole há alguns golpistas."

E há mesmo, não vamos negar.

Eu até digo mais: está crescendo a proporção de golpistas, pela raiva, como os que o senhor disse que viu aqui em frente ontem. Essa raiva está levando, sim, a transformar manifestação em golpe. E, com isso, eu me preocupo muito.

Está crescendo, Senador Lindbergh, o grupo que, como o senhor diz, tem raízes fascistas. Está crescendo, mas ainda está longe de ser a maioria. A maioria ainda é gente que está descontente.

E falta ainda outro grupo, antes dos fascistas, que são os desesperados. Há os descontentes, há os desesperados, que são aqueles descontentes que já não têm mais esperança, aqueles que descerão dos morros para a manifestação na Avenida Paulista ou em Copacabana; isso ainda não houve. Ainda poderá haver um descontentamento, sobretudo, de classe média, mesmo baixa, mas, quando aqueles que são desesperados, que não veem alternativa mais, juntarem-se, aí vai ficar difícil.

Quando isso acontecer... E mais uma coisa em que eu insisto aqui, há anos: manifestação todo governo aguenta, porque vai, pega o metrô ou o ônibus, e vai para casa; agora, o que nenhum governo aguenta é manifestação permanente. E vai acontecer, aliás, está acontecendo, ainda, com um grupo pequeno, Senador Lindbergh.

Enquanto vai, e volta para casa, nenhum governo é ameaçado; agora, quando vai, e fica, nenhum governo é sobrevivente. E a História mostra isso. Faz anos que eu digo: um dia o povo vem aqui para a frente do Congresso – porque é falso dizer que os manifestantes estão com raiva apenas do Governo; os manifestantes estão com raiva de todos nós, e o senhor mesmo ainda ontem falou aqui: "*Que se vayan todos!*", como diziam na Argentina – "Fora todos!", e já está aí. Quando ficarem aqui, aí não haverá jeito.

Pois bem, não ouve as ruas. E eu acho que uma das maiores provas de que não ouve as ruas, Senadora Vanessa, Senador Lindbergh, com todo o carinho e respeito, foi a nomeação do Presidente Lula. Pessoalmente, eu acho que não vai adiantar muito a nomeação do Presidente Lula. Eu não acho que ele tem mais aquela força, aquele carisma, ou, como se diz vulgarmente, aquele cacife de vir debater aqui.

Eu ouvi Senador dizer, que não é distante do Governo, que não gostará de "aparecer na foto com o Lula", entre aspas. O que ele quis dizer é que não vai querer ficar nesse diálogo e vai preferir outro interlocutor.

Eu não acho que foi um acerto, do ponto de vista da prática política, mas, pior ainda: pareceu, como hoje mesmo eu ouvi alguém dizendo, um tapa na cara, porque – o Senador Medeiros falou hoje aqui –, no domingo, o povo dizia uma coisa, e, na terça-feira, a Presidente fez o que o povo não queria, o oposto, 180 graus de diferença. Este é um equívoco muito grande, não ouvir as ruas. E não ouviu.

O resultado é que estamos em uma situação em que o Governo está isolado, mas a esquerda também. As esquerdas estão isoladas. Aqueles que propunham alternativas de esquerda – eu me incluo entre esses –, nós vamos pagar um alto preço por esses 13 anos de Governo: ou por ter perdido o vigor transformador; ou por ter feito a mesmice na política; ou por ter mantido a arrogância; ou por que o Governo não ouviu as ruas.

Isso está contaminando todos aqueles que pensam em transformação, em austeridade. E não falo em austeridade financeira, falo em austeridade do Papa Francisco ou austeridade do nosso ex-Presidente do Uruguai. Todos vão ter dificuldades daqui para frente, porque se perdeu legitimidade diante do povo.

E, finalmente – e aí passo para os apartes –, nós políticos, isolados como estamos, vamos ter dificuldade de encontrar o caminho. E isso é o mais grave de tudo.

Esta situação não pode demorar muito tempo. O País está parado. E ela vai ser resolvida, provavelmente, em alguns meses, seja com o *impeachment*, seja com a continuação da Presidente Dilma, passada a discussão do *impeachment*.

Aí esta Casa tem que estar preparada para o dia seguinte, seja o dia seguinte ainda com a Presidente Dilma, seja o dia seguinte com o Presidente Temer, seja com o que começa a ganhar força, a ideia de eleições gerais. O Senador Cássio está dando apoio a isso. A ideia de eleições gerais vai crescer – vai crescer muito!

O problema é que essa aspiração legítima do povo à eleição geral tem que casar com a legalidade de o Congresso convocar eleição geral, e aí passa por reforma constitucional.

E, se a gente duvida que haverá voto suficiente, qualificado, dois terços, para o *impeachment,* imaginem para o *impeachmen*t de todo nós? Porque eleição geral é o *impeachment* de todos. Então, imaginem nós todos votando pelo *impeachment* de todos nós! Eu quero dizer aqui que eu votarei.

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. S/Partido - MT) – Eu também, Senador Cristovam.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu votarei. Eu vi que o Senador Cássio fez assim quando eu falei. Eu votarei por eleição geral, mas não acredito que isso passe.

Mas o povo vai querer. E o que a gente vai fazer se o povo for para a rua e ficar na rua dizendo: "Eu não quero só *impeachment* da Dilma, eu quero o *impeachment* de todos"? Aliás, há até uma maneira prática de fazer isso. Vai haver eleição para prefeito, e se faria junto a eleição para todo mundo. E até aquela ideia que alguns defendem – eu nem sou tão simpático –, de coincidência da eleição municipal com nacional, seria feita, atendendo a um anseio do povo.

Mas, tirando isso, nós temos que estar preparados para o dia seguinte ao Governo com a Dilma ou ao Governo com o Temer. Temos que estar preparados, supondo que não haverá a cassação dos dois pelo TSE. Se houver, temos que estar preparados.

Mas aí é mais fácil. Aí nós vamos fazer uma eleição para Presidente. Teremos por 90 dias algum Presidente da Câmara.

**A Srª Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu creio, Senador Cristovam, que, se o TSE decidir pela cassação, assumiria o segundo colocado. Não sei.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, não, não. Assume o Presidente por 90 dias.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Presidente da Câmara por 90 dias e eleições.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ou, então, teremos como Presidente o grande Deputado Cunha ou alguém que escolhido, para substituí-lo, provavelmente com apoio do Cunha, porque vai ser difícil eleger um Presidente da Câmara, Deputado, sem o apoio do Cunha.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Cristovam, só para reforçar o argumento de V. Exª. Só seria, Senadora Vanessa, eleição indireta se fosse no próximo ano.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sim, a metade.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Passado 2017, não seria eleição direta. Seria uma eleição indireta, feita aqui pelo Congresso Nacional.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É isso mesmo.

Então, supondo isso, nós devemos estar preparados para o dia seguinte, com a Dilma, pós-votação de *impeachment;* ou sem a Dilma, com o Temer, *pós-impeachment*. E nós não estamos nos preparando para isso.

Por exemplo, que compromisso tem o Presidente Temer, se ganhar, de manter a Lava Jato em andamento? Ou que conchavos podem-se até estar arrumando hoje por aí, para dificultar o andamento da Lava Jato com o Governo Temer? Porque a gente sabe a quantidade de pessoas que estão dentro da malha, dentro da rede.

Que compromisso tem de levar adiante um programa que recupere a credibilidade, que é o que mais falta hoje no Brasil, interrompendo o funcionamento da economia?

Há tempo que falta capital, há tempo que falta recurso natural, há tempo que falta mão de obra. Embora falte mão de obra qualificada no Brasil, o resto não falta, a não ser credibilidade. Se houver um governo com credibilidade, o capital vem do mundo inteiro e faz essa economia funcionar. As máquinas estão aí, inclusive, ociosas hoje.

Nós não estamos trabalhando para o dia seguinte. E eu sei que a maioria do povo, a imensa maioria, não quer nem saber do dia seguinte; quer saber é de hoje se livrar do Governo que está aí – a imensa maioria. E nós não estamos dando guarida aqui dentro, do ponto de vista legal, para se fazer isso.

Felizmente, pelos menos agora, abriu-se o processo de *impeachment*. Eu sempre defendi que o processo fosse aberto e nunca disse, como vou votar aqui, no dia, porque eu serei juiz, e juiz se pronuncia depois de analisar os autos, as provas a favor e as defesas, mas felizmente se abriu o processo, estávamos precisando disso. A Presidente Dilma deveria ter tomado até a iniciativa, meses atrás, de pedir que seu Partido votasse pela abertura do *impeachment*, como, aliás, fez, porque a votação foi expressiva a favor da Comissão – houver um voto contra.

Então, eu creio que nós estamos caminhando para consolidar a ideia de inoperantes e irrelevantes. E isso, sim, Senador Lindbergh, que é ruim para a democracia. Para a democracia, um erro ou outro de um juiz passa, agora, o que não passa é um Congresso irrelevante, é um Congresso inoperante.

Por isso que nós é que somos os culpados; não é o Juiz Moro, sem querer dizer que ele acerta em tudo. Aliás, acho que foi um erro aquela coercitiva do Lula. Não a que disse na hora e disse aí fora, no mesmo momento.

Aliás, agradeço ao Senador Medeiros, porque eu cheguei aqui na hora. A imprensa perguntou e disse: "Medeiros, é verdade que estão fazendo a coação ao Lula?" Ele nem sabia, entrou no computador, viu que era. Eu disse: "O que a gente fala?" O senhor me ajudou naquele momento, disse que, para fazer uma coisa dessa, o juiz tem que ter muita certeza jurídica de que isso é possível, e depois ficou comprovado que ele não tinha tanta assim.

Mas esses são pecados muito menores. O grande pecado é do Governo, seus partidos, e nosso aqui também, como coadjuvantes que estamos sendo, na vaia ou no aplauso, mas coadjuvantes inoperantes ou irrelevantes.

Não há democracia com Congresso irrelevante – e o nosso está sendo. E isso nós temos que resolver entre nós, e não esperar que a Justiça nos faça relevantes. A Justiça preenche o vazio que nós deixamos, por nossa inoperância e por nossa irrelevância. Esse é o desafio que a gente precisa enfrentar.

Senador Cássio.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Agradeço o Senador Cristovam. Eu vou tentar, mesmo de maneira improvisada e com os meus limites, fazer um comentário sucinto da construção de sua fala, sempre muito lúcida. O que o senhor chama de cacoete de professor, eu identifico como a virtude do mestre. (*Risos.*) É a exposição lúcida, a argumentação clara, a lógica de um raciocínio e, sobretudo, a trajetória coerente, não só do seu pensar, mas do seu agir. E isso o credencia como um dos melhores oradores que ocupam essa tribuna. Tenha a certeza!

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Então, começo o aparte por essa parte. E quero concordar com a análise de V. Exª em vários aspectos, quase que na totalidade do teor da sua fala. Com todo o respeito, eu vou fazer uma observação que, talvez, entre outros graves erros, o maior equívoco praticado pelo ex-Presidente Lula teria sido não inovar na forma de sustentação política que levou o Brasil a uma situação difícil. E, em vez de transformar os métodos já envelhecidos, apodrecidos, da política da altura, o Presidente Lula deixou de usar o seu imenso capital político, deixou de usar a sua extraordinária liderança popular, e terminou quedando para o caminho mais fácil, o caminho do fisiologismo, do patrimonialismo, do aparelhamento do Estado, e que talvez tenha sido, neste ponto, o erro que degenerou todo o sistema desse período de governabilidade do PT, porque o que está sendo revelado na Lava Jato e que foi descoberto e já punido no mensalão nada mais é do que a expressão mais nua, mais crua dessa forma de operar a política. E é exatamente isso que o povo brasileiro está dizendo que não quer mais, quer um basta. E esse talvez seja o primeiro grande desafio para quem está olhando para o futuro como V. Exª faz. Sim, temos de olhar para o amanhã, porque o presente já está precificado. Ontem, a Câmara dos Deputados instalou a comissão do *impeachment*. E é um processo irreversível, por tudo o que estamos vivendo – e não preciso entrar em detalhes. Agora, é momento de, com muita responsabilidade, o Parlamento, o Congresso Nacional, ter espírito público – uma palavra tão gasta –, deixar projetos políticos de lado e ambições pessoais de banda e pensar no Brasil. Este é um momento em

que divergências ficam menores diante do desafio que nós temos para o amanhã do Brasil: conduzir uma saída legal, constitucional, para esta crise. Hoje de manhã, Cristovam – permita-me, Senador, tratá-lo assim –, eu acordei, em primeiro lugar, lembrando-me do meu pai, que hoje completaria 80 anos, sentindo uma saudade imensa. É uma saudade que sinto quase ou todos os dias, mas, hoje, por razões naturais, a lembrança do poeta Ronaldo Cunha Lima, meu pai, foi muita intensa. Prestei-lhe uma homenagem, fazendo aquilo de que ele mais gostava: distribuindo pelas redes sociais uma poesia sua. Logo ao acordar – acordei cedo, umas 5h30, e fui dormir tarde, noites indormidas nestes últimos meses –, lembrei-me de uma frase que sempre conceituou a vida dele, que foi o meu grande aprendizado. Dizia meu pai: "Política se faz como sacerdócio; jamais, como negócio". Meu pai disse isto a vida inteira: "Política se faz como sacerdócio; jamais, como negócio". Talvez tenha sido exatamente o grande pecado: confundir o sacerdócio, que é a política, com a atividade empresarial, com um negócio qualquer. E as coisas foram-se degenerando, a ponto de vivermos este instante tão conturbado, em que precisamos, agora, muito menos do que apontar culpados, encontrar saídas. Eu acho que o momento chegou a um ponto tal que o Brasil precisa de todos nós, da capacidade de fazer a política como deve ser feita, com esse espírito público, e de o Congresso Nacional voltar a ocupar o espaço que foi preenchido, como V. Exª bem analisou, por outros Poderes, que constitucionalmente estão no mesmo patamar, na mesma hierarquia. Diante do vazio, na observância do vácuo, eles foram lá e ocuparam. Erros judiciais, aqui ou ali, irão acontecer sempre! Temos erros mais graves da Justiça, que condenou à pena de morte inocentes. Isso vai acontecer sempre! Isso é da natureza do Poder Judiciário, porque é da natureza humana. Na humanidade, há célebres casos da Justiça – e Justiças sólidas, como a dos Estados Unidos –, em que juízes e tribunais inteiros, equivocadamente, condenaram à morte pessoas inocentes. Portanto, essa não é a questão central neste momento. Erros cometidos serão apurados e punidos, porque estamos construindo uma República, onde quem erra e quem comete crime são punidos, mesmo que seja um ex-Presidente da República ou um Juiz Federal. Não importa. Essa talvez seja a grande conquista do momento atual, em que o povo na rua constrói a história. E esse povo está de parabéns, é claro, porque só podemos aplaudir neste instante o povo brasileiro e fazer a defesa das instituições. Para concluir, nesse olhar do futuro, eu queria propor a V. Exª que possamos discutir talvez aquilo que seja dois desafios importantes para o amanhã – de passagem, numa pincelada rápida, com a sua clarividência, o tema já foi abordado. O primeiro é o ajuste do Estado brasileiro, com suas disfunções atuais, que precisa de uma reforma ampla. Mais do que uma reforma, que é uma palavra talvez gasta e mal-interpretada, eu acho que o Estado brasileiro precisa de uma atualização, tal qual fazemos permanentemente nesses telefones chamados de inteligentes. Nos celulares, com seus inúmeros aplicativos, de quando em vez, temos que atualizar o aplicativo, todo o tempo estamos atualizando os aplicativos. E o Estado brasileiro precisa se atualizar. Nós precisamos fazer uma atualização no Estado brasileiro, porque ele está com um *software* absolutamente ultrapassado. Então, a atualização do Estado brasileiro é o primeiro desafio. O segundo grande desafio é produtividade da nossa economia. E dados são muito preocupantes, porque, ao tempo em que aumentou a escolaridade do povo brasileiro, o que é extraordinário, muito bom, não cresceu na mesma proporção a produtividade da nossa economia. Então, tornar a nossa economia uma economia moderna e competitiva, para que, a partir daí, tenhamos investimentos e consequentemente desenvolvimento, gerando oportunidades para todos, é o grande desafio do amanhã. Temos que sair dessa crise atual, apontar alternativas. Encerrando, me vem à lembrança que a primeira vez que, ocupando esta tribuna, a palavra *impeachment* foi pronunciada foi pela minha boca, quando recebi um aparte de V. Exª.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Dizendo que não era golpe.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Não. Senador Cristovam, por ensejo de uma pesquisa do Datafolha que apontava uma queda vertiginosa da popularidade da Presidente Dilma, eu fui à tribuna para dizer: "Impopularidade não é motivo para *impeachment*."

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – O meu discurso foi exatamente nessa linha. Eu disse claramente: "Impopularidade não é razão para *impeachment*". E, a partir daí, o tema começou. Lembro o aparte que V. Exª fez, quando disse: "O *impeachment* está na boca do povo."

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Está na boca do povo.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – V. Exª disse: "Eu ando, circulo, e está na boca do povo". E já, naquele instante, estava na boca do povo. E a minha fala nem foi, naquele instante, defendendo o *impeachment,* porque não tínhamos ainda as provas do crime de responsabilidade que foram alcançadas posteriormente, sobretudo com os decretos de suplementação orçamentária. Eu nunca usei as pedaladas como argumento central para o crime de responsabilidade, mas, sobretudo, os decretos de suplementação orçamentária sem autorização legislativa, que é crime de responsabilidade aqui e em qualquer parte do mundo – não há como fugir disso –, e agora esses fatos mais recentes. Pois bem, encontrada a saída, que será a do *impeachment*

pelo que está sendo visto... É claro que poderíamos ter outras, como eleições, e, numa democracia doente como a nossa – a nossa democracia está num quadro infecção generalizada pela superbactéria da corrupção, do patrimonialismo, de tudo aquilo que conhecemos –, talvez o melhor remédio fossem as eleições para que o povo pudesse, com a soberania do seu voto, decidir, mas não será esse caminho, será o caminho do *impeachment*. *O* importante é que vamos ter uma alternativa de saída. Fica o desafio, a fustigação para que possamos refletir sobre esse amanhã e não só o amanhã propriamente dito, mas o depois de depois de amanhã, olhando para essas duas pilastras. É essa a sugestão que trago a V. Exª, com sua lucidez, capacidade intelectual, capacidade de formulação, para que, quem sabe, o Senado da República possa apontar caminhos também nesse sentido. Salve o povo brasileiro e viva Ronaldo Cunha Lima, que sempre foi um grande democrata e que me ensinou que política se faz como sacerdócio, jamais como negócio.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Senador Cássio.

Grande brasileiro, grande paraibano, grande poeta – talvez fosse do que ele mais se orgulhasse. Ele não era só poeta, mas um apaixonado pela poesia, onde estava, falava, usava, recitava. Paraibano como Lindbergh.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito jovem, eu fiz campanha para o Governador Ronaldo Cunha Lima. Lembro-me de que eu, na Paraíba, muito garoto, nas ruas, fazendo campanha. Era uma eleição muito importante naquele período, a vitória do PMDB tinha um símbolo gigantesco. Eu tive muito orgulho de ter participado ativamente daquela campanha e ter convivido com essa figura extraordinária que era Ronaldo Cunha Lima, que encantava qualquer mesa que ele estivesse. Eu faço questão de compartilhar isso. A história da Paraíba de grandes homens públicos, como Antonio Mariz. Lembro-me da campanha, Senador Cássio, de Antonio Mariz. Aquela primeira campanha foi que ano?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Houve em 1982, mas houve aquela indireta ainda de... Houve uma que foi 1978. Eu me lembro dos comícios gigantescos ali de Antonio Mariz.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Quando eu vejo esses nomes de grandes paraibanos, inclusive Celso Furtado, Ariano Suassuna, eu penso que a mãe deles achava que estava em Pernambuco e deu à luz do outro lado da fronteira por descuido, Senador. (*Risos.*)

Eu ainda quero falar da sua fala antes de passar para a Senadora Vanessa.

De fato, houve erro na maneira de conduzir muitas coisas. Por exemplo, havia um mar de lama na frente da história do Brasil. E o PT foi dos Partidos que mais lutou contra esse mar de lama. Ao chegar ao poder, havia uma alternativa: barrar rio acima, com uma represa, a lama. Era o melhor drenar a lama que havia em frente e fazer uma ponte sobre a lama, mas escolheu-se o que, às vezes, não é o melhor caminho, porque é o mais fácil: atravessar para o outro lado da história pisando na lama. Foi um erro, um erro que terminou afogando tantos.

Eu quero dizer, Senador Cássio, que, antes de V. Exª chegar aqui, tivemos um debate eu e o Lindbergh que fico muito feliz de ter feito. E surgiu dele a lembrança do que vão dizer das nossas decisões daqui a 30 anos. Eu me preocupo muito com isso, tanto me preocupo, Senador Medeiros, que eu escrevi um livro – talvez nenhum Senador conheça – sobre os debates que aconteceram aqui na Lei Áurea. Eu peguei as atas, li as atas, e estão lá os antiabolicionistas e os abolicionistas. Está lá o debate 130 anos depois mais ou menos. Então, eu acho fundamental. E surgiu, Senador Cássio, a ideia – claro que parece brincadeira, mas um dia acho que vão cumprir – de escrever aqui bem grande: lembrem-se de que daqui a 30 anos vão dizer o que vocês fizeram.

Quando chegar aqui o *impeachment*, vai ser o voto mais importante de qualquer um de nós para a história. Vão nos cobrar se votamos de um jeito ou de outro. O que vai fazer com que fique um coroamento ou uma condenação no nosso voto? As bases substanciais para justificar o voto. Se existirem, votar contra vai deixar mal na história; se não existirem, vai ficar mal na história quem votar pelo *impeachment*.

Como o Senador Cássio lembrou, foi ele que levantou aqui a ideia, eu estava sentado ali e disse que a ideia não é golpe, porque está na Constituição previsto, mas será ilegal se não se respeitar outro artigo que diz as razões. As razões, como o senhor mesmo disse, não é nem baixa popularidade, nem incompetência, por pior que essas duas coisas sejam isso para o Brasil. Lá está escrito exatamente que tipo de crime leva a isso. Nós vamos ter que justificar. E, aí, Senador, para os meus amigos Lindbergh e Vanessa, que são os dois mais fortemente ligados ao Governo pelo PT e pelo PCdoB, se na votação houver base suficiente para justificar e só PT e PCdoB votarem contra, não vão ficar bem, porque vai parecer corporativismo, vai parecer apego ao poder do Partido.

Eu estou preocupado com o que a história vai dizer de nossos votos e vou votar pensando nisso e vou votar consciente da responsabilidade que é votar para derrubar um Presidente. É duro, tem que ter argumentos muito substanciais, de acordo com a lei. Eu vou votar com muito cuidado, tanto que até hoje eu não disse minha posição. Eu sou a favor que se abra o processo, mas nunca disse aqui que sou a favor do *impeachment* ou se não sou a favor. Todos me cobram, porque, nesse Fla-Flu de hoje, tem que se estar a favor ou contra. Eu

ainda não vi os autos completos, não vi ainda a defesa da Presidente Dilma em relação àquilo de que ela é acusada. O juiz, quando senta para julgar, pode até ter no coração dele a ideia de que o cara é um criminoso, mas ele não pode sair dizendo se é ou não criminoso, antes de ouvir os jurados, antes de ver os autos, a defesa, a acusação. Eu vou votar com a consciência de que, 30 anos depois e até mais, vão olhar como é que aquela pessoa votou. Não tenham dúvidas. Eu acho, recomendo, sugiro que personalidades como vocês também faça o mesmo: pensem bem não só o que o povo na rua está dizendo, mas o que os historiadores vão registrar.

Senadora Vanessa.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu também depois da Senadora Vanessa?

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Claro.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado.

**A Srª Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª, Senador, tem procurado debater a crise do ponto de vista das saídas. E eu quero dizer que sempre cumprimentei V. Exª muito por isso, porque acho que V. Exª traz uma preocupação que é sincera. Quando nós votamos o pré-sal aqui, para decidir se abriríamos ou não a possibilidade de a Petrobras deixar de ser operadora única, V. Exª se absteve.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Foi.

**A Srª Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque não teve mais tempo para chegar a uma conclusão, para formar o próprio juízo de valor, não é? Então, eu sempre o respeito muito, eu acho que o Brasil todo o respeita por essa preocupação sincera que V. Exª sempre manifesta. V. Exª diz: "onde erramos?". Eu não vou aqui ousar responder aos seus questionamentos, porque eu acho que todos nós temos que fazer um exercício coletivo para responder a eles. Não são questionamentos fáceis de responder. Mas V. Exª – acho que foi V. Exª que ontem, ou algum dia – falou do período do Governo em que o Partido dos Trabalhadores está no poder. São 13 anos. Já estamos no 14º ano, creio, o mais longevo período da história da democracia brasileira. Então, é óbvio que muitos erros aparecem. É óbvio que muitos erros são cometidos, e muitos acertos também – do ponto de vista social, não tenho dúvida nenhuma. O senhor, Senador Cristovam, cita Lindbergh, cita a mim, dois Partidos diferentes – Senador Lindbergh é do Partido do ex-Presidente Lula, é do Partido da Presidente Dilma; eu não, eu sou do PCdoB. Neste Governo nós temos um Ministro, o Ministro Aldo Rebelo, da Defesa. Nós não estamos no Governo por cargo. Nunca estivemos. Nós estamos no Governo por uma convicção que nós temos em relação ao projeto que vem sendo adotado pelo Governo. Nós temos uma postura de apoio crítico em algumas coisas. V. Exª sabe disso: na política econômica, nós entendemos que não é possível se manter essas altas taxas de juros, essas taxas estratosféricas, que – essas sim, no nosso entendimento –, desequilibram muito a situação fiscal do nosso País, principalmente em um momento em que a arrecadação cai, a arrecadação não cresce. Só que a diferença, Senador Cristovam, é que nós não podemos pensar com lado, nós temos que pensar com o todo. E, com o todo, qual é mesmo a razão da crise? É mais ou menos o raciocínio do que eu quero falar quando subir a essa tribuna. É que tudo iria, pelo menos aparentemente, bem, o Governo com uma grande base de apoiamento aqui, quando a economia ia bem. Mas a economia do mundo também estava bem – aliás, não. De 2008 para cá, a economia mundial vive sérios problemas, e o problema que tem hoje é advindo do problema de 2008, quando os norte-americanos enfrentaram um desemprego elevadíssimo, queda no poder aquisitivo das pessoas, na qualidade de vida das pessoas. Nós enfrentamos, naquele momento, a crise, e não sofremos, não tivemos desemprego, não tivemos redução de arrecadação; diminuição, mas não a redução drástica que estamos tendo hoje. Até que o nosso País foi atingido em cheio. Se somarmos isso, Senador Cristovam, às eleições, porque estou ouvindo muito nós falarmos em eleição: "Vamos para eleição geral." Nós acabamos de sair de uma eleição geral! Nós acabamos de sair de uma eleição em que a Presidente Dilma foi eleita com 54 milhões de votos. É uma diferença muito pequena, é verdade, mas que não justificaria vivermos esse estado de disputa permanente que nós estamos vivendo. A crise se agudizou agora, mas ela não é de agora. Ela vem desde as eleições. Então, acho que primeiro temos de ter claro o que está acontecendo. Nada acontece por acaso. São ações que estão profundamente ligadas entre si e que levam à situação em que nos encontramos hoje. Então, as ruas pedem a saída da Presidente Dilma: "Fora Dilma!" As ruas que eu quero dizer são aqueles manifestantes, porque o Brasil é muito maior do que aquelas ruas. Agora, não podemos deixar de olhar para aquelas ruas também, para aquele estrato da sociedade, por mais que seja o mais privilegiado. Está aí a pesquisa do DataFolha mostrando que uma grande parte ganha acima de cinco salários mínimos. Mas não é por causa disso que nós vamos deixar de olhar, de enxergar e de ver. Temos de ver. Então, pedem a saída da Dilma. Mas por quê? Por causa da corrupção, a corrupção que foi revelada pela Lava Jato, esse problema grave, seriíssimo com a Petrobras. Aí precisamos falar a esse povo. O processo do *impeachment* não tem nada a ver com isso. Mas as pessoas acham que tem, que a Presidente Dilma tem de sair por conta disso. Então, Senador Cristovam, acho que nós já estamos chegando – espero, com muita esperança –, na reta final dessa longa crise. Por quê? Porque se abriu o processo de *impeachment* ontem.

A comissão foi eleita e a comissão foi instalada. Então, a Presidente terá dez sessões para apresentar a sua defesa e seguir na análise. V. Exª diz: "Ou vai ganhar por muito ou vai ganhar por pouco ou vai ganhar muito apertado, caso não passe o *impeachment*." Mas o processo está aberto. Acho que, concluído o processo, se a Presidente não for impedida, aí, sim, Senador, o pacto tem que vir com todos, porque o resultado das urnas nós tivemos em outubro de 2014, há pouco mais de um ano, e o resultado do Parlamento nós também teremos nos próximos dias. Então, vamos fazer um pacto. Aí, sim, vamos discutir, como diz o Senador Cássio, o Brasil do futuro. Eu também acho que o Estado brasileiro já se exauriu. Também acho! Agora, quando falamos em reforma política, nós não conseguimos passar aqui uma reforma política verdadeira, aquela reforma que valorize o partido e não a pessoa, porque nós somos transitórios. Aqui mesmo estamos a homenagear o Senador e Governador Ronaldo Cunha Lima pelo brilhante serviço que prestou à democracia não só da Paraíba, mas também do Brasil. Mas, infelizmente, o seu pai não está mais entre nós, ele se foi. Daqui a um tempo, seremos nós que seremos lembrados ou não. Não estaremos mais aqui, mas os partidos continuarão. Podem até mudar de nome, mas eles continuarão com seus programas, com seus projetos, com suas ideologias. Mas nós não conseguimos aprovar aqui um projeto de reforma política que restabeleça, que reinaugure o Estado brasileiro. Por quê? Aí eu também pergunto, Senador Cristovam: por quê? Olha só a roda-viva em que estamos; olha o círculo, que não é virtuoso, mas vicioso, negativo, perverso. Mas também não basta discutir a questão da estrutura política do Estado, que é importante e que eu colocaria até como uma questão de princípio. É preciso discutir a economia, um Estado moderno, que garanta produtividade maior. De fato, concordo que não temos alcançado o crescimento de que precisávamos na produtividade, mas isso tudo com o quê? Com salários dignos, com direitos! Não estou dizendo, Senador Cássio, que essa seja a sua linha. Não entenda isso. Mas nós temos ouvido muito aqui e temos lido muito a respeito do assunto, como se o problema do País, da economia, fosse porque a CLT tem muito direito. A política de valorização do salário mínimo é tão responsável, Senador Lindbergh, que o aumento do salário real varia de acordo com o crescimento da economia: se a economia cresce, ele cresce; se a economia não cresce, ele cresce, mas só um pouquinho, de forma que o Estado possa suportar. Sabe a que é a crítica, Senador Cristovam? Ao piso salarial do magistério, a sua área. Eu dei aula. Quando recém-casada, com meu marido desempregado por conta da ditadura, eu nunca havia trabalhado e fui dar aula. E aí gostei, fiquei e atuei no movimento sindical. Então, veja: vamos discutir, mas nós precisamos de paz para discutir isso. Está lá, está instalado. Eu tenho muita esperança de que o processo sequer chegue ao Senado. Falo com muita convicção. Sei que muita gente lá do meu Estado, principalmente, não está exatamente entendendo minhas posições, e uma boa parcela até não concorda com as minhas posições, mas eu fico do lado do Senador Lindbergh: nós precisamos, no País, defender a democracia. E repito, Senador Cristovam: eu tenho confiança plena em V. Exª, porque, quando V. Exª diz, V. Exª faz. "Eu vou olhar o processo." Mas o povo não sabe o que é o processo da Presidente Dilma. O povo quer tirar a Presidente porque acha que a economia vai mal, porque há muita roubalheira na Petrobras e no País, e não por aquilo que está lá. E aqui nós somos políticos, mas somos também técnicos, e temos que olhar o projeto do ponto de vista da tecnicidade. Então, quero mais uma vez cumprimentá-lo, Senador Cristovam, por suas preocupações. Porque nós estamos pensando aqui, e V. Exª já está lá, anos-luz à frente de todos nós, pensando o que fazer lá na frente, como ajudar a resolver os problemas do País. Parabéns! Obrigada, Senador.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado. Isso aí eu tomo como o reconhecimento de um defeito na política. Isso pode ser uma qualidade no intelectual, no profeta, mas o político tem que estar no momento.

Senadora – antes de passar a palavra ao Senador Lindbergh –, veja bem: a minha preocupação é que ela ganhe com minoria, porque ela ganhará legalmente, mas não terá metade mais um pelo menos dos Deputados. Mas pode acontecer, e vamos ter que respeitar.

O segundo ponto é que a raiva não está escrita como uma das razões para derrubar a Presidente legalmente, mas a raiva do povo derruba a Presidente passando por cima daqueles que zelam pela legalidade. Se o Congresso aqui não levar em conta a legalidade, é golpista. É golpista. Mas a raiva sozinha é capaz de derrubar governos se ela for suficientemente forte, com o povo na rua ficando aqui, na frente, parado, impedindo que funcione, ou em greve geral. Quantas vezes um governo foi derrubado pelos trabalhadores, inclusive comandados pelo Partido Comunista – seja do Brasil ou Brasileiro –, por greve geral? Pelo menos se tentou. E derruba. A raiva derruba e passa por cima do Congresso.

Quanto à CLT, eu sou defensor, Senadora Vanessa, de aumentar os direitos dos trabalhadores e substituir direitos velhos por direitos novos. Quando a CLT foi criada, não havia máquina de escrever elétrica. Não havia; havia máquina de escrever mecânica. Hoje, você fala e o computador escreve. Mais: você fala em português e o computador escreve, lá na China, em chinês. Tem que adaptar.

Por exemplo, não está na CLT um artigo que eu acho que deveria ser o primeiro: o filho de todo patrão tem de estudar na escola dos filhos dos seus trabalhadores. Isso é uma CLT revolucionária. Obviamente, não pode ser desse jeito, mas estou falando que essa é a intenção. Todo trabalhador tem que ter hoje não só férias, tem que ter uma licença para aperfeiçoar-se na sua profissão, porque muda todo o tempo.

Quanto aos avanços sociais, é claro que tivemos avanços sociais – como tivemos com Itamar, com Sarney, com Fernando Henrique. Eu queria mais do que avanços sociais: eu queria transformação social. Isso a gente não teve. Avançamos, mas não saltamos como era preciso.

Juros. É aí que eu discordo, às vezes, do Senador Lindbergh, mas não é uma discordância porque os juros estão altos – estão altíssimos, obscenos, imorais! Tem que baixar. A diferença é como baixar. Eu não vejo como baixar juros de uma maneira sustentável por vontade política. Eu acho que, para baixar juros, tem de cuidar melhor da dívida. Isso exige certa austeridade, e austeridade, muitas vezes, provoca recessão e desemprego.

Então, como combinar isso? A economia foge da vontade política; ela depende da vontade política, mas é rebelde. A economia tem uma rebeldia como tem a gravidade: eu solto aqui, cai. Esse negócio não aceita ficar na altura da minha mão se eu não segurar. Uma rebeldia da natureza chamada Lei da Gravidade. Há uma rebeldia da economia que são as regras da Aritmética; a gente engana, mas ela se manifesta na inflação.

Finalmente, sobre o petróleo. Eu começo a já ter posição, Senadora Vanessa, porque a abstenção foi provisória. Eu estou estudando. Veja que o preço do petróleo aumentou. O aumento do preço do petróleo está começando a justificar os que ficaram contra a lei do Serra, e que diziam que a Petrobras não poderia atender. Mas por que eu fiquei em dúvida ali? É porque eu quero mais dinheiro para a educação que venha dos *royalties*. E se deixarmos nas mãos da Petrobras, sendo obrigada a colocar 30% em cada poço, nas condições atuais os *royalties* não vêm – porque vão ficar lá enfiados debaixo da terra, sob a forma de petróleo. Eu disse e muita gente reclamou: é uma lama até você tirar, refinar. É uma lama até você tirar e refinar.

Então, a Petrobras seria capaz, ou é capaz, de trazer esses *royalties* com a mesma velocidade que a gente conseguiria se liberasse a possibilidade dos poços do petróleo para outras empresas? Tenho dúvidas. Provavelmente não. Mas, ao mesmo tempo, temos que zelar pela Petrobras, não só pela educação. Como casar os dois? Por isso, defendi tanto que a gente debatesse mais, não havia por que votar aquilo, naquela tarde, apressado, mas o preço do petróleo subindo, justifica vocês que votaram contra a lei. Mas é sustentável ou não é? Isso exige tempo, mas vou dar meu voto aqui *a posteriori*, para mostrar que não votei, mas não vou ficar omisso, só precisava de mais tempo.

Senador Lindbergh, hoje, vai ficar como o dia em que debati com o Lindbergh, na minha história.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, V. Exª sabe da minha admiração por V. Exª.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E vice-versa.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Desde que eu era estudante, V. Exª era reitor da UnB, um reitor criativo. Até vi, no dia em que V. Exª entrou para o PPS, um bocado de gente aqui: "Venha para a oposição", mas eu disse, de cara, na hora em que falei: "Só que não é oposição conservadora".

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Exatamente.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Cristovam, temos divergência muito na área da economia, mas é um Senador extremamente progressista, em todos as batalhas.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – No campo dos direitos.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Gosto até de esquerda.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É, exatamente.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Há gente que não gosta mais.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Exatamente. Então, eu...

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E socialista, mesmo que mude a definição de socialismo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. S/Partido - MT) – Ele foi responsável, Senador Lindbergh, por eu encerrar a minha carreira de militância estudantil.

Fui a um congresso da UNE, e, numa palestra em que ele fazia uma reflexão sobre a educação e sobre as críticas que fazíamos tão fortes de como a educação estava, ele começou falando para os estudantes: "Boa parte dessa responsabilidade é de vocês, que deveriam estar estudando. Vocês estão cuidando muito de política e estudando pouco." Comecei a refletir sobre aquilo e voltei para terminar meu curso.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Medeiros, Senador Cristovam, acho que V. Exª faz muito bem em dizer o seguinte: "Vou votar de acordo com as provas, se há crime de responsabilidade ou não." Agora há pouco, o Senador Cássio falou dos créditos suplementares. De fato, as pedaladas fiscais são argumentos muito frágeis para pedido de *impeachment*. O que houve em relação aos créditos suplementa-

res? Ele diz o seguinte: "Foi um crédito suplementar sem autorização legislativa", só que, na Lei Orçamentária de 2014/2015, há um art. 4º, que dá direito, sim, ao Governo de abrir créditos suplementares sem autorização legislativa, desde que não contrarie o superávit primário. O que é que houve em relação aos créditos suplementares? Ele diz o seguinte, que foi um crédito suplementar sem a autorização legislativa. Só que a Lei Orçamentária de 2014/2015 tem um art. 4º que dá direito, sim, ao Governo abrir créditos suplementares sem autorização legislativa, desde que não contrarie o superávit primário. O que houve no superávit primário nesses dois últimos anos? Houve uma recessão grande, houve uma desaceleração econômica, e o Governo mudou, no Congresso, a meta do superávit primário. Então, mesmo aí não há caminho legal. Se surgirem novos fatos, V. Exª fala bem. O que eu tenho dito sempre, Senador Cristovam, é que hoje, naquele pedido do *impeachment*, não há base jurídica. É uma situação completamente diferente da de Fernando Collor de Mello. Agora vamos falar dos erros, dos erros e dos acertos, porque eu acho, também, que nós tivemos grandes acertos. Nós fizemos um grande processo de inclusão social neste País, a vida do povo pobre, do povo trabalhador mudou. A política de valorização do salário mínimo, o impacto que teve isso na Previdência, a criação desse grande mercado de consumo de massa, algumas decisões corajosas de que V. Exª fez parte, como a políticas de cotas, que é algo fundamental, porque começamos a ver, pela primeira vez, o filho do trabalhador, negro, morador da periferia, nas nossas universidades públicas. Eu digo, inclusive, que nós temos uma elite muito raivosa neste País e preconceituosa. Eu não tenho dúvida em dizer...

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É verdade.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... que existem setores, infelizmente, da nossa classe média alta que se arrepiam ao falar dessa política de cotas, como se arrepiam também com a mudança que fizemos em relação às empregadas domésticas. Houve muita rejeição em setores médios da sociedade, Senador Cristovam. Nós temos, em pleno século XXI, um regime de semiescravidão. Quando eu falo dessa parcela das elites, é interessante ver, nesse período de ódio e de intolerância, que houve uma passeata dessas aí, no final do ano passado, no Rio de Janeiro, em que havia um grupo de cem jovens da Zona Norte do Rio de Janeiro que estava andando de *skate*, eram jovens majoritariamente negros, eles faziam aquele passeio anualmente. Eles vinham na orla de Copacabana e, quando chegaram perto das manifestações, partiram para agredi-los, dizendo: "Petistas, petistas!" E eles diziam: "Nós não somos do PT, é só uma turma passeando de *skate*." Mas você via ali, em uma parcela de um setor das elites brasileiras, a intolerância, como se dissesse: "É negro, é petista." E, como petista hoje é criminoso, um discurso raivoso, intolerante. Eu falo tudo isso para entrar agora nos erros, porque eu acho que nós tivemos vários. O primeiro ano de Governo do Presidente Lula, tínhamos que ter feito a reforma política, acabado com o financiamento empresarial de campanha, democratizado os meios de comunicação. Esse foi um erro. Não dá para o Senador Cássio aqui dizer o seguinte: "Ah, o PT...". Na verdade esse é um problema do sistema político como um todo. As mesmas empreiteiras que financiaram o PT financiavam o PSDB e financiavam todos os partidos brasileiros. Aqui vale uma pergunta, quando eu falo da seletividade das investigações da Lava Jato: será que só havia propina dessas empreiteiras na Petrobras? Será que, no financiamento dos governos estaduais, a situação é diferente? Será que não havia financiamentos de campanha, por exemplo, do Governo de São Paulo, do Governo de Minas Gerais com essas empreiteiras? Então, não dá para achar que esse financiamento para o PT é um financiamento criminoso, e o deles é dinheiro da sacristia. Não. Nós temos que reformar o sistema político como um todo. Hoje nós temos um colapso do sistema político. Eu acho que nós avançamos ao propor o fim do financiamento empresarial de campanha. Eu acho que deveria ter vindo com o financiamento público, porque eu também não sei como é que se vai fazer campanha agora.

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É um dilema que nós temos daqui para frente. Mas o financiamento empresarial foi um avanço. Agora, quanto ao sistema político, nós temos trinta e tantos partidos; como é que se faz a governabilidade? Nós temos que ter coragem de mexer. Não mexemos no nosso Governo, nem eles mexeram no governo deles lá atrás. Lembra a emenda da reeleição? Compra de voto de Deputado? Hoje, infelizmente – infelizmente não, felizmente –, houve um colapso desse sistema político. Então não dá aqui para partidarizar essa discussão. "Ah, é um." Não, é o sistema político como um todo. Se nós não conseguirmos reformar esse sistema político, nós vamos cada vez mais nos distanciar. Por isso é que eu tenho dito: essas manifestações são contra nós? São contra nós. São contra a Dilma, contra o PT? São contra o PT, mas é uma manifestação também contra a política de uma forma geral, contra o sistema político. Aquela vaia do Aécio e do Alckmin é fruto desse processo também. Agora, eu queria só acabar, Senador Cristovam, entrando num ponto que pouca gente tem percebido, e V. Exª é muito atento a esse debate econômico. É que eu estou muito preocupado, porque há uma nova coalizão se formando em torno de um programa, e eu cito aqui: Uma Ponte para o Futuro, que é um programa de retirada de direitos de trabalhadores. Até o Fernando Henrique

Cardoso disse que é muito radical, é um programa liberal muito radical. Veja bem: quando se faz o discurso que o Senador Cássio falou, de produtividade e tal, constrói-se uma tese – V. Exª sabe disso, e vários economistas – de que um dos problemas da nossa produtividade é que o custo do trabalho está muito alto e de que, com essa política de valorização do salário mínimo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, que acabou elevando muito o salário dos trabalhadores, nós estamos perdendo competitividade. Eu discordo dessa tese. Essa tese, para mim é furada. Na verdade, o que fizemos nesse último período para a economia crescer, lá atrás, no governo do Presidente Lula, foi justamente porque melhoramos a vida dos mais pobres, dos trabalhadores, e o salário mínimo teve um papel fundamental. Mas qual é o programa desse pessoal, Uma Ponte para o Futuro? Eu queria aqui levantar quatro pontos para discutirmos, porque é o programa do golpe – programa do golpe. Estão querendo afastar e têm um programa, uma nova coalizão a ser montada. O primeiro ponto, dizem: fim de todas as indexações de salários e benefícios previdenciários. Isso é concretamente o quê? O fim da política de valorização do salário mínimo. Segundo, a indexação do salário mínimo com os benefícios previdenciários: 70% dos benefícios previdenciários são pessoas que recebem um salário mínimo. Eles querem acabar com essa vinculação, ou seja, ter benefício previdenciário abaixo do salário mínimo. Está escrito no Programa Uma Ponte para o Futuro. Há um terceiro ponto, que deve arrepiar V. Exª: orçamento base zero, fim de todas as desvinculações de receita – leia-se: saúde e educação. Eu fui Prefeito. Eu tinha que investir 25% do orçamento em educação e 15% do orçamento em saúde. E eles propõem esse orçamento base zero em nível federal, estadual e municipal. Olhe o impacto lá embaixo de um prefeito irresponsável, que pode existir, que não quiser investir em saúde e preferir jogar tudo em asfalto. Então, esse é um tema impressionante, que nos preocupa muito. Outro ponto: colocar o negociado na frente do legislado. Isso aqui é rasgar a CLT. É um retrocesso à era Vargas. Eu tenho visto economistas do PSDB, inclusive, quando aqui vieram – Samuel Pessoa e outros – a um seminário do PSDB, defendendo meta de superávit primário de 3% ao ano, dizerem o seguinte: "A aprovação do PNE (Plano Nacional de Educação) foi uma irresponsabilidade." As pessoas talvez não estejam entendendo, de forma mais geral, esse movimento. Eu acho que não é um movimento só de afastar, derrubar este Governo. É um movimento que tem um projeto para implantar no País aqui a restauração do neoliberalismo, com retirada de direitos dos trabalhadores. E tenho certeza: se derem esse golpe e assumir o Michel Temer, vai ser um governo fraco, que vai tentar impor esse programa, e o povo vai se levantar. O que V. Exª acha que as ruas acham do Vice-Presidente Michel Temer? É a mudança que as ruas querem? Não. E um programa desse é um programa claramente antipovo. Então, quero chamar a atenção a esses pontos. Em relação à taxa de juros – eu encerro aqui, Senador Cristovam –, eu concordo com V. Exª quanto ao fato de não poder baixar por questões políticas. Temos de baixar por questões econômicas. Eu, inclusive, fui autor de um projeto que foi votado aqui no ano passado. Era uma lei complementar. Não tivemos os 41 votos, mas nós ganhamos: 32 a 31. Nesse projeto, eu falava do duplo mandato do Banco Central. Hoje o Banco Central do Brasil tem um só compromisso: com a estabilidade monetária, com o controle da inflação. A maior parte dos bancos centrais do mundo – o FED, que é o Banco Central norte-americano, o Banco Central europeu – tem dois objetivos: controle da inflação e o crescimento econômico e a geração de empregos. Nós temos a maior taxa de juros hoje do mundo. Não dá, num momento de uma recessão como essa, para continuarmos com essas taxas de juros que estão aí. Segundo ponto, há um impacto fiscal gigantesco. Falamos em fazer ajustes, mas como se faz ajuste fiscal sem baixar juros? Ano passado, nós pagamos R$500 bilhões. Aumentou, de 2014, de R$300 bilhões para R$500 bilhões. E eu dizia: nós estamos enxugando gelo. Estamos querendo fazer cortes aqui no primário, mas o déficit está subindo. Do déficit nominal do ano passado, que foi de dez e tanto, mais de oito pontos são taxas de juros. Aí, V. Exª me pergunta: e a inflação? Olhe, taxa de juros atinge, sim, a inflação de demanda, que está baixíssima. A inflação hoje foi muito por preços administrados, gasolina, energia e alimentos. Então, não há nesse sentido. Eu me convenço, Senador Cristovam, da mesma forma que o Bernie Sanders, que, infelizmente, não conseguiu a vaga – a Hillary vai ser a candidata do Partido Democrata –, mas acho que ele fez um belíssimo debate nos Estados Unidos, jogou os holofotes sobre Wall Street. Eu tenho dito que o nosso Wall Street aqui é o Banco Central e essa política rentista, porque, na verdade, não são só os bancos que ganham. Todas as grandes empresas, as maiores, das 250 maiores empresas, 247 têm aquele departamento financeiro e planejamento que fica ali olhando o tempo todo para ver onde investem, se investem nas atividades econômicas de produção, ou se investem nos títulos da dívida pública. Eu estou convencido de que não baixamos esses juros neste País, porque há uma grande coalizão político-empresarial que impede. É ali. Grande parte dos impostos que arrecadamos vai para aquilo. Eu estou falando isso. Eu sei das discordâncias de V. Exª comigo nessa área econômica, mas eu fiz questão de olhar um pouco mais à frente, em relação ao futuro. O que seria esse cenário no Brasil com Michel Temer na Presidência com esse programa econômico? Então, quem acha que esse caminho do *impeachment* vai solucionar a crise do País está muito enganado. Acho que as ruas, inclusive, vão continuar com

manifestantes, com novas pautas. Então, eu só queria alertar isto: engana-se – e encerro dizendo isto – quem acha que o *impeachment* da Presidenta Dilma pacificaria o País. Infelizmente, não vai pacificar.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Senador.

Eu vou concluir, Senador Hélio, mas respondendo. Primeiro, se Michel Temer é golpe, foi o PT que deu o golpe, porque Michel Temer foi escolhido pelo PT. Não foi nem pelo povo, o povo não votou em Michel Temer; o povo votou na Presidente Dilma, e a Presidente Dilma e o PT escolheram Michel Temer.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O golpe é afastar sem base jurídica. Esse é o golpe.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, não, não. Eu estou falando do Michel Temer, porque o senhor disse.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sim.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Michel Temer foi escolhido pelo PT.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E foi escolhido duas vezes.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ou seja, foi escolhido por oito anos, e, na natureza, oito anos é muito tempo. Qualquer um de nós morre em oito anos, possivelmente, e nós o escolhemos. Aliás, nós, não; o PT escolheu. Então, é ele. Agora, se houver *impeachment*!

Segundo: nós discordamos – e eu queria um dia falar mais longamente – porque discutimos, às vezes, em um ponto e outro, mas todos eles são imbricados. Por exemplo, se mantivermos o déficit da Previdência... E há déficit; o Paim está errado quando diz que não há. Pode dizer que não há se tomar só os trabalhadores, mas é um conjunto, há também aqueles que foi um grande avanço trazer para dentro do sistema previdenciário. Se continuamos crescendo indexadamente, aumenta o déficit; aí, aumentam os juros. Não tem como baixar os juros se não resolver a questão da Previdência e outros gastos.

É o conjunto que eu quero analisar e desvinculação. Longe de mim querer desvincular o dinheiro que a Constituição obriga para educação e saúde, mas o certo mesmo, no médio e longo prazo, é fazermos Orçamento que tenha tudo o que é preciso para a educação. No outro ano, já pode ser mesmo. Nós não só vinculamos, nós criamos uma camisa de força no Orçamento. É impossível fazer mudança sem mudar o Orçamento. E o Orçamento hoje está tão amarrado, que já não se consegue mudar.

Eu acho é que vamos ter que caminhar um dia para orçamentos plurianuais, durante os quais vai se investir o que for preciso em educação, em segurança e em saúde. Aí vai ser preciso deixar de lado uma porção de gastos hoje do Estado, que a esquerda, tradicionalmente estatizante, defende colocar. Tem que deixar isso para o setor privado. Aliás, a Dilma deu avanço nisso com as PPPs. E ter orçamentos de médio prazo. Passado esse tempo, é capaz de não precisar desse dinheiro, de 18%, por exemplo, que o prefeito precisa colocar na educação. E talvez hoje seja mais de 18% que precisa.

E, finalmente, a CLT: não é questão de rasgar a CLT, mas adaptar a CLT ao tempo da robótica, ao tempo da internet, ao tempo da globalização; é preciso, sim. A CLT foi feita num tempo em que a economia era fechada e podíamos fazer uma lei ignorando o mundo. Não se pode mais! A nossa CLT, sem ser submissa ao resto do mundo, tem que levar em conta.

É uma das coisas que estão inviabilizando a Europa hoje, porque cada uma tem sua – entre aspas – "CLT", cada uma tem sua Previdência, mas não existe mais fronteira entre eles. Hoje, as fronteiras ainda existem entre o Brasil e o resto do mundo, felizmente, mas são mais tênues do que eram naquela época.

Finalmente, eu quero dizer – e tem a ver, um pouco, com a Senadora Vanessa, e eu não falei – que muitas das coisas que gostaríamos de fazer e que não conseguimos fazer nesses anos é porque não havia força aqui. Mas se, nos primeiros cem dias, Lula chegasse aqui com um conjunto de reformas, muito provavelmente passariam, ou seriam ajustadas um pouco, e não exatamente como ele queria, na força maior. Como todos os presidentes, em geral, que querem mudar fazem: no começo, aproveitando a lua de mel, o diálogo. Todos baixariam, não totalmente, a cabeça, mas se adaptariam. Nós perdemos aquela chance.

E, aí, por que perdemos? Mais uma vez, a grande coisa deste debate de hoje foi a história, que o Lindbergh trouxe. Nós demos mais importância à política do que à história. O Jango perdeu na política, ficou na história. O Lula, com a habilidade, com a genialidade dele, a meu ver, preferiu vencer na política e deixou de lado o que ficaria na história, mesmo que perdesse na política – não de haver golpe e ser derrubado, mas de não ter sido o Presidente que queria. Ele cedeu muito à política, de imediato, e não fez o enfrentamento que a história exige para os heróis.

Bem, mas esse debate vai continuar ainda muito tempo. O debate sobre o *impeachment* é um debate que eu lamento que, durante o meu período aqui, vai ter que haver – vai haver, mas vai ter que haver! O ideal

era um país tão tranquilo em que não houvesse isso, tão consolidada a democracia que ninguém discutisse isso. Mas ainda bem que vamos discutir, porque, nas condições atuais em que o povo está na rua falando isso, não discutirmos seria ficarmos para trás.

Sr. Presidente, era isso, agradecendo muito...

**O Sr. Wellington Fagundes** (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Cristovam, eu estava ouvindo V. Exª no meu gabinete e gostaria, ainda, de poder estar aqui falando e fazendo uma intervenção na sua fala maravilhosa, como sempre, ...

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado.

**O Sr. Wellington Fagundes** (Bloco União e Força/PR - MT) – ... sempre muito bem pontuada, inteligente, competente. Portanto, V. Exª é aqui um Senador do equilíbrio nesta Casa. O pronunciamento de V. Exª coloca, com muita cautela, este momento que vivemos. Tem sido cobrada de mim também, principalmente no meu Estado, uma posição: "Senador, V. Exª é contra ou a favor do *impeachment*?" Aí é o momento de reflexão que todos devemos fazer. Já tive oportunidade de participar do *impeachment,* no Congresso Nacional, como Deputado Federal, do Presidente Collor. Foi um momento também de muita emoção, comoção, e entendo que foi um momento de crescimento da nossa democracia. Inclusive, já tive oportunidade até de elogiar a postura do ex-Presidente Collor, quando, do processo de *impeachment*, ele, de forma pacífica, recebeu e aceitou a posição do Congresso Nacional, não criando problema. Poderia ele ter procurado causar uma convulsão social, um chamamento das Forças Armadas, enfim, uma alternativa. Não. Ele preferiu o caminho democrático de aceitar o processo de *impeachment*. Portanto, é claro que o *impeachment* é uma previsão constitucional, que todos nós teremos de debater. Agora, penso que não podemos atropelar. Toda lei feita na comoção, na pressão, normalmente, não é a lei ideal. V. Exª sabe disso, como legislador experiente e também como um administrador. V. Exª foi Reitor da UnB, Governador do Distrito Federal e, portanto, é um homem que tem muita experiência para contribuir neste momento que vivemos, digamos, o momento da pressão: pressão daqueles que querem o *impeachment* da forma mais açodada possível; pressão daqueles que querem analisar, como V. Exª está aqui fazendo; e pressão também daqueles que são contra de forma mais radical. Quero colocar-me na posição de V. Exª, porque, no Senado da República, se vier para esta Casa, teremos a oportunidade de analisar, mas não o faremos agora. O processo de *impeachment* tem um rito, que está previsto na Constituição brasileira. E aí não adianta muitos quererem que nós, os Senadores, tomemos posições açodadas. Nós precisamos aproveitar, quem sabe, este momento da crise. Já disse isso aqui. Em 25 anos que estou no Congresso Nacional, é a primeira vez que temos duas crises acumuladas: uma crise política e uma crise econômica. Em outros momentos, tivemos uma crise política, como foi a questão do Collor; na época do Sarney, uma crise econômica; na época do Fernando Henrique, uma crise econômica, e assim por diante, mas não as duas acumuladas. Portanto, eu penso que este momento é de, quem sabe, principalmente na maturidade desta Casa, com pessoas experientes como V. Exª, fazer como V. Exª fez há alguns meses, junto com outros companheiros, quando estiveram com a Presidente Dilma, aconselhando, sugerindo a ela que tomasse algumas posições. Mas, infelizmente, naquele momento, a Presidente Dilma não aceitou aquelas sugestões feitas, principalmente liderada por V. Exª – e sugestões sensatas. Eu penso também que, da mesma forma – e falei isso em reunião com a própria Presidente –, todos os candidatos a Presidente da República foram aos debates, às praças públicas e prometeram as reformas. A Presidente Dilma não precisava esperar a posse para promover essa reforma, poderia fazê-la num dia após o resultado eleitoral. E como V. Exª estava dizendo aqui, no seu raciocínio, perdemos a oportunidade, porque, para se fazer as reformas profundas, o Governo tem que estar respaldado pelas urnas e, claro, também com o apoio aqui do Congresso Nacional. E todos nós sabemos da necessidade dessas reformas.

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Wellington Fagundes** (Bloco União e Força/PR - MT) – Por isso, eu entendo que este momento seria também uma oportunidade para que pessoas como V. Exª pudessem liderar um trabalho aqui no sentido de conclamar os partidos políticos para que busquemos a solução para o País, porque a crise, o embate é a pior situação. Mas eu digo não o embate da discussão de ideias, mas o embate de choque de pessoas. Por isso, eu quero repetir: nunca me posicionei contra o processo de *impeachment*. Isso é uma previsão constitucional, como já disse. Agora, entendo que temos que analisá-lo de forma madura, como V. Exª tem feito não só nesse pronunciamento, em outros tantos momentos aqui. Por isso que não vou também me curvar à pressão daqueles radicais que querem uma posição em que você tem que dizer que é contra ou a favor. Não! Precisamos analisar no momento certo e na hora certa. Agora, vamos ouvir as ruas, vamos ouvir todos os processos que aí estão. Quando o *impeachment* chegar aqui, nós teremos que analisá-lo, aliás, após a decisão da Câmara dos Deputados; não temos como fazê-lo antes. Por isso eu quero aqui, como Presidente da Comissão Senado do Futuro, mais uma vez, externar a minha felicidade de tê-lo como meu Vice-Presidente. Aliás, esta semana esti-

vemos com o Presidente Renan e faremos um grande evento, no final do ano, exatamente para tratar também do futuro, do futuro da humanidade, do futuro deste País, para que possamos deixar um legado às nossas futuras gerações. E não tenho dúvida de que V. Exª é uma das pessoas que têm maior capacidade para tudo isso.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Senador.

**O Sr. Wellington Fagundes** (Bloco União e Força/PR - MT) – Então eu quero aqui agradecer este aparte e dizer da minha felicidade de ouvir um pronunciamento, neste momento de crise, com equilíbrio, como V. Exª está fazendo.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado, Senador.

Eu concluo dizendo apenas que eu sou a favor de abrir o processo.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Wellington, vou mais longe: de repente, por que não termos na Constituição a abertura automática de processo de *impeachment* dois anos depois da posse de qualquer prefeito, governador e Presidente. Pode até ser uma avaliação para saber se continua ou não.

Mas vou continuar sem dizer qual é o meu voto quando o processo for aberto, porque eu creio que, como os juízes, temos que analisar os detalhes.

Além disso, Senadora Vanessa, do jeito que está a judicialização, eu não duvido que vai ter gente abrindo ação popular dizendo: "Esse Senador não pode votar, porque ele manifestou antes ser a favor." Ou outro vai abrir processo dizendo: "Ele não pode julgar, porque ele já disse que é contra." Eu não duvido nada que haja ação popular nesse sentido do jeito que está a judicialização.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É isso, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)*

*(Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Hélio José. PMDB - DF) – Quero cumprimentar nosso Senador Cristovam Buarque.

Concordo com V. Exª quando pondera que nenhum de nós aqui – pelo menos eu, V. Exª e outros – tem posição definida sobre um processo que ainda vai chegar aqui.

Com o meu Partido, o PMDB, nós ainda não nos reunimos, não definimos posição. Há uma reunião convocada para o dia 29 para que o Diretório do Partido avalie a conjuntura.

Acho que V. Exª tem muita razão quando coloca aqui que nós não podemos, de antemão, ser a favor ou contra um processo cuja plenitude não conhecemos. Então alguns andam pondo na imprensa que fulano é a favor, que fulano é contra.

Eu tenho certeza de que eu, V. Exª, o Senador Wellington e vários outros Senadores aqui não temos posição definida ainda.

Obrigado, Senador Cristovam.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, do nosso querido Partido PCdoB do Amazonas, nossa Procuradora das Mulheres aqui nesta Casa, para seu pronunciamento como pessoa escrita.

Em seguida, se V. Exª puder, gostaria que assumisse a Mesa, para que eu faça uma comunicação inadiável, e, depois, o Senador Lindbergh vai falar como pessoa inscrita.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Sr. Presidente, iniciando aqui esta minha breve participação, acho que poderíamos ir abreviando o tempo, para que todos possam usar da palavra, eu gostaria de dizer que tomei conhecimento pela imprensa e acabei de ler a nota, a carta, que, na realidade, não é uma nota, é uma carta aberta e escrita pelo Presidente Lula. Eu peço, Presidente Wellington, V. Exª que passa a dirigir os trabalhos a partir de agora, que essa carta seja inserida nos *Anais*. Acho que é uma carta muito serena e profunda ao mesmo tempo – serena, curta, mas muito profunda, Presidente.

Eu não vou ler na sua integralidade, mas apenas algumas partes. O Presidente Lula e, obviamente, ele escreveu essa carta, Senador Hélio José, já que ontem houve várias reações em relação a uma fala do Presiden-

te em que ele se refere ao Poder Judiciário, refere-se ao Parlamento e tudo mais. É bom deixar claro que isso foi uma opinião, não há nenhum crime, não há nenhuma ilegalidade; o Presidente Lula não cometeu nenhum crime, nenhuma legalidade, a não ser que expressar opiniões pessoais, falar palavrões, no privado, tenha passado a ser crime.

A própria lei diz, porque não estamos tratando aqui de questões... Se a gente olhar as falas do ex-Presidente Lula, a maior parte delas são falas em que ele expressa opiniões, tanto é, repito o que eu disse insistentemente ontem, que não há nenhuma ilegalidade, não há nada, porque, se houvesse, é óbvio que o Juiz Moro, que é quem acompanhava o processo, já teria punido ele, no mínimo, com a supressão da sua liberdade – no mínimo! Mas não o fez, porque não havia elemento nenhum.

Mas, enfim, algumas manifestações aconteceram ontem, algumas respostas àqueles áudios que foram divulgados, e o Presidente escreveu a carta, dizendo que: "Dos membros do Poder Judiciário espero, como todos os brasileiros, isenção e firmeza para distribuir a Justiça e garantir o cumprimento da lei e o respeito inarredável ao estado de direito." E ele fala também dos critérios da impessoalidade, da imparcialidade. E lembra que, nos 8 anos em que esteve à frente da Presidência, ele sempre teve a oportunidade de demonstrar o apreço que nutre e que tem, e o respeito pelo Poder Judiciário.

E aí diz: "Não o fiz apenas por palavras, mas mantendo uma relação cotidiana de respeito, diálogo e cooperação; na prática, que é o critério mais justo da verdade". E aí ele vem, em seguida, dizendo que, nas últimas semanas, como todos sabem, a sua intimidade, a intimidade dele e da sua família está sendo exposta ilegalmente, informações que deveriam estar sob a guarda da Justiça têm sido publicizadas. E, diz ele – abro aspas: "Sob o manto de processos conhecidos primeiro pela imprensa e só depois pelos diretamente e legalmente interessados [...]".

E, aí, há algumas partes que eu vou ler na íntegra, porque considerei muito importantes. E acho que o Presidente foi muito sincero, ao divulgar essa carta. Aí ele diz o seguinte:

> Nesta situação extrema [a situação extrema em que ele se encontra], em que me foram subtraídos direitos fundamentais por agentes do estado, externei minha inconformidade em conversas pessoais, que jamais teriam ultrapassado os limites da confidencialidade, se não fossem expostas publicamente por uma decisão judicial que ofende a lei e o direito.

Veja, Senador Lindbergh, na intimidade dele, ele expressou uma opinião. Ele diz aqui que jamais teriam ultrapassado o limite da confidencialidade. Quem de nós não faz isso no nosso íntimo? Aqui mesmo, comentamos um com o outro, damos as nossas opiniões.

Aí ele diz o seguinte:

> Mas não me conformo que, neste episódio, palavras extraídas ilegalmente de conversas pessoais, protegidas pelo Artigo 5º da Constituição, tornem-se objeto de juízos derrogatórios sobre meu caráter. Não me conformo que se palavras ditas em particular sejam tratadas como ofensa pública, antes de se proceder a um exame imparcial, isento e corajoso do levantamento ilegal do sigilo das informações.

E segue:

> Não me conformo que o juízo personalíssimo de valores se sobreponha ao direito.

Seguindo:

> Não tive acesso a grandes estudos formais, como sabem os brasileiros. Não sou doutor, letrado, jurisconsulto. Mas sei, como todo ser humano, distinguir o certo do errado; o justo do injusto.
> Os tristes e vergonhosos episódios das últimas semanas não me farão descrer da instituição do Poder Judiciário. Nem me farão perder a esperança no discernimento, no equilíbrio e no senso de proporção de Ministros e Ministras da Suprema Corte [...].

Ou seja, Sr. Presidente, de uma forma muito correta, o Presidente apresenta esta carta para primeiro mostrar o respeito que tem ao Poder Judiciário. E creio que esse não é o respeito só ao Poder Judiciário, mas ao Poder Legislativo, a todos aqueles que podem ter se sentido ofendidos nas palavras do Presidente.

Ontem, Senador Lindbergh, nós vimos o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro também vir a público e pedir desculpas pelas comparações e pelos termos utilizados. E também disse ele que foi em uma conversa informal, em uma conversa particular. E olhe só onde nós estamos metidos, Sr. Presidente.

Mas quero começar aqui, dizendo que volto à tribuna para tratar deste que é o principal assunto do Brasil hoje, não só do Parlamento, pois ele está em todas as rodas, em todos os segmentos da sociedade, que é o problema político que nós estamos vivendo: a abertura do processo de *impeachment* contra a Presidente Dilma. Mais uma vez, digo que nós não podemos apenas analisar fatos isolados. Nós precisamos utilizar o fato como um todo; nós precisamos enxergar todo o processo que o Brasil está vivendo.

É óbvio que esse grande processo é formado de pequenos atos. Os pequenos atos, as pequenas iniciativas é que formam o processo todo. Mas, para que possamos chegar a algumas conclusões importantes e necessárias, é preciso nós analisarmos o processo como um todo.

E aí eu tenho insistido em dizer: a crise não começou agora. O que nós estamos vivendo agora está sendo preparado desde outubro de 2014, desde o momento em que a oposição perdeu as eleições. A oposição perdeu as eleições, mas saiu do pleito imbuída do seguinte propósito: "Nós não vamos deixar a Presidenta Dilma governar neste seu segundo mandato!", Senador Wellington.

Vem de lá. A crise, que hoje se transformou numa crise aguda, é uma crise crônica, que vem desde lá, porque eles não admitem ter perdido as eleições. Não admitem! Então, de lá para cá, é tudo isso que nós estamos vivendo.

E não é uma ação isolada de um conjunto de pessoas, não. Há elos importantes que fazem parte disso tudo. Partidos políticos que perderam a eleição não querem mais ver Dilma no poder – não por Dilma; não por Dilma! – e querem destruir a imagem do ex-Presidente Lula, porque têm medo de que o Presidente Lula volte em 2018, não é pela pessoa do Presidente Lula, mas pela liderança política que exerce o ex-Presidente Lula. Então, o que eles querem destruir não são pessoas; querem destruir projetos, a possibilidade de continuarmos aplicando essa política.

Então, é isso. Nós temos hoje uma importante operação em curso que é a Operação Lava Jato. Eu sempre destaquei isso em todos os meus pronunciamentos, porque considero importante a luta e o combate à corrupção – sempre destaquei!

**O Sr. Hélio José** (PMDB - DF) – É isso aí, Senadora Vanessa.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vou conceder-lhe um aparte. Deixe-me apenas concluir esse meu...

**O Sr. Hélio José** (PMDB - DF) – Raciocínio.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Essa minha linha de raciocínio.

Então, considero fundamental a Operação Lava Jato. Agora, nós não podemos permitir, primeiro, que haja tendenciosidade, que haja seletividade e, principalmente, que haja desrespeito à ordem constitucional do nosso País, desrespeitos à própria lei. Se nós formos analisar esses pequenos fatos que aqui o Senador Cristovam nominou de pecados menores, vamos perceber que aí mora o grande problema, porque é, através de uma medida que poderia até ser caracterizada como um pequeno pecado – um pequeno pecado! –, que o problema se avoluma significativamente. Eu acabei de dar um exemplo aqui: a carta do Presidente Lula, a carta aberta.

Por que a carta aberta, Senador Lindbergh? Por que a carta aberta? Porque publicizaram, de forma ilegal, conversas do ex-Presidente Lula, que faz críticas ao Parlamento, à instituição, aos membros, expressando uma opinião. Mas qual é o objetivo disso? Qual é o objetivo? O confronto. Por que publicam? Porque querem gerar o confronto.

O confronto entre o Poder Legislativo, a Presidente, o ex-Presidente. Porque querem criar intriga. Porque querem piorar a situação já instável do nosso País, e eu vou falar sobre isso também.

Então, nós temos isso. Temos uma operação que, em que pese toda a sua importância, há necessidade da investigação, ela toma um rumo que parece que vai ficando claro, espero que para um número bem maior de pessoas, que o objetivo central, fundamental, é atingir o centro do Poder. É atingir o centro do Poder; enfraquecer, repito, a liderança do ex-Presidente Lula; acabar com a Presidente Dilma. E eu me preocupo, Senador Wellington, quando ouço pessoas dizerem... O *impeachment* está aí, está aberto.

É claro, nós temos que formar o nosso juízo de valor, porque quem vai votar somos nós. Eu repito aqui: tenho a esperança de que o processo sequer chegue ao Senado. Tenho essa esperança, e nós trabalharemos muito por isso.

Agora, dizerem: "Vou formar minha convicção, olhando para as ruas"? As ruas, Senador Wellington, pedem o "Fora, Dilma!" porque não aguentam mais a corrupção; porque acham que a Dilma é culpada de toda a corrupção na Petrobras; porque acham que a Presidente Dilma é culpada por toda a crise política que o País está vivendo.

A população não sabe que não é disso que trata o processo de *impeachment* aberto no dia de hoje, na Câmara dos Deputados. Lá nós temos créditos suplementares, lá nós temos pedaladas fiscais, coisas que todos

os governadores no Brasil praticam. Então, temos que ter a serenidade neste momento; temos que ter a cautela neste momento; e entender, efetivamente, dominar o que está acontecendo no País.

Senador Hélio, antes de passar a palavra a V. Exª, quero dizer que hoje acordei muito cedo. Acordei muito cedo, liguei a televisão, abri logo meus *e-mails*, li as mensagens que recebemos e os jornais. Aí, comecei a olhar com calma.

E eu trouxe este monte de jornal para cá. A capa dos jornais... A capa dos jornais do dia de hoje – do dia de hoje, do dia de ontem; poderia trazer jornais de um mês atrás –, olhem aqui: em um jornal aqui de Brasília, o *Correio Braziliense:* "País revive guerra do *impeachment*". Guerra do *impeachment*!

Vamos pegar *O Globo* – olhem aqui a intriga de que eu falava: "Judiciário repudia ofensas e suspende manobra de Lula". Olha a intriga. Vamos lá. A capa do jornal de ontem: "Diálogo ameaça Dilma". A capa toda branca transcreve o diálogo e embaixo mostra a manifestação aqui em Brasília.

Vejam, Senador Wellington, Senador Lindbergh, Senador Hélio, que nós estamos já há muito tempo debatendo, mas, nesta Casa, como na Câmara – apesar, às vezes, da perda momentânea de equilíbrio que acomete muitos de nós –, nós travamos um debate em que um lado manifesta uma opinião e, na sequência, se manifesta outra opinião. Nós estamos desde cedo aqui debatendo, fazendo apartes. Passamos o dia fazendo isso. Então, aqui a democracia é exercida, porque as partes que pensam diferentemente têm a oportunidade de se manifestar; mas aqui, Senador Lindbergh, isso não acontece. Quando ligamos a televisão, não é isso que vemos. Até vemos as opiniões diferentes serem publicadas, mas de uma forma tão desproporcional que ninguém nem presta atenção naqueles que pensam diferentemente dos que querem a saída da Presidente Dilma do poder. Nem se percebe. São os meios de comunicação que assim agem.

E, chegando aqui, lendo algumas matérias, eu percebi que vários juristas já têm escrito muita coisa sobre esse assunto. O Celso Bandeira de Mello é Professor da Universidade Católica de São Paulo, PUC São Paulo, uma pessoa respeitada, um jurista respeitado no Brasil inteiro. No ato da PUC, a principal fala dele foi exatamente esta: ele disse da preocupação que estava tendo com os rumos que o nosso País poderia tomar e disse que não tinha dúvida alguma em nomear a imprensa como uma imprensa golpista. Não são minhas palavras, são as palavras do jurista Celso Bandeira de Mello: a imprensa como golpista, como principal inimigo do povo brasileiro. Aí ele destacou o papel das publicações que têm o objetivo – e aí, repito, palavras dele – de intoxicar a população com informações distorcidas.

E aí eu acho que falhamos mesmo, Senador Lindbergh, quando falamos: "Fora os golpistas". Quando falamos assim, nós não estamos falando da maior parte das muitas pessoas que estão indo para as ruas, mas de quem está dirigindo este ato, que está lá na Fies. O centro das manifestações do "Fora, Dilma" é a Fiesp. Lá, sim, é que está isso. E é um absurdo que aconteça, porque dizem que é o lado da Presidente Dilma, o lado do PT, o lado do PCdoB que divide a população. O que é isso? Hoje, temos que tomar cuidado, porque não estamos conseguindo nem andar nas ruas. Na sequência, depois do aparte de V. Exª, eu vou falar sobre essa preocupação, porque é isso que está acontecendo, é isso que leva a população ao radicalismo, baseado em informações distorcidas, publicadas, republicadas, faladas e ditas todos os dias.

Eu acho que está na hora, Srs. Senadores, neste momento em que o processo já foi aberto, de fazer um pacto com os meios de comunicação. Quando falamos de serenidade e de responsabilidade, não é só do Poder Legislativo do País; a serenidade, a responsabilidade e a imparcialidade têm que vir também dos meios de comunicação. O processo está aberto, e não podemos induzir – induzir de forma falsa, de forma distorcida – a opinião pública em relação a esse processo.

Concedo o aparte a V. Exª, Senador Hélio José.

**O Sr. Hélio José** (PMDB - DF) – Nobre Senadora Vanessa Grazziotin, eu quero congratular-me com V. Exª pela serenidade das palavras aqui colocadas, pelas ponderações importantes que traz à tona neste debate. Eu quero dizer que V. Exª é feliz, quando coloca sobre a necessidade de não ter dois pesos e duas medidas e de se fazer uma análise no todo e não na parte. É muito triste ver algumas pessoas rasgarem a história, a história recente deste País, por uma posição de ódio ou por uma posição preconcebida, sem querer analisar o todo como V. Exª aqui coloca e pondera. Então, é necessário, como ontem foi muito debatido aqui, nesta Casa, que a nossa Carta Magna, a nossa Constituição cidadã, seja respeitada na sua plenitude. Afinal, nós, Parlamentares, estamos aqui para nos certificarmos de que a Carta Magna seja garantida e para apoiar o Supremo Tribunal Federal (STF)...

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Hélio José** (PMDB - DF) – ... nas ações isentas, respeitando todos, cada um no seu quadrado. Aqui, ninguém tem posição contra quem está nas ruas promovendo o seu legítimo direito de protestar, mas desde que façam esse protesto sem serem utilizados como massa de manobra de alguns setores que querem apostar

no quanto pior melhor. Acho que todos nós aqui estamos empenhados em achar uma solução, uma solução para que volte o País a crescer, a gerar emprego, a dar oportunidade para os milhares de pais de família que estão aí passando necessidade e a investir na infraestrutura nacional, dando condição para que o nosso povo – vamos dizer uma palavra muito dita anteriormente – volte a ser feliz. O Senador Wellington Fagundes acabou de citar, há pouco tempo ali, que existem muitos querendo pôr palavras ou posições na boca das pessoas, sem as pessoas terem tido essa posição A ou B. Há rede social que fala que eu sou contra o *impeachment*. Eu não sou nem contra nem a favor, pois ele não chegou nem aqui para eu analisar e conhecer qual é a posição correta, qual é a juridicidade, se está correta ou não, se existem elementos para que se faça isso ou aquilo. Nunca fiz essa declaração em lugar nenhum. Então, é esse tipo de posição que é inadmissível. E eu congratulo-me com V. Exª quando coloca que acha que esse processo nem deve chegar aqui ao Senado Federal, mas, se chegar, nós faremos uma análise isenta do processo, como o nosso Senador Cristovam aqui colocou, baseado em fatos, em autos processuais.

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Hélio José** (PMDB - DF) – A Justiça é fria. Há uma estátua ali na frente do Supremo Tribunal Federal com uma venda nos olhos, porque a Justiça tem que se basear nos autos processuais, na legislação, na Constituição. Então, ontem, aqui, nós falávamos, com vários Senadores aqui presentes, que não é possível um Juiz de primeira instância querer passar todos os canais e querer definir se fulano A ou B pode ou não pode assumir isso ou aquilo, o que não é da alçada desse juiz. Nós nos espantamos quando vêm meios de comunicação querer falar que isso é a verdade absoluta, incitando o povo à violência. Então, eu acho que deve haver uma reflexão. Para concluir, eu acho que V. Exª tem razão quando coloca que deve haver um pacto com os meios de comunicação, já que ontem foi instalada a comissão, foi eleito o Presidente, o Relator e todo mundo, e agora o processo vai seguir seu rumo. Eu, por exemplo, vou viajar ao Japão a serviço amanhã, a convite da Embaixada japonesa, representando o Senado Federal – eu, o único Senador, e mais dez Deputados brasileiros vamos ao Japão discutir tecnologia, discutir relações políticas. Então, eu ficarei esses dez dias fora do Congresso Nacional e espero que, quando voltar, as coisas estejam mais serenas, mais calmas, as coisas estejam sendo analisadas dentro da frieza necessária à análise, para que possamos ter um caminho definido. Eu vim aqui falar sobre o PMDB. O PMDB, que é o meu Partido, não tem posição definida. Não houve uma deliberação do PMDB, nem assim, nem assado. O PMDB tem o Vice-Presidente da República, que tem responsabilidade com o Governo.

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Hélio José** (PMDB - DF) – Ele foi eleito na chapa conjunta. Eu sou Vice-Líder do Governo, do Governo em que o Vice-Presidente da República é do meu Partido. Então, eu não tenho posição de defender nenhum tipo de coisa inadequada. Estou aqui para defender que todas as corrupções sejam apuradas, como V. Exª colocou – apoiamos todas as ações adequadas e corretas da Lava Jato –, mas só não podemos concordar nem com quebrar sigilo telefônico que não é da alçada de fulano quebrar nem com a seletividade de abrir o sigilo de uma ação em detrimento das outras 23 ações que não tiveram o sigilo aberto. Então, com esse tipo de seletividade nós não podemos concordar. O Juiz Moro faz muitas coisas certas, tem o nosso apoio, mas, nessa questão aí, houve uma exorbitância, e deve ser recolocado no seu devido lugar. Então, eu congratulo-me com V. Exª.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Interceptação, Senador Hélio, interceptação telefônica até de advogados.

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Hélio José** (PMDB - DF) – Pois é. Então, eu agradeço a V. Exª, concordo com a serenidade com que V. Exª aqui coloca e com a necessidade de todos nós termos compromisso com um País que se chama Brasil, com a retomada de empregos e com a retomada do desenvolvimento social. Muito obrigado.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço o aparte.

Eu penso, Srs. Senadores, que nós deveríamos repetir muito aqui o que está acontecendo, porque, se não dissermos aqui, a imprensa não diz. Quando o Presidente Lula foi nomeado Ministro, o Juiz Moro suspende as interceptações. Por quê? Para remetê-las ao Supremo Tribunal Federal. Mas, antes de remetê-las ao Supremo Tribunal Federal, o que fez? Abriu o sigilo, levantou o sigilo e divulgou falas, conteúdos que, repito, não têm nada de ilegal e criminoso. É óbvio que há lá um monte de opiniões expressas não só pelo ex-Presidente Lula, mas por vários com quem ele falava, inclusive o Senador Lindbergh e o Senador Jorge Viana, que estava conversando com um advogado. Nenhuma fala dali pode ser caracterizada como crime. Tanto não o foi que repito.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eles não podiam ter vazado. Eles tinham que ter mandado para o Supremo Tribunal Federal.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Para o Supremo Tribunal Federal. E isso não é um pecado menor. Isso é um pecado capital. Não é um pecado menor.

E para que serve isso? É para isto aqui: o diálogo ser publicado assim, nas primeiras páginas de jornais, em todos os telejornais do País, para falar que o Judiciário repudia ofensas e suspende manobra de Lula, para criar intriga, para colocar o povo contra o Governo, para colocar um contra o outro, o Judiciário contra o Executivo. É isso que está em curso no País. É isso que temos que enxergar. Por quê? Repito: não é por causa do Lula ou da Dilma. É por causa do projeto que eles representam.

Eu não sou do PT. O meu Partido apoia, faz parte do Governo, porque concordamos com esse projeto, porque não queremos ver de volta o neoliberalismo no País. E aqui não vou repetir, mesmo porque falei que seria breve hoje para que V. Exªs também possam falar aqui, o que o Senador Lindbergh falou: os avanços que nós tivemos e o que eles estão planejando fazer no Brasil. E, Senador Lindbergh, não é só esse problema do projeto, que é um projeto ruim para os trabalhadores. É um projeto para reverter tudo o que nós conquistamos, como no novo marco do pré-sal, dirigindo todos os recursos para a educação...

*(Soa a campainha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não é só isso. É retirada de direitos dos trabalhadores, é privatizar a Caixa Econômica, enfraquecendo o Minha Casa, Minha Vida, é um monte de retrocesso que querem promover. É isso tudo.

Fora isso, há algo sobre o que dialoguei muito, esta semana, com o Senador João Capiberibe, do Amapá.

Peguei aqui uma matéria escrita pelo professor do Departamento de Filosofia da USP, da Universidade de São Paulo, Wladimir Safatle. Ele fez um belo artigo. Vamos lá, prestar bem atenção, porque eu concordo, é aquilo que eu e o Senador Capiberibe falamos durante a semana inteira. Ele fala a respeito das ilegalidades cometidas, dessa articulação, dessas ações articuladas que existem entre meios de comunicação – não todos, não quero generalizar...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campainha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas ele diz o seguinte:

> Por isso é muito provável que, derrubado o governo e posto Lula na cadeia, a Lava Jato sumirá paulatinamente do noticiário. A imprensa será só sorrisos para os dias vindouros, o dólar cairá, a bolsa subirá. E voltarão ao comando os mesmos corruptos de sempre, já que eles foram poupados de maneira sistemática durante toda a fase quente da operação.

Olhem a profundidade disso. Olhem a profundidade. É fato. É fato, porque a Lava Jato vem sendo muito alimentada nessas partes pela imprensa. Aí, digamos, conseguem tirar a Presidente Dilma. Na minha opinião, isso será um golpe, porque, mesmo o *impeachment* sendo constitucional, a figura, a instituição do *impeachment* estando prevista na Lei Maior do País, que é a Constituição, se nele não estão contidos os elementos jurídicos necessários, aí é golpe. Aí é golpe.

Então, digamos que consigam isso, que enfraqueçam a popularidade e a liderança do Presidente Lula. Voltarão. E, aí, Lava Jato, para a imprensa, não tem mais problema nenhum. Não divulgam nada, os telejornais, as rádios, os jornais. Aí vai acabando, e continua tudo como está.

Então, eu acho que nós precisamos dialogar. Mais do que nunca, eu vejo: se não for isso que está acontecendo, a imprensa, neste momento, não tem que botar fogo. Mas, infelizmente, a imprensa está botando fogo. Foi assim em 1964! Exatamente assim. Eu até tinha aqui um jornal, que não está mais aqui comigo, a cópia de um jornal de março de 1964. Não tem muita diferença dos jornais de hoje, Srªs e Srs. Senadores.

*(Soa a campainha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Está aqui: "PM usa jato de água para tirar manifestantes anti-Dilma da Paulista". Aconteceu sabe quando? Agorinha, de manhã, porque eles estão lá na frente da Fiesp e não queriam sair. Tiveram que usar – olhem a fotografia – jatos de água, com caminhões de bombeiro. Agora. E não estava o nosso pessoal lá, não. Eram só eles.

Aí, o que eles fizeram com o Secretário de Segurança? Xingaram o Secretário de Segurança de São Paulo, que é do PSDB, expulsaram o Secretário de Segurança de lá, chutaram o carro do Secretário de Segurança de São Paulo, o Sr. Alexandre de Moraes, do Governo do PSDB, do Governo de Alckmin. Xingaram ele de ladrão e tudo o que foi de pior.

Ontem, os protestos, no Brasil inteiro, terminaram em pancadaria. O que está acontecendo?

*(Soa a campainha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A sede do nosso Partido, em vários locais, tem sido invadida. Olha aqui! Eles ameaçaram atear fogo na sede do PT em Curitiba. Em Goiás, parece que botaram fogo do lado de fora, Senador Lindbergh. Botaram fogo do lado de fora! O ex-Governador, ex-Deputado Ciro Gomes publicou uma nota a respeito de um vídeo que foi muito visto pela internet. Ele teve que publicar uma nota porque foi avisado de que o irmão dele, ex-Governador do Ceará, estava sendo cercado e xingado por manifestantes, de reacionário, disso e daquilo. Ele foi lá para defender. O Deputado Pepe Vargas, ex-Prefeito de Caxias do Sul, ontem nos dizia que havia 200 pessoas na frente da casa dele. Ele estava em Brasília, e lá, só a sua esposa e sua filha.

Então, olha aonde nós estamos chegando. Eu não quero dizer que do nosso lado também não haja reação.

*(Soa a campainha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Claro, para toda ação tem reação, mas o que a imprensa – que eu acho que tem até uma responsabilidade maior do que nós hoje – tem que fazer é, no mínimo, dar um espaço igual para que os lados possam se manifestar. O lado daqueles que querem o impedimento da Presidente e o lado daqueles que entendem que não há razão para isso. É, no mínimo, o que nós temos que pedir. Eu acho que merecíamos, Senador Lindbergh, ir ao Conselho Nacional de Justiça. Precisaríamos ir ao Ministério Público, ao Conselho Nacional do Ministério Público, levar a nossa preocupação e dizer "não é possível!". Porque aqui é isto: nós falamos, o outro lado fala; mas na imprensa não é assim, nas televisões não é assim.

Então, esta é a hora da cautela. Esta é a hora de tomarmos muito cuidado não só com o que falamos, mas não só nós, porque muito mais poder perante a população do que nós, têm os meios de comunicação deste País.

*(Soa a campainha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu não gostaria de ver a Globo, daqui a algum tempo, fazer o que fez em relação a 1964: pedir desculpas, reconhecer que estava equivocada quando apoiou as manifestações e o golpe daquela época.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*

Matéria referida:

– Carta divulgada pelo ex-Presidente.

Instituto Lula

# Carta aberta do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Creio nas instituições democráticas, na relação independente e harmônica entre os Poderes da República, conforme estabelecido na Constituição Federal.

Dos membros do Poder Judiciário espero, como todos os brasileiros, isenção e firmeza para distribuir a Justiça, garantir o cumprimento da lei e o respeito inarredável ao estado de direito.

Creio também nos critérios de impessoalidade, imparcialidade e equilíbrio que norteiam os magistrados incumbidos desta nobre missão.

Por acreditar nas instituições e nas pessoas que as encarnam, recorri ao Supremo Tribunal Federal sempre que necessário, e especialmente nestas últimas semanas, para garantir direitos e prerrogativas que não me alcançam exclusivamente, mas a cada cidadão e a toda a sociedade.

Nos oito anos em que exerci a presidência da República, por decisão soberana do povo – fonte primeira e insubstituível do exercício do poder na democracia – tive oportunidade de demonstrar apreço e respeito pelo Judiciário.

Não o fiz apenas por palavras, mas mantendo uma relação cotidiana de respeito, diálogo e cooperação; na prática, que é o critério mais justo da verdade.

Em meu governo, quando o Supremo Tribunal Federal considerou-se afrontado pela suspeita de que seu então presidente teria sido vítima de escuta telefônica, não me perdi em considerações sobre a origem ou a veracidade das evidências apresentadas.

Naquela ocasião, apresentei de pleno a resposta que me pareceu adequada para preservar a dignidade da Suprema Corte e para que as suspeitas fossem livremente investigadas e se chegasse à verdade dos fatos.

Agi daquela forma não apenas porque teriam sido expostas a intimidade e as opiniões dos interlocutores.

Agi por respeito à instituição do Judiciário e porque me pareceu também a atitude adequada diante das responsabilidades que me haviam sido confiadas pelo povo brasileiro.

Nas últimas semanas, como todos sabem, é a minha intimidade, de minha esposa e meus filhos, dos meus companheiros de trabalho que tem sido violentada por meio de vazamentos ilegais de informações que deveriam estar sob a guarda da Justiça.

Sob o manto de processos conhecidos primeiro pela imprensa e só depois pelos direta e legalmente interessados, foram praticados atos injustificáveis de violência contra minha pessoa e e minha família.

Nesta situação extrema, em que me foram subtraídos direitos fundamentais por agentes do estado, externei minha inconformidade em conversas pessoais, que jamais teriam ultrapassado os limites da confidencialidade, se não fossem expostas publicamente por uma decisão judicial que ofende a lei e o direito.

Não espero que ministros e ministras da Suprema Corte compartilhem minhas posições pessoais e políticas.

Mas não me conformo que, neste episódio, palavras extraídas ilegalmente de conversas pessoais, protegidas pelo Artigo 5o. da Constituição, tornem-se objeto de juízos derrogatórios sobre meu caráter.

Não me conformo que palavras ditas em particular sejam tratadas como ofensa pública, antes de se proceder a um exame imparcial, isento e corajoso do levantamento ilegal do sigilo das informações. Não me conformo que o juízo personalíssimo de valor se sobreponha ao direito.

Não tive acesso a grandes estudos formais, como sabem os brasileiros. Não sou doutor, letrado, jurisconsulto. Mas sei, como todo ser humano, distinguir o certo do errado; o justo do injusto.

Os tristes e vergonhosos episódios das últimas semanas não me farão descrer da instituição do Poder Judiciário. Nem me farão perder a

esperança no discernimento, no equilíbrio e no senso de proporção de ministros e ministras da Suprema Corte.

Justiça, simplesmente justiça, é o que espero, para mim e para todos, na vigência plena do estado de direito democrático.

Link: http://www.institutolula.org/carta-aberta-do-ex-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva

*(Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, o Sr. Hélio José a deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Fagundes.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Esta Presidência gostaria de convidar o Senador Lindbergh Farias para fazer uso da palavra, inscrito como orador.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou fazer um pronunciamento sobre o Poder Judiciário.

O Ministro Marco Aurélio recentemente declarou que a pior ditadura é a ditadura do Poder Judiciário. Eu tenho feito esses discursos porque creio que nós vivemos um momento importantíssimo da nossa história. Eu, sinceramente, espero que este golpe não aconteça, que o *impeachment* não seja aprovado, porque não há bases jurídicas para isso. Mas quero registrar o meu posicionamento, aqui, para a história.

Só que antes, Sr. Presidente, de começar o meu discurso, eu quero fazer, também, para registrar para a história, como fez a Senadora Vanessa, a leitura direta da carta aberta do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Diz o Presidente Lula:

Creio nas instituições democráticas, na relação independente e harmônica entre os Poderes da República, conforme estabelecido na Constituição Federal.

Dos membros do Poder Judiciário espero, como todos os brasileiros, isenção e firmeza para distribuir a Justiça, garantir o cumprimento da lei e o respeito inarredável ao Estado de direito.

Creio também nos critérios da impessoalidade, imparcialidade e equilíbrio que norteiam os magistrados incumbidos desta nobre missão.

Por acreditar nas instituições e nas pessoas que as encarnam, recorri ao Supremo Tribunal Federal sempre que necessário, especialmente nestas últimas semanas, para garantir direitos e prerrogativas que não me alcançam exclusivamente, mas a cada cidadão e a toda a sociedade.

Nos oito anos em que exerci a Presidência da República, por decisão soberana do povo – fonte primeira e insubstituível do exercício do poder na democracia –, tive oportunidade de demonstrar apreço e respeito pelo Judiciário.

Não o fiz apenas por palavras, mas mantendo uma relação cotidiana de respeito, diálogo e cooperação; na prática, que é o critério mais justo da verdade.

Em meu governo, quando o Supremo Tribunal Federal considerou-se afrontado pela suspeita de que seu então Presidente teria sido vítima de escuta telefônica, não me perdi em considerações sobre a origem ou a veracidade das evidências apresentadas.

Naquela ocasião, apresentei de pleno a resposta que me pareceu adequada para preservar a dignidade da Suprema Corte e para que as pessoas fossem livremente investigadas e se chegasse, assim, à verdade dos fatos.

Agi daquela forma não apenas porque teriam sido expostas a intimidade e as opiniões dos interlocutores.

Agi por respeito à instituição do Judiciário e porque me pareceu também a atitude adequada diante das responsabilidades que me haviam sido confiadas pelo povo brasileiro.

Nas últimas semanas, como todos sabem, é a minha intimidade, de minha esposa e meus filhos, dos meus companheiros de trabalho, que tem sido violentada por meio de vazamentos ilegais de informações que deveriam estar sob a guarda da Justiça.

Sob o manto de processos conhecidos primeiro pela imprensa e só depois pelos diretamente e legalmente interessados, foram praticados atos injustificáveis de violência contra minha pessoa e minha família.

> Numa situação extrema, em que me foram subtraídos direitos fundamentais por agentes do Estado, externei minha inconformidade em conversas pessoais, que jamais teriam ultrapassado os limites da confidencialidade, se não fossem expostas publicamente por uma decisão judicial que ofende a lei e o direito.
> Não espero que ministros e ministras da Suprema Corte compartilhem minhas posições pessoais e políticas.
> Não me conformo que, neste episódio, palavras extraídas ilegalmente de conversas pessoais, protegidas pelo art. 5º da Constituição, tornem-se objeto de juízos derrogatórios sobre meu caráter.
> Não me conformo que palavras ditas em particular sejam tratadas como ofensa pública, antes de se proceder a um exame imparcial, isento e corajoso do levantamento ilegal do sigilo das informações.
> Não me conformo que o juízo personalíssimo de valor se sobreponha ao direito.
> Não tive acesso a grandes estudos formais [...]. Não sou doutor, letrado [...]. Mas sei, como todo ser humano, distinguir o certo do errado; o justo do injusto.
> Os tristes e vergonhosos episódios das últimas semanas não me farão descrer da instituição do Poder Judiciário. Nem me farão perder a esperança no discernimento, no equilíbrio e no senso de proporção de ministros e ministras da Suprema Corte.
> Justiça, simplesmente justiça, é o que espero, para mim e para todos, na vigência plena do estado de direito democrático.

Sr. Presidente, queria passar agora a ler o editorial da *Folha de S.Paulo,* porque acho, sinceramente, que muita gente aqui, no plenário do Senado Federal, não está vendo a gravidade da situação que estamos enfrentando. Não são pequenos desvios – volto a dizer –, é um embrião do estado de exceção dentro do Estado democrático de direito. Acho que aqui há muita gente que diz: "Não, são pequenos problemas na investigação do Juiz Sérgio Moro." Acho que esse é um erro. Temos que ser firmes. Vi vários Senadores que não se levantaram, não levantaram a voz contra a ilegalidade que foi feita ali contra o Presidente Lula e a Presidenta Dilma.

Trago aqui a leitura do editorial, que considero corajoso, da *Folha de S.Paulo* do dia de hoje.

> Protagonismo perigoso.
> Em momentos de crispação nas ruas como estes que o Brasil conhece, nada mais importante que dispor de instituições sólidas e equilibradas, capazes de moderar o natural ímpeto das manifestações e oferecer respostas seguras dentro de um quadro de legalidade.
> Preocupam, por isso, os sinais de excesso que nos últimos dias partem do Judiciário, precisamente o Poder do qual se esperam as atitudes mais serenas e ponderadas.
> Não se trata de relativizar o peso das notícias acerca da Operação Lava Jato, ou de minimizar o efeito político e jurídico das gravações telefônicas divulgadas nesta semana.
> O imperioso combate à corrupção, entretanto, não pode avançar à revelia das garantias individuais e das leis em vigor no país. Tal lembrança deveria ser desnecessária num Estado democrático de Direito, mas ela se torna relevante diante de recentes atitudes do juiz federal Sérgio Moro, em geral cioso de seus deveres e limites.
> Talvez contaminado pela popularidade adquirida entre os que protestam contra o governo da presidente Dilma Rousseff (PT), Moro despiu-se da toga e fez o povo brasileiro saber que se sentia "tocado pelo apoio às investigações".
> Ocorre que as investigações não são conduzidas pelo magistrado. A este compete julgar os fatos que lhe forem apresentados, manifestando-se nos autos com a imparcialidade que o cargo exige.
> Demonstrando temerária incursão pelo cálculo político, resolveu assumir de vez o protagonismo na crise ao levantar o sigilo de conversas telefônicas de Lula [...] bem no momento em que o ex-presidente se preparava para assumir a Casa Civil.
> Por repulsiva que seja a estratégia petista de esconder o ex-presidente na Esplanada, não cabe a um magistrado ignorar ritos legais a fim de interromper o que sem dúvida representa um mal maior. Pois foi o que fez Moro ao franquear a todos o acesso às interceptações e transcrições que, como regra, devem ser preservadas sob sigilo.
> Ao justificar a decisão, Moro argumenta de maneira contraditória. Sustenta que o caso, por envolver autoridades com foro privilegiado, deve ser remetido ao Supremo Tribunal Federal, mas tira da corte a possibilidade de deliberar sobre o sigilo das interceptações.
> Pior, a lei que regula o tema é clara: "A gravação que não interessar à prova será inutilizada". Quem ouviu as conversas de Lula pôde perceber que muitas delas eram absolutamente irrelevantes para qualquer acusação criminal. Por que, então, foram divulgadas?

> Ademais, a conversa entre Lula e Dilma ocorreu depois que o próprio Moro havia mandado ser interrompida a escuta. Acerca disso o juiz a princípio não se pronuncia.
>
> É sem dúvida importante que a população saiba o que se passa nas sombras do poder. Daí não decorre, obviamente, que os juízes possam dar de ombros para as leis. Mais do que nunca, o exemplo deve partir do Poder Judiciário – sua eventual desmoralização é o pior que pode acontecer.

Isso aqui é o editorial da *Folha de S.Paulo* de hoje, não é nenhuma nota de Senador do Partido dos Trabalhadores, mas é um editorial corajoso, que eu fiz questão de registrar.

Vamos ao meu breve pronunciamento, Senador Hélio José.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no ano de 1857, a Suprema Corte dos Estados Unidos apreciou um recurso movido por um negro chamado Dred Scott contra o Sr. John Sandford. Com base em uma lei federal conhecida como Compromisso do Missouri, Dred Scott havia se tornado um homem livre, porque se mudara com seu proprietário, o médico militar John Emerson, para o Wisconsin, à época, um território federal.

Enquanto o médico prestava serviços em postos de fronteira, Scott prestava serviços como trabalhador aleutônomo e, com isso, conseguiu fazer uma poupança. Viveu por lá durante quatro anos.

John Emerson e sua esposa Irene Sanford retornaram ao Estado da Louisiana e, mais tarde, transferiram-se para Saint Louis, Missouri. Dred Scott, mulher e filhos os acompanharam.

Após a morte de Emerson, Scott propôs à Srª Sandford a compra de sua liberdade e a dos seus, fazendo uso de suas economias. A Srª Sandford recusou a oferta e transferiu os seus direitos de propriedade sobre os Scotts a seu irmão John Sandford.

Scott se opôs e foi à Justiça requerendo o pagamento de salários retidos e sua liberdade, invocando a condição de homem livre, adquirida ao mudar-se para o Winconsin, com base na Lei do Compromisso do Missouri.

Após tramitar em várias instâncias, a matéria foi parar na Suprema Corte, que, seguindo o voto do Juiz Taney, Presidente do Tribunal, considerou que, com base na Quinta Emenda, John Sandford não poderia ser despojado da propriedade de seu escravo sem o devido processo legal, que a Lei do Compromisso do Missouri era inconstitucional e que Dred Scott não era cidadão, nem podia postular em juízo. Pela primeira vez, desde 1803, a Suprema Corte declarava a inconstitucionalidade de uma lei federal.

Esse acórdão provocou a morte de mais de 600 mil pessoas. É difícil imaginar o que são 600 mil mortes no século XIX. Aquela decisão judicial foi o estopim da Guerra Civil, que se seguiu. Abraham Lincoln fez de sua crítica à decisão da Suprema Corte o mote de sua campanha ao Senado e, depois, à Presidência. Até hoje são lembradas as palavras proferidas em seu discurso conhecido como a Casa Dividida, em que combate fortemente aquela decisão.

Até hoje, a Suprema Corte dos EUA não ousou declarar aquele precedente formalmente superado. Certamente, o maior vexame, a maior vergonha na história do tribunal e da jurisdição constitucional norte-americana.

Façamos agora um giro, seguindo para o outro lado do Atlântico. Os tribunais alemães, durante os anos 20 do século passado, em plena República de Weimar, tornaram-se conhecidos pela complacência com que reprimiam os manifestantes fascistas e o rigor com que tratavam os manifestantes de esquerda. Não precisamos descrever o que se passou pouco tempo depois: Hitler não precisou de sequer um tiro de canhão para chegar ao governo, bastaram-lhe os doutos pareceres jurídicos de Carl Schmitt para galgar ao poder absoluto.

Pois bem. Está claro, Srs. Senadores, que o sistema de Justiça brasileiro partidarizou-se. Juízes, membros do Ministério Público e policiais, em todos os graus, expõem preferências políticas. Não mais se escondem atrás de um pretenso biombo de pundonor. Arvoram-se no combate à corrupção, mas num combate que só tem um alvo: Lula, Dilma, PT e, de quebra, a esquerda em geral. As razões são óbvias: não se pode correr o risco de inviabilizar-se a reprodução do sistema político.

Os operadores do Direito, assentados no aparato do Estado, revelam, assim, o substrato de sua cultura jurídica. Ainda que não saibam, bebericam nas fontes de Hegel, aquele filósofo inadequadamente citado como comparsa de Karl Marx, em já conhecida petição de promotores de Justiça do Estado de São Paulo. Creem na racionalidade absoluta do Estado incorruptível – ainda que se empenhem com parcialidade para tanto. Um Estado perfeito, síntese da superação dos conflitos da História, capaz de arbitrar as desavenças da sociedade civil, como se uma sociedade civil marcada pela divisão de classes não afetasse a natureza do próprio Estado, os direitos de propriedade e a observância dos contratos, acima de tudo, até mesmo da liberdade.

Afinal, Hegel dizia que a propriedade nada mais é que a exteriorização da liberdade, mas, se alguém não é proprietário, a sua absoluta ausência de liberdade, portanto, é um mero detalhe que não compromete a funcionalidade do sistema. Um sistema que pede aos despossuídos ordem, obediência, subalternidade. O império da lei se resume a uma consigna: manda quem pode, obedece quem tem juízo.

É isso que está em jogo. Não há diferença entre o que se passa nas ruas do Brasil, nos comícios de Donald Trump ou nas massas que apoiam o Front Nacional de Jean-Marie Le Pen, o Partido da Independência da Grã-Bretanha ou a Alternativa para a Alemanha. Infelizmente, para reforçar essa nova versão globalizada da Marcha sobre Roma, muitos que compõem o sistema judicial brasileiro parecem ter aderido.

Ocorre, Srªs e Srs. Senadores, que, doravante, veremos as funções políticas dos tribunais se limitarem, progressivamente, ao controle social, que, para legitimar-se, procurará, cada vez mais, aumentar a repressão em escala e intensidade. Isso porque o desmantelamento da regulação nacional da economia passa a coexistir e integrar processos de regulação novos, ocorrendo em nível internacional e transnacional.

A globalização da economia, fenômeno que não é novo, assume proporções sem precedentes, tendo vindo a dar azo à emergência de um novo direito transnacional, o direito dos contratos internacionais, a chamada nova *Lex mercatoria*, que acrescenta mais uma dimensão ao caos normativo, na medida em que coexiste com o direito nacional, ainda que esteja, por vezes, em contradição com ele.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Como ensina o eminente catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra, Boaventura de Sousa Santos, esse novo pluralismo é simultaneamente a causa e a consequência da erosão da soberania do Estado nacional que ocorre neste período.

A erosão da soberania do Estado acarreta consigo, nas áreas em que ocorre, a erosão do protagonismo do poder judicial na garantia do controle da legalidade. A dirimição de litígios emergentes das transações econômicas internacionais raramente é feita pelos tribunais das economias periféricas, já que a *Lex mercatoria* privilegia a arbitragem internacional ou a jurisdição dos Estados que se consideram centros da economia em nível mundial.

O novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor hoje, é um bom exemplo do enfraquecimento da jurisdição nacional civil na resolução de conflitos em tempos de globalização econômica. No mesmo caminho, está o projeto do novo Código Comercial, que se encontra em tramitação aqui, no Senado Federal.

Volto a dizer: caminhamos a passos céleres para a redução da jurisdição ao Direito Penal, a mão forte da lei aos que ousam dissentir da máxima de Margaret Thatcher de que "não há alternativa".

Socorro-me do discurso de Lincoln, em Illinois, sobre a fatídica decisão da Suprema Corte que mencionei ao iniciar esse discurso. Dizia Lincoln que a decisão da Suprema Corte era uma parte da maquinaria posta em marcha para assegurar a escravidão.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Agora vemos o sistema de Justiça ser movimentado como uma parte de maquinaria para manter na senzala, no seu devido lugar a maioria do povo brasileiro. Tudo faz sentido. Tudo faz muito sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Esta Presidência gostaria de convidar o Senador Hélio José, como inscrito, a fazer uso da palavra.

Com a palavra o Senador Hélio José.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PMDB - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar nossos ouvintes da TV e Rádio Senado, cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador Wellington Fagundes, do nosso querido Estado de Mato Grosso, o Estado da produção brasileira de grãos, que muito tem contribuído para a nossa Nação, o Brasil.

Quero dizer em alto e bom som aqui, desta tribuna, nobre Senador Wellington Fagundes – e acompanhei recentemente uma questão de ordem de V. Exª –, que a imprensa e outras pessoas têm de parar de colocar na nossa boca o que não colocamos, nem dissemos, ao colocarem que dissemos que fulano é isso ou aquilo, ou que apoia isso ou aquilo, sem ter a posição do fulano A sobre a situação.

V. Exª eu vi que falava indignado, pois alguns falam que V. Exª é contra ou a favor disso ou daquilo, e V. Exª não tinha se pronunciado. A mesma coisa eu vejo nas redes sociais, querendo dizer que sou contra ou a favor do *impeachment*. Eu quero falar para V. Exª, do alto desta tribuna, e para o Brasil que sou a favor do povo brasileiro.

Eu quero falar para V. Exª, do alto desta tribuna, e para o Brasil que sou a favor do povo brasileiro, que sou a favor da geração de emprego, que sou a favor de que haja investimento em infraestrutura, de que o Brasil possa escoar, de forma adequada, a nossa produção de grãos, de que o Brasil não tenha 30% de prejuízo, porque não existem, hoje, estradas ferroviárias necessárias para levar a nossa safra aos portos brasileiros.

Quero dizer a todo o Brasil que está nos ouvindo que, com relação ao processo de *impeachment* em curso, esse processo está devidamente instalado na Câmara dos Deputados do País. São 513 Deputados que foram

eleitos pela população brasileira e que, com certeza, analisarão os fatos e nos darão uma posição. Caso seja acolhida, essa questão virá ao Senado Federal, e a nós, como julgadores do Senado Federal, caberá a responsabilidade de analisar os autos processuais, avaliar a legalidade e definir em prol do Brasil, em prol da geração de emprego e em prol da retomada do crescimento.

Nós não temos aqui posição preconcebida, nem assim nem assado, porque, como falávamos, a Justiça brasileira, assim como a Justiça de qualquer país do mundo sério, tem que ser cega, tem que se ater à Constituição, tem que se ater às leis, à legalidade e aos autos processuais, e não ao que diz imprensa A, imprensa B, ao que dizem os meios de comunicação, ou ao que os outros acham que é ou deixa de ser. O que tem que valer é aquilo que está dentro da legalidade.

Eu tenho certeza de que nós, aqui, nobre Senador Presidente Wellington Fagundes, nobre Senadora Vanessa Grazziotin, nobre Senador Ronaldo Caiado, temos que nos ater à legalidade dos fatos e, com essa tranquilidade, nós o faremos.

Eu já comuniquei aqui e quero comunicar novamente da tribuna que vou viajar para o Japão hoje e só vou voltar ao nosso País no dia 30. Estou indo numa missão oficial do Senado Federal para representar o Senado do Brasil, a convite da Embaixada japonesa, a fim de discutirmos a tecnologia, o sistema de governo, a política deste país do Primeiro Mundo, que é o Japão. Lá vamos estar reunidos com o Imperador do Japão, com representantes do Senado Federal do Japão, com representantes do Congresso Nacional, com representantes da tecnologia e do desenvolvimento social daquele país tão importante, o Japão.

E vamos trazer aqui novas reflexões para o nosso País. Eu espero que, quando eu retornar, no dia 30 de março, a serenidade, a responsabilidade com a coisa pública tenha voltado à situação normal.

Eu sou membro, como Senador da República, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), um dos partidos mais comprometidos com o processo de redemocratização deste País, com o fim da ditadura militar. O nosso Partido está convocando uma reunião para o dia 29, em que avaliará e tomará algumas deliberações e alguns encaminhamentos. Depois que o nosso Partido tiver uma posição, é óbvio que cabe a nós membros do Partido, Parlamentares do Partido, seguir a orientação do partido de que fazemos parte.

Então, quero deixar claro a todo cidadão brasileiro, mais uma vez, nobre Senador Wellington Fagundes, que a minha posição – e creio que dos outros 80 Senadores de bom senso desta Casa – é em prol do povo brasileiro, em prol deste Brasil, que não pode esquecer sua história. A história recente demonstrou, na prática da vida, do dia a dia, o que cada um é ou deixa de ser. Basta avaliar e rever a história. Então, quem era bom ontem não pode ser ruim hoje; quem era deus ontem não pode ser satanás hoje por causa dos interesses muitas vezes escusos de A ou de B. Então, precisamos garantir a nossa Constituição e precisamos garantir que as leis sejam preservadas, nobre Sr. Presidente, Senador Wellington Fagundes, com quem me congratulo. Eu me somo à questão de ordem que V. Exª, há pouco tempo, proferiu aqui nesta Casa.

Eu gostaria de dizer, Nobre Senador Wellington Fagundes, Presidente desta sessão, que o Brasil continua e que nós precisamos continuar procurando melhoras para o nosso País. O que me traz aqui, nesta comunicação inadiável, no dia de hoje, é falar sobre uma importante instituição brasileira, que é a Defensoria Pública da União, os advogados dos pobres. A Defensoria Pública da União é exatamente o órgão que está lá para ver o lado dos mais fragilizados, para defender aquelas pessoas que não têm recurso financeiro para constituir um advogado. E nós precisamos – nós brasileiros, nós Senadores da República, nós Parlamentares – colaborar para que a Defensoria Pública da União, para que as defensorias públicas dos Estados brasileiros tenham condição adequada de bem desempenhar o seu trabalho no atendimento àquelas pessoas mais carentes da sociedade.

Porque o meu compromisso é com a população do Distrito Federal; o meu compromisso é com as pessoas que estão com seus filhos e suas filhas desempregados; o meu compromisso é com a retomada de crescimento. Por isso a minha posição é em apoio ao povo brasileiro, em apoio ao fim das corrupções, em apoio às instituições, em apoio ao Supremo Tribunal Federal, em apoio à DPU, em apoio ao Judiciário, em apoio ao Executivo, em apoio ao Legislativo, porque as instituições têm de funcionar! Em apoio ao setor produtivo nacional, porque sem o setor produtivo nós não temos geração de emprego.

O nosso povo pobre não quer esmola! O nosso povo pobre quer oportunidade – oportunidade de trabalhar, oportunidade de produzir, oportunidade de contribuir para este País grande, que até ontem era orgulho de todos nós brasileiros. Não pode, por motivo distorcido, por quebra de coisas irregulares, o povo brasileiro ser induzido à quebradeira, ser induzido à violência! O Estado de direito tem de voltar à normalidade!

Eu espero e quero fazer um apelo ao meu País; um apelo às mães, às donas de casa, um apelo aos cidadãos brasileiros, um apelo à juventude, um apelo às crianças deste País: vamos pensar, vamos manter a legalidade, vamos manter a ordem, vamos fazer o protesto justo de quem queira protestar, mas protestar dentro daquela tranquilidade do direito de ir e vir! Não podemos rasgar a Constituição nacional, nobre Presidente, Senador Wellington Fagundes.

Sobre a questão da DPU: hoje venho a esta tribuna tratar de um tema fundamental para o Estado democrático de direito e para a cidadania. Venho falar sobre a Defensoria Pública da União. A Defensoria Pública é o órgão encarregado da defesa do cidadão carente deste País e, consequentemente, num regime democrático de direito, no devido processo legal, das garantias constitucionais e da promoção dos direitos humanos. É o contrapeso à acusação, nobre Senador Wellington Fagundes.

Não sei se V. Exª se lembra: na época do Império, havia o Poder Moderador. Hoje, no nosso País, nós temos o Ministério Público, que deve se ater à responsabilidade de garantir a legalidade; de garantir, junto com o Supremo Tribunal Federal, que a Constituição seja cumprida.

E é este o apelo que quero fazer ao Poder Moderador brasileiro, que não deve ter lado, nem a favor, nem contra, apenas o lado da legalidade, da justiça.

E é por isso que estou aqui colocando o importante contrapeso, a acusação que é feita pelos defensores. São os defensores públicos que estão ao lado dos vulneráveis, ao lado dos excluídos, ao lado da classe pobre deste nosso País.

Esta semana, o País testemunhou uma grande violação às garantias consagradas na nossa Constituição Federal, que é um juiz de primeira instância quebrar o foro privilegiado de uma Presidente da República, ou de um Senador da República, como o Senador Jorge Viana. Isso é um absurdo. Isso é uma instituição inconstitucional e que não pode prevalecer.

Acho que o Supremo Tribunal Federal tinha todo o direito de quebrar sigilo, de liberar qualquer comunicação, qualquer diálogo, mas o Supremo Tribunal Federal, que tem a credibilidade, o mérito e a legalidade para definir sobre essas questões, e não de forma seletiva, para incendiar o País e pôr pessoas inocentes nas ruas. Muitos não estão nem sabendo do que se trata, porque, se voltar a ditadura militar, esses que pensam que estão buscando seus direitos vão sofrer na carne a opressão que sofreram antes. Então, precisamos enxergar que nós precisamos retomar o emprego e o desenvolvimento.

Por isso, estou aqui defendendo a DPU. E se a violação de prerrogativas constitucionais pode acontecer com o Presidente da República, imagine o que pode acontecer com o cidadão normal brasileiro! Imagine o que pode acontecer com aquela cidadã de Ceilândia, que está no Setor P Sul! Imagine o que pode acontecer com aquele cidadão de Planaltina, de São Sebastião, do Gama, que são pessoas de Brasília, pessoas simples! Se se pode rasgar a Constituição para perseguir autoridades com foro privilegiado, imagine o que vai acontecer com o vulnerável! Nós vamos ter a anarquia, e a anarquia não interessa a ninguém. Quem quer crescer, quem quer evoluir, quem quer um país que vai para a frente tem que respeitar a legalidade, tem que apoiar a instituições, tem que apoiar órgão sério como a Defensoria Pública da União.

A Defensoria Pública da União, nobre Presidente, sangra diariamente ao perder membros para outras carreiras, e tudo isso por uma única razão: há uma defasagem remuneratória que assola os membros do DPU.

Os membros do Ministério Público da União e os membros do Judiciário têm uma remuneração totalmente diferenciada.

Será que quem defende os outros Poderes não pode ter a mesma remuneração de quem defende os pobres? Se a Defensoria Pública da União tem o dever de defender os pobres, ela tem que ter o direito de perceber a mesma coisa que a Magistratura e a mesma coisa que o Ministério Público. Não podemos ter dois pesos e duas medidas no tratamento, nobre Presidente.

E é exatamente isto que eu venho aqui colocar: o subsídio. Para se ter uma ideia, o que um membro da DPU hoje recebe é menos da metade do que é pago ao órgão de acusação, que é o Ministério Público. Há um desequilíbrio significativo na balança da Justiça. Quem acusa não pode receber mais do que quem defende. Quem defende e quem acusa têm que receber a mesma coisa, nobres cidadãos brasileiros.

Por isso eu estou aqui para defender a DPU. Aproximadamente 40% dos membros da Defensoria Pública da União já passaram em outros concursos mais atrativos financeiramente e pediram vacância. E quem perde com isso? Quem perde com isso é o pobre. Quem perde com isso é o povo que precisa, nobre Senador Caiado, da Defensoria Pública de Goiás, da Defensoria Pública da União, para se defender, porque não tem dinheiro para constituir um advogado.

Então, eu estou trazendo isso como servidor público concursado que sou, como uma pessoa que está ocupando o posto pela caneta, pelo concurso, porque foi desta forma que eu cheguei a ser um servidor público, e como o defensor também é um servidor público concursado. Não posso admitir dois pesos e duas medidas, nós temos que ter um balanceamento.

Eu quero fazer um apelo. Este discurso eu vou mandar para o Ministro do Planejamento porque falei com ele ontem, o Ministro Valdir Simão, que precisa sentar com um defensor público da União, que precisa sentar com essa categoria e corrigir essa injustiça, porque o cidadão pobre do Brasil merece ter um defensor público da União que o defenda de forma realmente valorizada.

É uma pena esse tratamento conferido pelo Executivo a esta categoria tão importante que é a Defensoria Pública da União, sobretudo neste momento de crise. Por isso, eu quero fazer um apelo ao Palácio do Planalto, um apelo aos órgãos que fazem o controle das carreiras públicas, vamos corrigir essa injustiça com a Defensoria Pública da União.

A Defensoria Pública da União deve ser tratada como parceira pelo Poder Executivo, afinal é o órgão responsável por atender a população carente deste País, em tempos nos quais são cada vez mais altos os índices de inadimplência da população, programas, nobre Presidente, nobre Senador Caiado – como o Minha Casa, Minha Vida; como o Fies; como o Prouni; como o Sistema Financeiro de Habitação; entre outros –, podem levar a Caixa Econômica Federal ao colapso, por exemplo, em razão da falta de pagamento. Então, nós temos que resolver essa questão. A Defensoria Pública da União atua tanto nesses casos, como em outros, com o objetivo de viabilizar a quitação do beneficiário. Tudo, inclusive na seara administrativa, ou seja, extrajudicialmente, apoiando os mais pobres da sociedade para buscar os seus direitos.

Nobre Senador, Presidente Wellington Fagundes, apoiando a ação da Defensoria Pública, promoveremos uma economia em duas frentes para o País. Primeiro, porque o cidadão vai honrar seus compromissos; segundo, porque a resolução do problema ocorrerá sem precisar mover outros órgãos do Estado, como o Poder Judiciário, por exemplo, porque a Defensoria vai lá e resolve o problema do pobre, sem ele precisar ter que se sacrificar em outras instâncias e, muitas vezes, tirar o dinheiro da boca para poder pagar um advogado particular. Então, é esse tipo de situação que nós precisamos ver normalizada em nosso País.

A Defensoria Pública da União deve servir como órgão a auxiliar nas diretrizes das políticas públicas. Basta que o Executivo reconheça isso. Ora, trata-se do órgão que está mais próximo do cidadão de baixa renda, cidadão esse que necessita diretamente das políticas públicas do Estado brasileiro.

Nobre Senador Caiado, V. Exª, que teve o privilégio de estudar, de ser um médico conceituado, uma pessoa que salva vidas, uma pessoa que remenda, como ortopedista que é, aquilo que a gente quebra, é uma pessoa incluída na sociedade, tem condições de ir atrás dos seus direitos, nas instâncias que V. Exª achar necessário. Agora, o pobre descamisado, da rua e das periferias, se não tiver uma Defensoria Pública da União forte, para defendê-lo, ele não terá como ir à luta atrás dos seus direitos. Por isso é que estou aqui proferindo estas poucas palavras, para fazer justiça a essa importante categoria.

Concluindo, nobre Presidente, registro que as demais carreiras jurídicas federais, como a Advocacia-Geral da União, a Receita Federal, entre outras, tiveram suas políticas remuneratórias definidas pelo Governo. Mas a DPU, que é o lado pobre, por sua vez sequer consegue ser recebida com dignidade. Estou fazendo estas palavras aqui para que...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PMDB - DF) – ... o nosso Ministério do Planejamento receba o defensor público da União e discuta uma saída para essa importante categoria.

A Defensoria não consegue sequer manter um diálogo para tentar chegar a um acordo.

Faço, então, um apelo ao Poder Executivo Federal: valorize a Defensoria Pública da União! Valorize o Brasil! Valorize o nosso povo excluído! Caso contrário, estaremos perdendo um grande parceiro no desenvolvimento deste País. Apoio e continuarei apoiando os defensores públicos brasileiros, que merecem o meu respeito e devem merecer remuneração adequada e em equilíbrio com as demais carreiras. Era isso que eu gostaria de falar, nobre Presidente, Senador Wellington Fagundes.

E, mais uma vez, registro que a minha posição, como cidadão público, neste momento conturbado em que vivemos, é uma posição em prol do povo brasileiro, principalmente do povo excluído e do povo que precisa da nossa atenção. Como representante aqui do Distrito Federal, quero deixar claro ao nosso povo brasiliense que, com relação a ser a favor ou contra *impeachment*, nem eu nem meu Partido temos posição definida sobre essa questão. E não vou admitir pessoas mal-intencionadas ficarem colocando em grupo de rede social que somos a favor ou contra isso ou aquilo, porque ainda não chegou aqui para a gente poder julgar. Como juiz, que vamos definir o caminho a ser tomado, na hora certa, teremos a nossa posição em favor do Brasil, em favor do progresso, em favor do emprego e em favor do desenvolvimento social.

Muito obrigado, Excelência.

Estamos na luta por um Brasil grande, um Brasil bom, um Brasil que volte aos eixos e nos dê orgulho de ser brasileiro. Um forte abraço a todas as famílias do nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Antes de anunciar o Senador Caiado, gostaria de desejar a V. Exª uma viagem de sucesso junto com todas as pessoas que lá irão nessa missão oficial. Eu já estive lá, no ano passado, com a Ministra da Agricultura, Kátia Abreu. Fomos lá exatamente para

tratar da abertura da exportação de carne bovina para o Japão, que é o maior importador de carne de aves, mas, infelizmente, a carne bovina tem o mercado japonês fechado por aquele país há muito tempo. Então, é extremamente importante que essas missões brasileiras deem seguimento a todo esse trabalho que está sendo feito pelo Governo brasileiro.

A exportação de carne tem crescido muito. Aliás, nessa viagem, fomos também à Rússia, onde ampliamos muito o mercado não só de carne, como também dos produtos lácteos, já que ela estava com os embargos americanos para exportação de carne. Então, é uma oportunidade.

Hoje, claro, vivemos uma crise também econômica mundial. E aí é onde entra a competência de cada país, com as suas missões comerciais, para exatamente facilitar e aproveitar essas oportunidades. O Brasil, sem dúvida nenhuma, é o maior produtor de alimentos hoje, competindo com os Estados Unidos, e ainda temos espaço.

Eu sou de Mato Grosso, e o nosso Estado, com 900 mil quilômetros quadrados, tem capacidade de produzir tudo o que produz o Brasil hoje. Somos o maior produtor de soja, com quase 50% da produção nacional; o maior de algodão, com 51% da produção nacional; o maior rebanho bovino brasileiro. A carne suína também hoje tem uma produção em larga escala.

Portanto, é importante, inclusive, V. Exª aqui anunciar a viagem, até porque, neste momento de turbulência política, pode ser cobrado: "Onde está o Senador Hélio José?" Então, estará numa missão oficial. E tenho certeza de que V. Exª, ao voltar, vai fazer um relatório exatamente daquelas conquistas ou daquelas alternativas que o Brasil está conseguindo com esse grande parceiro.

O Japão é, sem dúvida nenhuma, um grande parceiro brasileiro não só no aspecto comercial. Temos aqui uma das maiores colônias japonesas do mundo. E temos também milhares de brasileiros lá no Japão.

Portanto, somos dois países irmãos. E tenho certeza de que essa missão em que V. Exª estará trará também muitos resultados positivos ao Brasil.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PMDB - DF) – Eu agradeço, nobre Senador Wellington Fagundes. V. Exª realmente é uma pessoa ciosa e sabedora da importância dessa viagem. Realmente, se essa viagem não tivesse sido organizada pela embaixada japonesa com antecedência grande – eles nem estavam sabendo dessa conturbação toda no País –, a gente poderia ter adiado. Mas não é possível adiar neste momento, ainda mais porque sou Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Nós vamos tratar principalmente de ciência e tecnologia nessa viagem, para poder trazer avanços para o nosso País nessa área tão importante como a da geração de energias alternativas, como a questão das novas tecnologias da computação e da informática. E nós sabemos o quanto o Japão é âncora nessa questão, como é âncora naquele mercado. V. Exª há poucos anos, como relatou aqui, esteve lá, abrindo para nós todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Ano passado, lá estivemos.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PMDB - DF) – Ano passado, não é? Eu, como engenheiro eletricista que sou, como uma pessoa que é analista de infraestrutura de um órgão público brasileiro, que é o MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PMDB - DF) – ... não poderia deixar passar essa oportunidade.

Nós vamos estar com uma delegação, Excelência, composta por dez Deputados Federais dos diversos Estados brasileiros e um Senador, que sou eu, que vou ter a honra de representar o nosso Senado Federal nessa viagem oficial da Embaixada japonesa, para a gente poder... E cabe-se dizer, com custo zero: custo zero para o Governo brasileiro, custo zero para o Senado Federal. Estamos sendo convidados pelo Governo japonês, que custeará toda a nossa viagem, tanto a minha quanto a dos outros nossos dez Deputados, para poder fazer esse intercâmbio para o nosso País.

Então, V. Exª lembrou muito bem. Quero que todo brasileiro, quando sentir minha falta nos próximos dez dias, saiba que estou a trabalho para buscar desenvolvimento social para o nosso País e para continuar a nossa luta para um Brasil melhor.

Muito obrigado, Excelência. Um forte abraço a V. Exª. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Esta Presidência gostaria de anunciar e convidar o Senador Ronaldo Caiado, também inscrito como Líder do seu Partido, o DEM, para fazer o seu pronunciamento.

Senador Ronaldo Caiado com a palavra.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, é importante, neste momento de grave crise por que passa o País, nós buscarmos aqui esclarecer a sociedade, principalmente os milhares de telespectadores que confiam aqui no debate em alto nível que se produz no plenário do Senado Federal, para que possamos aqui rebater algumas teses infun-

dadas e totalmente inoportunas que estão sendo levantadas por aqueles Parlamentares que defendem a Base do Governo, especialmente o Governo da Presidente Dilma. O Brasil está assistindo, nesses últimos dias, a algo jamais visto. Foi e tem sido a maior mobilização em todo esse período republicano que a população brasileira fez de uma maneira espontânea, mostrando que a indignação tomou conta de 99% da população brasileira, mas o que nós vemos também é a utilização, principalmente aqui, na tribuna do Senado, de uma tese que é insustentável, frágil e totalmente antidemocrática, que é a tese que vem sendo levantada pelos Senadores e Senadoras do PT e do PCdoB.

Sr. Presidente, quando o marqueteiro João Santana foi preso, a Presidente ficou totalmente sem uma linha sequer de raciocínio, e o PT totalmente desorganizado, porque ele era a cabeça pensante do PT. Com isso, eles resolveram aderir ao pensador de Hitler, Goebbels, para quem uma mentira repetida milhares de vezes se transforma em verdade. Essa é a tese que está sendo usada por todos eles.

Mas e o mais grave? O mais grave é o que nós estamos assistindo com a ida da Presidente da República à cidade de Feira de Santana, onde foi entregar algumas casas do Programa Minha Casa, Minha Vida. Chegando lá, ela se dirigiu a todo o povo, dizendo que não admite a politização da Justiça brasileira.

Ora, é importante que a Srª Presidente da República saiba discernir as coisas; ou, se ela não tem o conhecimento, é má-fé as colocações que estão sendo feitas. Primeiro, porque muitos Parlamentares que aqui falam do Estado democrático de direito, muitas vezes, não sabem definir o que é o Estado democrático de direito. É importante esclarecer a todos eles que Estado democrático de direito é aquele em que a população elege os seus representantes, e indiretamente esses representantes credenciados aqui aprovam as leis que são sancionadas, e o Estado se submete a cumpri-las.

Isso é Estado democrático direito. Hora alguma o Juiz Sérgio Moro quebrou as regras que estão estabelecidas por lei. É importante que isso seja dito para poder interromper essa catilinária que tem sido dita aqui nos últimos dias, tentando não explicar o mérito do crime praticado pela Presidente da República e voltar para a tecnicidade, dizendo que não poderia ser aquela gravação tornada pública.

Pode, sim, Sr. Presidente! Está claro naquilo que também é prerrogativa do Juiz ou de qualquer Ministro: cabe a ele poder autorizar a interceptação.

É preciso que a Presidente da República saiba os termos certos. Presidente da República não foi grampeada; Justiça não grampeia ninguém; a Justiça faz a interceptação, conforme está previsto no Código de Processo Penal. Assim foi feito.

Ela deveria ser mais cautelosa e não ligar para o cidadão que estava sendo interceptado, porque é um investigado que está envolvido no processo da Lava Jato, está envolvido, sim, em todos os escândalos produzidos no Brasil, desde mensalão a petrolão. Ela é que deveria ter esse cuidado. Ela não foi ali, de maneira nenhuma, cautelosa – muito menos cumprindo as suas condições de Presidente da República – ao poder tentar buscar um salvo-conduto ao ex-Presidente Lula, ao querer repassar a ele um termo de posse. Isso é crime, sim!

Quando a Presidente vem com aquele termo de posse, mostrando à população brasileira – "Aqui está a assinatura do Lula, não está a minha assinatura" –, ora, é realmente desrespeitar a inteligência do povo brasileiro. Para que serve um termo de posse? Um termo de posse serve para aquelas condições, como elas estão muito bem narradas na fala do Ministro Jaques Wagner com o Presidente do PT, Rui, depois que o Promotor de São Paulo pediu a preventiva do Lula. O Rui, ansioso, diz: "Oi, Jaques. (...) O louco do Conserino aqui pediu a preventiva do Lula. Alguma iniciativa vocês precisam tomar, porque tá na mão de uma Juíza da 4ª Vara, que não sabe quando toma a decisão, mas pode tomar a decisão hoje". Ele insiste: "É, porque eles podem, a juíza pode despachar agora, tá? Tem os advogados tá lá, tamo chamando deputado..." Jaques Wagner responde "O.k.". Aí, vem o Rui e repete: "A outra coisa é o seguinte: se nomear ele hoje, o que acontece?"

Ora, fica claro: "Se nomear ele hoje, o que acontece?" Do que se trata a conversa? A conversa está tratando exatamente da prisão preventiva pedida pelo Ministério Público. O Presidente do PT liga para o Ministro da Casa Civil e pergunta, se o nomear Ministro hoje, o que acontece? Depois, vêm dizer que aquele termo de posse ali é porque a esposa do ex-Presidente estaria doente ou acometida por um problema de saúde. Ora, não há essa necessidade, adia-se o dia da posse. O termo de posse diz que o cidadão só pode tomar posse na presença do cidadão que será empossado Ministro e da Presidente da República. É um termo que é dado na presença dos dois. Ficou claro e evidente que isso não passava de um salvo-conduto para que pudesse interromper a Justiça Federal do Paraná naquilo em que estava avançando, em cima de provas do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, a Presidente vem novamente, nesse discurso dela, dizendo da politização da Justiça. Onde está a politização da Justiça? O Juiz Sergio Moro autorizou a interceptação, é prerrogativa dele suspender a interceptação, e, neste momento, quando ele afasta, ele afasta o sigilo. Isso ora alguma é crime ou desrespeito às prerrogativas do foro de qualquer cidadão que tem foro diferenciado, como Deputados, Senadores e Presi-

dente da República. Quantas vezes Deputados Federais e Senadores da República não tiveram suas ligações tornadas públicas? O foro da Presidente é diferente do nosso? Não é, não! É idêntico.

Interessante é que ontem o Ministro Toffoli fez o quê? O Ministro Toffoli afastou também o sigilo do processo que corre no Tribunal Superior Eleitoral para a cassação da Presidente Dilma. Hoje, qualquer cidadão pode dar entrada no TSE e ter o acesso a todas as delações feitas, a todas as provas que foram ali apresentadas. No entanto, não existe uma crítica ao Ministro Toffoli? O que o Juiz Sergio Moro fez foi exatamente isso, ou seja, manteve a sua prerrogativa de fazer a interceptação, de cancelar a interceptação e de, sem dúvida nenhuma, afastar o sigilo, o que é prerrogativa do juiz. Ele não está ferindo em nada.

A Presidente da República precisa entender que não foi grampeada, quem foi grampeado foi um cidadão que estava sendo investigado, que é o Sr. Lula. Por que eles não vêm aqui explicar o mérito daquilo que está acontecendo? Isso é que é fundamental. Por que não vêm discutir aqui toda montagem que está sendo feita para blindar o ex-Presidente Lula?

Sr. Presidente, vem a Presidente da República dizer em discurso em Feira de Santana: "Mandem grampear o Presidente dos Estados Unidos e vão ver o que acontece". É deprimente nós brasileiros assistirmos a uma Presidente do nosso País fazer esse tipo de colocação. Ninguém está grampeando, repito, Presidente da República. Isso, sim, seria prerrogativa do Supremo Tribunal Federal. Quem está grampeado, quem está interceptado, quem está exatamente sendo ouvido pela Justiça é o ex-Presidente Lula. Ela deveria ter maior cuidado, saber com quem está falando e não querer trazer todo esse processo para dentro do Palácio do Planalto em momento de grande crise como este.

O que fica claro é que, diante de todo desespero da população brasileira e do sofrimento da população brasileira, o único plano que tem o Governo do PT é exatamente o plano de salvar o ex-Presidente Lula. Esse é o plano. E eles dizem: "É o Ministro", que é ex-Ministro – até agora, não tomou posse, a posse foi suspensa por determinação liminar da Justiça nas instâncias de Brasília, do Rio de Janeiro e de outros tantos Estados que, sem dúvida alguma, vão dar o parecer favorável. Eu acredito que isso também será mantido pelo Supremo Tribunal Federal, porque está caracterizado o óbvio, está caracterizado exatamente o desvio de finalidade. Ele não está ali para ser Ministro e trazer nada; ele está ali para ser ministro e ser bloqueado das investigações.

No momento grave que nós vivemos hoje, é importante – e todos nós aceitamos e acatamos, sim – as mobilizações, que devem ser feitas, mas eu peço a todos os telespectadores que façam uma comparação. Houve a mobilização que foi feita no último domingo, as mobilizações a que nós estamos assistindo no Brasil todo de terça-feira até a data de hoje. É algo que, sem dúvida nenhuma, é de arrepiar qualquer cidadão brasileiro que tenha o mínimo de patriotismo ou de compromisso com a bandeira brasileira. É algo que realmente nos emociona e que toca, porque é espontâneo. Nós assistimos às pessoas descerem aqui com sua família, filhos, jovens, idosos, todas as tardes, ocupando a frente toda do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto, as grandes avenidas em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, nas pequenas cidades, em Cuiabá, capital de V. Exª, nas pequenas cidades do interior também. É um sentimento nacional. Hoje, ao que nós vamos assistir? Vamos assistir hoje a um povo que está recebendo das centrais sindicais, com ônibus alugados para que sejam deslocados com todo aquele aparato que nós conhecemos bem. É o que se compara àquilo que a Venezuela tem produzido na América Latina chamado coletivos. Os coletivos são MST, CUT. Esses dois representam exatamente aquilo que foi estruturado naquele país de onde eles vieram aqui para poder dar aula e, cada vez, formar pessoas que tenham a estrutura de infiltrar, agredir os outros, fomentar a discórdia, produzir aquilo que nós vimos na Venezuela que é a maior violência a que já assisti até os dias de hoje.

O mais interessante é que o Brasil hoje também assiste a um fato inédito: o Maduro, Presidente da Venezuela, conclama o povo para ir às ruas e defender a Presidente Dilma. Vejam bem se tem condições éticas e morais um Presidente de um país que hoje vive a maior crise econômica e social, com a inflação extrapolando 200%, desemprego generalizado, desabastecimento completo, pessoas na fila para poder conseguir o mínimo de uma cesta básica. Eles têm exatamente aquele aparato do Foro de São Paulo, aquela estrutura de usarem o governo com a tese inicialmente democrática, dizendo do Estado democrático de direito, mas, ao chegarem lá, querem impor a sua vontade e quebrar o Estado democrático como quebraram na Venezuela.

O que a Presidente da República está dizendo hoje em Feira de Santana e disse ontem na posse do Ministro é a quebra daquele Estado democrático de direito. Ela está quebrando, não aceitando se submeter à lei que nós aqui aprovamos, que foi sancionada. Ela se sente acima das prerrogativas legais, o que não é dado a nenhum cidadão neste País.

Sr. Presidente, é preocupante ver agora um Presidente, que ainda responde pela Presidência da Venezuela, ser aí o alicerce de sustentação e de mobilização de apoio à Presidente Dilma e ao ex-Presidente Lula. Nós brasileiros não precisamos nem de apoio nem da intervenção do Sr. Maduro, que deverá se ocupar dos problemas de seu país. Nós aqui saberemos nos ocupar do nosso.

E, nesta hora, aqui, ao finalizar o meu pronunciamento, eu quero conclamar todos que estão já promovendo as mobilizações em todo o País, informando-os de que, na data de ontem, na Câmara dos Deputados, foi instalada a comissão processante que deverá apresentar o seu parecer em 15 sessões. Aí a matéria será votada na Câmara dos Deputados. Eu peço a todos os brasileiros: por favor, na semana de 11 a 15 de abril, tentem cancelar toda a sua agenda. Por favor, de 11 a 15 de abril, deveremos assistir à votação – como Senador, caberá a mim, também como a você cidadão, assistir à primeira votação – na Câmara dos Deputados. E aí eu peço a todos vocês: venham para Brasília. Vamos colocar aqui milhares e milhões de pessoas em praça pública, na Esplanada dos Ministérios, para acompanharem o momento da votação, que será, indiscutivelmente, reproduzida em telões aqui, na frente do Congresso Nacional, para que o povo possa respirar tranquilamente e fazer com que, na próxima semana da votação do dia 12 de abril, a questão possa chegar ao Senado Federal. Aí, sim, nós julgaremos o mérito. E acredito que, nesse momento, a Presidente da República, tendo aqui a admissibilidade aceita e o seu processo julgado, será...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... afastada da Presidência da República. Aí nós teremos a sua substituição e, se Deus quiser, ventos melhores, para que nós possamos trazer paz, tranquilidade e equilíbrio para sair dessa crise tão grave em que o PT enfiou o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que V. Exª me concedeu a mais. Muito agradecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Ronaldo Caiado, como companheiro vizinho de Estado, quero aqui parabenizar a sua postura sempre firme neste plenário – nós convivemos na Câmara dos Deputados muitos anos juntos –, e por sempre ter sido uma pessoa acessível ao diálogo. V. Exª conclui o seu discurso conclamando a população, o que é legítimo.

Eu quero aqui repetir – já disse desta tribuna várias vezes e agora estou usando a Presidência – que o processo de *impeachment* é um processo democrático, é uma previsão constitucional. Portanto, propor e analisar o *impeachment* é um dever do Congresso Nacional. V. Exª colocou o rito que acontecerá. Ontem foi nomeada a comissão com a representação de todos os Partidos – é bom que se diga isso –, de todos os Partidos, na Câmara dos Deputados. Essa comissão votará. Independentemente da posição da comissão, ela irá a Plenário. Portanto, o Plenário da Câmara é que tomará a posição final nesse período. Depois virá para cá, para o Senado da República, para que possamos tomar a posição final.

Eu quero colocar a minha posição, como Parlamentar, de que também presenciei e votei o *impeachment* do Presidente Collor. Quero discordar de alguns aqui que colocaram que, no processo de *impeachment,* têm de ser observadas apenas as questões que lá estão – digamos – no papel frio.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Quero discordar, porque, na verdade, as ruas têm que ser ouvidas. Nós não podemos deixar de ver o sentimento da população.

V. Exª está na sua posição firme de oposição. Quero deixar muito claro que o meu Partido faz parte da Base, mas que não deixaremos de ouvir, é claro, a população, os reclamos da população, e com legitimidade. Tivemos a presença, na Avenida Paulista, de movimentos contra e a favor. A oposição está no seu papel, e os Partidos que defendem o Governo participam, de forma mais intransigente, como é o caso do PT e do PCdoB, colocando aqui as suas posições. O PR, Partido ao qual pertenço, é um Partido moderado, assim como também é a minha posição. Coloco-me como um Parlamentar moderado, que vai ouvir a todos. É claro que tirarei as minhas conclusões e votarei, se chegar aqui, no Senado, com muito equilíbrio. Agora, é claro que não também me curvarei àqueles que, de forma radical, entendem que eu tenha que tomar uma postura isolada, sem ouvir não só o Partido como também estar consciente daquele que é o meu papel para o qual fui eleito legitimamente.

Portanto, aqui nós não temos antagonismo. Temos aqui o papel de cada um na sua posição; e, por isso, quero parabenizá-lo. Tenho certeza de que também haveremos de discutir o futuro deste País, que é o que mais a população espera.

Agora há pouco, estava aqui o Senador Cristovam Buarque, que é uma das pessoas mais equilibradas, competentes e experientes, que foi Senador, Reitor e também Governador.

Além de discutir o processo de *impeachment*, penso que nós temos que discutir também o futuro desta Nação. A população está lá, os trabalhadores. Há a possibilidade da inflação, que cada dia chega, e do desequilíbrio econômico, que pode afetar – e já está afetando – milhares de pessoas.

Eu sempre tenho dito que quem está na fila de espera em um posto de saúde – a família, o pai, a mãe – tem pressa. É claro que quem está numa estrada esburacada tem pressa.

Por isso, eu acredito que também os nossos embates e debates aqui têm que ser no sentido de procurar um caminho para que possamos tirar o Brasil da crise política e da crise econômica.

Nesses 25 anos que aqui estive, esta é a primeira vez que estamos nos deparando com duas crises acumuladas. É claro que a crise política acaba afetando muito mais a crise econômica, mas há um conteúdo a mais: a crise da moralidade, que V. Exª já colocou inúmeras vezes. Também é importante que o Brasil seja passado a limpo.

Portanto, parabenizo V. Exª pela posição sempre firme.

Vamos aqui, com equilíbrio, buscar encontrar o melhor caminho para podermos criar oportunidades para nossas futuras gerações.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pode ter certeza, Presidente.

Tenho total convencimento da posição de V. Exª, com muito equilíbrio. Mas, neste momento, além de todas as qualidades que os Parlamentares podem ter, há uma que é fundamental nesta hora: a coragem, para não deixarmos que o Brasil descambe para aquilo a que estamos assistindo hoje, que é o risco de uma convulsão social, o risco de vermos irmãos se digladiando ou, amanhã, produzindo cenas pelas quais nós seremos responsáveis, por não termos trazido uma solução política para o País.

Agradeço a V. Exª e concordo plenamente com a exposição feita.

Muito obrigado e um bom dia!

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Agradeço.

Nada mais havendo a tratar, queremos encerrar esta sessão, desejando que nós, brasileiros, neste final de semana, possamos fazer as nossas reflexões.

Também quero aqui dizer, mais uma vez, que as manifestações que virão são legítimas. É importante que a população, que cada cidadão, através dessas manifestações, também crie, cada vez mais, a consciência do seu papel de fortalecer a nossa democracia.

Portanto, peço a Deus que possamos ter aqui, através do equilíbrio, a sensatez, e principalmente que nós, que estamos aqui com a oportunidade e, principalmente, com a responsabilidade de votar os destinos desta Nação, possamos fazê-lo o mais breve possível. Não é bom que esse processo se arraste. É importante que o Congresso Nacional, de forma rápida, inclusive com sessões que a Câmara dos Deputados pode fazer, sessões extraordinárias, possa decidir o mais rápido possível. Da mesma forma, quando chegar, e se chegar, aqui ao Senado da República, haveremos também de tomar as mesmas posições rápidas para que a população possa, o mais urgentemente possível, também encontrar o melhor caminho do desenvolvimento e, principalmente, do equilíbrio econômico-financeiro deste País.

Muito obrigado, e bom fim de semana a todos.

*(Levanta-se a sessão às 13 horas e 36 minutos.)*

## PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS

EXPEDIENTE

**Discursos encaminhados à publicação , na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.**

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do Discurso do Presidente da 3ª Turma do STJ João Otávio de Noronha, na última quinta-feira, dia 17 de março, em Sessão Plenária do Superior Tribunal de Justiça, onde se manifestou contrário as acusações do ex-Presidente Lula.

O Ministro defendeu a integridade do STJ ao dizer que "essa Casa não é uma Casa de covardes, é uma Casa de juizes íntegros, que não recebe doação de empreiteiras. Não se alinha a ditaduras da América do Sul, concedendo benefícios a ditadores e amigos políticos que estrangulam as liberdades. Ontem devia ter saído uma nota desta Casa manifestando sua posição, mas como não saiu tomo a liberdade de fazê-lo".

Sr. Presidente, requeiro que o discurso acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais* do Senado Federal.

**DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(*Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.*)

Matéria referida:

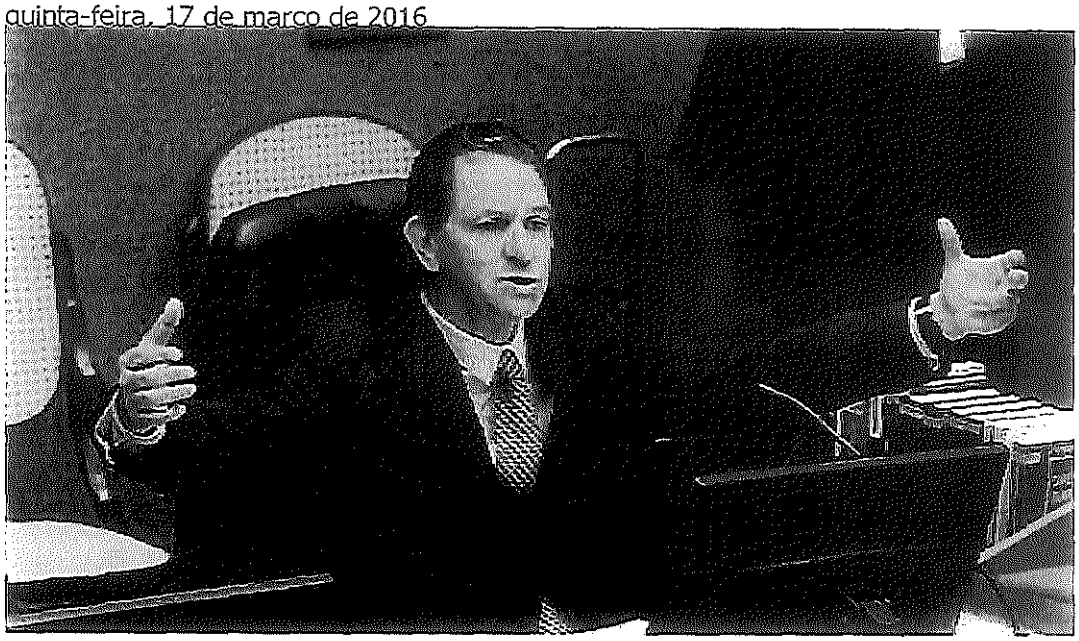
– "Discurso do Presidente da 3ª Turma do STJ."

**Em defesa do STJ, ministro Noronha faz discurso exaltado contra acusações de Lula - Migalhas Quentes**

Caderno: Notícias
Criada em: 18/03/2016 10:18 Atualizad... 18/03/2016 10:25
URL: http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI235969,71043-Em+defesa+do+STJ+...

# Em defesa do STJ, ministro Noronha faz discurso exaltado contra acusações de Lula

quinta-feira, 17 de março de 2016



O ministro **João Otávio de Noronha**, presidente da 3ª turma do STJ, proferiu exaltado discurso na manhã desta quinta-feira, 17, contra as acusações do ex-presidente Lula de que o STJ estaria acovardado. As palavras do ex-presidente foram divulgadas a partir da decisão do juiz Moro de derrubar o sigilo de interceptação telefônica de Lula.

Falando em caixa preta que foi aberta pela Lava Jato, Noronha afirmou:

"O ex-presidente, nas gravações reveladas por sua voz conhecida, dizia que o STJ estava acovardado. Com a devida vênia, não estamos acovardados. E nunca estivemos. E não estamos acovardados porque colocamos o dedo na ferida para investigar todos aqueles que se dispuseram a praticar atos ilícitos e criminosos. Essa Casa não é uma Casa de covardes, é uma Casa de juízes íntegros, que não recebe doação de empreiteiras. Não se alinha a ditaduras da América do Sul, concedendo benefícios a ditadores e amigos políticos que estrangulam as liberdades. Ontem devia ter saído uma nota desta Casa manifestando sua posição. Mas como não saiu tomo a liberdade de fazê-lo.

É estarrecedor a ironia, o cinismo dos que cometem o delito e querem se esconder atrás de falsa alegada violação de direitos. Não se nega os fatos e porque não tem como negar o que está gravado. Essa Casa tem o perfil de homens isentos, decentes, e se alguns foram indicados por este ou aquele presidente, a eles nenhum favor deve. É estarrecedor ouvir o que

ouvi ontem. Não me envergonho de ser brasileiro. Me envergonho de ter algumas lideranças políticas que o país tem. Jamais poderia me calar diante de uma acusação tão grave. Mostra a pretensão ditatorial, o caráter, a arrogância de quem pronunciou tais palavras.

A atitude do juiz Moro, gostem ou não, certa ou errada, revelou a podridão que se esconde atrás do poder. Se alguns caciques do Judiciário se incomodam ou invejam, lamento. Moro não é famoso porque está na imprensa, mas porque julgou uma causa que tinha como partes autoridades brasileiras. O Brasil precisa de muitos Moros e nós do Judiciário temos que garantir a justiça de 1º grau. Pena que a liderança do Judiciário brasileiro tenha se omitido ou está se omitindo na defesa da justiça de 1º grau. É uma crise de liderança que permite este tipo de ataque. A nós cabe a tarefa de garantir a prevalência da ordem jurídica, processando e condenando todos que efetivamente se mostrarem culpados. Nenhum sigilo que se estabelece no processo é em beneficio do réu, e sim da ordem pública, da investigação. E não é o fato deste ou daquele cidadão ter ocupado cargo de presidente da República ou ser ministro que justifique tratamento diferenciado.

O Brasil é maior que todos estes indivíduos, que todos os partidos políticos, que todos os presidentes da República. [Temos que ] saudar o juiz Moro pela coragem e bravura. Que os juízes Federais têm demonstrado a mesma bravura. E continuemos com a coragem de pôr a mão naqueles que denigrem a imagem do Brasil e cometem delitos. Lutamos para que o rico, criminoso, não se torne ministro desta República."

O público presente à sessão saudou o ministro Noronha com palmas pelo discurso, que teve o apoio dos ministros da turma. Moura Ribeiro, inclusive, foi à cadeira do presidente cumprimentá-lo. O ministro Moura afirmou ser uma "honra" integrar a Casa, que teve a defesa do ministro Noronha.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do pronunciamento do Ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello na última quinta-feira, dia 17 de março, em Sessão Plenária do Supremo, onde fez referência direta ao diálogo telefônico entre o ex-Presidente Lula e a Presidente Dilma Rousseff.

O Ministro atribui ao ex-Presidente manifestação "típica de mentes autocráticas e arrogantes que não conseguem esconder, até mesmo em razão do primarismo de seu gesto leviano e irresponsável, o temor pela prevalência do império da lei".

Sr. Presidente, requeiro que o pronunciamento acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(*Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.*)

Matéria referida:

– "Íntegra do pronunciamento do Ministro Celso de Mello."

# ÍNTEGRA DO PRONUNCIAMENTO DO MININSTRO CELSO DE MELLO

"Os meios de comunicação revelaram, ontem, que conhecida figura política de nosso País, em diálogo telefônico com terceira pessoa, ofendeu, gravemente, a dignidade institucional do Poder Judiciário, imputando a este Tribunal a grosseira e injusta qualificação de ser "uma Suprema Corte totalmente acovardada"! Esse insulto ao Poder Judiciário, além de absolutamente inaceitável e passível da mais veemente repulsa por parte desta Corte Suprema, traduz, no presente contexto da profunda crise moral que envolve os altos escalões da República, reação torpe e indigna, típica de mentes autocráticas e arrogantes que não conseguem esconder, até mesmo em razão do primarismo de seu gesto leviano e irresponsável, o temor pela prevalência do império da lei e o receio pela atuação firme, justa, impessoal e isenta de Juízes livres e independentes, que tanto honram a Magistratura brasileira e que não hesitarão, observados os grandes princípios consagrados pelo regime democrático e respeitada a garantia constitucional do devido processo legal, em fazer recair sobre aqueles considerados culpados, em regular

processo judicial, todo o peso e toda a autoridade das leis criminais de nosso País! A República, Senhor Presidente, além de não admitir privilégios, repudia a outorga de favores especiais e rejeita a concessão de tratamentos diferenciados aos detentores do poder ou a quem quer que seja. Por isso, Senhor Presidente, cumpre não desconhecer que o dogma da isonomia, que constitui uma das mais expressivas virtudes republicanas, a todos iguala, governantes e governados, sem qualquer distinção, indicando que ninguém, absolutamente ninguém, está acima da autoridade das leis e da Constituição de nosso País, a significar que condutas criminosas perpetradas à sombra do Poder jamais serão toleradas, e os agentes que as houverem praticado, posicionados, ou não, nas culminâncias da hierarquia governamental, serão punidos por seu Juiz natural na exata medida e na justa extensão de sua responsabilidade criminal! Esse, Senhor Presidente e Senhores Ministros, o registro que desejava fazer."

**Realização de sessão**

A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma Sessão Especial a realizar-se segunda-feira, dia 21, às 11 horas, destinada a comemorar o Dia Nacional do DeMolay e os 12 anos do Supremo Conselho da Ordem DeMolay, nos termos dos Requerimentos nºs 83 e 110, de 2016.

**Término de prazos**

Encerrou-se o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 10, de 2016.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à CCJ e à Comissão Diretora.

Encerrou-se o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2016.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à CE.

Encerrou-se o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2014.

Tendo sido aprovado terminativamente pela CCT, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

**Comunicações**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Faça-se a substituição solicitada
Em 16/03/16

**Of. LID PHS nº 15/2016**

Brasília, 16 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Renan Calheiros**
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Mista – MPV 707/2016.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Indico, com fundamento no art. 2º, § 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, o Deputado **LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS),** na condição de Titular e o Deputado **RICARDO BARROS (PP-PR**), como Suplente, para compor a Comissão Mista designada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 707/2016.**

Respeitosamente,

**Deputado Marcelo Aro**
Líder do Bloco PP/PTB/PSC/PHS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Façam-se as substituições solicitadas.
Em 18/03/2016.

**Of. LID PHS nº 18/2016**

Brasília, 17 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Renan Calheiros**
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Mista – MPV 714/2016.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Indico, com fundamento no art. 2º, § 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, o Deputado **JERÔNIMO GOERGEN (PP-RS)**, na condição de Titular, em substituição ao Deputado **ANDRE MOURA (PSC/SE),** e o Deputado **JULIO LOPES (PP-RJ),** como Suplente, em substituição ao Deputado **WILSON FILHO (PTB/PB)**, para compor a Comissão Mista designada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 714/2016.

Respeitosamente,

**Deputado Marcelo Aro**
Líder do Bloco PP/PTB/PSC/PHS

**SENADO FEDERAL**
GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

Façam-se as substituições solicitadas.
Em 18/03/2016.

**Ofício nº 020/2016 – GLDBAG**

Brasília, 17 de março de 2016

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os **Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz** e **José Pimentel** como titulares e os **Senadores Telmário Mota, Gleisi Hoffmann** e **Regina Sousa** como suplentes, para a composição da Comissão Mista de Exame da MP 713/2016, em substituição aos membros já indicados, em vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo.

**Senador Paulo Rocha**
Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
**Senador Renan Calheiros**
Presidente do Congresso Nacional

**SENADO FEDERAL**
GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

Façam-se as substituições solicitadas.
Em 18/03/2016.

**Ofício nº 021/2016 – GLDBAG**

Brasília, 17 de março de 2016

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os **Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz** e **José Pimentel** como titulares e os **Senadores Telmário Mota, Ângela Portela** e **Fátima Bezerra** como suplentes, para a composição da Comissão Mista de Exame da MP 714/2016, em substituição aos membros já indicados, em vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo.

**Senador Paulo Rocha**
Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
**Senador Renan Calheiros**
Presidente do Congresso Nacional

**Pareceres**

# CONGRESSO NACIONAL

## PARECER Nº 5, DE 2016-CN

## (MEDIDA PROVISÓRIA Nº 709, DE 2015)

**Da COMISSÃO MISTA, sobre a Medida Provisória (MPV) nº 709, de 30 de dezembro de 2015**, que "*Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo, da Secretaria de Aviação Civil, da Secretaria de Portos e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 1.318.639.330,00, para os fins que especifica.*".

**Relator:** Deputado Carlos Henrique Gaguim

**DOCUMENTOS:**

- RELATÓRIO
- CONTESTAÇÃO
- CONCLUSÃO
- PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5/2016 (texto final)

# PARECER nº 5, de 2016 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, sobre a Medida Provisória nº 709, de 2015, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional, do Turismo, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, da Secretaria de Aviação Civil e da Secretaria de Portos, no valor de R$ 1.318.639.330,00 (um bilhão, trezentos e dezoito milhões, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta reais), para os fins que especifica."

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Carlos Henrique Gaguim

## I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 62, combinado com art. 167, § 3º, da Constituição Federal, a Presidente da República, por intermédio da Mensagem (nº 000619, de 30/12/2015, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 709, de 30 de dezembro de 2015, que abre crédito extraordinário, no valor de R$ 1.318.639.330,00 (um bilhão, trezentos e dezoito milhões, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta reais)), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, conforme demonstrado a seguir:

R$ 1,00

| Discriminação (UOs) | Aplicação |
|---|---|
| **ANEXO I – Fiscal e Seguridade** | |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Administração Direta) | 30.039.480 |
| Fundo Nacional de Saúde | 232.952.388 |
| Ministério da Cultura (Administração Direta) | 2.500.000 |
| Ministério dos Esportes (Administração Direta) | 47.536.000 |
| Ministério da Defesa (Administração Direta) | 143.251.462 |
| Ministério da Integração Nacional (Administração Direta) | 744.500.000 |
| Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF | 5.000.000 |
| Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM | 2.000.000 |
| Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS | 2.000.000 |
| Superintendência do Desenvolvimento do Cento-Oeste - SUDECO | 5.000.000 |
| Ministério do Turismo (Administração Direta) | 72.750.000 |
| Transferências Constitucionais – Recursos sob Supervisão do Ministério da | 8.000.000 |

| | |
|---|---|
| Fazenda | |
| Sub Total | 1.295.529.330 |
| | |
| **ANEXO III – Investimento das Estatais** | |
| Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO | 2.000.000 |
| Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA | 250.000 |
| Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA | 3.460.000 |
| Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP | 17.000.000 |
| Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN | 400.000 |
| Sub Total | 23.110.000 |
| Total Geral | 1.318.639.330 |

A Exposição de Motivos EM nº 00243/2015-MP, de 30 de dezembro de 2015, que acompanha a referida Medida Provisória, assim estabelece a finalidade das programações elencadas:

1. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o crédito permitirá o fomento ao setor agropecuário, mediante a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção e manutenção de vias de escoamento danificadas por intempéries, objetivando a elevação da produtividade, a redução de custos e o aumento da renda no campo.

2. No Ministério da Saúde, o crédito garantirá o ressarcimento às farmácias credenciadas no âmbito do Programa Farmácia Popular, referente aos medicamentos que possuem a contraparte de copagamento pelo usuário, que correspondem a aproximadamente três milhões de usuários atendidos mensalmente, para o tratamento de rinite, glaucoma, osteoporose, dislipidemia e de doença de Parkinson, bem como de utilização de fralda geriátrica. Possibilitará, ainda, a aquisição de equipamentos para unidades de saúde de atenção especializada para o atendimento da população de diversas localidades.

3. No Ministério da Cultura, a medida visa atender diversas ações culturais, como a virada cultural de Osasco, no Estado de São Paulo, e ações de infraestrutura cultural nos Municípios de Arroio dos Ratos, São Francisco de Assis e Dona Francisca, no Estado do Rio Grande do Sul.

4. No Ministério do Esporte, o crédito permitirá a divulgação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro, por meio da nova campanha "#SomosTodosBrasil", que visa mobilizar, sensibilizar e envolver o maior número de pessoas, chamando a atenção da sociedade brasileira para o evento histórico que acontecerá em 2016. Além disso, a medida possibilitará a implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer.

5. No Ministério da Defesa, o crédito permitirá apoiar a operação do Exército Brasileiro no combate ao mosquito transmissor do vírus da Dengue, Zika e Febre Chikungunya (Aedes Aegypti), por pelo menos três meses. A operação contará com 1.000 militares por Estado da Federação e do Distrito Federal, totalizando 27.000 militares, bem como a realização de obras de infraestrutura básica nas localidades da região da Calha Norte, com o propósito de melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento econômico e social nas localidades, consolidando a presença do Estado brasileiro nas áreas mais remotas do País.

6. No Ministério da Integração Nacional o crédito permitirá: na Administração direta, o apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado, com vistas a melhorar a qualidade de vida das populações que habitam nos Municípios localizados nas regiões estagnadas e proporcionar dinamização das economias locais, a realização de ações de caráter preventivo destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade dos desastres com ações estruturais e não estruturais, a conclusão das obras de integração do Rio São Francisco com as bacias da Região Nordeste para levar segurança hídrica a 390 cidades da região, e a execução de obras de construção de infraestrutura hídrica de pequeno vulto e de suas ações complementares, visando assegurar o aumento da oferta de água em quantidade e qualidade de forma sustentável; na CODEVASF, o apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado, com vistas a melhorar a qualidade de vida das populações que habitam nos Municípios localizados nas regiões estagnadas e proporcionar dinamização das economias locais; na SUDAM, a promoção de investimentos em infraestrutura econômica para assegurar a sinergia entre projetos e propiciar a expansão dos investimentos regionais; no DNOCS, a execução de obras de construção de infraestrutura hídrica de pequeno vulto e de suas ações complementares, visando assegurar o aumento da oferta de água em quantidade e qualidade de forma sustentável; e, na SUDECO, a promoção de investimentos em infraestrutura econômica para assegurar a sinergia entre projetos e propiciar a expansão dos investimentos regionais.

7. No Ministério do Turismo, o crédito viabilizará a adequação de infraestrutura para expansão das atividades do setor e a melhoria da qualidade dos produtos ofertados, permitindo, assim, o aumento do fluxo de turismo e do tempo de permanência dos turistas, com a consequente melhora da renda e a geração de empregos.

8. No tocante às Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, o crédito garantirá a recomposição de pagamento a menor a diversos Municípios, em decorrência de incorreção no cálculo dos coeficientes de participação dos Municípios na partilha de recursos de que trata a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

9. No âmbito do Orçamento de Investimentos, o crédito em favor da Secretaria de Aviação Civil permitirá à INFRAERO o pagamento de desapropriações necessárias às obras do Aeroporto de Viracopos, que estão sob a responsabilidade dessa empresa, conforme as regras do contrato de concessão, sendo os pagamentos resultados de decisões judiciais.

10. Na Secretaria de Portos, o crédito permitirá a conclusão de obras em fase final que necessitam de pagamentos residuais imprevistos. Além disso, possibilitará a realização de projetos, estudos e obras relevantes e imprescindíveis para as Companhias Docas do Estado do Espírito Santo, do Estado da Bahia, do Estado de São Paulo e do Estado do Rio Grande do Norte.

Com relação aos pressupostos constitucionais do crédito em análise, o caput do art. 62 combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição Federal exigem que a medida provisória que abre crédito extraordinário deve atender a despesas relevantes, urgentes e imprevisíveis.

Segundo a Exposição de Motivos que acompanha a Medida Provisória, a relevância e a urgência do crédito têm por base, as justificativas adiante elencadas:

a) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela necessidade imediata de desenvolver ações para minimizar os efeitos das adversidades climáticas no meio rural em diversas localidades do País;

b) Ministério da Saúde, pela necessidade de assegurar os pagamentos às farmácias credenciadas no mês subsequente após o processamento das Autorizações de Dispensação de Medicamentos e Correlatos - ADM; e pela necessidade inadiável de aquisição de equipamentos para unidades de saúde de atenção especializada em várias localidades, para garantir o devido atendimento à população, sob pena de não permitir o funcionamento normal dessas unidades;

c) Ministério da Cultura, pela necessidade de realização de eventos culturais iminentes, com o objetivo de envolver os cidadãos em uma grande interação, estimulando a convivência no espaço público e fortalecendo a produção cultural;

d) Ministério do Esporte, pela necessidade premente de divulgação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro, de forma a mobilizar, sensibilizar e envolver o maior número de pessoas, chamando a atenção da sociedade brasileira para o evento histórico que acontecerá em 2016;

e) Ministério da Defesa, pelo fato de o País apresentar, na atualidade, situação de alta vulnerabilidade para a ocorrência de epidemias de dengue, zika vírus e chikungunya. Contribui para esse cenário a ampla dispersão dos mosquitos transmissores destas infecções em todas as regiões, a circulação simultânea dos quatros sorotipos da dengue e a vulnerabilidade de grande contingente da população brasileira. A urgência justifica-se, ainda, pelo aumento substancial de novos casos de microcefalia em recém-nascidos no País, associados ao zika vírus, bem como novos casos de dengue, e a necessidade de amenizar a situação precária de diversos Municípios na região do Calha Norte;

f) Ministério da Integração Nacional, pela necessidade de reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres por meio de ações preventivas estruturais e não estruturais, além do aumento da oferta de água em quantidade e qualidade, por intermédio da conclusão das obras de integração do Rio São Francisco, com as bacias da Região Nordeste, o que levará segurança hídrica à região do semiárido nordestino, assolada por severa crise hídrica nos últimos anos; e por meio de obras de infraestrutura hídrica de pequeno vulto e de ações complementares;

g) Ministério do Turismo, pela necessidade de incrementar rapidamente a infraestrutura turística em diversos locais, em função da necessidade de aproveitamento das oportunidades no setor de turismo em 2016, criando condições para melhor receber o turista;

h) no âmbito do Orçamento de Investimento, em favor das Secretarias de Aviação Civil e de Portos, pelo risco iminente de interrupção de diversas ações que se encontram em andamento, bem como a necessidade de garantir a continuidade dos investimentos nos respectivos projetos de infraestrutura.

Não constam justificativas com relação ao pressuposto da imprevisibilidade.

Esclarece, também, que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição.

No prazo regimental, foram apresentadas 34 emendas à medida provisória.

É o relatório.

**CONGRESSO NACIONAL**
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**II - Análise**

**II.1 Exame dos Pressupostos Constitucionais**

O § 3º do art. 167 da Constituição Federal dispõe que "A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62". Por sua vez, o art. 62 estabelece que "Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional."

Consideradas as informações contidas na Exposição de Motivos que acompanha a referida Medida Provisória, depreende-se que se acham atendidos os pressupostos constitucionais quanto à relevância e urgência da medida, haja vista que as consistentes considerações elencadas, justificam a adoção da medida. Entretanto, como já antes mencionado, não foram apresentadas as justificativas atinentes ao requisito da imprevisibilidade dos gastos constantes do presente crédito extraordinário.

**II.2 Exame da Adequação Financeira e Orçamentária**

O § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, que "Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências", refere-se da seguinte forma ao exame de adequação orçamentária e financeira: "O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.".

Considerando-se as fontes de recursos, observa-se que o crédito será custeado em sua totalidade por recursos provenientes do cancelamento de dotações orçamentárias primárias, nos seguintes órgãos, na forma que segue:

1. Anexo II – Fiscal e Seguridade:

a) R$ 30.039.480,00 na programação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

b) R$ 8.000.000,00 na programação do Ministério da Fazenda;

c) R$ 32.952.388,00 na programação do Ministério da Saúde;

d) R$ 2.500.000,00 na programação do Ministério da Cultura;

e) R$ 24.568.692,00 na programação do Ministério do Esporte;

f) R$ 238.968.770,00 na programação do Ministério da Defesa;

g) R$ 38.500.000,00 na programação do Ministério da Integração Nacional;

h) R$ 200.000.000,00 na programação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e

i) R$ 770.000.000 na programação do Ministério das Cidades.

2. Anexo IV – Investimentos das Estatais:

a) R$ 2.000.000,00 na programação da Secretaria de Aviação civil; e

b) R$ 21.110.000,00 na programação da Secretaria de Portos.

Destaque-se que não foram apresentadas justificativas na referida exposição de motivos acerca da possibilidade de efetivação dos cortes nas programações indicadas, com demonstração da inexistência de prejuízo à continuidade das ações atingidas. Em especial, ressaltem-se as programações abrangidas pelo "Programa Bolsa Família", classificadas como RP 1 – obrigatórias -, com R$ 200 milhões e as programações do MCMV destinadas à integralização de cotas do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, com R$ 720 milhões.

**II.3 Cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.**

O § 1º do art. 2º da Resolução nº 01-CN de 2002, prevê que "No dia da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e de documento expondo a motivação do ato".

A Exposição de Motivos (EM) nº 00243/2015 MP, de 30 de dezembro de 2015, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN acerca do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

**II.4 Exame do Mérito**

Tendo em vista a relevância e a urgência explicitadas na EM nº 00243/2015 MP, de 30/12/2015, considerando a necessidade de realização da despesa para a obtenção dos resultados pretendidos; e considerando, igualmente, que a sua execução poderia ficar comprometida se a viabilização dos créditos necessários fosse submetida ao processo legislativo ordinário; entendo ser imprescindível e oportuna essa forma de intervenção do Governo Federal, tornando meritória a edição da Medida Provisória em exame.

**II.5 Análise das Emendas**

Foram apresentadas 34 emendas à Proposição.

O artigo 111 da Resolução nº 1, de 2006 – CN estabelece regra rígida para o atendimento de emenda nesse tipo de crédito ao dispor que "somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente." Por sua vez, o artigo 109, II, "a", da mesma Resolução estabelece:

Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:

.....

II – oferecerem como fonte de cancelamento compensatório, previsto no art. 166, § 3º, II, da Constituição, programação que:

a) não conste do projeto de lei ou conste somente como cancelamento proposto.

Diante disso, devem ser consideradas inadmitidas as emendas nº 00001 a 00003; 00018 a 00022 por contrariarem o disposto nos artigos 111 e 109, II, "a", da Resolução nº 1/2006-CN; as de nº 00004 a 00011; 00027 a 00029 por colidirem com o artigo 111; as de nº 00031 a 34, por, além de contrariarem o art. 111, não contem a indicação de cancelamento compensatório.

**CONGRESSO NACIONAL**
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Já as emendas nº 00017, 00023, 00024, 00026 e 00030, propõem supressão de programações específicas de despesas acrescidas pela referida medida provisória. Nesses casos, nosso voto é pela sua rejeição, por entender que o acatamento dos pleitos prejudicaria a plena execução das despesas suplementadas, tendo em vista o mérito das justificativas apresentadas na Exposição de Motivos que acompanha o crédito extraordinário sob exame.

Em análise às emendas apostas ao presente crédito extraordinário, e considerando a relevância e o mérito das proposições, entendemos pertinente o acatamento dos acréscimos previstos nas emendas de nº 00012 a 00015, bem assim o cancelamento parcial da programação indicada na emenda de nº 00025. Dessa forma, mediante o atendimento parcial dos pleitos, procuramos também manter preservar uma parcela da programação acrescida, a fim de que o crédito extraordinário em questão possa alcançar, ainda que parcialmente, as finalidades almejadas.

## III - VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 709, de 2015, com as alterações decorrentes da aprovação parcial das emendas nº 00012 a 00016 e a 00025, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo, considerando-se como inadmitidas as emendas nº 00001 a 00011; 00018 a 00022; 00027 a 00029; 00031 a 00034 e rejeitadas as demais emendas apresentadas à Proposição.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado Carlos Henrique Gaguim
Relator

**CONGRESSO NACIONAL**
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Anexo I**
(Ao Parecer nº , de 2016)
**MP nº 709 de 2015 – CN**

**Demonstrativo de que trata o Art. 70, III, c. da Resolução nº 1, de 2006 – CN**
**Emendas que devem ser Inadmitidas**

| Emenda | Autor | Finalidade | Parecer |
|---|---|---|---|
| 00001 | Silas Brasileiro | Fomento ao Setor Agropecuário – Patrocínio - MG | Inadmitida |
| 00002 | Silas Brasileiro | Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Bonfinópolis - MG | Inadmitida |
| 00003 | Silas Brasileiro | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Buritis - MG | Inadmitida |
| 00004 | Valdir Colatto | Pagamento do Seguro aos Fruticultores conforme Portaria 590, de 15 de dezembro de 2015 | Inadmitida |
| 00005 | José Carlos Aleluia | Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – no Município de Feira de Santana - BA | Inadmitida |
| 00006 | José Carlos Aleluia | Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – no Município de Salvador - BA | Inadmitida |
| 00007 | José Carlos Aleluia | Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Santa Casa de Misericórdia - no Município de Valença - BA | Inadmitida |
| 00008 | José Carlos Aleluia | Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Irmandade da Santa Casa de Misericórdia - no Município de São Félix - BA | Inadmitida |
| 00009 | Hélio José | Aquisição de Equipamentos Hospitalares - DF – Modalidade de Aplicação 31 | Inadmitida |
| 00010 | Hélio José | Construção da Feira Permanente da Estrutural – DF – Modalidade de Aplicação | Inadmitida |
| 00011 | Hélio José | Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – DF – Modalidade de Aplicação 30 | Inadmitida |
| 00018 | Aguinaldo Ribeiro | Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - em Municípios – no Estado da Paraíba | Inadmitida |
| 00019 | Aguinaldo Ribeiro | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – em Municípios – no Estado da Paraíba | Inadmitida |
| 00020 | Aguinaldo Ribeiro | Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – em Municípios – no Estado da Paraíba | Inadmitida |
| 00021 | Aguinaldo Ribeiro | Fomento ao Setor Agropecuário – em Municípios – no Estado da Paraíba | Inadmitida |
| 00022 | Aguinaldo Ribeiro | Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – em Municípios no Estado da Paraíba | Inadmitida |
| 00027 | Valdir Raupp | Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – Ouro Preto do Oeste - RO | Inadmitida |
| 00028 | Valdir Raupp | Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Porto Velho – RO | Inadmitida |

**CONGRESSO NACIONAL**
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

| | | | |
|---|---|---|---|
| 00029 | Valdir Raupp | Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica – em Municípios no Estado de Rondônia | Inadmitida |
| 00031 | Sérgio Souza | Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – em Municípios – no Estado do Paraná | Inadmitida |
| 00032 | Sérgio Souza | Fomento ao Setor Agropecuário – em Municípios – no Estado do Paraná | Inadmitida |
| 00033 | Ademir Camilo | Fomento ao Setor Agropecuário – no Estado de Minas Gerais | Inadmitida |
| 00034 | Ademir Camilo | Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica – no Estado de Minas Gerais | Inadmitida |

**Emendas Aprovadas Parcialmente em R$ 1,00**

| Emenda | Autor | Finalidade | Valor |
|---|---|---|---|
| 00012 | Rose de Freitas | Fomento ao Setor Agropecuário – no Estado do Espírito Sando | 5.000.000 |
| 00013 | Rose de Freitas | Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – no Estado do Espírito Santo | 5.000.000 |
| 00014 | Rose de Freitas | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – no Estado do Espírito Sando | 3.000.000 |
| 00015 | Rose de Freitas | Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – no Estado do Espírito Santo | 5.000.000 |
| 00016 | Rose de Freitas | Estruturação de Unidades de Atenção Especializada de Saúde – no Estado do Espírito Santo | 5.000.000 |
| 00025 | Hildo Rocha | Suprimir a programação do Ministério do Turismo, no valor de 72.750.000,00 | 23.000.000 |

**Emendas Rejeitadas**

| **Emenda** | **Autor** | **Finalidade** | **Parecer** |
|---|---|---|---|
| 00017 | Pauderney Avelino | Suprimir dos Anexos I e II da MPV nº 709/2015 as programações dos Ministérios da Cultura, do Esporte e do Turismo | Rejeitada |
| 00023 | Hildo Rocha | Suprimir a programação do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R$ 232.952.388,00 | Rejeitada |
| 00024 | Hildo Rocha | Suprimir a programação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de R$ 30.039.480,00 | Rejeitada |
| 00026 | Hildo Rocha | Suprimir a programação do Ministério do Esporte, no valor de R$ 47.536.000,00 | Rejeitada |
| 00030 | Carlos Henrique Gaguim | Suprimir a programação do Ministério do Turismo, no valor de 72.750.000,00; e no Ministério do Esporte, no valor de R$ 47.536.000,00 | Rejeitada |

**CONGRESSO NACIONAL**
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO nº , de 2016 – CN**

(Medida Provisória nº 709, de 30 de dezembro de 2015)

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo, da Secretaria de Aviação Civil, da Secretaria de Portos e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 1.318.639.330,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, da Secretaria de Portos da Presidência da República e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 1.318.639.330,00 (um bilhão, trezentos e dezoito milhões, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta reais), na forma dos Anexos I, II, III e IV.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado Carlos Henrique Gaguim

Relator

**ÓRGÃO: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
**UNIDADE: 22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2014 | | Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização | | | | | | | 35.039.480 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 608 | 2014 20ZV | Fomento ao Setor Agropecuário | | | | | | | 35.039.480 |
| 20 608 | 2014 20ZV 0032 | Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 5.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| 20 608 | 2014 20ZV 6500 | Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 30.039.480 |
| | | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 30.039.480 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 35.039.480 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 35.039.480 |

**ÓRGÃO: 36000 Ministério da Saúde**
**UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2015 | | Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) | | | | | | | 237.952.388 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 10 303 | 2015 20YS | Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento | | | | | | | 200.000.000 |
| 10 303 | 2015 20YS 6500 | Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 200.000.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 153 | 200.000.000 |
| 10 302 | 2015 8535 | Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde | | | | | | | 37.952.388 |
| 10 302 | 2015 8535 0032 | Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 5.000.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 50 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| 10 302 | 2015 8535 6500 | Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 32.952.388 |
| | | | S | 4 | 2 | 41 | 6 | 151 | 32.952.388 |
| | | TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | 237.952.388 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 237.952.388 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 94

**ÓRGÃO: 42000 Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42101 Ministério da Cultura**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2027 | | Cultura: Preservação, Promoção e Acesso | | | | | | | 2.500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 392 | 2027 20ZF | Promoção e Fomento à Cultura Brasileira | | | | | | | 1.500.000 |
| 13 392 | 2027 20ZF 6500 | Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Município de Osasco - SP (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 1.500.000 |
| | | Projeto apoiado (unidade) = 1 | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 1.500.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 13 392 | 2027 14U2 | Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais | | | | | | | 1.000.000 |
| 13 392 | 2027 14U2 6501 | Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de Arroio dos Ratos - RS (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 250.000 |
| | | Espaço cultural implantado/ modernizado (unidade) = 1 | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 250.000 |
| 13 392 | 2027 14U2 6502 | Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de São Francisco de Assis - RS (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 500.000 |
| | | Espaço cultural implantado/ modernizado (unidade) = 1 | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 500.000 |
| 13 392 | 2027 14U2 6503 | Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de Dona Francisca - RS (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 250.000 |
| | | Espaço cultural implantado/ modernizado (unidade) = 1 | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 250.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 2.500.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 2.500.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls.

**ÓRGÃO: 51000 Ministério do Esporte**
**UNIDADE: 51101 Ministério do Esporte**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2035 | Esporte e Grandes Eventos Esportivos | | | | | | | 42.536.000 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 27812 | 2035 5450 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer | | | | | | | 42.536.000 |
| 27812 | 2035 5450 0032 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 5.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| 27812 | 2035 5450 6500 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 37.536.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 118 | 7.625.004 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 29.910.996 |
| 2123 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte | | | | | | | 10.000.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 27131 | 2123 4641 Publicidade de Utilidade Pública | | | | | | | 10.000.000 |
| 27131 | 2123 4641 6500 Publicidade de Utilidade Pública - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 10.000.000 |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 52.536.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 52.536.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 96

**ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52101 Ministério da Defesa**

ANEXO I
**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)**

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 143.251.462 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 182 | 2058 216J | Apoio das Forças Armadas no Combate ao Aedes Aegypti | | | | | | | 115.501.462 |
| 05 182 | 2058 216J 6500 | Apoio das Forças Armadas no Combate ao Aedes Aegypti - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 115.501.462 |
| | | Ação implementada (unidade) = 1 | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 6.837.006 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 108.664.456 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 05 244 | 2058 1211 | Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte | | | | | | | 27.750.000 |
| 05 244 | 2058 1211 6500 | Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 27.750.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 27.750.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 143.251.462 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 143.251.462 |

CONGRESSO NACIONAL CMO FLS.

**ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53101 Ministério da Integração Nacional**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2029 | Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária | | | | | | | 22.500.000 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 15244 2029 7K66 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | | | | | | | 22.500.000 |
| 15244 2029 7K66 0032 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 3.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 50 | 0 | 100 | 3.000.000 |
| 15244 2029 7K66 6500 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 19.500.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 19.500.000 |
| 2040 | Gestão de Riscos e Resposta a Desastres | | | | | | | 5.000.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06182 2040 8348 | Apoio a Obras Preventivas de Desastres | | | | | | | 5.000.000 |
| 06182 2040 8348 6500 | Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 5.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| 2051 | Oferta de Água | | | | | | | 720.000.000 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 18544 2051 12EP | Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste) | | | | | | | 393.000.000 |
| 18544 2051 12EP 6500 | Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste) - Na Região Nordeste (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 393.000.000 |
| | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 393.000.000 |
| 18544 2051 5900 | Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) | | | | | | | 327.000.000 |
| 18544 2051 5900 6500 | Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) - Na Região Nordeste (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 327.000.000 |
| | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 327.000.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 747.500.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 747.500.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 98

**ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2029 | Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária | | | | | | | 5.000.000 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 15 244 2029 7K66 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | | | | | | | 5.000.000 |
| 15 244 2029 7K66 6500 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 5.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 5.000.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 5.000.000 |

**ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2029 | Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária | | | | | | | 2.000.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 691 2029 8902 | Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica | | | | | | | 2.000.000 |
| 19 691 2029 8902 6501 | Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 2.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 2.000.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 2.000.000 |

CONGRESSO NACIONAL Fls. CMO

**ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2051 | Oferta de Água | | | | | | | 2.000.000 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 18 544 | 2051 1851 Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica | | | | | | | 2.000.000 |
| 18 544 | 2051 1851 6500 Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 2.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 2.000.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 2.000.000 |

**ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53207 Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2029 | Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária | | | | | | | 5.000.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 691 | 2029 8902 Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica | | | | | | | 5.000.000 |
| 19 691 | 2029 8902 6501 Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 5.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 5.000.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 5.000.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 100

**ÓRGÃO: 54000 Ministério do Turismo**
**UNIDADE: 54101 Ministério do Turismo**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2076 | Turismo | | | | | | | 54.750.000 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 23 695 | 2076 10V0 — Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística | | | | | | | 54.750.000 |
| 23 695 | 2076 10V0 0032 — Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 5.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| 23 695 | 2076 10V0 6500 — Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 49.750.000 |
| | | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 100 | 49.750.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 54.750.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 54.750.000 |

**ÓRGÃO: 73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios**
**UNIDADE: 73101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0903 | Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica | | | | | | | 8.000.000 |
| | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 845 | 0903 099B — Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores - (art. 91 ADCT) | | | | | | | 8.000.000 |
| 28 845 | 0903 099B 6500 — Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores - (art. 91 ADCT) - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 8.000.000 |
| | | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 8.000.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 8.000.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 8.000.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 101

**ÓRGÃO: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
**UNIDADE: 22211 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2014 | | Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização | | | | | | | 30.039.480 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 20 605 | 2014 1510 | Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB | | | | | | | 30.039.480 |
| 20 605 | 2014 1510 0001 | Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB - Nacional | | | | | | | 30.039.480 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 30.039.480 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 30.039.480 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 30.039.480 |

**ÓRGÃO: 25000 Ministério da Fazenda**
**UNIDADE: 25101 Ministério da Fazenda**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2110 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 8.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 2110 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 8.000.000 |
| 04 122 | 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 8.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 8.000.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 8.000.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 8.000.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 12

**ÓRGÃO: 36000 Ministério da Saúde**
**UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2015 | Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) | | | | | | | 32.952.388 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 10 301 | 2015 12L5 Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS | | | | | | | 32.952.388 |
| 10 301 | 2015 12L5 0001 Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS - Nacional | | | | | | | 32.952.388 |
| | | S | 4 | 3 | 41 | 6 | 151 | 32.952.388 |
| | TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | 32.952.388 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 32.952.388 |

**ÓRGÃO: 42000 Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42101 Ministério da Cultura**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2027 | Cultura: Preservação, Promoção e Acesso | | | | | | | 2.500.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 391 | 2027 213W Preservação, Digitalização e Difusão de Acervos Audiovisuais na Cinemateca Brasileira | | | | | | | 2.500.000 |
| 13 391 | 2027 213W 0001 Preservação, Digitalização e Difusão de Acervos Audiovisuais na Cinemateca Brasileira - Nacional | | | | | | | 2.500.000 |
| | | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 100 | 2.500.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 2.500.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 2.500.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 103

**ÓRGÃO: 51000 Ministério do Esporte**
**UNIDADE: 51101 Ministério do Esporte**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2035 | Esporte e Grandes Eventos Esportivos | | | | | | | 24.173.868 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 27 811 | 2035 09HW | Concessão de Bolsa a Atletas | | | | | | | 9.744.626 |
| 27 811 | 2035 09HW 0001 | Concessão de Bolsa a Atletas - Nacional | | | | | | | 9.744.626 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 3.796.786 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.947.840 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 27 811 | 2035 20JO | Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor | | | | | | | 3.149.715 |
| 27 811 | 2035 20JO 0001 | Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor - Nacional | | | | | | | 3.149.715 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 118 | 3.101.842 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 47.873 |
| 27 812 | 2035 20JQ | Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social | | | | | | | 4.320.005 |
| 27 812 | 2035 20JQ 0001 | Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social - Nacional | | | | | | | 4.320.005 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 118 | 2.233.828 |
| | | | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 118 | 2.086.177 |
| 27 811 | 2035 20YA | Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento | | | | | | | 756.308 |
| 27 811 | 2035 20YA 0001 | Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento - Nacional | | | | | | | 756.308 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 118 | 70.574 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 393.151 |
| | | | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 100 | 160.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 118 | 132.583 |
| 27 811 | 2035 211Z | Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem | | | | | | | 6.203.214 |
| 27 811 | 2035 211Z 0001 | Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem - Nacional | | | | | | | 6.203.214 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 3.147.859 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 1.482.227 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.573.128 |
| | 2123 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte | | | | | | | 394.824 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 27 122 | 2123 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 394.824 |
| 27 122 | 2123 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 394.824 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 394.824 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 24.568.692 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 24.568.692 |

CONGRESSO NACIONAL Fls. 104 CMO

**ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52101 Ministério da Defesa**

ANEXO II
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2108 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 130.626 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 2108 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 130.626 |
| 05 122 | 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 130.626 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 130.626 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 130.626 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 130.626 |

CONGRESSO NACIONAL
CMO
Fls. 105

**ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52121 Comando do Exército**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 115.370.836 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05153 | 2058 20XE Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército | | | | | | | 15.350.160 |
| 05153 | 2058 20XE 0001 Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército - Nacional | | | | | | | 15.350.160 |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.694.440 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 10.655.720 |
| 05153 | 2058 20XJ Desenvolvimento Tecnológico do Exército | | | | | | | 7.273.370 |
| 05153 | 2058 20XJ 0001 Desenvolvimento Tecnológico do Exército - Nacional | | | | | | | 7.273.370 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 7.273.370 |
| 05153 | 2058 20XK Logística Militar Terrestre | | | | | | | 59.481.506 |
| 05153 | 2058 20XK 0001 Logística Militar Terrestre - Nacional | | | | | | | 59.481.506 |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 26.516.506 |
| | | F | 3 | 2 | 91 | 0 | 100 | 16.800.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 16.165.000 |
| 05153 | 2058 2911 Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército | | | | | | | 5.905.800 |
| 05153 | 2058 2911 0001 Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército - Nacional | | | | | | | 5.905.800 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.395.800 |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.510.000 |
| 05125 | 2058 2919 Registro e Fiscalização de Produtos Controlados | | | | | | | 4.060.000 |
| 05125 | 2058 2919 0001 Registro e Fiscalização de Produtos Controlados - Nacional | | | | | | | 4.060.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.060.000 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 05153 | 2058 156M Modernização Operacional do Exército Brasileiro | | | | | | | 11.200.000 |
| 05153 | 2058 156M 0001 Modernização Operacional do Exército Brasileiro - Nacional | | | | | | | 11.200.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 11.200.000 |
| 05153 | 2058 3138 Implantação do Sistema de Aviação do Exército | | | | | | | 12.100.000 |
| 05153 | 2058 3138 0001 Implantação do Sistema de Aviação do Exército - Nacional | | | | | | | 12.100.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 12.100.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 115.370.836 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 115.370.836 |

CONGRESSO NACIONAL CMO FLS. 106

**ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52131 Comando da Marinha**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 123.467.308 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 05152 2058 123G | Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares | | | | | | | 123.467.308 |
| 05152 2058 123G 0001 | Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares - Nacional | | | | | | | 123.467.308 |
| | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 123.467.308 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 123.467.308 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 123.467.308 |

**ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53101 Ministério da Integração Nacional**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2051 | Oferta de Água | | | | | | | 38.500.000 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 18544 2051 12G7 | Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba | | | | | | | 38.500.000 |
| 18544 2051 12G7 0025 | Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba - No Estado da Paraíba | | | | | | | 38.500.000 |
| | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 38.500.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 38.500.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 38.500.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 107

**ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**
**UNIDADE: 55101 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2019 | Bolsa Família | | | | | | | 200.000.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 08 244 | 2019 8442 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) | | | | | | | 200.000.000 |
| 08 244 | 2019 8442 0020 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Nordeste | | | | | | | 23.800.800 |
| | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 153 | 23.800.800 |
| 08 244 | 2019 8442 0030 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sudeste | | | | | | | 36.538.800 |
| | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 153 | 36.538.800 |
| 08 244 | 2019 8442 0040 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sul | | | | | | | 89.550.200 |
| | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 153 | 89.550.200 |
| 08 244 | 2019 8442 0050 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Centro-Oeste | | | | | | | 50.110.200 |
| | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 153 | 50.110.200 |
| | TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | 200.000.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 200.000.000 |

**ÓRGÃO: 56000 Ministério das Cidades**
**UNIDADE: 56101 Ministério das Cidades**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2049 | Moradia Digna | | | | | | | 720.000.000 |
| | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 845 | 2049 00AF Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR | | | | | | | 720.000.000 |
| 28 845 | 2049 00AF 0001 Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR - Nacional | | | | | | | 720.000.000 |
| | | F | 5 | 3 | 90 | 0 | 100 | 720.000.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 720.000.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 720.000.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 108

ANEXO III
PROGRAMA DE TRABALHO

Crédito Extraordinário
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26- Transporte | 23.110.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 781- Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | 21.110.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26- Transporte | 23.110.000 |
| 781- Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | 21.110.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| 2017- Aviação Civil | 2.000.000 |
| 2074- Transporte Marítimo | 21.110.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO**

| | |
|---|---|
| 62000- Secretaria de Aviação Civil | 2.000.000 |
| 68000- Secretaria de Portos | 21.110.000 |

| | |
|---|---|
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

| | |
|---|---|
| 495- Recursos do Orçamento de Investimento | 23.110.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil

Crédito Extraordinário

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

| | |
|---|---|
| 781 - Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 2.000.000 |
| 781- Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

| | |
|---|---|
| 2017 - Aviação Civil | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS**

| | |
|---|---|
| 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil
UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
ANEXO III — Crédito Extraordinário
PROGRAMA DE TRABALHO — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 781 - Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 2.000.000 |
| 781- Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 142

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| **2017 - Aviação Civil** | **2.000.000** |
| **TOTAL GERAL** | **2.000.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| **495 - Recursos do Orçamento de Investimento** | **2.000.000** |
| **TOTAL GERAL** | **2.000.000** |

**ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil**
**UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO**
**ANEXO III** — **Crédito Extraordinário**
**PROGRAMA DE TRABALHO** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2017** | **Aviação Civil** | | | | | | | **2.000.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 781** | **2017 7H34** | **Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP)** | | | | | | | **2.000.000** |
| 26 781 | 2017 7H34 0035 | Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP) - No Estado de São Paulo | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | I | 4-INV | 3 | 90 | 0 | 495 | 2.000.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | **2.000.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**
**ANEXO III** — **Crédito Extraordinário**
**PROGRAMA DE TRABALHO** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **21.110.000** |
| **TOTAL GERAL** | **21.110.000** |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 113

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 784 - Transporte Hidroviário | 21.110.000 |
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 21.110.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | 21.110.000 |
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| 2074 - Transporte Marítimo | 21.110.000 |
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS**

| | |
|---|---|
| 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA | 250.000 |
| 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA | 3.460.000 |
| 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP | 17.000.000 |
| 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN | 400.000 |
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 21.110.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 114

| | |
|---|---|
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA
ANEXO III — Crédito Extraordinário
PROGRAMA DE TRABALHO — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

| | |
|---|---|
| 784 - Transporte Hidroviário | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 250.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

| | |
|---|---|
| 2074 - Transporte Marítimo | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

| | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

CONGRESSO NACIONAL
COMOD
Fls. 15

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**
**UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA**
**ANEXO III** **Crédito Extraordinário**
**PROGRAMA DE TRABALHO** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **250.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 14KL** | **Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária** | | | | | | | **250.000** |
| 26 784 | 2074 14KL 0032 | Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 250.000 |
| | | Implantação realizada (percentual de execução física): 1 | I | 4-INV | 3 | 90 | 0 | 495 | 250.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | **250.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**
**UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA**
**ANEXO III** **Crédito Extraordinário**
**PROGRAMA DE TRABALHO** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **3.460.000** |
| **TOTAL GERAL** | **3.460.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **784 - Transporte Hidroviário** | **3.460.000** |
| **TOTAL GERAL** | **3.460.000** |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 116

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **3.460.000** |
| **784- Transporte Hidroviário** | **3.460.000** |
| **TOTAL GERAL** | **3.460.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| **2074 - Transporte Marítimo** | **3.460.000** |
| **TOTAL GERAL** | **3.460.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| **495 - Recursos do Orçamento de Investimento** | **3.460.000** |
| **TOTAL GERAL** | **3.460.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA**

**ANEXO III** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **3.460.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 12LL** | **Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Salvador (BA)** | | | | | | | **3.400.000** |
| 26 784 | 2074 12LL 0029 | Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Salvador (BA) - No Estado da Bahia | | | | | | | 3.400.000 |
| | | | I | 4-INV | 3 | 90 | 0 | 495 | 3.400.000 |
| **26 784** | **2074 143J** | **Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Aratu (BA)** | | | | | | | **60.000** |
| 26 784 | 2074 143J 0029 | Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de | | | | | | | 60.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 117

Aratu (BA) - No Estado da Bahia

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | I | 4-INV | 2 | 90 | 0 | 495 | 60.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | **3.460.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**
**UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**
**ANEXO III** — **Crédito Extraordinário**
**PROGRAMA DE TRABALHO** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **17.000.000** |
| **TOTAL GERAL** | **17.000.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **784 - Transporte Hidroviário** | **17.000.000** |
| **TOTAL GERAL** | **17.000.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **17.000.000** |
| **784- Transporte Hidroviário** | **17.000.000** |
| **TOTAL GERAL** | **17.000.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| **2074 - Transporte Marítimo** | **17.000.000** |
| **TOTAL GERAL** | **17.000.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| **495 - Recursos do Orçamento de Investimento** | **17.000.000** |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 118

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | **TOTAL GERAL** | **17.000.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**
**UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**
**ANEXO III** **Crédito Extraordinário**
**PROGRAMA DE TRABALHO** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **17.000.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 12LR** | **Adequação do Cais para Terminal de Passageiros, no Porto de Santos (SP)** | | | | | | | **17.000.000** |
| 26 784 | 2074 12LR 0035 | Adequação do Cais para Terminal de Passageiros, no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo | | | | | | | 17.000.000 |
| | | Obra executada (percentual de execução física): 5 | I | 4-INV | 3 | 90 | 0 | 495 | 17.000.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | **17.000.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**
**UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN**
**ANEXO III** **Crédito Extraordinário**
**PROGRAMA DE TRABALHO** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | | |
|---|---|---|
| **26 - Transporte** | | **400.000** |
| | **TOTAL GERAL** | **400.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | | |
|---|---|---|
| **784 - Transporte Hidroviário** | | **400.000** |
| | **TOTAL GERAL** | **400.000** |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 119

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **400.000** |
| **784- Transporte Hidroviário** | **400.000** |
| **TOTAL GERAL** | **400.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| **2074 - Transporte Marítimo** | **400.000** |
| **TOTAL GERAL** | **400.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| **495 - Recursos do Orçamento de Investimento** | **400.000** |
| **TOTAL GERAL** | **400.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN**

**ANEXO III** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **400.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 20HM** | **Estudos para o Planejamento do Setor Portuário** | | | | | | | **200.000** |
| 26 784 | 2074 20HM 0001 | Estudos para o Planejamento do Setor Portuário - Nacional | | | | | | | 200.000 |
| | | Estudo realizado (unidade): 2 | I | 4-INV | 2 | 90 | 0 | 495 | 200.000 |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 12LP** | **Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Natal (RN)** | | | | | | | **200.000** |
| 26 784 | 2074 12LP 0024 | Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no | | | | | | | 200.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 120

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Porto de Natal (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | |
| | Obra executada (percentual de execução física): 3 | I | 4-INV | 3 | 90 | 0 | 495 | 200.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | **400.000** |

**ANEXO IV** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | | |
|---|---|---|
| **26- Transporte** | | **23.110.000** |
| | **TOTAL GERAL** | **23.110.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | | |
|---|---|---|
| **122- Administração Geral** | | **60.000** |
| **781- Transporte Aéreo** | | **2.000.000** |
| **784- Transporte Hidroviário** | | **21.050.000** |
| | **TOTAL GERAL** | **23.110.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | | |
|---|---|---|
| **26- Transporte** | | **23.110.000** |
| **122- Administração Geral** | | **60.000** |
| **781- Transporte Aéreo** | | **2.000.000** |
| **784- Transporte Hidroviário** | | **21.050.000** |
| | **TOTAL GERAL** | **23.110.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | | |
|---|---|---|
| **0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais** | | **60.000** |
| **2017- Aviação Civil** | | **2.000.000** |
| **2074- Transporte Marítimo** | | **21.050.000** |
| | **TOTAL GERAL** | **23.110.000** |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 121

**QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO**

| | |
|---|---|
| 62000- Secretaria de Aviação Civil | 2.000.000 |
| 68000- Secretaria de Portos | 21.110.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| 495- Recursos do Orçamento de Investimento | 23.110.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil

ANEXO IV — Crédito Extraordinário

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 781 - Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 2.000.000 |
| 781- Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

CONGRESSO NACIONAL
C M O
Fls.

| QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA | |
|---|---|
| 2017 - Aviação Civil | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

| QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS | |
|---|---|
| 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

| QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil

UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO

ANEXO IV — Crédito Extraordinário

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 2.000.000 |

| | |
|---|---|
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 781 - Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 2.000.000 |
| 781- Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| 2017 - Aviação Civil | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

**ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil**

**UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO**

**ANEXO IV** — **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2017 | Aviação Civil | | | | | | | 2.000.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 124

**PROJETOS**

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **26 781** | **2017 157L** | **Adequação da Infraestrutura Aeroportuária** | | | | | | | | **2.000.000** |
| 26 781 | 2017 157L 0001 | Adequação da Infraestrutura Aeroportuária - Nacional | | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | I | 4-INV | 3 | 90 | 0 | 495 | | 2.000.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | **2.000.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**ANEXO IV** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **21.110.000** |
| **TOTAL GERAL** | **21.110.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **122 - Administração Geral** | **60.000** |
| **784 - Transporte Hidroviário** | **21.050.000** |
| **TOTAL GERAL** | **21.110.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **21.110.000** |
| **122- Administração Geral** | **60.000** |
| **784- Transporte Hidroviário** | **21.050.000** |

CONGRESSO NACIONAL C M O Fls. 125

| | |
|---|---|
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| 0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais | 60.000 |
| 2074 - Transporte Marítimo | 21.050.000 |
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS**

| | |
|---|---|
| 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA | 250.000 |
| 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA | 3.460.000 |
| 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP | 17.000.000 |
| 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN | 400.000 |
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 21.110.000 |
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

CONGRESSO NACIONAL
Fls. 126
CMO

ANEXO IV

Crédito Extraordinário

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

| | |
|---|---|
| 784 - Transporte Hidroviário | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 250.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

| | |
|---|---|
| 2074 - Transporte Marítimo | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

| | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

**ANEXO IV** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **250.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 143F** | **Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Vitória (ES)** | | | | | | | **250.000** |
| 26 784 | 2074 143F 0032 | Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Vitória (ES) - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 250.000 |
| | | Obra executada (percentual de execução física): 1 | I | 4-INV | 2 | 90 | 0 | 495 | 250.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | **250.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA**

**ANEXO IV** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **3.460.000** |
| **TOTAL GERAL** | **3.460.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **122 - Administração Geral** | **60.000** |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 128

| | |
|---|---|
| 784 - Transporte Hidroviário | 3.400.000 |
| TOTAL GERAL | 3.460.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 3.460.000 |
| 122- Administração Geral | 60.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | 3.400.000 |
| TOTAL GERAL | 3.460.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| 0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais | 60.000 |
| 2074 - Transporte Marítimo | 3.400.000 |
| TOTAL GERAL | 3.460.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 3.460.000 |
| TOTAL GERAL | 3.460.000 |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA**

**ANEXO IV** — **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0807 | Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais | | | | | | | 60.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |

CONGRESSO NACIONAL COMOD Fls. 126

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **26 122** | **0807 4102** | **Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos** | | | | | | | **60.000** |
| 26 122 | 0807 4102 0029 | Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado da Bahia | | | | | | | 60.000 |
| | | | I | 4-INV | 2 | 90 | 0 | 495 | 60.000 |
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **3.400.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 143L** | **Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Aratu (BA)** | | | | | | | **1.000.000** |
| 26 784 | 2074 143L 0029 | Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Aratu (BA) - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | I | 4-INV | 2 | 90 | 0 | 495 | 1.000.000 |
| **26 784** | **2074 143Q** | **Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Aratu (BA)** | | | | | | | **2.400.000** |
| 26 784 | 2074 143Q 0029 | Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Aratu (BA) - No Estado da Bahia | | | | | | | 2.400.000 |
| | | | I | 4-INV | 2 | 90 | 0 | 495 | 2.400.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | **3.460.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**

**ANEXO IV** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

CONGRESSO NACIONAL
C M O
Fls. 130

| | | |
|---|---|---|
| 26 - Transporte | | 17.000.000 |
| | TOTAL GERAL | 17.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | | |
|---|---|---|
| 784 - Transporte Hidroviário | | 17.000.000 |
| | TOTAL GERAL | 17.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | | |
|---|---|---|
| 26 - Transporte | | 17.000.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | | 17.000.000 |
| | TOTAL GERAL | 17.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | | |
|---|---|---|
| 2074 - Transporte Marítimo | | 17.000.000 |
| | TOTAL GERAL | 17.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | | |
|---|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | | 17.000.000 |
| | TOTAL GERAL | 17.000.000 |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**

**ANEXO IV** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 131

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **17.000.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 12NJ** | **Reforço do Píer de Acostagem no Terminal da Alamoa, no Porto de Santos (SP)** | | | | | | | **5.000.000** |
| 26 784 | 2074 12NJ 0035 | Reforço do Píer de Acostagem no Terminal da Alamoa, no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo | | | | | | | 5.000.000 |
| | | Obra executada (percentual de execução física): 3 | I | 4-INV | 3 | 90 | 0 | 495 | 5.000.000 |
| **26 784** | **2074 12NK** | **Reforço dos Berços de Atracação da Ilha de Barnabé, no Porto de Santos (SP)** | | | | | | | **12.000.000** |
| 26 784 | 2074 12NK 0035 | Reforço dos Berços de Atracação da Ilha de Barnabé, no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo | | | | | | | 12.000.000 |
| | | Obra executada (percentual de execução física): 21 | I | 4-INV | 3 | 90 | 0 | 495 | 12.000.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | **17.000.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN**

**ANEXO IV** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **400.000** |
| **TOTAL GERAL** | **400.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **784 - Transporte Hidroviário** | **400.000** |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 132

| | |
|---|---|
| **TOTAL GERAL** | **400.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **400.000** |
| **784- Transporte Hidroviário** | **400.000** |
| **TOTAL GERAL** | **400.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| **2074 - Transporte Marítimo** | **400.000** |
| **TOTAL GERAL** | **400.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| **495 - Recursos do Orçamento de Investimento** | **400.000** |
| **TOTAL GERAL** | **400.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN**

**ANEXO IV** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **400.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 145H** | **Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Natal (RN)** | | | | | | | **400.000** |
| 26 784 | 2074 145H 0024 | Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no | | | | | | | 400.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 133

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Porto de Natal (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | |
| | Obra executada (percentual de execução física): 1 | I | 4-INV | 2 | 90 | 0 | 495 | 400.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | **400.000** |

**CONGRESSO NACIONAL**
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**CONTESTAÇÃO nº /2016 – CMO**
**(Relatório da MP nº 709 de 2015)**

*Contestação contra o Relatório da Medida Provisória nº 709, de 30 de dezembro de 2015, em função do descumprimento do art. 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN (norma regimental que disciplina a apresentação de emendas a créditos extraordinários).*

*Autor(s): Deputado IZALCI*

Com o devido apoiamento, apresentamos CONTESTAÇÃO, nos termos do art. 148 da Resolução nº 1/2006-CN, ao relatório da Medida Provisória nº 709, de 30 de dezembro de 2015, em função do descumprimento do art. 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN, apresentado pelo Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM.

De pronto, requer-se seja decidida preliminarmente à votação do Relatório da MP 709/2015 pelo Presidente da CMO a presente Contestação, com base no inciso VIII do art. 15 da Resolução nº 1/2006-CN. A matéria objeto da Contestação, o Relatório da MP 709/2015, ainda encontra-se em fase de discussão, atendendo-se assim o disposto no art. 148 da Resolução nº 1/2006-CN.

## I – DISPOSITIVO INFRINGIDO

Art. 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

O citado art. 111 determina disciplina a apresentação de emendas às medidas provisórias de crédito extraordinário, estabelecendo:

> *"Art. 111. Somente serão admitidas emendas que tenho como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente".*

## II – FUNDAMENTAÇÃO

1. **Medidas Provisórias de Crédito Extraordinário**. A Constituição Federal, em seu art. 62, §1º, I, *d*, combinado com o art. 167, §3º, permite, em caso de urgência, relevância e imprevisibilidade da despesa, nos casos como guerra, calamidade pública ou comoção interna, que o Poder Executivo abra crédito extraordinário para atender despesas que não podem esperar pelo procedimento ordinário da administração pública no atendimento das necessidades imediatas da sociedade.

A norma prevista em nossa Carta Magna busca resguardar a sociedade de situações extemporâneas, cuja capacidade de planejamento do governo seja incapaz de prever a ocorrência desses eventos fortuitos.

Ante a excepcionalidade do instrumento previsto para ação estatal, que deve ser imediata e eficaz, a medida provisória de crédito extraordinário produz efeitos no

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. _____

**CONGRESSO NACIONAL**
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

momento em que sua publicação é efetivada no Diário Oficial da União, permitindo aos gestores públicos proceder imediatamente à execução orçamentária e, se possível, financeira decorrente da programação constante ora acrescida na lei orçamentária.

É o que se observa da medida provisória objeto da presente Contestação, no que diz respeito ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Até o dia 8 de março de 2016, o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI registra que a parcela de R$ 1.295,5 milhões, teve, em 2015, empenhos no montante de R$ 106,8 milhões (8,24%) e pagamentos totais de R$ 7,8 milhões (0,60%), inscrevendo em Restos a Pagar o valor de R$ 99,0 milhões. Entretanto, no exercício atual de 2016 o Poder Executivo procedeu à reabertura pelo saldo não utilizado (R$ 1.188,7 milhões) quase por completo, no valor de R$ 1.127,5 milhões (95%) dos quais R$ 920,5 milhões já foram empenhados (81,6%) e R$ 61,6 milhões foram pagos (5,4%). Quanto à execução dos R$ 99,0 milhões inscritos em Restos a Pagar no ano passado, neste exercício já foram pagos R$ 61,4 milhões (62%).

MP 709/2015

*Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - Em R$ 1,00*

| Unidade Orçamentária | | Programa de Trabalho | | Exercício de 2015 | | | | Exercício 2016 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Dotação Autorizada | Empenhado | Pago | Inscrição em RAP | Reabertura | Empenhado | Pago | RAP Pago |
| 22101 | MINISTERIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO | 20.608.2077.20ZV.6500 | Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional (Crédito Extraordinário) | 30.039.480 | - | - | - | - | - | - | - |
| 36901 | FUNDO NACIONAL DE SAUDE | 10.302.2015.8535.6500 | Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional (Crédito Extraordinário) | 32.952.388 | - | - | - | - | - | - | - |
| | | 10.303.2015.20YS.6500 | Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento - Nacional (Crédito Extraordinário) | 200.000.000 | 58.324.955 | - | 58.324.955 | 141.675.044 | 117.929.612 | 60.212.092 | 58.324.820 |
| 42101 | MINISTERIO DA CULTURA | 13.392.2027.14U2.6501 | Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de Arroio dos Ratos - RS (Crédito Extraordinário) | 250.000 | - | - | - | 250.000 | - | - | - |
| | | 13.392.2027.14U2.6502 | Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de São Francisco de Assis - RS (Crédito Extraordinário) | 500.000 | - | - | - | 500.000 | - | - | - |
| | | 13.392.2027.14U2.6503 | Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de Dona Francisca - RS (Crédito Extraordinário) | 250.000 | - | - | - | 250.000 | - | - | - |
| | | 13.392.2027.20ZF.6500 | Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Município de Osasco - SP (Crédito Extraordinário) | 1.500.000 | - | - | - | 1.500.000 | - | - | - |
| 51101 | MINISTERIO DO ESPORTE | 27.131.2123.4641.6500 | Publicidade de Utilidade Pública - Nacional (Crédito Extraordinário) | 10.000.000 | 10.000.000 | - | 10.000.000 | - | - | - | 2.888.432 |
| | | 27.812.2035.5450.6500 | Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - Nacional (Crédito Extraordinário) | 37.536.000 | 4.920.993 | - | 4.920.993 | 32.392.622 | 20.511.000 | - | - |
| 52101 | MINISTERIO DA DEFESA | 05.182.2058.216J.6500 | Apoio das Forças Armadas no Combate ao Aedes Aegypti - Nacional (Crédito Extraordinário) | 115.501.462 | 8.530.450 | - | 8.530.450 | 106.971.012 | 38.248.596 | 876.599 | 148.211 |
| | | 05.244.2058.1211.6500 | Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte – Nacional (Crédito Extraordinário) | 27.750.000 | - | - | - | 27.750.000 | 27.750.000 | - | - |
| 53101 | MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL | 06.182.2040.8348.6500 | Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nacional (Crédito Extraordinário) | 5.000.000 | 5.000.000 | - | 5.000.000 | - | - | - | - |
| | | 15.244.2029.7K66.6500 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional (Crédito Extraordinário) | 19.500.000 | - | - | - | 19.500.000 | - | - | - |
| | | 18.544.2084.12EP.6500 | Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste) - Na Região Nordeste (Crédito Extraordinário) | 393.000.000 | - | - | - | 393.000.000 | 392.449.854 | 429.239 | - |
| | | 18.544.2084.5900.6500 | Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) - Na Região Nordeste (Crédito Extraordinário) | 327.000.000 | - | - | - | 327.000.000 | 254.420.491 | 36.500 | - |
| 53201 | COMPANHIA DE DESENV DO VALE DO SAO FRANCISCO | 15.244.2029.7K66.6500 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional (Crédito Extraordinário) | 5.000.000 | 5.000.000 | - | 5.000.000 | - | - | - | - |
| 53202 | SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA-SUDAM | 19.691.2029.8902.6501 | Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Nacional (Crédito Extraordinário) | 2.000.000 | 2.000.000 | - | 2.000.000 | - | - | - | - |
| 53204 | DEPARTAMENTO NAC DE OBRAS CONTRA AS SECAS | 18.544.2084.1851.6500 | Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Nacional (Crédito Extraordinário) | 2.000.000 | - | - | - | 2.000.000 | - | - | - |
| 53207 | SUPERINT. DE DESENV. DO CENTRO-OESTE - SUDECO | 19.691.2029.8902.6501 | Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Nacional (Crédito Extraordinário) | 5.000.000 | 5.000.000 | - | 5.000.000 | - | - | - | - |
| 54101 | MINISTERIO DO TURISMO | 23.695.2076.10V0.6500 | Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional (Crédito Extraordinário) | 72.750.000 | - | - | - | 72.750.000 | 69.222.000 | - | - |
| 73101 | RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MF - TRF MF | 28.845.0903.099B.6500 | Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores - (art. 91 ADCT) - Nacional (Crédito Extraordinário) | 8.000.000 | 8.000.000 | 7.765.867 | 234.133 | - | - | - | - |
| TOTAL MP 709/2015 | | | | 1.295.529.330 | 106.776.398 | 7.765.867 | 99.010.531 | 1.127.538.678 | 920.531.553 | 61.554.431 | 61.361.464 |

*Fonte: SIAFI (Tesouro Gerencial) - Acumulado até 08/3/2016*

2. **Decisão do Relator quanto às Emendas Apresentadas**. O Relator, Deputado Carlos Henrique Gaguim, é contraditório em seu relatório. Ao proceder à "Análise das Emendas", relata:

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls.

"Foram apresentadas 34 emendas à Proposição.

O artigo 111 da Resolução nº 1, de 2006 – CN estabelece regra rígida para o atendimento de emenda nesse tipo de crédito ao dispor que "somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente." Por sua vez, o artigo 109, II, "a", da mesma Resolução estabelece:

Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:

.....

II – oferecerem como fonte de cancelamento compensatório, previsto no art. 166, § 3º, II, da Constituição, programação que:

a) não conste do projeto de lei ou conste somente como cancelamento proposto.

Diante disso, devem ser consideradas inadmitidas as emendas nº 00001 a 00003; 00018 a 00022 por contrariarem o disposto nos artigos 111 e 109, II, "a", da Resolução nº 1/2006-CN; as de nº 00004 a 00011; 00027 a 00029 por colidirem com o artigo 111; as de nº 00031 a 34, por, além de contrariarem o art. 111, não contem a indicação de cancelamento compensatório.

Já as emendas nº 00017, 00023, 00024, 00026 e 00030, propõem supressão de programações específicas de despesas acrescidas pela referida medida provisória. Nesses casos, nosso voto é pela sua rejeição, por entender que o acatamento dos pleitos prejudicaria a plena execução das despesas suplementadas, tendo em vista o mérito das justificativas apresentadas na Exposição de Motivos que acompanha o crédito extraordinário sob exame.

Em análise às emendas apostas ao presente crédito extraordinário, e considerando a relevância e o mérito das proposições, **entendemos pertinente o acatamento dos acréscimos previstos nas emendas de nº 00012 a 00015 (sic), bem assim o cancelamento parcial da programação indicada na emenda de nº 00025.** Dessa forma, mediante o atendimento parcial dos pleitos, procuramos também manter preservar uma parcela da programação acrescida, a fim de que o crédito extraordinário em questão possa alcançar, ainda que parcialmente, as finalidades almejadas." (grifo nosso)

Os elementos utilizados pelo Relator para indicar à inadmissibilidade das emendas de nº 00004 a 00011; 00027 a 00029, por colidirem com o art. 111 da Resolução nº 1/2006-CN, estão presentes nas emendas de nº 00012 a 00016, de autoria da Senadora Rose de Freitas, ou seja, emendas que propõem finalidade diversa daquela prevista pela medida provisória.

De outro lado, a emenda nº 00025, de autoria do Deputado Hildo Rocha, propõe cancelamento R$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais) da programação do Ministério do Turismo, cujo valor é de R$ 72.750.000,00 (setenta e dois milhões, setecentos e cinquenta mil reais). Como apresentado acima, a programação objeto desta emenda foi reaberta no exercício de 2016, pelo Decreto Sem Número de 3 de fevereiro de 2016, pelo seu valor integral, sendo registrado até o dia 8 de março de 2016, empenhos no montante de R$ 69.222.000,00 (sessenta e nove milhões, duzentos e vinte e dois mil reais), ou seja, restando apenas o saldo de R$ 3.528.000,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais), não comportando, portanto, o cancelamento proposto.

## III – MEDIDA SANEADORA

Com base no art. 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN, propomos que seja indicada à inadmissão pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, as emendas de nº 00012 a 00016, de autoria da

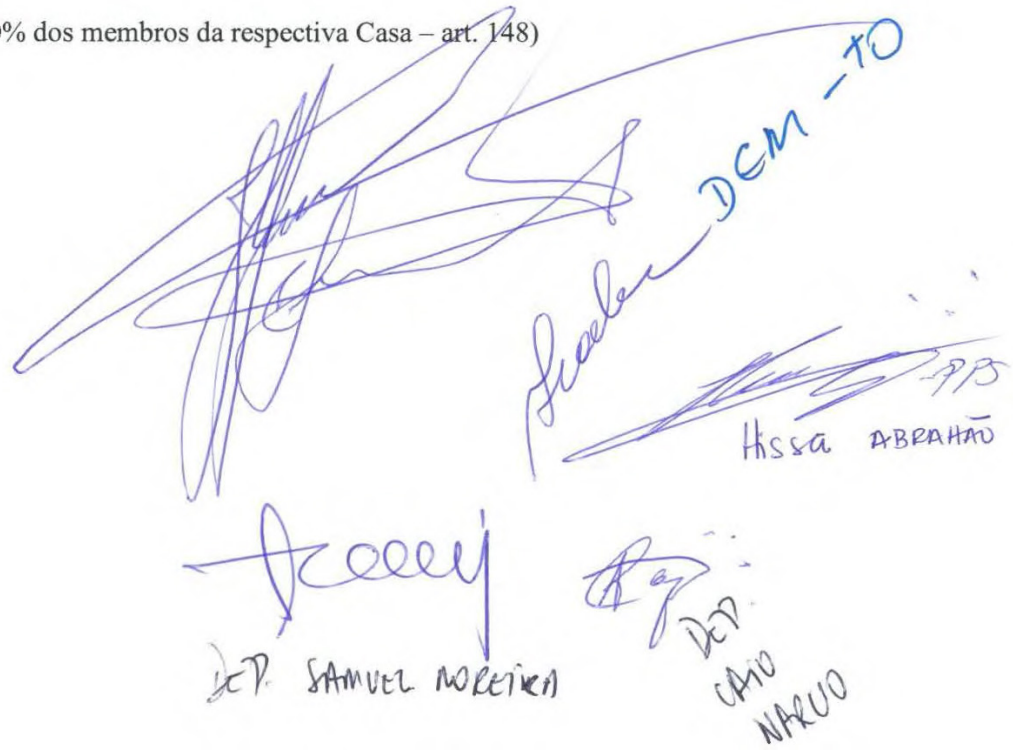
CONGRESSO NACIONAL CMO Fls.

**CONGRESSO NACIONAL**
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Senadora Rose de Freitas, por não atenderem a norma regimental, e da emenda nº 00025, de autoria do Deputado Hildo Rocha, pela dotação objeto da emenda não possuir saldo para seu atendimento.

Sala da Comissão, em 9 de março de 2016.

Apoiamento: (10% dos membros da respectiva Casa – art. 148)




CONGRESSO NACIONAL
CMO
Fls.

**CONGRESSO NACIONAL**
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

# C O N C L U S Ã O

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Terceira Reunião Extraordinária, realizada em 16 de março de 2016, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM, sobre **Medida Provisória nº 709/2015-CN** nos termos do **Projeto de Lei de Conversão** apresentado. O Presidente da CMO declarou inadmitidas as emendas de nºs 1 a 11; 18 a 22; 27 a 29 e 31 a 34 indicadas pelo Relator, nos termos do *art. 146, § 2º da Resolução nº 1/2006-CN*. O Deputado Izalci apresentou **Contestação nº 1/2016-CMO**, tendo apoiamento dos Deputados Caio Nárcio, Hissa Abrahão, Professora Dorinha Seabra Rezende e Samuel Moreira, quanto a admissibilidade das emendas nº 12 a 16, de autoria da Senadora Rose de Freitas e da de nº 25, do Deputado Hildo Rocha, por infringir o art. 111, da Resolução nº 1/2006-CN. O Primeiro Vice-Presidente em exercício, Deputado Jaime Martins, **DEFERIU** a Contestação. A Senadora Rose de Freitas, recorreu ao Plenário contra a decisão do Presidente, e o **RECURSO** foi aprovado, por unanimidade.

Quanto às 34 (trinta e quatro) emendas apresentadas **DECLARADAS INADMITIDAS** as de nºs 1 a 11; 18 a 22; 27 a 29; 31 a 34, **APROVAÇÃO PARCIAL** as de nºs 12 a 16 e 25, e **REJEITADAS** as demais.

Compareceram os Senhores Senadores Rose de Freitas, Presidente, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Elmano Férrer, Gleisi Hoffmann, Hélio José, Lídice da Mata, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Roberto Rocha, e Valdir Raupp; e os Senhores Deputados Jaime Martins, Primeiro Vice-Presidente, Giuseppe Vecci, Segundo Vice-Presidente, Átila Lins, Cacá Leão, Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Danilo Forte, Domingos Sávio, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Evair de Melo, Flávia Morais, Genecias Noronha, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Izalci, João Arruda, João Carlos Bacelar, João Fernando Coutinho, Jorge Solla, José Airton Cirilo, José Nunes, José Rocha, Julio Lopes, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Busato, Mauro Lopes, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Samuel Moreira, Valtenir Pereira, Vitor Valim, Wadson Ribeiro, Washington Reis, Wellington Roberto e Zé Geraldo.

Sala de Reuniões, em 16 de março de 2016.

Deputado JAIME MARTINS
Primeiro Vice-Presidente no exercício

Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM
Relator

**CONGRESSO NACIONAL**
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO nº** 05 **, de 2016 – CN**

(Medida Provisória nº 709, de 30 de dezembro de 2015)

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo, da Secretaria de Aviação Civil, da Secretaria de Portos e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 1.318.639.330,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, da Secretaria de Portos da Presidência da República e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 1.318.639.330,00 (um bilhão, trezentos e dezoito milhões, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta reais), na forma dos Anexos I, II, III e IV.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado Carlos Henrique Gaguim

Relator

**ÓRGÃO: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
**UNIDADE: 22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2014 | Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização | | | | | | | 35.039.480 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 608 | 2014 20ZV Fomento ao Setor Agropecuário | | | | | | | 35.039.480 |
| 20 608 | 2014 20ZV 0032 Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 5.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| 20 608 | 2014 20ZV 6500 Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 30.039.480 |
| | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 30.039.480 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 35.039.480 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 35.039.480 |

**ÓRGÃO: 36000 Ministério da Saúde**
**UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2015 | Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) | | | | | | | 237.952.388 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 10 303 | 2015 20YS Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento | | | | | | | 200.000.000 |
| 10 303 | 2015 20YS 6500 Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 200.000.000 |
| | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 153 | 200.000.000 |
| 10 302 | 2015 8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde | | | | | | | 37.952.388 |
| 10 302 | 2015 8535 0032 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 5.000.000 |
| | | S | 4 | 2 | 50 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| 10 302 | 2015 8535 6500 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 32.952.388 |
| | | S | 4 | 2 | 41 | 6 | 151 | 32.952.388 |
| | TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | 237.952.388 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 237.952.388 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 94

**ÓRGÃO: 42000 Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42101 Ministério da Cultura**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2027 | | Cultura: Preservação, Promoção e Acesso | | | | | | | 2.500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13392 | 2027 20ZF | Promoção e Fomento à Cultura Brasileira | | | | | | | 1.500.000 |
| 13392 | 2027 20ZF 6500 | Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Município de Osasco - SP (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 1.500.000 |
| | | Projeto apoiado (unidade) = 1 | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 1.500.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 13392 | 2027 14U2 | Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais | | | | | | | 1.000.000 |
| 13392 | 2027 14U2 6501 | Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de Arroio dos Ratos - RS (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 250.000 |
| | | Espaço cultural implantado/ modernizado (unidade) = 1 | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 250.000 |
| 13392 | 2027 14U2 6502 | Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de São Francisco de Assis - RS (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 500.000 |
| | | Espaço cultural implantado/ modernizado (unidade) = 1 | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 500.000 |
| 13392 | 2027 14U2 6503 | Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de Dona Francisca - RS (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 250.000 |
| | | Espaço cultural implantado/ modernizado (unidade) = 1 | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 250.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 2.500.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 2.500.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 95

**ÓRGÃO: 51000 Ministério do Esporte**
**UNIDADE: 51101 Ministério do Esporte**

ANEXO I
**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)**

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2035 | Esporte e Grandes Eventos Esportivos | | | | | | | 42.536.000 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 27812 | 2035 5450 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer | | | | | | | 42.536.000 |
| 27812 | 2035 5450 0032 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 5.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| 27812 | 2035 5450 6500 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 37.536.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 118 | 7.625.004 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 29.910.996 |
| 2123 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte | | | | | | | 10.000.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 27131 | 2123 4641 Publicidade de Utilidade Pública | | | | | | | 10.000.000 |
| 27131 | 2123 4641 6500 Publicidade de Utilidade Pública - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 10.000.000 |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 52.536.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 52.536.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 96

**ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52101 Ministério da Defesa**

ANEXO I
**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)**

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2058 | | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 143.251.462 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 182 | 2058 216J | Apoio das Forças Armadas no Combate ao Aedes Aegypti | | | | | | | 115.501.462 |
| 05 182 | 2058 216J 6500 | Apoio das Forças Armadas no Combate ao Aedes Aegypti - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 115.501.462 |
| | | Ação implementada (unidade) = 1 | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 6.837.006 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 108.664.456 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 05 244 | 2058 1211 | Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte | | | | | | | 27.750.000 |
| 05 244 | 2058 1211 6500 | Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 27.750.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 27.750.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 143.251.462 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 143.251.462 |

CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO Fls. 26

**ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53101 Ministério da Integração Nacional**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2029 | Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária | | | | | | | 22.500.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 15244 | 2029 7K66 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | | | | | | | 22.500.000 |
| 15244 | 2029 7K66 0032 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 3.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 50 | 0 | 100 | 3.000.000 |
| 15244 | 2029 7K66 6500 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 19.500.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 19.500.000 |
| | 2040 | Gestão de Riscos e Resposta a Desastres | | | | | | | 5.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06182 | 2040 8348 | Apoio a Obras Preventivas de Desastres | | | | | | | 5.000.000 |
| 06182 | 2040 8348 6500 | Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 5.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| | 2051 | Oferta de Água | | | | | | | 720.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 18544 | 2051 12EP | Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste) | | | | | | | 393.000.000 |
| 18544 | 2051 12EP 6500 | Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste) - Na Região Nordeste (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 393.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 393.000.000 |
| 18544 | 2051 5900 | Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) | | | | | | | 327.000.000 |
| 18544 | 2051 5900 6500 | Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) - Na Região Nordeste (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 327.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 327.000.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 747.500.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 747.500.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls.

**ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2029 | | Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária | | | | | | | 5.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 15244 | 2029 7K66 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | | | | | | | 5.000.000 |
| 15244 | 2029 7K66 6500 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 5.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 5.000.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 5.000.000 |

**ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2029 | | Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária | | | | | | | 2.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19691 | 2029 8902 | Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica | | | | | | | 2.000.000 |
| 19691 | 2029 8902 6501 | Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 2.000.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 2.000.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls.

**ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2051 | Oferta de Água | | | | | | | 2.000.000 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 18 544 | 2051 1851 Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica | | | | | | | 2.000.000 |
| 18 544 | 2051 1851 6500 Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 2.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 2.000.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 2.000.000 |

**ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53207 Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2029 | Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária | | | | | | | 5.000.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 691 | 2029 8902 Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica | | | | | | | 5.000.000 |
| 19 691 | 2029 8902 6501 Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 5.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 5.000.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 5.000.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 007

**ÓRGÃO: 54000 Ministério do Turismo**
**UNIDADE: 54101 Ministério do Turismo**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2076 | Turismo | | | | | | | 54.750.000 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 23 695 | 2076 10V0 Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística | | | | | | | 54.750.000 |
| 23 695 | 2076 10V0 0032 Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 5.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| 23 695 | 2076 10V0 6500 Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 49.750.000 |
| | | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 100 | 49.750.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 54.750.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 54.750.000 |

**ÓRGÃO: 73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios**
**UNIDADE: 73101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda**

ANEXO I — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0903 | Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica | | | | | | | 8.000.000 |
| | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 845 | 0903 099B Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores - (art. 91 ADCT) | | | | | | | 8.000.000 |
| 28 845 | 0903 099B 6500 Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores - (art. 91 ADCT) - Nacional (Crédito Extraordinário) | | | | | | | 8.000.000 |
| | | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 8.000.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 8.000.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 8.000.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 101

**ÓRGÃO: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
**UNIDADE: 22211 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2014 | | Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização | | | | | | | 30.039.480 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 20 605 | 2014 1510 | Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB | | | | | | | 30.039.480 |
| 20 605 | 2014 1510 0001 | Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB - Nacional | | | | | | | 30.039.480 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 30.039.480 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 30.039.480 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 30.039.480 |

**ÓRGÃO: 25000 Ministério da Fazenda**
**UNIDADE: 25101 Ministério da Fazenda**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2110 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 8.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 2110 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 8.000.000 |
| 04 122 | 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 8.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 8.000.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 8.000.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 8.000.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 101

**ÓRGÃO: 36000 Ministério da Saúde**
**UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2015 | | Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) | | | | | | | 32.952.388 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 10 301 | 2015 12L5 | Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS | | | | | | | 32.952.388 |
| 10 301 | 2015 12L5 0001 | Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS - Nacional | | | | | | | 32.952.388 |
| | | | S | 4 | 3 | 41 | 6 | 151 | 32.952.388 |
| | | TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | 32.952.388 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 32.952.388 |

**ÓRGÃO: 42000 Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42101 Ministério da Cultura**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2027 | | Cultura: Preservação, Promoção e Acesso | | | | | | | 2.500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 391 | 2027 213W | Preservação, Digitalização e Difusão de Acervos Audiovisuais na Cinemateca Brasileira | | | | | | | 2.500.000 |
| 13 391 | 2027 213W 0001 | Preservação, Digitalização e Difusão de Acervos Audiovisuais na Cinemateca Brasileira - Nacional | | | | | | | 2.500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 100 | 2.500.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 2.500.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 2.500.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 103

**ÓRGÃO: 51000 Ministério do Esporte**
**UNIDADE: 51101 Ministério do Esporte**

ANEXO II
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2035 | Esporte e Grandes Eventos Esportivos | | | | | | | 24.173.868 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 27811 | 2035 09HW | Concessão de Bolsa a Atletas | | | | | | | 9.744.626 |
| 27811 | 2035 09HW 0001 | Concessão de Bolsa a Atletas - Nacional | | | | | | | 9.744.626 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 3.796.786 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.947.840 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 27811 | 2035 20JO | Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor | | | | | | | 3.149.715 |
| 27811 | 2035 20JO 0001 | Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor - Nacional | | | | | | | 3.149.715 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 118 | 3.101.842 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 47.873 |
| 27812 | 2035 20JQ | Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social | | | | | | | 4.320.005 |
| 27812 | 2035 20JQ 0001 | Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social - Nacional | | | | | | | 4.320.005 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 118 | 2.233.828 |
| | | | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 118 | 2.086.177 |
| 27811 | 2035 20YA | Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento | | | | | | | 756.308 |
| 27811 | 2035 20YA 0001 | Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento - Nacional | | | | | | | 756.308 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 118 | 70.574 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 393.151 |
| | | | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 100 | 160.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 118 | 132.583 |
| 27811 | 2035 211Z | Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem | | | | | | | 6.203.214 |
| 27811 | 2035 211Z 0001 | Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem - Nacional | | | | | | | 6.203.214 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 3.147.859 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 1.482.227 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.573.128 |
| | 2123 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte | | | | | | | 394.824 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 27122 | 2123 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 394.824 |
| 27122 | 2123 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 394.824 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 394.824 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 24.568.692 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 24.568.692 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 104

**ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52101 Ministério da Defesa**

ANEXO II
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2108 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 130.626 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 2108 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 130.626 |
| 05 122 | 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 130.626 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 130.626 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 130.626 |
| | | **TOTAL - GERAL** | | | | | | | **130.626** |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 105

**ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52121 Comando do Exército**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2058 | | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 115.370.836 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05153 | 2058 20XE | Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército | | | | | | | 15.350.160 |
| 05153 | 2058 20XE 0001 | Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército - Nacional | | | | | | | 15.350.160 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.694.440 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 10.655.720 |
| 05153 | 2058 20XJ | Desenvolvimento Tecnológico do Exército | | | | | | | 7.273.370 |
| 05153 | 2058 20XJ 0001 | Desenvolvimento Tecnológico do Exército - Nacional | | | | | | | 7.273.370 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 7.273.370 |
| 05153 | 2058 20XK | Logística Militar Terrestre | | | | | | | 59.481.506 |
| 05153 | 2058 20XK 0001 | Logística Militar Terrestre - Nacional | | | | | | | 59.481.506 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 26.516.506 |
| | | | F | 3 | 2 | 91 | 0 | 100 | 16.800.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 16.165.000 |
| 05153 | 2058 2911 | Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército | | | | | | | 5.905.800 |
| 05153 | 2058 2911 0001 | Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército - Nacional | | | | | | | 5.905.800 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.395.800 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.510.000 |
| 05125 | 2058 2919 | Registro e Fiscalização de Produtos Controlados | | | | | | | 4.060.000 |
| 05125 | 2058 2919 0001 | Registro e Fiscalização de Produtos Controlados - Nacional | | | | | | | 4.060.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.060.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 05153 | 2058 156M | Modernização Operacional do Exército Brasileiro | | | | | | | 11.200.000 |
| 05153 | 2058 156M 0001 | Modernização Operacional do Exército Brasileiro - Nacional | | | | | | | 11.200.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 11.200.000 |
| 05153 | 2058 3138 | Implantação do Sistema de Aviação do Exército | | | | | | | 12.100.000 |
| 05153 | 2058 3138 0001 | Implantação do Sistema de Aviação do Exército - Nacional | | | | | | | 12.100.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 12.100.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 115.370.836 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 115.370.836 |

CONGRESSO NACIONAL
Fls. 106
C M O

**ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52131 Comando da Marinha**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 123.467.308 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 05 152 | 2058 123G — Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares | | | | | | | 123.467.308 |
| 05 152 | 2058 123G 0001 — Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares - Nacional | | | | | | | 123.467.308 |
| | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 123.467.308 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 123.467.308 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 123.467.308 |

**ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53101 Ministério da Integração Nacional**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2051 | Oferta de Água | | | | | | | 38.500.000 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 18 544 | 2051 12G7 — Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba | | | | | | | 38.500.000 |
| 18 544 | 2051 12G7 0025 — Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba - No Estado da Paraíba | | | | | | | 38.500.000 |
| | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 38.500.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 38.500.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 38.500.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 107

**ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**
**UNIDADE: 55101 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2019 | Bolsa Família | | | | | | | 200.000.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 08 244 | 2019 8442 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) | | | | | | | 200.000.000 |
| 08 244 | 2019 8442 0020 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Nordeste | | | | | | | 23.800.800 |
| | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 153 | 23.800.800 |
| 08 244 | 2019 8442 0030 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sudeste | | | | | | | 36.538.800 |
| | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 153 | 36.538.800 |
| 08 244 | 2019 8442 0040 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sul | | | | | | | 89.550.200 |
| | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 153 | 89.550.200 |
| 08 244 | 2019 8442 0050 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Centro-Oeste | | | | | | | 50.110.200 |
| | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 153 | 50.110.200 |
| | TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | 200.000.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 200.000.000 |

**ÓRGÃO: 56000 Ministério das Cidades**
**UNIDADE: 56101 Ministério das Cidades**

ANEXO II — CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2049 | Moradia Digna | | | | | | | 720.000.000 |
| | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 845 | 2049 00AF Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR | | | | | | | 720.000.000 |
| 28 845 | 2049 00AF 0001 Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR - Nacional | | | | | | | 720.000.000 |
| | | F | 5 | 3 | 90 | 0 | 100 | 720.000.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 720.000.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 720.000.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 108

ANEXO III
PROGRAMA DE TRABALHO

Crédito Extraordinário
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26- Transporte | 23.110.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 781- Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | 21.110.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26- Transporte | 23.110.000 |
| 781- Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | 21.110.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| 2017- Aviação Civil | 2.000.000 |
| 2074- Transporte Marítimo | 21.110.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO**

| | |
|---|---|
| 62000- Secretaria de Aviação Civil | 2.000.000 |
| 68000- Secretaria de Portos | 21.110.000 |

CONGRESSO NACIONAL
CMO
Fls. 109

| | |
|---|---|
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

| | |
|---|---|
| 495- Recursos do Orçamento de Investimento | 23.110.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil

Crédito Extraordinário

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

| | |
|---|---|
| 781 - Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 2.000.000 |
| 781- Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

| | |
|---|---|
| 2017 - Aviação Civil | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

| QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS | |
|---|---|
| 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

| QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil
UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
ANEXO III — Crédito Extraordinário
PROGRAMA DE TRABALHO — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

| QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO | |
|---|---|
| 781 - Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

| QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 2.000.000 |
| 781- Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls.

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| **2017 - Aviação Civil** | **2.000.000** |
| **TOTAL GERAL** | **2.000.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| **495 - Recursos do Orçamento de Investimento** | **2.000.000** |
| **TOTAL GERAL** | **2.000.000** |

**ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil**
**UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO**
**ANEXO III** **Crédito Extraordinário**
**PROGRAMA DE TRABALHO** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2017** | **Aviação Civil** | | | | | | | **2.000.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 781** | **2017 7H34** | **Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP)** | | | | | | | **2.000.000** |
| 26 781 | 2017 7H34 0035 | Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP) - No Estado de São Paulo | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | I | 4-INV | 3 | 90 | 0 | 495 | 2.000.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | **2.000.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**
**ANEXO III** **Crédito Extraordinário**
**PROGRAMA DE TRABALHO** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **21.110.000** |
| **TOTAL GERAL** | **21.110.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 784 - Transporte Hidroviário | 21.110.000 |
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 21.110.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | 21.110.000 |
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| 2074 - Transporte Marítimo | 21.110.000 |
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS**

| | |
|---|---|
| 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA | 250.000 |
| 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA | 3.460.000 |
| 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP | 17.000.000 |
| 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN | 400.000 |
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 21.110.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 114

| | |
|---|---|
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA
ANEXO III — Crédito Extraordinário
PROGRAMA DE TRABALHO — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

| | |
|---|---|
| 784 - Transporte Hidroviário | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 250.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

| | |
|---|---|
| 2074 - Transporte Marítimo | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

| | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

CONGRESSO NACIONAL COMOD Fls. 15

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**
**UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA**
**ANEXO III** **Crédito Extraordinário**
**PROGRAMA DE TRABALHO** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **250.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 14KL** | **Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária** | | | | | | | **250.000** |
| 26 784 | 2074 14KL 0032 | Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 250.000 |
| | | Implantação realizada (percentual de execução física): 1 | I | 4-INV | 3 | 90 | 0 | 495 | 250.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | **250.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**
**UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA**
**ANEXO III** **Crédito Extraordinário**
**PROGRAMA DE TRABALHO** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **3.460.000** |
| **TOTAL GERAL** | **3.460.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **784 - Transporte Hidroviário** | **3.460.000** |
| **TOTAL GERAL** | **3.460.000** |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 116

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **3.460.000** |
| **784- Transporte Hidroviário** | **3.460.000** |
| **TOTAL GERAL** | **3.460.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| **2074 - Transporte Marítimo** | **3.460.000** |
| **TOTAL GERAL** | **3.460.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| **495 - Recursos do Orçamento de Investimento** | **3.460.000** |
| **TOTAL GERAL** | **3.460.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA**

**ANEXO III** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **3.460.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 12LL** | **Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Salvador (BA)** | | | | | | | **3.400.000** |
| 26 784 | 2074 12LL 0029 | Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Salvador (BA) - No Estado da Bahia | | | | | | | 3.400.000 |
| | | | I | 4-INV | 3 | 90 | 0 | 495 | 3.400.000 |
| **26 784** | **2074 143J** | **Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Aratu (BA)** | | | | | | | **60.000** |
| 26 784 | 2074 143J 0029 | Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de | | | | | | | 60.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 117

Aratu (BA) - No Estado da Bahia

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | I | 4-INV | 2 | 90 | 0 | 495 | 60.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | **3.460.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**
**UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**
**ANEXO III** **Crédito Extraordinário**
**PROGRAMA DE TRABALHO** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **17.000.000** |
| **TOTAL GERAL** | **17.000.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **784 - Transporte Hidroviário** | **17.000.000** |
| **TOTAL GERAL** | **17.000.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **17.000.000** |
| **784- Transporte Hidroviário** | **17.000.000** |
| **TOTAL GERAL** | **17.000.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| **2074 - Transporte Marítimo** | **17.000.000** |
| **TOTAL GERAL** | **17.000.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| **495 - Recursos do Orçamento de Investimento** | **17.000.000** |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | **TOTAL GERAL** | **17.000.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**
**UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**
**ANEXO III** **Crédito Extraordinário**
**PROGRAMA DE TRABALHO** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **17.000.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 12LR** | **Adequação do Cais para Terminal de Passageiros, no Porto de Santos (SP)** | | | | | | | **17.000.000** |
| 26 784 | 2074 12LR 0035 | Adequação do Cais para Terminal de Passageiros, no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo | | | | | | | 17.000.000 |
| | | Obra executada (percentual de execução física): 5 | I | 4-INV | 3 | 90 | 0 | 495 | 17.000.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | **17.000.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**
**UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN**
**ANEXO III** **Crédito Extraordinário**
**PROGRAMA DE TRABALHO** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | | |
|---|---|---|
| **26 - Transporte** | | **400.000** |
| | **TOTAL GERAL** | **400.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | | |
|---|---|---|
| **784 - Transporte Hidroviário** | | **400.000** |
| | **TOTAL GERAL** | **400.000** |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 119

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 400.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | 400.000 |
| TOTAL GERAL | 400.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| 2074 - Transporte Marítimo | 400.000 |
| TOTAL GERAL | 400.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 400.000 |
| TOTAL GERAL | 400.000 |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN**

**ANEXO III** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **400.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 20HM** | **Estudos para o Planejamento do Setor Portuário** | | | | | | | **200.000** |
| 26 784 | 2074 20HM 0001 | Estudos para o Planejamento do Setor Portuário - Nacional | | | | | | | 200.000 |
| | | Estudo realizado (unidade): 2 | I | 4-INV | 2 | 90 | 0 | 495 | 200.000 |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 12LP** | **Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Natal (RN)** | | | | | | | **200.000** |
| 26 784 | 2074 12LP 0024 | Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no | | | | | | | 200.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 120

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Porto de Natal (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | |
| Obra executada (percentual de execução física): 3 | I | 4-INV | 3 | 90 | 0 | 495 | 200.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | **400.000** |

**ANEXO IV** — **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26- Transporte | 23.110.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 122- Administração Geral | 60.000 |
| 781- Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | 21.050.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26- Transporte | 23.110.000 |
| 122- Administração Geral | 60.000 |
| 781- Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | 21.050.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| 0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais | 60.000 |
| 2017- Aviação Civil | 2.000.000 |
| 2074- Transporte Marítimo | 21.050.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

| QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO | |
|---|---|
| 62000- Secretaria de Aviação Civil | 2.000.000 |
| 68000- Secretaria de Portos | 21.110.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

| QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS | |
|---|---|
| 495- Recursos do Orçamento de Investimento | 23.110.000 |
| TOTAL GERAL | 23.110.000 |

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil

ANEXO IV — Crédito Extraordinário

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

| QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO | |
|---|---|
| 781 - Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

| QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 2.000.000 |
| 781- Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 122

| QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA | |
|---|---|
| 2017 - Aviação Civil | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

| QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS | |
|---|---|
| 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

| QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 2.000.000 |
| TOTAL GERAL | 2.000.000 |

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil

UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO

ANEXO IV — Crédito Extraordinário

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 2.000.000 |

| | |
|---|---|
| **TOTAL GERAL** | **2.000.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 781 - Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| **TOTAL GERAL** | **2.000.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 2.000.000 |
| 781- Transporte Aéreo | 2.000.000 |
| **TOTAL GERAL** | **2.000.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| 2017 - Aviação Civil | 2.000.000 |
| **TOTAL GERAL** | **2.000.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 2.000.000 |
| **TOTAL GERAL** | **2.000.000** |

**ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil**

**UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO**

**ANEXO IV** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2017 | Aviação Civil | | | | | | | 2.000.000 |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 124

**PROJETOS**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **26 781** | **2017 157L** | **Adequação da Infraestrutura Aeroportuária** | | | | | | | **2.000.000** |
| 26 781 | 2017 157L 0001 | Adequação da Infraestrutura Aeroportuária - Nacional | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | I | 4-INV | 3 | 90 | 0 | 495 | 2.000.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | **2.000.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**ANEXO IV** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **21.110.000** |
| **TOTAL GERAL** | **21.110.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **122 - Administração Geral** | **60.000** |
| **784 - Transporte Hidroviário** | **21.050.000** |
| **TOTAL GERAL** | **21.110.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **21.110.000** |
| **122- Administração Geral** | **60.000** |
| **784- Transporte Hidroviário** | **21.050.000** |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 125

| | |
|---|---|
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| 0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais | 60.000 |
| 2074 - Transporte Marítimo | 21.050.000 |
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS**

| | |
|---|---|
| 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA | 250.000 |
| 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA | 3.460.000 |
| 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP | 17.000.000 |
| 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN | 400.000 |
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 21.110.000 |
| TOTAL GERAL | 21.110.000 |

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 126

ANEXO IV

Crédito Extraordinário

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 784 - Transporte Hidroviário | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 250.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| 2074 - Transporte Marítimo | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 250.000 |
| TOTAL GERAL | 250.000 |

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

**ANEXO IV** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **250.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 143F** | **Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Vitória (ES)** | | | | | | | **250.000** |
| 26 784 | 2074 143F 0032 | Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Vitória (ES) - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 250.000 |
| | | Obra executada (percentual de execução física): 1 | I | 4-INV | 2 | 90 | 0 | 495 | 250.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | **250.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA**

**ANEXO IV** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **3.460.000** |
| **TOTAL GERAL** | **3.460.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **122 - Administração Geral** | **60.000** |

CONGRESSO NACIONAL
Fls. 128
CMO

| | |
|---|---|
| 784 - Transporte Hidroviário | 3.400.000 |
| TOTAL GERAL | 3.460.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 3.460.000 |
| 122- Administração Geral | 60.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | 3.400.000 |
| TOTAL GERAL | 3.460.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| 0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais | 60.000 |
| 2074 - Transporte Marítimo | 3.400.000 |
| TOTAL GERAL | 3.460.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 3.460.000 |
| TOTAL GERAL | 3.460.000 |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA**

**ANEXO IV** — **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0807 | Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais | | | | | | | 60.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |

CONGRESSO NACIONAL COMOD Fls. 126

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **26 122** | **0807 4102** | **Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos** | | | | | | | **60.000** |
| 26 122 | 0807 4102 0029 | Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado da Bahia | | | | | | | 60.000 |
| | | | I | 4-INV | 2 | 90 | 0 | 495 | 60.000 |
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **3.400.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 143L** | **Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Aratu (BA)** | | | | | | | **1.000.000** |
| 26 784 | 2074 143L 0029 | Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Aratu (BA) - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | I | 4-INV | 2 | 90 | 0 | 495 | 1.000.000 |
| **26 784** | **2074 143Q** | **Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Aratu (BA)** | | | | | | | **2.400.000** |
| 26 784 | 2074 143Q 0029 | Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Aratu (BA) - No Estado da Bahia | | | | | | | 2.400.000 |
| | | | I | 4-INV | 2 | 90 | 0 | 495 | 2.400.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | **3.460.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**

**ANEXO IV** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

CONGRESSO NACIONAL
CMO
Fls. 130

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 17.000.000 |
| TOTAL GERAL | 17.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 784 - Transporte Hidroviário | 17.000.000 |
| TOTAL GERAL | 17.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| 26 - Transporte | 17.000.000 |
| 784- Transporte Hidroviário | 17.000.000 |
| TOTAL GERAL | 17.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| 2074 - Transporte Marítimo | 17.000.000 |
| TOTAL GERAL | 17.000.000 |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| 495 - Recursos do Orçamento de Investimento | 17.000.000 |
| TOTAL GERAL | 17.000.000 |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**

**ANEXO IV** — **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 131

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **17.000.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 12NJ** | **Reforço do Píer de Acostagem no Terminal da Alamoa, no Porto de Santos (SP)** | | | | | | | **5.000.000** |
| 26 784 | 2074 12NJ 0035 | Reforço do Píer de Acostagem no Terminal da Alamoa, no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo | | | | | | | 5.000.000 |
| | | Obra executada (percentual de execução física): 3 | I | 4-INV | 3 | 90 | 0 | 495 | 5.000.000 |
| **26 784** | **2074 12NK** | **Reforço dos Berços de Atracação da Ilha de Barnabé, no Porto de Santos (SP)** | | | | | | | **12.000.000** |
| 26 784 | 2074 12NK 0035 | Reforço dos Berços de Atracação da Ilha de Barnabé, no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo | | | | | | | 12.000.000 |
| | | Obra executada (percentual de execução física): 21 | I | 4-INV | 3 | 90 | 0 | 495 | 12.000.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | **17.000.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN**

**ANEXO IV** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **400.000** |
| **TOTAL GERAL** | **400.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **784 - Transporte Hidroviário** | **400.000** |

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 132

| | |
|---|---|
| **TOTAL GERAL** | **400.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

| | |
|---|---|
| **26 - Transporte** | **400.000** |
| **784- Transporte Hidroviário** | **400.000** |
| **TOTAL GERAL** | **400.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

| | |
|---|---|
| **2074 - Transporte Marítimo** | **400.000** |
| **TOTAL GERAL** | **400.000** |

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

| | |
|---|---|
| **495 - Recursos do Orçamento de Investimento** | **400.000** |
| **TOTAL GERAL** | **400.000** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN**

**ANEXO IV** **Crédito Extraordinário**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **400.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 145H** | **Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Natal (RN)** | | | | | | | **400.000** |
| 26 784 | 2074 145H 0024 | Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no | | | | | | | 400.000 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Porto de Natal (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | | |
| Obra executada (percentual de execução física): 1 | I | 4-INV | 2 | 90 | 0 | 495 | | 400.000 |
| **TOTAL – INVESTIMENTOS** | | | | | | | | **400.000** |

# CONGRESSO NACIONAL

## PARECER Nº 6, DE 2016-CN

## (MEDIDA PROVISÓRIA Nº 710, DE 2016)

**Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre a Medida Provisória (MPV) nº 710, de 4 de janeiro de 2016**, que "*Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Cultura, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, no valor de R$ 1.472.650.000,00, para os fins que especifica.*".

**Relator:** Senador Elmano Férrer

**DOCUMENTOS:**

- RELATÓRIO
- CONCLUSÃO

# PARECER Nº 6, DE 2016-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, sobre a Medida Provisória nº 710, de 4 de janeiro de 2016, que "*Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Cultura, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, no valor de R$ 1.472.650.000,00, para os fins que especifica*".

Autor: **Poder Executivo**
Relator: **Senador ELMANO FÉRRER**

## 1 Relatório

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adota e submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 1, de 2016 – CN (Aviso nº 1/2016, na origem), a Medida Provisória nº 710, de 4 de janeiro de 2016, que "abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Cultura, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, no valor de R$ 1.472.650.000,00, para os fins que especifica".

O art. 167, §3º da Constituição Federal de 1988 estabelece que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

O art. 62 da Constituição Federal dispõe que em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

A MPV 710, de 4 de janeiro de 2016, tem a finalidade de abrir crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Cultura, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, no valor de R$ 1.472.650.000,00, para os fins que especifica.

Página: 1/8 24/02/2016 17:03:51
02eea37cf109ab2bfa348720688c02d1f41adf38

**CONGRESSO NACIONAL**
**SENADO FEDERAL**

A referida medida provisória acrescentou os seguintes programas de trabalho, totalizando o montante de R$ 1.472.650.000,00:

Ministério da Justiça

06.183.2081.7U23.6501 – R$ 300.000.000,00

Ministério da Cultura

13.392.2027.2161.6501 – R$ 85.000.000,00

Ministério da Defesa

05.153.2058.14SY.6500 – R$ 95.500.000,00

Ministério da Integração Nacional

06.182.2040.22BO.6503 – R$ 382.000.000,00

Ministério do Turismo

23.695.2076.20Y3.6500 – R$ 10.000.000,00

Encargos Financeiros da União

28.846.0913.00OP.6500 – R$ 600.150.000,00

À medida provisória foram apresentadas 10 emendas, no prazo regimental, conforme Anexo I ao presente documento.

É o relatório.

## 2 Voto do Relator

A teor do art. 5º, caput, da Res. nº 01, de 2002 – CN, a manifestação desta Casa deve realçar os aspectos de constitucionalidade, inclusive os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da obrigatoriedade de encaminhamento de documento expondo a motivação da medida provisória.

SF/16904.64009-15
Página: 2/8 24/02/2016 17:03:51
02eea37cf109ab2bfa348720688c02d1f41adf38

**CONGRESSO NACIONAL**
**SENADO FEDERAL**

### 2.1 Dos Aspectos de Constitucionalidade e Pressupostos de Relevância e Urgência

Em relação ao critério de relevância, previsto no art. 62 da Constituição Federal, ao critério de imprevisibilidade, previsto no art. 167, §3º da Constituição Federal e ao critério de urgência, previsto tanto no art. 62 quanto no art. 167 da Constituição Federal, temos que, com respeito:

- Ao Ministério da Justiça, o referido crédito possibilitará a aquisição de equipamentos de proteção individual para atuação da Força Nacional de Segurança Pública, a implantação de soluções de informática, de verificação de pessoas e de vídeo-monitoramento para a segurança nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, bem como a contratação de serviços e a aquisição de equipamentos voltados ao suporte operacional à atuação das Forças Policiais no referido evento. Verifica-se a evidente relevância, tendo em vista a magnitude que são os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. A urgência se justifica pela proximidade dos jogos. Contudo, a ciência do Rio de Janeiro como sede dos referidos jogos existe desde 2009, o que não justifica a caracterização como despesas imprevisíveis, o que impediria a utilização de medida provisória para abrir os referidos créditos extraordinários.

- Ao Ministério da Cultura, o crédito permitirá a realização de atividades culturais com grupos artísticos nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. O objetivo é organizar ações que constituam uma plataforma inovadora de visibilidade cultural das cidades por onde passará a tocha olímpica e, sobretudo, do Rio de Janeiro. Resta assente a importância cultural dessas atividades, tendo em vista a visibilidade global proporcionada por este evento. A urgência se justifica pela proximidade dos jogos. Como, incialmente, essas despesas deveriam ser realizadas pela prefeitura do Rio de Janeiro, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e pelo Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, e só no segundo semestre de 2015 foram assumidas parcialmente pelo Governo Federal, entende-se caracterizada a imprevisibilidade, requisito autorizativo para abertura de crédito extraordinário.

- Ao Ministério da Defesa, o presente crédito viabilizará a realização de ações visando manter a garantia da lei e da ordem na defesa do território e do patrimônio nacionais durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, por intermédio de iniciativas de Comando e Controle, Defesa Nacional, Policiamen-

SF/16904.64009-15
Página: 3/8 24/02/2016 17:03:51
02eea37cf109ab2bfa3487206688c02d1f41adf38

**CONGRESSO NACIONAL**
**SENADO FEDERAL**

Ostensivo, Prevenção de Incidentes e ao Terrorismo, e Segurança, Vigilância e Controle de Acesso. Percebe-se aqui uma nítida relevância, tendo em vista o atual panorama do terrorismo mundial. A urgência se justifica pela proximidade dos jogos. Porém, a ciência do Rio de Janeiro como sede dos referidos jogos existe desde 2009, o que não justifica a caracterização como despesas imprevisíveis, o que impediria a utilização de medida provisória para abrir os referidos créditos extraordinários.

- Ao Ministério da Integração Nacional, o crédito permitirá o atendimento às populações vítimas de desastres naturais, notadamente nos casos reconhecidos pelo Governo Federal como situação de emergência ou estado de calamidade pública, tendo por consequência os riscos a que a população está exposta. Nesse sentido, serão alocados recursos para intervenções de resposta a desastres, tais como as seguintes: a) disponibilização de cestas básicas, kits para higiene e limpeza, colchões e outros itens para socorro e assistência; e b) promoção do abastecimento de água para consumo, mediante distribuição de água em carros-pipa pelo Governo Federal. A relevância dessa finalidade é evidente, uma vez que são conhecidas as consequências que os desastres naturais vêm proporcionando às vítimas. Em relação à urgência, não vislumbramos sua caracterização, uma vez que se trata de medida preventiva, podendo se adequar aos trâmites legislativos normais. Também não se caracteriza como despesas imprevisíveis, uma vez que os desastres naturais no Brasil são recorrentes, sendo de notório conhecimento a ocorrência deles todos os anos, o que também não justifica a abertura desses créditos por meio de medida provisória.

- Ao Ministério do Turismo, a medida viabilizará ações de logística no projeto de revezamento da tocha olímpica, percorrendo cerca de 300 cidades até chegar ao Rio de Janeiro no dia da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016, aproximando a população brasileira dos jogos e, portanto, promovendo o turismo nos destinos percorridos pela tocha. Aqui, também evidente a relevância, tendo em vista a visibilidade que o caminho percorrido pela tocha olímpica possui. A urgência se justifica pela proximidade dos jogos. Porém, a ciência do Rio de Janeiro como sede dos referidos jogos existe desde 2009, o que não justifica a caracterização como despesas imprevisíveis, o que impediria a utilização de medida provisória para abrir os referidos créditos extraordinários.

SF/16904.64009-15
Página: 4/8 24/02/2016 17:03:51
02eea37cf109ab2bfa348720688c02d1f41adf38

**CONGRESSO NACIONAL**
**SENADO FEDERAL**

- Aos Encargos Financeiros da União, o crédito permitirá o atendimento de despesas com a integralização de cotas da primeira parcela da constituição do Novo Banco de Desenvolvimento – NBD, cujo acordo foi aprovado por meio do Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015. A relevância dessa medida também se justifica, tendo em vista o objetivo de cumprir acordo internacional. Também podemos observar o critério da urgência, uma vez que o vencimento da primeira parcela de integralização de cotas venceu dia 03/01/2016, e o não pagamento pode acarretar a perda do poder de voto do Brasil no Conselho de Diretores do NBD. Porém, percebe-se que o referido acordo foi celebrado em 15 de julho de 2014, e o Decreto Legislativo que aprovou o acordo foi publicado em 3 de junho de 2015, o que possibilitaria que essa dotação estivesse no próprio projeto de lei orçamentária anual para 2016, não se caracterizando como despesas imprevisíveis, não justificando sua abertura por meio de crédito extraordinário.

SF/16904.64009-15

Página: 5/8 24/02/2016 17:03:51

02eea37cf109ab2bfa348720688c02d1f41adf38

**2.2 Da Adequação Financeira e Orçamentária**

A Resolução nº 1, de 2002 – CN, que *"dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências"*, estabelece, em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade orçamentária e financeira das MPs *"abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União".*

É pertinente notar que, constitucionalmente, a adoção de medidas provisórias deve ter lugar apenas para atender a situações urgentes e relevantes que não possam ser prontamente atendidas pela via legislativa ordinária. Esse aspecto, entretanto, não comporta discussão nesta oportunidade, haja vista que o escopo da Nota Técnica é tão somente aferir a conformação dos termos da Medida Provisória às disposições constitucionais e legais que tratam das matérias orçamentárias e financeiras.

Na análise da Medida Provisória nº 710 não se vislumbra contrariedade às normas orçamentárias e financeiras vigentes, quais sejam: Lei nº 4.320/1964; Lei d

**CONGRESSO NACIONAL**
**SENADO FEDERAL**

Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e Lei Orçamentária Anual em vigor.

Convém registrar que a Constituição Federal, conforme depreende-se do disposto no inciso V do art. 167, não exige a indicação da origem dos recursos quando da abertura de crédito extraordinário.

Os recursos que suportam a abertura do crédito estão classificados como Despesas Primárias Discricionárias (RP 2) e, portanto, elevam as despesas primárias para o corrente exercício em R$ 1.472.650.000,00. As necessárias compensações deverão, portanto, ser consideradas no processo de contingenciamento, de modo a garantir as metas fiscais fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o corrente exercício (Lei nº 13.242, de 30/12/2015).

**2.3 Do Mérito**

No mérito, nota-se que o crédito extraordinário destina recursos para o atendimento de despesas relevantes. A urgência e a imprevisibilidade não estão caracterizadas para todas as necessidades, conforme explicado no item 2.1 deste relatório.

**2.4 Do Cumprimento do § 1º do art. 2º da Res. nº 01, de 2002**

A Exposição de Motivos nº 244/2015, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a Mensagem, contém as informações necessárias para o entendimento das razões que motivaram a edição da medida provisória.

**2.5 Das Emendas**

Com relação às 10 (dez) emendas apresentadas, em que pese o indiscutível mérito das propostas oferecidas pelos nobres parlamentares, tivemos que indicar para inadmissão 7 (sete) delas, conforme consta no Anexo I.

As Emendas 00001, 00002, 00003, 00004, 00005, 00009 e 00010 solicitam o remanejamento de dotações constantes do crédito para novas programações. De acordo com o art. 111 da Resolução nº 1/2006-CN, porém, às medidas provisórias de crédito extraordinário "somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente."

SF/16904.64009-15
Página: 6/8 24/02/2016 17:03:51
02eea37cf109ab2bfa3487206688c02d1f41adf38

**CONGRESSO NACIONAL**
**SENADO FEDERAL**

Além disso, optamos por rejeitar as emendas de números 00006, 00007 e 00008, por entender que seu atendimento prejudicaria a execução de relevantes ações orçamentárias relacionadas no Anexo do crédito extraordinário aberto.

SF/16904.64009-15

**2.6 Conclusão**

Diante de todas as razões expostas, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 710, de 4 de janeiro de 2016, atende parcialmente aos preceitos constitucionais que devem orientar sua adoção, e, no mérito, pela sua relevância, somos por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo e aprovados pela Câmara dos Deputados, tendo-se por inadmitidas as emendas nºs 00001 a 00005, 00009 e 00010, e rejeitada as emendas nº 00006, 00007 e 00008.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Senador Revisor **ELMANO FÉRRER**
Relator

Página: 7/8 24/02/2016 17:03:51

02eea37cf109ab2bfa3487206688c02d1f41adf38

# CONGRESSO NACIONAL
## SENADO FEDERAL

**Anexo I**
**(Ao Parecer nº , de 2016)**

Medida Provisória nº 710, de 2015 – Demonstrativo de que trata o art. 70, inciso III, alínea c, da Res nº 1, de 2006 – CN, combinado com o art. 46, parágrafo único, do Regulamento Interno da CMO.

| Emenda | Autor | Resumo | Parecer |
|---|---|---|---|
| 0001 | Dep. Helio José | Aloca recursos referentes a promoção da cultura brasileira nos jogos olímpicos e paraolímpicos Rio 2016 no Distrito Federal. | Inadmitida, por contrariar o art. 111 da Res. nº 01, de 2006 — CN. |
| 0002 | Sen. Rose de Freitas | Destina recursos para a compra de Roupas Típicas e Instrumento Musicais para preservação da cultura Pomerana/Aiemã, bem como a cultura Brasileira em Município no Estado do Espírito Santo. | Inadmitida, por contrariar o art. 111 da Res. nº 01, de 2006 — CN. |
| 0003 | Sen. Rose de Freitas | Visa atender os municípios em situação de emergência/calamidade pública, atingidos por seca ou enchentes bem como os municípios atingidos com a Lama da Barragem de Mariana/MG. | Inadmitida, por contrariar o art. 111 da Res. nº 01, de 2006 — CN. |
| 0004 | Sen. Rose de Freitas | Visa incluir recursos para apoiar junto aos municípios da Região da Grande Vitória, a elaboração e implementação de projetos multisetoriais de prevenção, com objetivo de enfrentar a violência, a criminalidade e a discriminação de credo, etária, gênero, raça e orientação sexual, bem como promover os espaços de convivência pacífica por meio de profissionais de segurança pública, com a sociedade civil organizada, lideranças comunitárias e comunidade, de forma geral, com enfoque especial em crianças, adolescentes e jovens, na participação e gestão da segurança pública. | Inadmitida, por contrariar o art. 111 da Res. nº 01, de 2006 — CN. |
| 0005 | Sen. Rose de Freitas | Visa atender os municípios em situação de emergência/calamidade pública, atingidos por seca ou enchentes bem como o municípios atingidos com a Lama da Barragem de Mariana/MG.. | Inadmitida, por contrariar o art. 111 da Res. nº 01, de 2006 — CN. |
| 0009 | Dep. Ademir Camilo | Garantir, a municípios localizados no Estado de Minas Gerais, o atendimento às populações vítimas de desastres naturais, notadamente nos casos reconhecidos pelo Governo Federal como situação de emergência ou estado de calamidade pública, tendo por consequência os riscos a que a população está exposta. | Inadmitida, por contrariar o art. 111 da Res. nº 01, de 2006 — CN. |
| 0010 | Dep. Ademir Camilo | Garantir a construção do aeroporto de Teófilo Otoni/MG, devido à importância comercial e turística do Município. | Inadmitida, por contrariar o art. 111 da Res. nº 01, de 2006 — CN. |

SF/16904.64009-15
Página: 8/8 24/02/2016 17:03:51
02eea37cf109ab2bfa3487206688c02d1f41adf38

**CONGRESSO NACIONAL**
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

# C O N C L U S Ã O

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Terceira Reunião Extraordinária, realizada em 16 de março de 2016, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Senador ELMANO FÉRRER, nos termos da **Medida Provisória nº 710/2016-CN**. Quanto às 10 (dez) emendas apresentadas, **DECLARADAS INADMITIDAS** as de nº's 1 a 5, 9 e 10, e, **REJEITADAS** as demais**.**

Compareceram os Senhores Senadores Rose de Freitas, Presidente, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Elmano Férrer, Gleisi Hoffmann, Hélio José, Lídice da Mata, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Roberto Rocha, e Valdir Raupp; e os Senhores Deputados Jaime Martins, Primeiro Vice-Presidente, Giuseppe Vecci, Segundo Vice-Presidente, Átila Lins, Cacá Leão, Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Danilo Forte, Domingos Sávio, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Evair de Melo, Flávia Morais, Genecias Noronha, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Izalci, João Arruda, João Carlos Bacelar, João Fernando Coutinho, Jorge Solla, José Airton Cirilo, José Nunes, José Rocha, Julio Lopes, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Busato, Mauro Lopes, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Samuel Moreira, Valtenir Pereira, Vitor Valim, Wadson Ribeiro, Washington Reis, Wellington Roberto e Zé Geraldo.

Sala de Reuniões, em 16 de março de 2016.

Senadora ROSE DE FREITAS
Presidente

Senador ELMANO FÉRRER
Relator

## Requerimentos de licença

### Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 12

| Requerimento | Parlamentar | Fundamentação Legal | Período | Finalidade |
|---|---|---|---|---|
| RQM nº 74/2016 | Omar Aziz | RISF Art. 13 | De 15/03/2016 a 17/03/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 75/2016 | Valdir Raupp | RISF Art. 13 | 15/03/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 76/2016 | Vicentinho Alves | RISF Art. 13 | De 15/03/2016 a 17/03/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 77/2016 | Douglas Cintra | RISF Art. 13 | 16/02/2016 e 18/02/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 78/2016 | Zeze Perrella | RISF Art. 13 | 25/02/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 79/2016 | Telmário Mota | RISF Art. 13 | 15/03/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 80/2016 | Dário Berger | RISF Art. 43, I | De 14/03/2016 a 18/03/2016 | Licença saúde. |
| RQM nº 81/2016 | Paulo Paim | RISF Art. 13 | 17/03/2016, 22/03/2016 e 23/03/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 82/2016 | Aloysio Nunes Ferreira | RISF Art. 43, I | De 17/03/2016 a 27/03/2016 | Licença saúde. |
| RQM nº 83/2016 | Romero Jucá | RISF Art. 13 | 17/03/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 84/2016 | Douglas Cintra | RISF Art. 13 | 17/03/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 85/2016 | Blairo Maggi | RISF Art. 13 | 22/03/2016 e 23/03/2016 | Atividade parlamentar. |

## RETIFICAÇÕES

## DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Nº 23, DE 9 DE MARÇO DE 2016

No item 1.1.3.2 do Sumário, *onde se lê*:

**1.1.3.2 – Item extrapauta**

Projeto de Resolução nº 9/2016 (apresentando como conclusão do Parecer nº 145/2016, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Acre e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre -PRO SER"*. **Aprovado**

Leia-se:

**1.1.3.2 – Item extrapauta**

Projeto de Resolução nº 9/2016 (apresentado como conclusão do Parecer nº 145/2016, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Acre e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre -PRO SER"*. **Aprovado**

---

À página 7, para correção dos nomes dos Senadores que presidiram a sessão, *onde se lê*:

Elmano Férrer e Raimundo Lira e da Srª Rose de Freitas *Presidências dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, Elmano Férrer e Raimundo Lira e da Srª Rose de Freitas.*

*Leia-se:*

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, Elmano Férrer e Raimundo Lira e da Srª Rose de Freitas.*

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

## (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PSB** - Lídice da Mata*
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro*
**Bloco-PSD** - Otto Alencar**

### Rio de Janeiro

**Bloco-PT** - Lindbergh Farias*
**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella*
**Bloco-PSB** - Romário**

### Maranhão

**PMDB** - Edison Lobão*
**PMDB** - João Alberto Souza*
**Bloco-PSB** - Roberto Rocha**

### Pará

**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro*
**PMDB** - Jader Barbalho*
**Bloco-PT** - Paulo Rocha**

### Pernambuco

**Bloco-PTB** - Douglas Cintra* (S)
**Bloco-PT** - Humberto Costa*
**Bloco-PSB** - Fernando Bezerra Coelho**

### São Paulo

**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira*
**PMDB** - Marta Suplicy*
**Bloco-PSDB** - José Serra**

### Minas Gerais

**Bloco-PSDB** - Aécio Neves*
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella* (S)
**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia**

### Goiás

**Bloco-PSB** - Lúcia Vânia*
**Bloco-PP** - Wilder Morais* (S)
**Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado**

### Mato Grosso

**Bloco-PR** - Blairo Maggi*
**S/Partido** - José Medeiros* (S)
**Bloco-PR** - Wellington Fagundes**

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PP** - Ana Amélia*
**Bloco-PT** - Paulo Paim*
**Bloco-PDT** - Lasier Martins**

### Ceará

**PMDB** - Eunício Oliveira*
**Bloco-PT** - José Pimentel*
**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati**

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima*
**PMDB** - Raimundo Lira* (S)
**PMDB** - José Maranhão**

### Espírito Santo

**Bloco-PR** - Magno Malta*
**Bloco-PSDB** - Ricardo Ferraço*
**PMDB** - Rose de Freitas**

### Piauí

**Bloco-PP** - Ciro Nogueira*
**Bloco-PT** - Regina Sousa* (S)
**Bloco-PTB** - Elmano Férrer**

### Rio Grande do Norte

**PMDB** - Garibaldi Alves Filho*
**Bloco-DEM** - José Agripino*
**Bloco-PT** - Fátima Bezerra**

### Santa Catarina

**Bloco-PSDB** - Dalirio Beber* (S)
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer*
**PMDB** - Dário Berger**

### Alagoas

**Bloco-PP** - Benedito de Lira*
**PMDB** - Renan Calheiros*
**Bloco-PTB** - Fernando Collor**

### Sergipe

**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares*
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim*
**Bloco-DEM** - Ricardo Franco** (S)

### Amazonas

**PMDB** - Sandra Braga* (S)
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin*
**Bloco-PSD** - Omar Aziz**

### Paraná

**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann*
**PMDB** - Roberto Requião*
**Bloco-PV** - Alvaro Dias**

### Acre

**Bloco-PT** - Jorge Viana*
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão*
**Bloco-PP** - Gladson Cameli**

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral*
**PMDB** - Waldemir Moka*
**PMDB** - Simone Tebet**

### Distrito Federal

**Bloco-PPS** - Cristovam Buarque*
**PMDB** - Hélio José* (S)
**S/Partido** - Reguffe**

### Rondônia

**Bloco-PP** - Ivo Cassol*
**PMDB** - Valdir Raupp*
**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz**

### Tocantins

**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira* (S)
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves*
**Bloco-PT** - Donizeti Nogueira** (S)

### Amapá

**Bloco-PSB** - João Capiberibe*
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues*
**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre**

### Roraima

**Bloco-PT** - Angela Portela*
**PMDB** - Romero Jucá*
**Bloco-PDT** - Telmário Mota**

### Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

## (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

**PMDB - 18**

Dário Berger. . . . . SC
Edison Lobão. . . . . MA
Eunício Oliveira. . . . . CE
Garibaldi Alves Filho. . . . . RN
Hélio José. . . . . DF
Jader Barbalho. . . . . PA
José Maranhão. . . . . PB
João Alberto Souza. . . . . MA
Marta Suplicy. . . . . SP
Raimundo Lira. . . . . PB
Renan Calheiros. . . . . AL
Roberto Requião. . . . . PR
Romero Jucá. . . . . RR
Rose de Freitas. . . . . ES
Sandra Braga. . . . . AM
Simone Tebet. . . . . MS
Valdir Raupp. . . . . RO
Waldemir Moka. . . . . MS

**Bloco de Apoio ao Governo - 17**
**PT-13 / PDT-4**

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Angela Portela. . . . . PT / RR
Delcídio do Amaral. . . . . PT / MS
Donizeti Nogueira. . . . . PT / TO
Fátima Bezerra. . . . . PT / RN
Gleisi Hoffmann. . . . . PT / PR
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jorge Viana. . . . . PT / AC
José Pimentel. . . . . PT / CE
Lasier Martins. . . . . PDT / RS
Lindbergh Farias. . . . . PT / RJ
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Regina Sousa. . . . . PT / PI
Telmário Mota. . . . . PDT / RR
Walter Pinheiro. . . . . PT / BA
Zeze Perrella. . . . . PDT / MG

**Bloco Parlamentar da Oposição - 16**
**PSDB-11 / DEM-4 / PV-1**

Aécio Neves. . . . . PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB / SP
Alvaro Dias. . . . . PV / PR
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB / PB
Dalirio Beber. . . . . PSDB / SC
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB / PA
José Agripino. . . . . DEM / RN
José Serra. . . . . PSDB / SP
Paulo Bauer. . . . . PSDB / SC
Ricardo Ferraço. . . . . PSDB / ES
Ricardo Franco. . . . . DEM / SE
Ronaldo Caiado. . . . . DEM / GO
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE

**Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10**
**PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1**

Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB / SE
Cristovam Buarque. . . . . PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho. . . . . PSB / PE
João Capiberibe. . . . . PSB / AP
Lídice da Mata. . . . . PSB / BA
Lúcia Vânia. . . . . PSB / GO
Randolfe Rodrigues. . . . . REDE / AP
Roberto Rocha. . . . . PSB / MA
Romário. . . . . PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB / AM

**Bloco Parlamentar União e Força - 9**
**PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1**

Blairo Maggi. . . . . PR / MT
Douglas Cintra. . . . . PTB / PE
Eduardo Amorim. . . . . PSC / SE
Elmano Férrer. . . . . PTB / PI
Fernando Collor. . . . . PTB / AL
Magno Malta. . . . . PR / ES
Marcelo Crivella. . . . . PRB / RJ
Vicentinho Alves. . . . . PR / TO
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT

**Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 9**
**PP-6 / PSD-3**

Ana Amélia. . . . . PP / RS
Benedito de Lira. . . . . PP / AL
Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Gladson Cameli. . . . . PP / AC
Ivo Cassol. . . . . PP / RO
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Wilder Morais. . . . . PP / GO

**S/Partido - 2**

José Medeiros. . . . . MT
Reguffe. . . . . DF

| | |
|---|---|
| PMDB | 18 |
| Bloco de Apoio ao Governo | 17 |
| Bloco Parlamentar da Oposição | 16 |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia | 10 |
| Bloco Parlamentar União e Força | 9 |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista | 9 |
| S/Partido | 2 |
| TOTAL | 81 |

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

## (por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
Dário Berger** (PMDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
Edison Lobão* (PMDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
Hélio José* (PMDB-DF)
Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho* (PMDB-PA)
João Alberto Souza* (PMDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
José Maranhão** (PMDB-PB)
José Medeiros* (S/Partido-MT)
José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
Marta Suplicy* (PMDB-SP)
Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Reguffe** (S/Partido-DF)
Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Roberto Requião* (PMDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Sandra Braga* (PMDB-AM)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (PMDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

### Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

# COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

## PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

## 1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

## 2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

## 1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

## 2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

## 3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

## 4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

## SUPLENTES DE SECRETÁRIO

**1º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)

**2º** João Alberto Souza - (PMDB-MA)

**3º** Elmano Férrer - (PTB-PI)

**4º** Douglas Cintra - (PTB-PE)

# LIDERANÇAS

| Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 17 | Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 16 | Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 |
|---|---|---|
| **Líder**<br>**Paulo Rocha - PT** (37,49,68,75)<br>Vice-Líderes<br>Acir Gurgacz (3,33)<br>Lindbergh Farias (35,69,74)<br>Telmário Mota (4,31,42,52,70)<br>Gleisi Hoffmann (71,76)<br>Regina Sousa (41)<br>.....<br>**Líder do PT - 13**<br>**Paulo Rocha** (37,49,68,75)<br>Vice-Líderes do PT<br>Lindbergh Farias (35,69,74)<br>Gleisi Hoffmann (71,76)<br>Fátima Bezerra (34,72)<br>Donizeti Nogueira (73)<br>**Líder do PDT - 4**<br>**Acir Gurgacz** (3,33)<br>Vice-Líder do PDT<br>Telmário Mota (4,31,42,52,70) | **Líder**<br>**José Agripino - DEM** (39,63)<br>Vice-Líderes<br>Ataídes Oliveira (38)<br>Antonio Anastasia (46)<br>.....<br>**Líder do PSDB - 11**<br>**Cássio Cunha Lima** (12,58)<br>Vice-Líderes do PSDB<br>Paulo Bauer (23)<br>Aloysio Nunes Ferreira (40,78)<br>**Líder do DEM - 4**<br>**Ronaldo Caiado** (10)<br>Vice-Líder do DEM<br>José Agripino (39,63)<br>**Líder do PV - 1** | **Líder**<br>**Lídice da Mata - PSB** (15,27)<br>Vice-Líder<br>Vanessa Grazziotin (22,24)<br>.....<br>**Líder do PSB - 7**<br>**Antonio Carlos Valadares** (64)<br>Vice-Líderes do PSB<br>Fernando Bezerra Coelho (67)<br>Roberto Rocha (45,66)<br>**Líder do PPS - 1**<br>**Cristovam Buarque** (77)<br>**Líder do PCdoB - 1**<br>**Vanessa Grazziotin** (22,24)<br>**Líder do REDE - 1**<br>**Randolfe Rodrigues** (25,29) |
| **Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 9** | **Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9** | **PMDB - 18** |
| **Líder**<br>**Omar Aziz - PSD** (17,54)<br>Vice-Líderes<br>Benedito de Lira (11,16,44,53,57)<br>Otto Alencar (60)<br>.....<br>**Líder do PP - 6**<br>**Benedito de Lira** (11,16,44,53,57)<br>**Líder do PSD - 3**<br>**Omar Aziz** (17,54)<br>Vice-Líder do PSD<br>Sérgio Petecão (18) | **Líder**<br>**Fernando Collor - PTB** (5,6)<br>Vice-Líderes<br>Blairo Maggi (7)<br>Eduardo Amorim (8)<br>Marcelo Crivella (2,9)<br>.....<br>**Líder do PTB - 3**<br>**Fernando Collor** (5,6)<br>**Líder do PR - 4**<br>**Wellington Fagundes** (51,56)<br>Vice-Líder do PR<br>Vicentinho Alves (55)<br>**Líder do PSC - 1**<br>**Eduardo Amorim** (8)<br>**Líder do PRB - 1**<br>**Marcelo Crivella** (2,9) | |
| **Governo**<br>**Líder**<br>**Humberto Costa - PT** (21,26,62,65)<br>Vice-Líderes<br>Hélio José (50,59)<br>Paulo Rocha (37,49,68,75)<br>Wellington Fagundes (51,56)<br>Telmário Mota (4,31,42,52,70) | | |

**Notas:**
1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
11. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
13. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
17. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
22. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
38. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi desiganda 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi desigando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi desigando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
55. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
56. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
57. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
58. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
59. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
60. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
61. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).
62. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
63. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
64. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
65. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).

66. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
67. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
68. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
71. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
75. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
76. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
77. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
78. O senador Aloysio Nunes Ferreira está afastado do exercício pelo motivo "Licença saúde" no período de 17/03/2016 a 27/03/2016.

# COMISSÕES TEMPORÁRIAS

## 1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:**
**VICE-PRESIDENTE:**
**RELATOR:**

**Designação:** 04/02/2014

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos
**Telefone(s):** 61 3303-3492
**E-mail:** coceti@senado.leg.br

# 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

**Finalidade:** Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

## MEMBROS

# 3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

**Finalidade:** Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

**PRESIDENTE:**
**VICE-PRESIDENTE:**

| **MEMBROS** |
|---|
| |
| |
| |
| |
| |
| |

# 4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

**Finalidade:** Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|

# 5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

**Finalidade:** Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

| MEMBROS |
| --- |
| |
| |
| |
| |
| |

# 6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (1)
**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

**Designação:** 07/04/2015
**Instalação:** 15/04/2015
**Prazo final:** 15/04/2016

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)** | |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) | 1. Senador José Pimentel (PT-CE) |
| Senador Benedito de Lira (PP-AL) | 2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) | 1. |
| **Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2)** | |
| Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) | 1. |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)** | |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) | 1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) |
| **Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)** | |
| Senador Elmano Férrer (PTB-PI) | 1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) |

**Notas:**
*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).
**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).
***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).
****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).
*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).
1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos
**Telefone(s):** 61 33035492
**Fax:** 61 33031176
**E-mail:** coceti@senado.leg.br

# 7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

**Finalidade:** Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

**Número de membros:** 3

**MEMBROS**

# 8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

**Finalidade:** Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

**Número de membros:** 3

| MEMBROS |
| --- |
| |
| |
| |

# 9) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

**Finalidade:** Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

**Número de membros:** 14 titulares e 14 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|

# 10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

**Finalidade:** Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)
**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

**Instalação:** 01/12/2015
**Prazo final:** 11/05/2016

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Senador Jorge Viana (PT-AC) | |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) | |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) | |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) | |
| Senador Wilder Morais (PP-GO) | |
| Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) | |

**Notas:**
*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.
**. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

**Secretário(a):** Felipe Costa Geraldes
**Telefone(s):** 33034854
**E-mail:** coceti@senado.leg.br

# 11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

**Finalidade:** Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.
Requerimento nº 935, de 2015

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (1)
**RELATOR:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

**Instalação:** 01/09/2015
**Prazo final:** 22/12/2015
**Prazo final prorrogado:** 22/12/2016

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)** | |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (8) | 1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) | 2. Senador Paulo Paim (PT-RS) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) | 3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) |
| Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2) | 4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2) |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5) | 5. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (5,13) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11) | 1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) |
| Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) | 2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) |
| Senador Romero Jucá (PMDB-RR) | 3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) |
| Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) | 4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) (7) |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6) | 5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7) |
| **Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (15)** | |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) | 1. Senador José Serra (PSDB-SP) |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) | 2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (12) |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) | 3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14) |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)** | |
| Senador Roberto Rocha (PSB-MA) | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3) |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (3) | 2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (4) |
| **Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)** | |
| Senador Douglas Cintra (PTB-PE) | 1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (9) |
| Senador Blairo Maggi (PR-MT) | 2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) (10) |

**Notas:**

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

******. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*******. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

********. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).

4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos
**Telefone(s):** 61 33033492
**E-mail:** coceti@senado.leg.br

# 12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros:** 23

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010
**Prazo final prorrogado:** 19/12/2014
**Prazo final prorrogado:** 19/06/2015
**Prazo final prorrogado:** 17/06/2016

## MEMBROS

| |
|---|
| Admar Gonzaga Neto |
| Arnaldo Versiani Leite Soares |
| Carlos Caputo Bastos |
| Carlos Mário da Silva Velloso |
| Edson de Resende Castro |
| Fernando Neves da Silva |
| Hamilton Carvalhido |
| Joelson Costa Dias |
| José Antonio Dias Toffoli |
| José Eliton de Figuerêdo Júnior |
| Luciana Müller Chaves |
| Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho |
| Márcio Silva |
| Marcus Vinicius Furtado Coelho |
| Roberto Monteiro Gurgel Santos |
| Raimundo Cezar Britto |
| Torquato Lorena Jardim |
| Geraldo Agosti Filho |
| José Rollemberg Leite Neto |
| Walter de Almeida Guilherme |
| Roberto Carvalho Velloso |
| Henrique Neves da Silva |
| Ezikelly Silva Barros |

**Notas:**
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

**********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
**********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
**********. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**********. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
**********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
**********. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

**Secretário(a):** Reinilson Prado
**Telefone(s):** 61 33033492
**Fax:** 61 33021176
**E-mail:** coceti@senado.leg.br

# 13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

**Número de membros:** 13

**PRESIDENTE:** Caio Cesar Vieira Rocha
**VICE-PRESIDENTE:** Álvaro Melo Filho (1)
**RELATOR:** Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos

**Instalação:** 29/10/2015
**Prazo final:** 06/06/2016

## MEMBROS

| |
|---|
| Caio Cesar Vieira Rocha |
| Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos |
| Marcos Motta (2) |
| Álvaro Melo Filho |
| Ana Paula Terra |
| Carlos Eugênio Lopes |
| Flávio Diz Zveiter |
| Luiz Felipe Bulus Alves Ferreira |
| Luiz Felipe Santoro |
| Pedro Trengrouse |
| Roberto de Acioli Roma |
| Marcos Santos Parente Filho |
| Mizael Conrado de Oliveira |

**Notas:**
*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimyr Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.
1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)
2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes
**Telefone(s):** (61) 3303-3514

# 14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

**Número de membros:** 24

**PRESIDENTE:** Georges de Moura Ferreira
**VICE-PRESIDENTE:** Dorieldo Luiz dos Prazeres
**RELATORA:** Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

**Designação:** 16/06/2015
**Instalação:** 16/06/2015
**Prazo final:** 12/12/2015
**Prazo final prorrogado:** 15/03/2016

## MEMBROS

| |
|---|
| Georges de Moura Ferreira |
| Donizeti de Andrade |
| Respício Antônio do Espírito Santo Júnior |
| Maria Helena Fonseca de Souza Rolim |
| Dorieldo Luiz dos Prazeres |
| Antônio Ivaldo Machado de Andrade |
| Celso Faria de Souza |
| Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira |
| Tercio Ivan de Barros |
| Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva |
| Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira |
| Kerlington Pimentel de Freitas |
| Ronei Saggioro Glanzmann |
| Ricardo Bisinotto Catanant |
| Thiago Pereira Pedroso |
| Roberto José Silveira Honorato |
| Claudio Jorge Pinto Alves |
| Geraldo Vieira (2) |
| Enio Paes de Oliveira (1,3) |
| Ricardo Nogueira da Silva |
| José Adriano Castanho Ferreira |
| Ricardo Bernardi |
| Fernando Silva Alves de Camargo |
| Carlos Ebner |
| Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira |

**Notas:**
*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.
***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

**Secretário(a):** Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 3303 3511

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

# 15) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

**Número de membros:** 17

**PRESIDENTE:** Mauro Campbell Marques
**VICE-PRESIDENTE:** João Geraldo Piquet Carneiro
**RELATOR:** José Antonio Dias Toffoli

**Leitura:** 19/08/2015
**Instalação:** 02/09/2015
**Prazo final:** 11/04/2016

## MEMBROS

| |
|---|
| Mauro Campbell Marques |
| José Antonio Dias Toffoli |
| Paulo Rabello de Castro |
| João Geraldo Piquet Carneiro |
| Mauro Roberto Gomes de Mattos |
| Ives Gandra Martins |
| Otavio Luiz Rodrigues Junior |
| Aristóteles de Queiroz Camara |
| Mary Elbe Queiroz |
| Eumar Roberto Novacki |
| Gabriel Rizza Ferraz |
| Antonio Helder Medeiros Rebouças |
| Daniel Vieira Bogéa Soares |
| Luciana Leal Brayner |
| Marcello Augusto Diniz Cerqueira |
| Everardo de Almeida Maciel |
| Eduardo Maneira |
| Leandro Paulsen |
| Heleno Taveira Torres |
| Paulo Ricardo de Souza Cardoso |

**Notas:**
*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.
**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.
***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.
****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.
*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.
******. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

**Secretário(a):** Donaldo Portela Rodrigues
**Telefone(s):** 33033501
**E-mail:** coceti@senado.gov.br

# COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

## 1)CPI DAS PRÓTESES

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

**Leitura:** 02/03/2015
**Designação:** 25/03/2015
**Instalação:** 31/03/2015
**Prazo final:** 28/09/2015
**Prazo final prorrogado:** 15/08/2016

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)** | |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) | 1. Senador Wilder Morais (PP-GO) (6,7) |
| Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (6) | |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Romero Jucá (PMDB-RR) | 1. |
| Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (2) | |
| **Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (8)** | |
| Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) | 1. |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)** | |
| VAGO (4) | 1. VAGO (5) |
| **Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)** | |
| Senador Magno Malta (PR-ES) | 1. |

**Notas:**
*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).
**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).
***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).
****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).
*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).
******. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).
*******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.
********. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).
3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).
4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).
5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
**Telefone(s):** 61 33033492/3501
**Fax:** 33031176
**E-mail:** coceti@senado.leg.br

# 2)CPI DO HSBC

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3)

**Leitura:** 02/03/2015
**Designação:** 18/03/2015
**Instalação:** 24/03/2015
**Prazo final:** 21/09/2015
**Prazo final prorrogado:** 30/04/2016

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)** | |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) | 1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (9) |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) | 2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5,6,7) |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9) | |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) | |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) | 1. |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,10) | 2. |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) | |
| **Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (11)** | |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (8) | 1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4) | |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)** | |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) | 1. Senador José Medeiros (S/Partido-MT) |
| **Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)** | |
| Senador Blairo Maggi (PR-MT) | 1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) |

**Notas:**
*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).
**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).
***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).
****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).
*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).
******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).
3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).
4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).
5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).
6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).
7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Eduardo Bruno do Lago de Sá
**Telefone(s):** 61 33033511/10
**Fax:** 61 33031176
**E-mail:** coceti@senado.leg.br

# 3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

**Finalidade:** Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
**RELATOR:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)

**Leitura:** 05/03/2015
**Designação:** 29/04/2015
**Instalação:** 06/05/2015
**Prazo final:** 03/11/2015
**Prazo final prorrogado:** 28/04/2016

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)** | |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE) |
| Senadora Angela Portela (PT-RR) | 2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) |
| Senador Telmário Mota (PDT-RR) | |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) | |
| **Maioria (PMDB)** | |
| VAGO (2) | 1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (2) |
| Senador José Medeiros (S/Partido-MT) (3) | 2. |
| | |
| **Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (8)** | |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7) | 1. |
| | |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)** | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5) |
| **Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)** | |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4) | 1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (6) |

**Notas:**
*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).
**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).
***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).
****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).
*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).
******. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR)
*******. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.
********. Em 09.03.2016, lido o Requerimento nº 148, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.
1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).
2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).
3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).
4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).
6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
**Telefone(s):** 33033508/3514
**Fax:** 33031176
**E-mail:** coceti@senado.leg.br

# 4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

**Finalidade:** Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

**Número de membros:** 13 titulares e 8 suplentes

**Leitura:** 06/05/2015
**Designação:** 16/07/2015

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)** | |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) (1) | 1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1) |
| Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1) | 2. |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1) | |
| | |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) | 1. |
| Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) | 2. |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) | |
| **Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (4)** | |
| Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) | 1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3) |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3) | 2. |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) | |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)** | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) | 1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) |
| **Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)** | |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2) | 1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) |

**Notas:**
*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)
***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)
****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).
4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

# 5)CPI DO FUTEBOL - 2015

**Finalidade:** Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) (3)
**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (3)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (6)

**Leitura:** 28/05/2015
**Designação:** 07/07/2015
**Instalação:** 14/07/2015
**Prazo final:** 22/12/2015
**Prazo final prorrogado:** 16/08/2016

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)** | |
| Senador Gladson Cameli (PP-AC) (13) | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (2,13) |
| Senador Zeze Perrella (PDT-MG) | 2. VAGO (9,11) |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2) | |
| Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1) | |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7) | 1. Senador Hélio José (PMDB-DF) |
| Senador Romero Jucá (PMDB-RR) | 2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8) |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) | |
| **Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (12)** | |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5) | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (10) |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) | |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)** | |
| Senador Romário (PSB-RJ) | 1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4) |
| **Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)** | |
| Senador Fernando Collor (PTB-AL) | 1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) |

**Notas:**

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

******. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).

**Secretário(a):** Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
**Telefone(s):** 061 33033508/3501
**E-mail:** coceti@senado.leg.br

# 6)CPI DAS BARRAGENS

**Finalidade:** Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 24/11/2015

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)** | |
| | 1. |
| | 2. |
| | |
| **Maioria (PMDB)** | |
| | 1. |
| | |
| | |
| **Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (1)** | |
| | 1. |
| | |
| **Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)** | |
| | 1. |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)** | |
| | 1. |
| **Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)** | |
| | 1. |

**Notas:**
1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

# COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

## 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (6,23,26)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) (3)** | |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) | 1. Senador José Pimentel (PT-CE) |
| Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (25) | 2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) | 3. VAGO (10,16,24) |
| Senador Walter Pinheiro (PT-BA) | 4. Senador Humberto Costa (PT-PE) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (24) | 5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (5) |
| Senador Telmário Mota (PDT-RR) | 6. Senador Jorge Viana (PT-AC) |
| Senador Benedito de Lira (PP-AL) | 7. Senador Wilder Morais (PP-GO) (19) |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) | 8. Senador Ivo Cassol (PP-RO) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Romero Jucá (PMDB-RR) | 1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) |
| Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) | 2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) |
| Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) | 3. Senador José Maranhão (PMDB-PB) |
| Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) | 4. VAGO (7) |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) | 5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9) |
| Senador Roberto Requião (PMDB-PR) | 6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (11) |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) | 7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (13) |
| VAGO (12) | 8. Senador Hélio José (PMDB-DF) |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (8,14,21)** | |
| Senador José Agripino (DEM-RN) | 1. Senador José Serra (PSDB-SP) |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17) | 2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) | 3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (15) |
| Senador Alvaro Dias (PV-PR) (1) | 4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) |
| Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) | 5. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (2,18,20) |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22) | 1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) | 2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) | 3. Senador José Medeiros (S/Partido-MT) |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Douglas Cintra (PTB-PE) | 1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) |
| Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) | 2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI) |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) | 3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (4) |

**Notas:**

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
*******. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunicio Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira(Of. 90/2015-GLDBAG).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).
19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).
23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).
24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).
25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).
26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar
**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -
**Telefone(s):** 61 33033516
**E-mail:** cae@senado.leg.br

# 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar
**Telefone(s):** 61 33033516
**Fax:** 61 33034544
**E-mail:** cae@senado.leg.br

# 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)

**Instalação:** 16/09/2015

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )** | |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Roberto Requião (PMDB-PR) | 1. Senador Hélio José (PMDB-DF) (1) |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (3)** | |
| Senador Wilder Morais (PP-GO) | 1. |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) | 1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) | 1. |

**Notas:**
1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar
**Telefone(s):** 61 33033516
**Fax:** 61 33034344
**E-mail:** cae@senado.leg.br

# 1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar
**Telefone(s):** 61 33033516
**Fax:** 61 33034344
**E-mail:** cae@senado.leg.br

# 1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar
**Telefone(s):** 61 33033516
**Fax:** 61 33034344
**E-mail:** cae@senado.leg.br

# 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (7)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (7,19)

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) (4)** | |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) | 1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (11,21) |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) (11) | 3. Senador José Pimentel (PT-CE) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) | 4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) |
| Senadora Angela Portela (PT-RR) | 5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) | 6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) | 1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10) | 2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) |
| Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) | 3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) |
| Senador Dário Berger (PMDB-SC) | 4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10) |
| Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6) | 5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12) |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) | 6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (20) |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (16)** | |
| Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15) | 1. VAGO (17) |
| VAGO | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5,8) |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (13) | 3. |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13) | 4. |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE ) (1)** | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (9,18) | 2. Senador Romário (PSB-RJ) (9) |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB ) (1)** | |
| Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) | 1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3) |
| Senador Elmano Férrer (PTB-PI) | 2. VAGO |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3) | 3. |

**Notas:**

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).

**Secretário(a):** Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira
**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -
**Telefone(s):** 61 33034608
**E-mail:** cas@senado.gov.br

# 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador José Maranhão (PMDB-PB) (4)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) (5)

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) (3)** | |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) (8) | 1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) | 2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,28) |
| Senador José Pimentel (PT-CE) | 3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) | 4. Senadora Angela Portela (PT-RR) |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) | 5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) | 6. Senador Paulo Paim (PT-RS) |
| Senador Benedito de Lira (PP-AL) | 7. Senador Ivo Cassol (PP-RO) |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29) | 8. Senadora Ana Amélia (PP-RS) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) | 1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) |
| Senador Edison Lobão (PMDB-MA) | 2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (33) |
| VAGO (32) | 3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6) |
| Senador Romero Jucá (PMDB-RR) | 4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) |
| Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) | 5. Senador Dário Berger (PMDB-SC) |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6) | 6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) |
| Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15) | 7. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (31) |
| Senador José Maranhão (PMDB-PB) | 8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13) |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (7,30)** | |
| Senador José Agripino (DEM-RN) | 1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16) |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) | 2. Senador Alvaro Dias (PV-PR) |
| Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16) | 3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32) | 4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (26,27) |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) | 5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24) |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) |
| Senador Roberto Rocha (PSB-MA) | 2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22) |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) | 3. Senador José Medeiros (S/Partido-MT) |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) | 1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (20,21) |
| Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) | 2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (18,19) |
| Senador Magno Malta (PR-ES) | 3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23) |

**Notas:**

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira
**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -
**Telefone(s):** 61 3303-3972
**Fax:** 3303-4315
**E-mail:** ccj@senado.gov.br

# 3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira
**Telefone(s):** 61-3303-3972
**Fax:** 61-3303-4315
**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

# 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira
**Telefone(s):** 3303-3972
**Fax:** 3303-4315
**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

# 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) (1)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) (2)** | |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) | 1. VAGO (8) |
| Senadora Angela Portela (PT-RR) | 2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) |
| Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) | 3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (4) |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) | 4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) |
| Senador Lasier Martins (PDT-RS) | 5. Senador Telmário Mota (PDT-RR) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) | 6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) |
| Senador Wilder Morais (PP-GO) (11) | 7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) |
| Senador Gladson Cameli (PP-AC) (5) | 8. Senadora Ana Amélia (PP-RS) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) | 1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) |
| Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) | 2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) |
| Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) | 3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) |
| Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) | 4. Senador Hélio José (PMDB-DF) |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) | 5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9) |
| Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3) | 6. |
| Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (7) | 7. |
| | 8. |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (16)** | |
| Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15) | 1. VAGO (13) |
| Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13) | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) |
| Senador Alvaro Dias (PV-PR) | 3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) | 4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,10) | 5. |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) | 1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) |
| Senador Romário (PSB-RJ) | 2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) |
| Senador Roberto Rocha (PSB-MA) | 3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Blairo Maggi (PR-MT) | 1. |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) | 2. |
| Senador Douglas Cintra (PTB-PE) | 3. |

**Notas:**

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
*******. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira(Of. 36/2015-GLDBAG).
6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura
**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -
**Telefone(s):** 61 33033498
**E-mail:** ce@senado.leg.br

# 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares
**Telefone(s):** 3311-3498
**Fax:** 3311-3121
**E-mail:** julioric@senado.gov.br

# 4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

**Finalidade:** Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares
**Telefone(s):** 311-3498/4604/2
**Fax:** 311-3121/1319

## 4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

**Finalidade:** Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

**(Requerimento 811, de 2001)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares
**Telefone(s):** 311-3498/4604
**Fax:** 311-3121/1319

# 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) (2)** | |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE) |
| Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) | 2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (13) | 3. VAGO (7,13) |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) | 4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (5) |
| Senador Ivo Cassol (PP-RO) | 5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (3) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) | 1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) |
| Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9) | 2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) | 3. VAGO (10) |
| | 4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) (6) |
| | 5. |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (8,12)** | |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) | 1. Senador Alvaro Dias (PV-PR) |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) | 2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) | 3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) | 2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) | 1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (4) |
| Senador Douglas Cintra (PTB-PE) | 2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) (11) |

**Notas:**

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

********. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo(Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz
**Reuniões:** Terças-Feiras 9:30 horas -
**Telefone(s):** 61 3303-3519
**Fax:** 3303-1060
**E-mail:** cma@senado.gov.br

# 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Designação:** 15/04/2015

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )** | |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) | 1. |
| Senador Reguffe (S/Partido-DF) | 2. |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) | 1. |
| Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) | 2. |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (2)** | |
| Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) | 1. |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) | 1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1) |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) | 1. |

**Notas:**
1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz
**Telefone(s):** 3303-3519
**Fax:** 3303-1060
**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

# 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Designação:** 15/04/2015

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )** | |
| Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) | 1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) | 2. |
| Senador Ivo Cassol (PP-RO) | 3. |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) | 1. |
| Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) | 2. |
| VAGO (1) | 3. |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (2)** | |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) | 1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) | 1. |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) | 1. |

**Notas:**
1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz
**Telefone(s):** 3303-3519
**Fax:** 3303-1060
**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

# 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (2)
**RELATOR:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

**Designação:** 15/04/2015

**Instalação:** 13/05/2015

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )** | |
| Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (5) | 1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,5) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) | 1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4) |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (6,7)** | |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) | 1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3) |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) | 1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Douglas Cintra (PTB-PE) | 1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) |

**Notas:**
1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz
**Telefone(s):** 3303-3519
**Fax:** 3303-1060
**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

# 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

**Finalidade:** Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)
**RELATOR:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)

**Designação:** 06/05/2015

**Instalação:** 20/05/2015

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )** | |
| Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) | 1. |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) | 1. |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (2)** | |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) | 1. |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senador Roberto Rocha (PSB-MA) | 1. |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Douglas Cintra (PTB-PE) | 1. |

**Notas:**
1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).
**. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz
**Reuniões:** Terças-Feiras 9:30 horas -
**Telefone(s):** 61 3303-3519
**Fax:** 3303-1060
**E-mail:** cma@senado.gov.br

# 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) (6)

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) (4)** | |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) | 1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) | 2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14) |
| Senadora Angela Portela (PT-RR) (8) | 3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3) |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) | 4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2) |
| Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) | 5. Senador Humberto Costa (PT-PE) |
| Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14) | 6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (20) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Dário Berger (PMDB-SC) | 1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) |
| Senador Hélio José (PMDB-DF) | 2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) |
| Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12) | 3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9) |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12) | 4. |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13) | 5. |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (19)** | |
| Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,18) | 1. VAGO (16) |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11) | 2. |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11) | 3. |
| Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11) | 4. |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) | 1. Senador Romário (PSB-RJ) |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) | 2. Senador José Medeiros (S/Partido-MT) |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Magno Malta (PR-ES) | 1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (5) |
| Senador Vicentinho Alves (PR-TO) | 2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (15) |

**Notas:**

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -
**Telefone(s):** 61 3303-2005
**Fax:** 3303-4646
**E-mail:** cdh@senado.gov.br

# 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005
**Fax:** 3303-4646
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

# 6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005
**Fax:** 3303-4646
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

# 6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

**Finalidade:** Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )** | |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) | 1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) | 2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Hélio José (PMDB-DF) | 1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (2)** | |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) | 1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE ) (1)** | |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) |

**Notas:**
1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).
**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).
****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -
**Telefone(s):** 61 3303-2005
**Fax:** 3303-4646
**E-mail:** cdh@senado.gov.br

# 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (3,14)

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) (1)** | |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) | 1. Senador José Pimentel (PT-CE) |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) | 2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) | 3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) |
| Senador Lasier Martins (PDT-RS) | 4. Senador Humberto Costa (PT-PE) |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) | 5. VAGO (9) |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) | 6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (6) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Edison Lobão (PMDB-MA) | 1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) |
| Senador Roberto Requião (PMDB-PR) | 2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10,11) | 3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (13) |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (12) | 4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) | 5. Senador Hélio José (PMDB-DF) |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (15)** | |
| Senador José Agripino (DEM-RN) | 1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) |
| Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) | 2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) |
| Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (2) | 3. Senador José Serra (PSDB-SP) |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (4,7) | 4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2,5,8) |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) | 1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) | 2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) | 1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) |
| Senador Magno Malta (PR-ES) | 2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) |

**Notas:**

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva
**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -
**Telefone(s):** 61 3303-3496
**Fax:** 3303-3546
**E-mail:** cre@senado.gov.br

# 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6)

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) (2)** | |
| Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) | 1. Senador Jorge Viana (PT-AC) |
| Senador Walter Pinheiro (PT-BA) | 2. Senadora Angela Portela (PT-RR) |
| Senador Lasier Martins (PDT-RS) | 3. Senador José Pimentel (PT-CE) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) | 4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) |
| Senador Telmário Mota (PDT-RR) | 5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13) |
| Senador Wilder Morais (PP-GO) (5,19) | 6. Senador Ivo Cassol (PP-RO) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) | 1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA) |
| Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) | 2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) | 3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) |
| Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,8) | 4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4) | 5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) |
| Senador Hélio José (PMDB-DF) | 6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,9) |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (20)** | |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) | 1. VAGO (18) |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17) | 2. Senador José Agripino (DEM-RN) |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) | 3. |
| Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (15,16) | 4. |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (11) | 5. |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) | 1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) | 2. |
| | 3. |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Blairo Maggi (PR-MT) (3) | 1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) | 2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1,12,14) |
| Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (12,14) | 3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3) |

**Notas:**

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais
**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30 horas -
**Telefone(s):** 61 3303-4607
**Fax:** 61 3303-3286
**E-mail:** ci@senado.gov.br

# 8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais
**Telefone(s):** 61 3303-4607
**Fax:** 61 3303-3286
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

# 8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais
**Telefone(s):** 61 3303-4607
**Fax:** 61 3303-3286

# 8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais
**Telefone(s):** 61 3303-4607
**Fax:** 61 3303-3286
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

# 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wilder Morais (PP-GO) (1)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

**Designação:** 20/05/2015

**Instalação:** 10/06/2015

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )** | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) | 1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Hélio José (PMDB-DF) | 1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (2) |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (3)** | |
| Senador Wilder Morais (PP-GO) | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) |

**Notas:**
1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Peteção, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais
**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30 horas -
**Telefone(s):** 61 3303-4607
**Fax:** 61 3303-3286
**E-mail:** ci@senado.gov.br

# 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (8)

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) (3)** | |
| Senador José Pimentel (PT-CE) | 1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) (18) |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) | 2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) | 3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) |
| Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (18) | 4. VAGO (1,10) |
| Senador Gladson Cameli (PP-AC) | 5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) | 1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) |
| Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12) | 2. Senador Hélio José (PMDB-DF) (7,15) |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) | 3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) |
| Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7) | 4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) |
| | 5. Senador Dário Berger (PMDB-SC) |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (21)** | |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) | 1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,23) |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (5,16) | 2. VAGO |
| Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (6,13,17,23) | 3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9) |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senador José Medeiros (S/Partido-MT) | 1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) | 2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22) |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) | 1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4) |
| Senador Elmano Férrer (PTB-PI) | 2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (14) |

**Notas:**

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

********. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho
**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -
**Telefone(s):** 61 3303-4282
**Fax:** 3303-1627
**E-mail:** cdr@senado.gov.br

# 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho
**Telefone(s):** 3303-4282
**Fax:** 3303-1627

# 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho
**Telefone(s):** 3303-4282
**Fax:** 3303-1627

# 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho
**Telefone(s):** 3303-4282
**Fax:** 3303-1627

# 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) (2)** | |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) | 1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) |
| Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) | 2. Senador Lasier Martins (PDT-RS) |
| Senador Zeze Perrella (PDT-MG) | 3. |
| Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) | 4. |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) | 5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) | 1. Senador José Maranhão (PMDB-PB) |
| Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) | 2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) |
| Senador Dário Berger (PMDB-SC) | 3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) | 4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5,6) |
| Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (4) | 5. Senador Hélio José (PMDB-DF) (6) |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (8)** | |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) | 1. Senador Wilder Morais (PP-GO) |
| VAGO (3,7) | 2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) |
| | 3. |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senador José Medeiros (S/Partido-MT) | 1. |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7) | 2. |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) | 1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) |
| Senador Blairo Maggi (PR-MT) | 2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI) |

**Notas:**

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*******. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).
4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).
5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).
7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Marcello Varella
**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -
**Telefone(s):** 3303 3506
**Fax:** 3303 1017
**E-mail:** cra@senado.gov.br

## 10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

**Finalidade:** REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella
**Telefone(s):** 3311-3506/3321
**Fax:** 3311-1017
**E-mail:** scomcra@senado.gov.br

# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1,13,14)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PMDB-DF) (7)

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) (3)** | |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) | 1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) |
| Senador Lasier Martins (PDT-RS) | 2. Senador Jorge Viana (PT-AC) |
| Senador Walter Pinheiro (PT-BA) | 3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (15) |
| Senadora Angela Portela (PT-RR) | 4. Senador Telmário Mota (PDT-RR) |
| Senador Ivo Cassol (PP-RO) | 5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) | 1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) |
| Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) | 2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA) |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) | 3. VAGO (8) |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5) | 4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) |
| Senador Hélio José (PMDB-DF) (6) | 5. |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (11)** | |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) | 1. Senador José Agripino (DEM-RN) |
| Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) | 2. |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) | 3. |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senador José Medeiros (S/Partido-MT) | 1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2) | 2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9) |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) | 1. VAGO (4) |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (10,12) | 2. |

**Notas:**

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).
2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).
6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).
7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira
**Reuniões:** Terças-Feiras 8h:45min -
**Telefone(s):** 61 3303-1120
**E-mail:** cct@senado.gov.br

# 12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (11)
**RELATOR:** VAGO

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) (1)** | |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) | 1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (13) |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) | 2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) | 3. Senador Ivo Cassol (PP-RO) |
| Senador Gladson Cameli (PP-AC) | 4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10) | 1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) | 2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) |
| VAGO (4) | 3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA) |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (16)** | |
| Senador Wilder Morais (PP-GO) | 1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15) |
| | 2. |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senador José Medeiros (S/Partido-MT) (7,9) | 1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12) |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) | 1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2) |

**Notas:**

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Graziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda
**Telefone(s):** 61 33031095
**E-mail:** csf@senado.leg.br

# 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )** | |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) | 1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) | 2. |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) | 3. |
| Senador Telmário Mota (PDT-RR) | 4. |
| | 5. |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) | 1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) |
| Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) | 2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) |
| Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) | 3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (1) |
| Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) | 4. |
| Senador Romero Jucá (PMDB-RR) | 5. |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) (3)** | |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) | 1. |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) | 2. |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5) | 3. |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) | 1. |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) | 2. |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Fernando Collor (PTB-AL) | 1. VAGO (4) |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4) | 2. |

**Notas:**

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-Feiras 14h30 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** ctg@senado.leg.br

# CONSELHOS e ÓRGÃOS

## 1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

| SENADORES | CARGO |
|---|---|
| | COORDENADOR |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo
**Telefone(s):** 3303-5255
**Fax:** 3303-5260
**E-mail:** saop@senado.leg.br

# 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)*

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (2)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995
**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999
**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001
**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003
**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )** | |
| Senador José Pimentel (PT-CE) | 1. Senadora Angela Portela (PT-RR) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) | 2. VAGO (3) |
| Senador Lasier Martins (PDT-RS) | 3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3) | 4. |
| **Maioria (PMDB)** | |
| Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) | 1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) |
| Senador Romero Jucá (PMDB-RR) | 2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) | 3. |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) | 4. |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV )** | |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (9,10) | 1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (4,5) |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1) | 2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (5) |
| Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (5) | 3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,7) |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )** | |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) | 1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (8) |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) | 2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (8) |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )** | |
| Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (11,12) | 1. |
| Senador Telmário Mota (PDT-RR) (13,14) | 2. |
| **Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)** | |
| (/) | |

**Atualização:** 01/03/2016

**Notas:**

*****. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

7. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Morais, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
13. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR,datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo
**Telefone(s):** 3303-5255
**Fax:** 3303-5260
**E-mail:** saop@senado.leg.br

# 3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)*

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:**Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (1)

**1ª Designação:** 03/12/2001
**2ª Designação:** 26/02/2003
**3ª Designação:** 03/04/2007
**4ª Designação:** 12/02/2009
**5ª Designação:** 11/02/2011
**6ª Designação:** 11/03/2013
**7ª Designação:** 26/11/2015

| MEMBROS |
|---|
| **PMDB** |
| Senadora Simone Tebet (MS) |
| **PT** |
| Senadora Fátima Bezerra (RN) |
| **PSDB** |
| Senador Antonio Anastasia (MG) |
| **PSB** |
| Senadora Lúcia Vânia (GO) |
| **PDT** |
| Senador Lasier Martins (RS) |
| **PR** |
| Senador Wellington Fagundes (MT) |
| **PSD** |
| Senador Hélio José (PMDB-DF) |
| **DEM** |
| Senador José Agripino (RN) |
| **PP** |
| Senadora Ana Amélia (RS) |
| **PTB** |
| Senador Fernando Collor (AL) |
| **PPS** |
| Senador José Medeiros (S/Partido-MT) |
| **PCdoB** |
| Senadora Vanessa Grazziotin (AM) |
| **REDE** |
| Senador Randolfe Rodrigues (AP) |
| **PSC** |
| Senador Eduardo Amorim (SE) |
| **PRB** |
| Senador Marcelo Crivella (RJ) |

**Atualização:** 26/11/2015

**Notas:**
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.
1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

# 4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)*

**PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTB-AL)

| MEMBROS |
|---|
| **PTB** |
| Senador Fernando Collor (AL) |
| **PSC** |
| Senador Eduardo Amorim (SE) |
| **PMDB** |
| Senador Romero Jucá (RR) |
| (1) |

**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

# 5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)*

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) (1)

**1ª Designação:** 23/03/2010
**2ª Designação:** 14/03/2011
**3ª Designação:** 11/03/2013
**4ª Designação:** 04/03/2015

| MEMBROS |
|---|
| **PMDB** |
| Senador Eunício Oliveira (CE) |
| **PT** |
| Senador Delcídio do Amaral (MS) |
| **PSDB** |
| Senador Tasso Jereissati (CE) |
| **PSB** |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PE) |
| **PDT** |
| Senador Acir Gurgacz (RO) |
| **PR** |
| Senador Blairo Maggi (MT) |
| **PSD** |
| Senador Otto Alencar (BA) |
| **DEM** |
| Senador José Agripino (RN) |
| **PP** |
| Senador Ciro Nogueira (PI) |
| **PTB** |
| Senador Douglas Cintra (PE) |
| **PPS** |
| Senador José Medeiros (S/Partido-MT) |
| **PCdoB** |
| Senadora Vanessa Grazziotin (AM) |
| **PSC** |
| Senador Eduardo Amorim (SE) |
| **PRB** |
| Senador Marcelo Crivella (RJ) |
| **REDE** |
| Senador Randolfe Rodrigues (AP) |

**Atualização:** 01/10/2015

**Notas:**
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo
**Telefone(s):** 3303-5255
**Fax:** 3303-5260
**E-mail:** saop@senado.leg.br

# 6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)*

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:**Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)
**VICE-PRESIDENTE:**Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

**1ª Designação:** 30/11/2010
**2ª Designação:** 14/03/2011
**3ª Designação:** 21/03/2012
**4ª Designação:** 11/03/2013
**5ª Designação:** 20/05/2014
**6ª Designação:** 04/03/2015

| MEMBROS |
|---|
| **PMDB** |
| Senador Garibaldi Alves Filho (RN) |
| **PT** |
| Senador Paulo Paim (RS) |
| **PSDB** |
| Senador Flexa Ribeiro (PA) |
| **PSB** |
| Senadora Lídice da Mata (BA) |
| **PDT** |
| Senador Lasier Martins (RS) |
| **PR** |
| Senador Magno Malta (ES) |
| **PSD** |
| Senador Sérgio Petecão (AC) |
| **DEM** |
| VAGO (2) |
| **PP** |
| Senador Gladson Cameli (AC) |
| **PTB** |
| Senador Fernando Collor (AL) |
| **PPS** |
| Senador José Medeiros (S/Partido-MT) |
| **PCdoB** |
| Senadora Vanessa Grazziotin (AM) |
| **PSC** |
| Senador Eduardo Amorim (SE) |
| **PRB** |
| Senador Marcelo Crivella (RJ) |
| **REDE** |
| Senador Randolfe Rodrigues (AP) |

**Atualização:** 11/11/2015

**Notas:**
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.
2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo
**Telefone(s):** 3303-5255
**Fax:** 3303-5260
**E-mail:** saop@senado.leg.br

# 7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012 )*

**Número de membros:** 18 titulares

**PRESIDENTE:**
**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 12/09/2012
**2ª Designação:** 11/03/2013

| MEMBROS |
|---|
| **PMDB** |
| VAGO |
| **PT** |
| VAGO |
| **PSDB** |
| |
| **PTB** |
| VAGO |
| **PP** |
| VAGO |
| **PDT** |
| |
| **PSB** |
| VAGO |
| **DEM** |
| VAGO |
| **PR** |
| VAGO |
| **PSD** |
| VAGO |
| **PCdoB** |
| VAGO |
| **PV** |
| VAGO |
| **PRB** |
| VAGO |
| **PSC** |
| VAGO |
| **PSOL** |
| VAGO |
| **Representante da sociedade civil organizada** |
| VAGO |
| **Pesquisador com produção científica relevante** |
| VAGO |
| **Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente** |
| VAGO |

**Atualização:** 31/01/2015

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
**Telefone(s):** 3303.5258
**Fax:** 3303.5260
**E-mail:** saop@senado.leg.br

# 8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)*

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:**Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

**VICE-PRESIDENTE:**Senador Romário (PSB-RJ) (2)

**1ª Designação:** 22/08/2013
**2ª Designação:** 01/07/2015

| MEMBROS |
|---|
| **PMDB** |
| Senador Garibaldi Alves Filho (RN) |
| **PT** |
| Senador Lindbergh Farias (RJ) |
| **PSDB** |
| Senador Cássio Cunha Lima (PB) |
| **PSB** |
| Senadora Lídice da Mata (BA) |
| **PDT** |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) |
| **PR** |
| Senador Magno Malta (ES) |
| **PSD** |
| Senador Otto Alencar (BA) |
| **DEM** |
| Senador José Agripino (RN) |
| **PP** |
| Senadora Ana Amélia (RS) |
| **PTB** |
| Senador Elmano Férrer (PI) |
| **PPS** |
| Senador José Medeiros (S/Partido-MT) |
| **PCdoB** |
| Senadora Vanessa Grazziotin (AM) |
| **PSC** |
| Senador Eduardo Amorim (SE) |
| **PRB** |
| Senador Marcelo Crivella (RJ) |
| **PSOL** |
| Senador Romário (PSB-RJ) (1) |

**Atualização:** 07/07/2015

**Notas:**
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015
1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
**Telefone(s):** 3303-5255
**Fax:** 3303-5260
**E-mail:** saop@senado.leg.br

# 9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)*

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:**Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

**VICE-PRESIDENTE:**Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

**1ª Designação:** 20/12/2013

**2ª Designação:** 16/09/2015

| MEMBROS |
|---|
| **PMDB** |
| Senadora Simone Tebet (MS) |
| **PT** |
| Senador Paulo Paim (RS) |
| **PSDB** |
| Senador Cássio Cunha Lima (PB) |
| **PSB** |
| Senadora Lídice da Mata (BA) |
| **PDT** |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) |
| **PR** |
| Senador Vicentinho Alves (TO) |
| **PSD** |
| Senador Otto Alencar (BA) |
| **DEM** |
| VAGO (2) |
| **PP** |
| Senadora Ana Amélia (RS) |
| **PTB** |
| Senador Elmano Férrer (PI) |
| **PPS** |
| Senador José Medeiros (S/Partido-MT) |
| **PCdoB** |
| Senadora Vanessa Grazziotin (AM) |
| **PSC** |
| Senador Eduardo Amorim (SE) |
| **PRB** |
| Senador Marcelo Crivella (RJ) |
| **REDE** |
| Senador Randolfe Rodrigues (AP) |

**Atualização:** 11/11/2015

**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo
**Telefone(s):** 3303-5255
**Fax:** 3303-5260
**E-mail:** saop@senado.leg.br

# 10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

**Número de membros:** 5 titulares

**COORDENADOR:**Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

**1ª Designação:** 16/11/1995
**2ª Designação:** 30/06/1999
**3ª Designação:** 27/06/2001
**4ª Designação:** 25/09/2003
**5ª Designação:** 26/04/2011
**6ª Designação:** 21/02/2013
**7ª Designação:** 06/05/2015

| SENADOR | BLOCO / PARTIDO |
|---|---|
| Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) (1) | PMDB |
| Senadora Simone Tebet (PMDB/MS) | PMDB |
| Senador Jorge Viana (PT/AC) | PT |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG) | PSDB |
| Senador Otto Alencar (PSD/BA) | PSD |

**Atualização:** 06/05/2015

**Notas:**
*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.
1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo
**Telefone(s):** 3303-5255
**Fax:** 3303-5260
**E-mail:** saop@senado.leg.br

# 11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

| SENADOR | CARGO |
|---|---|
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1) | PROCURADORA |

**Atualização:** 31/01/2015

**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

## SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo
**Telefone(s):** (61) 3303-5255
**Fax:** (61) 3303-5260
**E-mail:** scop@senado.leg.br

# 12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

| SENADOR | CARGO |
|---|---|
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) | OUVIDORA-GERAL |

**Atualização:** 31/01/2015

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo
**Telefone(s):** 3303-5255
**Fax:** 3303-5260
**E-mail:** scop@senado.leg.br

# 13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

*(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)*

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:**Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)
**VICE-PRESIDENTE:**Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

**1ª Designação:** 14/03/2011
**2ª Designação:** 21/03/2012
**3ª Designação:** 11/03/2013
**4ª Designação:** 26/03/2014
**5ª Designação:** 01/07/2015

| MEMBROS |
|---|
| **PMDB** |
| Senadora Simone Tebet (MS) |
| **PT** |
| Senadora Fátima Bezerra (RN) |
| **PSDB** |
| Senador Antonio Anastasia (MG) |
| **PSB** |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PE) |
| **PDT** |
| Senador Reguffe (S/Partido-DF) |
| **PR** |
| Senador Wellington Fagundes (MT) |
| **PSD** |
| Senador Sérgio Petecão (AC) |
| **DEM** |
| Senador Wilder Morais (PP-GO) |
| **PP** |
| Senadora Ana Amélia (RS) |
| **PTB** |
| Senador Douglas Cintra (PE) |
| **PPS** |
| Senador José Medeiros (S/Partido-MT) |
| **PCdoB** |
| Senadora Vanessa Grazziotin (AM) |
| **PSC** |
| Senador Eduardo Amorim (SE) |
| **PRB** |
| Senador Marcelo Crivella (RJ) |
| **REDE** |
| Senador Randolfe Rodrigues (AP) |

**Atualização:** 03/11/2015

**Notas:**
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015
1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo
**Telefone(s):** (61)3303-5255
**Fax:** (61)3303-5260
**E-mail:** saop@senado.leg.br

# 14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)*

**PRESIDENTE:**
**VICE-PRESIDENTE:**
**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

## 15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)*

**PRESIDENTE:**
**VICE-PRESIDENTE:**
**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

# 16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

*(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)*

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:**Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)
**VICE-PRESIDENTE:**Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

**1ª Designação:** 01/07/2015

| MEMBROS |
|---|
| **DEM** |
| Senador José Agripino (RN) |
| **PCdoB** |
| Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1) |
| **PDT** |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) |
| **PMDB** |
| Senador Jader Barbalho (PA) |
| **PP** |
| Senadora Ana Amélia (RS) |
| **PPS** |
| Senador José Medeiros (S/Partido-MT) |
| **PR** |
| Senador Blairo Maggi (MT) |
| **PRB** |
| Senador Marcelo Crivella (RJ) |
| **PSB** |
| Senador Roberto Rocha (MA) |
| **PSC** |
| Senador Eduardo Amorim (SE) |
| **PSD** |
| Senador Omar Aziz (AM) |
| **PSDB** |
| Senador Tasso Jereissati (CE) |
| **PT** |
| Senador Jorge Viana (AC) |
| **PTB** |
| Senador Fernando Collor (AL) |
| **REDE** |
| Senador Randolfe Rodrigues (AP) |

**Atualização:** 04/08/2015

**Notas:**
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

## Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Anexo II, térreo
**Telefone(s):** 3303-5255
**Fax:** 3303-5260
**E-mail:** saop@senado.leg.br

# COMPOSIÇÃO
## COMISSÕES MISTAS

## Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

**Finalidade:** Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

**Número de membros:** 10 Senadores e 30 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Jaime Martins (PSD-MG)
**2ª VICE-PRESIDENTE:** Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
**3º VICE-PRESIDENTE:** Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
**Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias:** Deputado Ricardo Teobaldo (PTN-PE)
**Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual:** Deputado Ricardo Barros (PP-PR)
**Relator da Receita:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
**Relator do Projeto de Plano Plurianual:** Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

**Instalação:** 25/03/2015

### Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Maioria (PMDB)** | |
| Rose de Freitas - PMDB/ES | 1. Dário Berger - PMDB/SC (4) |
| Raimundo Lira - PMDB/PB | 2. Hélio José - PMDB/DF |
| Valdir Raupp - PMDB/RO | 3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5) |
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT )** | |
| Acir Gurgacz - PDT/RO | 1. Walter Pinheiro - PT/BA (10) |
| Gleisi Hoffmann - PT/PR (10) | 2. Angela Portela - PT/RR |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV )** | |
| Paulo Bauer - PSDB/SC | 1. VAGO (8) |
| Davi Alcolumbre - DEM/AP (8) | 2. VAGO |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, REDE )** | |
| Roberto Rocha - PSB/MA | 1. Lídice da Mata - PSB/BA |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )** | |
| Eduardo Amorim - PSC/SE | 1. Elmano Férrer - PTB/PI |
| **PP** | |
| Benedito de Lira - AL | 1. Ivo Cassol - RO |

## Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **PMDB, PEN** | |
| Edmar Arruda - PSC/PR | 1. Danilo Forte - PSB/CE |
| Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO | 2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO |
| César Halum - PRB/TO | 3. Expedito Netto - PSD/RO |
| Genecias Noronha - SD/CE | 4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR |
| Hildo Rocha - PMDB/MA | 5. Kaio Maniçoba - PHS/PE |
| João Arruda - PMDB/PR | 6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS |
| Lelo Coimbra - PMDB/ES | 7. Mauro Lopes - PMDB/MG |
| Marcelo Aro - PHS/MG | 8. Paes Landim - PTB/PI |
| Nilton Capixaba - PTB/RO | 9. Vitor Valim - PMDB/CE |
| Pedro Fernandes - PTB/MA (13) | 10. Washington Reis - PMDB/RJ |
| Lázaro Botelho - PP/TO | 11. Cacá Leão - PP/BA |
| Ricardo Barros - PP/PR | 12. Julio Lopes - PP/RJ (2) |
| Elmar Nascimento - DEM/BA | 13. VAGO |
| **PT, PSD, PR, PROS, PCdoB** | |
| José Rocha - PR/BA | 1. Gorete Pereira - PR/CE |
| Nilto Tatto - PT/SP | 2. João Carlos Bacelar - PR/BA |
| Paulo Pimenta - PT/RS | 3. Jorge Solla - PT/BA |
| Hugo Leal - PROS/RJ | 4. José Airton Cirilo - PT/CE |
| Wadson Ribeiro - PCdoB/MG | 5. Leo de Brito - PT/AC |
| Wellington Roberto - PR/PB | 6. Orlando Silva - PCdoB/SP |
| Zé Geraldo - PT/PA | 7. Givaldo Carimbão - PHS/AL (11) |
| Zeca Dirceu - PT/PR | 8. Leonardo Monteiro - PT/MG (6,7) |
| Jaime Martins - PSD/MG | 9. Valtenir Pereira - PMDB/MT (1,12) |
| José Nunes - PSD/BA (9) | 10. Átila Lins - PSD/AM |
| **PSDB, PSB** | |
| Caio Narcio - PSDB/MG | 1. César Messias - PSB/AC |
| Giuseppe Vecci - PSDB/GO | 2. Leopoldo Meyer - PSB/PR |
| Gonzaga Patriota - PSB/PE | 3. Evair de Melo - PV/ES (3) |
| Hissa Abrahão - PPS/AM | 4. Domingos Sávio - PSDB/MG |
| João Fernando Coutinho - PSB/PE | 5. Izalci - PSDB/DF |
| Samuel Moreira - PSDB/SP | 6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE |
| **PDT** | |
| Flávia Morais - GO | 1. Pompeo de Mattos - RS |
| **PSOL** | |
| Edmilson Rodrigues - PA | 1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ |

**Notas:**

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Valtenir Pereira, em vaga existente, em 17-12-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 841, de 2015, da Liderança do PT.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Pedro Fernandes, em substituição ao Deputado Ricardo Teobaldo, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2016, da Liderança do Bloco do PMDB.

**Secretário:** Walbinson Tavares de Araújo
**Telefone(s):** (61) 3216-6892
**E-mail:** cmo.decom@camara.leg.br
**Local:** Câmara dos Deputados, Plenário 2

# Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

# RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

| ÁREA TEMÁTICA | RELATOR SETORIAL |
|---|---|
| **I. Transporte** | Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) |
| **II. Saúde** | Deputado João Arruda (PMDB-PR) |
| **III. Educação e Cultura** | Deputado Wellington Roberto (PR-PB) |
| **IV. Integração Nacional** | Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) |
| **V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário** | Deputado Carlos Henrique Gaguim (PTN-TO) |
| **VI. Desenvolvimento Urbano** | Deputado Caio Narcio (PSDB-MG) |
| **VII. Turismo** | Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) |
| **VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações** | Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG) |
| **IX. Minas e Energia** | Deputado Edmar Arruda (PSC-PR) |
| **X. Esporte** | Senador Roberto Rocha (PSB-MA) |
| **XI. Meio Ambiente** | Deputada Flávia Morais (PDT-GO) |
| **XII. Fazenda e Planejamento** | Deputado Hugo Leal (PROS-RJ) |
| **XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas** | Senador Hélio José (PMDB-DF) |
| **XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social** | Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE) |
| **XV. Defesa e Justiça** | Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) |
| **XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores** | Deputado Danilo Forte (PSB-CE) |

# CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

# IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

**COORDENADOR:** Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

## Senado Federal

| Bloco / Partido | Membros |
|---|---|

## Câmara dos Deputados

| Bloco / Partido | Membros |
|---|---|
| **PMDB** | Deputado Vitor Valim (PMDB) |
| **PR** | Deputada Gorete Pereira (PR) |
| **PSD** | Deputado Átila Lins (PSD) |
| **PTB** | Deputado Nilton Capixaba (PTB) |
| **PSB** | Deputado Gonzaga Patriota (PSB) |
| **PP** | Deputado Cacá Leão (PP) |
| **PT** | Deputado Jorge Solla (PT) |

# CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

## III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

**COORDENADOR:** Deputado Zé Geraldo (PT-PA)

### Senado Federal

| Bloco / Partido | Membros |
|---|---|
| **PT** | Senador Walter Pinheiro (PT / BA) |
| **PSDB** | Senador Paulo Bauer (PSDB / SC) |

### Câmara dos Deputados

| Bloco / Partido | Membros |
|---|---|
| **PMDB** | Deputado Mauro Lopes (PMDB) |
| **PR** | Deputado José Rocha (PR) |
| **PP** | Deputado Ricardo Barros (PP) |
| **PT** | Deputado Zé Geraldo (PT) |
| **DEM** | Deputado Elmar Nascimento (DEM) |
| **PHS** | Deputado Marcelo Aro (PHS) |
| **PRB** | Deputado César Halum (PRB) |
| **PROS** | Deputado Hugo Leal (PROS) |

## CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

## II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

**COORDENADOR:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

### Senado Federal

| Bloco / Partido | Membros |
|---|---|
| **PDT** | Senador Acir Gurgacz (PDT / RO) |
| **PSC** | Senador Eduardo Amorim (PSC / SE) |
| **PP** | Senador Benedito de Lira (PP / AL) |

### Câmara dos Deputados

| Bloco / Partido | Membros |
|---|---|
| **PMDB** | Deputado Hildo Rocha (PMDB) |
| **PT** | Deputado Nilto Tatto (PT) |
| **PSB** | Deputado Leopoldo Meyer (PSB) |
| **PSDB** | Deputado Giuseppe Vecci (PSDB) |
| **PV** | Deputado Evair de Melo (PV) |
| **PCdoB** | Deputado Orlando Silva (PCdoB) |
| **PSD** | Deputado Jaime Martins (PSD) |

## CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

## I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

**COORDENADOR:** Deputado Izalci (PSDB-DF)

### Senado Federal

| Bloco / Partido | Membros |
|---|---|
| **PDT** | Senador Acir Gurgacz (PDT / RO) |
| **PSD** | Senador Hélio José (PMDB / DF) |
| **DEM** | VAGO |

## Câmara dos Deputados

| Bloco / Partido | Membros |
|---|---|
| **PMDB** | Deputado Washington Reis (PMDB) |
| **PMDB** | Deputado Lelo Coimbra (PMDB) |
| **PTB** | Deputado Luiz Carlos Busato (PTB) |
| **PTB** | Deputado Pedro Fernandes (PTB) |
| **PT** | Deputado Leo de Brito (PT) |
| **PSDB** | Deputado Izalci (PSDB) |
| **DEM** | Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM) |

# Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)
**RELATOR:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

**Designação:** 19/03/2015
**Instalação:** 25/03/2015

## Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Maioria (PMDB)** | |
| Otto Alencar - PSD/BA (4,16) | 1. VAGO |
| Sandra Braga - PMDB/AM | 2. VAGO |
| Roberto Rocha - PSB/MA (9) | 3. VAGO |
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT )** | |
| Jorge Viana - PT/AC (2) | 1. VAGO |
| Donizeti Nogueira - PT/TO (2) | 2. VAGO |
| Cristovam Buarque - PPS/DF (2) | 3. Ivo Cassol - PP/RO (2) |
| Gladson Cameli - PP/AC (2) | 4. VAGO |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV )** | |
| Flexa Ribeiro - PSDB/PA | 1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP |
| Maria do Carmo Alves (5) | 2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5) |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, REDE )** | |
| Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE | 1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )** | |
| Douglas Cintra - PTB/PE | 1. VAGO |

## Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **PMDB, PEN** | |
| Eros Biondini - PROS/MG | 1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO |
| Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15) | 2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS |
| Roberto Balestra - PP/GO | 3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6) |
| Sergio Souza - PMDB/PR | 4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18) |
| Jony Marcos - PRB/SE (8) | 5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13) |
| **PT, PSD, PR, PROS, PCdoB** | |
| Angelim - PT/AC | 1. Alessandro Molon - REDE/RJ |
| Leônidas Cristino - PDT/CE | 2. Átila Lins - PSD/AM (3) |
| Jaime Martins - PSD/MG (3) | 3. Ivan Valente - PSOL/SP (11) |
| Leonardo Monteiro - PT/MG (10) | 4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17) |
| **PSDB, PSB** | |
| Ricardo Tripoli - PSDB/SP | 1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP |
| Sarney Filho - PV/MA | 2. Janete Capiberibe - PSB/AP |
| **PDT (1)** | |
| Giovani Cherini - RS | 1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7) |

**Notas:**

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.
20. Mesa eleita em 16-03-2016.

**Secretário:** Tiago Torres de Lima Brum
**Telefone(s):** (61) 3303-3534
**E-mail:** cocm@senado.gov.br

# Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**Finalidade:** A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

**Número de membros:** 6 Senadores e 6 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

| CÂMARA DOS DEPUTADOS | SENADO FEDERAL |
|---|---|
| **Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**<br>Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG) | **Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**<br>Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) |
| **Líder da Maioria**<br>Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6) | **Líder do Bloco Parlamentar da Maioria**<br>Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) |
| **Líder da Minoria**<br>Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) | **Líder do Bloco Parlamentar Minoria**<br>Senador Alvaro Dias (PV/PR) |
| **Deputado indicado pela Liderança da Maioria**<br>Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2) | **Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria**<br>Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) (7) |
| **Deputado indicado pela Liderança da Minoria**<br>Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1) | **Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria**<br>Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4) |
| **Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**<br>Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3) | **Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**<br>Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5) |

**Notas:**

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cásssio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

**Secretário:** Thiago Nascimento C. Silva
**Telefone(s):** 61 3303-3502
**E-mail:** cocm@senado.leg.br

# Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

**Finalidade:** Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
**VICE-PRESIDENTE:** Deputada Keiko Ota (PSB-SP)
**RELATOR:** Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

**Designação:** 05/03/2015
**Instalação:** 10/03/2015

## Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Maioria (PMDB)** | |
| Simone Tebet - PMDB/MS | 1. VAGO |
| Rose de Freitas - PMDB/ES | 2. VAGO |
| Sandra Braga - PMDB/AM | 3. VAGO |
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT )** | |
| Angela Portela - PT/RR | 1. Fátima Bezerra - PT/RN |
| Marta Suplicy - PMDB/SP | 2. Regina Sousa - PT/PI |
| **Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV )** | |
| Lúcia Vânia - PSB/GO | 1. VAGO |
| VAGO | 2. VAGO |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, REDE )** | |
| Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM | 1. Lídice da Mata - PSB/BA |
| **Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )** | |
| Wellington Fagundes - PR/MT (19) | 1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14) |
| **PP** | |
| Ana Amélia - RS | 1. VAGO |

## Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **PMDB, PEN** | |
| Conceição Sampaio - PP/AM | 1. Cristiane Brasil - PTB/RJ |
| Dulce Miranda - PMDB/TO | 2. Josi Nunes - PMDB/TO |
| Elcione Barbalho - PMDB/PA | 3. Raquel Muniz - PSC/MG |
| Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21) | 4. Rosangela Gomes - PRB/RJ |
| Jozi Araújo - PTN/AP | 5. Simone Morgado - PMDB/PA |
| Júlia Marinho - PSC/PA | 6. Soraya Santos - PMDB/RJ |
| Darcísio Perondi - PMDB/RS (22) | 7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7) |
| Tia Eron - PRB/BA (11) | 8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16) |
| Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2) | 9. VAGO |
| Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3) | 10. VAGO |
| Christiane de Souza Yared - PR/PR (7) | 11. VAGO |
| Iracema Portella - PP/PI (8) | 12. VAGO |
| **PT, PSD, PR, PROS, PCdoB** | |
| Clarissa Garotinho - PR/RJ | 1. José Rocha - PR/BA |
| VAGO (12) | 2. VAGO (12) |
| VAGO (4,23) | 3. Benedita da Silva - PT/RJ (15) |
| Luizianne Lins - PT/CE (4) | 4. Margarida Salomão - PT/MG (15) |
| Moema Gramacho - PT/BA (4) | 5. Maria do Rosário - PT/RS (15) |
| Rogério Rosso - PSD/DF (5) | 6. Beto Salame - S/Partido/PA |
| Alice Portugal - PCdoB/BA (6) | 7. VAGO |
| Givaldo Carimbão - PHS/AL | 8. VAGO |
| **PSDB, PSB** | |
| Bruna Furlan - PSDB/SP | 1. Eliziane Gama - REDE/MA (18) |
| Carmen Zanotto - PPS/SC | 2. VAGO |
| Janete Capiberibe - PSB/AP | 3. VAGO |
| Keiko Ota - PSB/SP | 4. VAGO |
| VAGO (13) | 5. VAGO |
| Mariana Carvalho - PSDB/RO (10) | 6. VAGO |
| **PDT** | |
| Flávia Morais - GO (9) | 1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20) |
| **PSOL (1)** | |
| Jean Wyllys - RJ | 1. VAGO |

**Notas:**

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).

**Secretário:** Gigliola Ansiliero
**Telefone(s):** 61 3303-3504
**E-mail:** cocm@senado.leg.br

# COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

## ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

**Finalidade:** Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

**Número de membros:** 7 Senadores e 7 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)
**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

| CÂMARA DOS DEPUTADOS | SENADO FEDERAL |
|---|---|
| Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ) | Senador Romero Jucá (PMDB/RR) |
| Deputado Sergio Souza (PMDB/PR) | Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) |
| Deputado Sergio Zveiter | Senadora Lídice da Mata (PSB/BA) |
| Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ) | Senador Jorge Viana (PT/AC) |
| Deputado Sandro Alex (PPS/PR) | Senador Walter Pinheiro (PT/BA) |
| Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) | Senador Blairo Maggi (PR/MT) |
| VAGO | VAGO |

# CONSELHOS E ÓRGÃOS

## Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

### COMPOSIÇÃO

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Edio Lopes (PR-RR)
**2ª VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

**Designação:** 07/04/2015

### SENADO FEDERAL

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo** | |
| Humberto Costa - PT/PE | 1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2) |
| Fátima Bezerra - PT/RN | 2. Angela Portela - PT/RR |
| Lindbergh Farias - PT/RJ (2) | 3. Gladson Cameli - PP/AC |
| **Maioria (PMDB)** | |
| VAGO (8) | 1. Waldemir Moka - PMDB/MS |
| Roberto Requião - PMDB/PR | 2. Dário Berger - PMDB/SC |
| Valdir Raupp - PMDB/RO | 3. VAGO |
| **Bloco Parlamentar da Oposição** | |
| Paulo Bauer - PSDB/SC | 1. VAGO |
| Davi Alcolumbre - DEM/AP (7) | 2. VAGO |
| **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia** | |
| Antonio Carlos Valadares - PSB/SE | 1. Lídice da Mata - PSB/BA |
| **Bloco Parlamentar União e Força** | |
| Blairo Maggi - PR/MT | 1. Eduardo Amorim - PSC/SE |

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **PMDB, PEN** | |
| Arthur Oliveira Maia - SD/BA | 1. Afonso Hamm - PP/RS |
| Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO | 2. Carlos Andrade - PHS/RR |
| Celso Russomanno - PRB/SP | 3. Carlos Gomes - PRB/RS |
| Dilceu Sperafico - PP/PR | 4. Edmar Arruda - PSC/PR |
| Edio Lopes - PR/RR | 5. Mainha - SD/PI (14) |
| José Fogaça - PMDB/RS | 6. Fernando Monteiro - PP/PE |
| Paes Landim - PTB/PI (15) | 7. Osmar Serraglio - PMDB/PR |
| Marcelo Aro - PHS/MG | 8. Benito Gama - PTB/BA (15,16) |
| Renato Molling - PP/RS | 9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4) |
| Takayama - PSC/PR | 10. Wilson Filho - PTB/PB (10) |
| Mandetta - DEM/MS (5) | 11. VAGO |
| **PSD** | |
| Arlindo Chinaglia - PT/SP | 1. Givaldo Vieira - PT/ES |
| Benedita da Silva - PT/RJ | 2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13) |
| Danrlei de Deus Hinterholz - RS | 3. Hugo Leal - PROS/RJ |
| Domingos Neto - CE | 4. Jorginho Mello - PR/SC |
| Ságuas Moraes - PT/MT (11) | 5. Remídio Monai - PR/RR |
| Rômulo Gouveia - PB (6) | 6. Jaime Martins - MG (6) |
| Luiz Cláudio - PR/RO | 7. VAGO (11) |
| Maurício Quintella Lessa - PR/AL | 8. Zeca do Pt - PT/MS (9) |
| **PSDB, PSB** | |
| Eduardo Barbosa - PSDB/MG | 1. Sandro Alex - PPS/PR (18) |
| Geovania de Sá - PSDB/SC | 2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12) |
| Roberto Freire - PPS/SP | 3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1) |
| Rocha - PSDB/AC | 4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS (17) |
| Jose Stédile - PSB/RS (1) | 5. VAGO |
| Heráclito Fortes - PSB/PI (1) | 6. VAGO |
| **PDT** | |
| Damião Feliciano - PB | 1. Weverton Rocha - MA |
| **PSOL** | |
| Jean Wyllys - RJ | 1. VAGO |

**Notas:**

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.

# Conselho da Ordem do Congresso Nacional

## Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

**Eleição Geral:** 04/02/2015

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | MESA DO SENADO FEDERAL |
|---|---|
| **Presidente**<br>Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) | **Presidente**<br>Senador Renan Calheiros (PMDB/AL) |
| **1º Vice-Presidente**<br>Deputado Waldir Maranhão (PP/MA) | **1º Vice-Presidente**<br>Senador Jorge Viana (PT/AC) |
| **2º Vice-Presidente**<br>Deputado Giacobo (PR/PR) | **2º Vice-Presidente**<br>Senador Romero Jucá (PMDB/RR) |
| **1º Secretário**<br>Deputado Beto Mansur (PRB/SP) | **1º Secretário**<br>Senador Vicentinho Alves (PR/TO) |
| **2º Secretário**<br>Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ) | **2º Secretário**<br>Senador Zeze Perrella (PDT/MG) |
| **3º Secretário**<br>Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP) | **3º Secretário**<br>Senador Gladson Cameli (PP/AC) |
| **4º Secretário**<br>Deputado Alex Canziani (PTB/PR) | **4º Secretário**<br>Senadora Angela Portela (PT/RR) |
| **Líder da Maioria**<br>VAGO | **Líder do Bloco Parlamentar da Maioria**<br>VAGO |
| **Líder da Minoria**<br>Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) | **Líder do Bloco Parlamentar Minoria**<br>Senador Alvaro Dias (PV/PR) |
| **Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**<br>Deputado Arthur Lira (PP/AL) | **Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**<br>Senador José Maranhão (PMDB/PB) |
| **Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**<br>Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG) | **Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**<br>Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) |

**Atualização:** 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

# Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,**
**Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

## COMPOSIÇÃO

**Número de membros:** 13 titulares e 13 suplentes.

**PRESIDENTE:** Miguel Ângelo Cançado [1]
**VICE-PRESIDENTE:** Ronaldo Lemos [1]

**Eleição Geral:** 05/06/2002
**Eleição Geral:** 22/12/2004
**Eleição Geral:** 17/07/2012
**Eleição Geral:** 08/07/2015

| LEI Nº 8.389/91, ART. 4º | TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|---|
| **Representante das empresas de rádio (inciso I)** | Walter Vieira Ceneviva | Paulo Machado de Carvalho Neto |
| **Representante das empresas de televisão (inciso II)** | José Francisco de Araújo Lima | Márcio Novaes |
| **Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)** | Marcelo Antônio Rech | Maria Célia Furtado [2,4] |
| **Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)** | Roberto Dias Lima Franco | Liliana Nakonechnyj |
| **Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)** | Celso Augusto Schröder | Maria José Braga |
| **Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)** | José Catarino do Nascimento | Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo |
| **Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)** | Sydney Sanches | Jorge Coutinho |
| **Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)** | Pedro Pablo Lazzarini | Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva |
| **Representante da sociedade civil (inciso IX)** | Ronaldo Lemos | Patrícia Blanco |
| **Representante da sociedade civil (inciso IX)** | Miguel Ângelo Cançado | Ismar de Oliveira Soares |
| **Representante da sociedade civil (inciso IX)** | Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira | Murillo de Aragão [5] |

| LEI Nº 8.389/91, ART. 4º | TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|---|
| **Representante da sociedade civil (inciso IX)** | VAGO (3) | Aldo Rebelo |
| **Representante da sociedade civil (inciso IX)** | Fernando César Mesquita | Davi Emerich |

**Atualização:** 07/12/2015

**Notas:**
1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/ n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

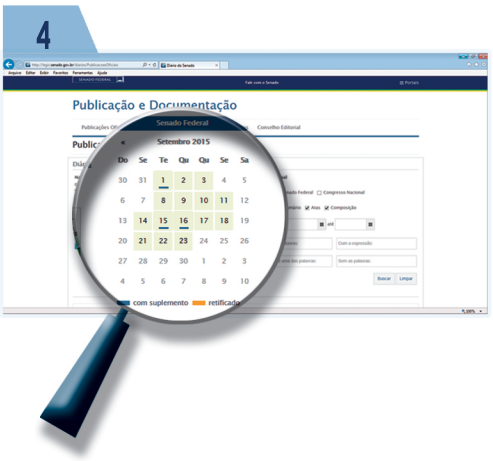
# Já sabe pesquisar o diário na Internet?

## **Siga o passo a passo!**

Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.

Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.




Selecione a **data da sessão** publicada no diário.

Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211